



26 e 27 de outubro de 2015

**ANAIS**

ISSN 2447-5947

**São Gonçalo**

**2015**



## **DIREITO AUTORAL, DE REPRODUÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. Caso o artigo reproduza documentos, imagens e ou material legalmente protegido, caberá ao autor do artigo obter as autorizações e direitos de reprodução desses materiais. Caberá igualmente ao autor a responsabilidade pelos danos porventura advindos da ausência dessa providência.

Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social (4.: 2015: São Gonçalo, RJ)

Anais dos textos completos [recurso eletrônico] IV Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social: Poder, Identidades e Ensino de História, 26 e 27 de outubro. / Organizadores: Ana Paula Barcelos, Adauto Tavares Araujo, Diego Deziderio, Eduardo César Valuche Oliveira, Leandro Coelho de Aguiar, Virgínia Goudinho de Souza Silva – São Gonçalo: UERJ, PPGHS, 2015.

314 p.

Texto em português

ISSN 2447-5947

1. História Social – Seminário; 2. História e Poder; 3. História e Identidades; 4. Ensino de História.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

### **INSTITUCIONAL**

Reitor: Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro  
Vice-Reitor: Prof. Dr. Paulo Roberto Volpato Dias  
Sub-reitora de Graduação – SR1: Profa. Dra. Lená Medeiros de Menezes  
Sub-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa - SR2: Profa. Dra. Monica da C. P. Lavalle Heilbron  
Sub-reitora de Extensão e Cultura - SR3: Profa. Dra. Regina Lúcia Monteiro Henriques  
Diretor da Faculdade de Formação de Professores: Prof. Dr. Manoel M. de Santana Filho  
Vice-diretor: Prof. Dr. Rogério Carlos Novais

### **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL (PPGHS)**

Coordenador geral: Prof. Dr. Luis Reznik  
Coordenadora adjunta: Profa. Dra. Helenice Rocha

### **CORPO DOCENTE DO PPGHS**

Profa. Dra Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva  
Profa. Dra Catia Antônia da Silva  
Profa. Dra Célia Cristina da Silva Tavares  
Profa. Dra Christiane Vieira Laidler  
Profa. Dra Daniela Buono Calainho  
Prof. Dr. Eduardo Scheidt  
Profa. Dra Fernando Penna  
Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida  
Profa. Dra Helenice Aparecida Bastos Rocha  
Profa. Dra Iza Terezinha Gonçalves Quelhas  
Profa. Dra Joana Bahia  
Prof. Dr. Luís Reznik  
Profa. Dra Márcia de Almeida Gonçalves  
Profa. Dra Maria Letícia Corrêa  
Prof. Dr. Martin Curi  
Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (Professor visitante desde novembro de 2013)  
Prof. Dr. Rui Aniceto  
Profa. Dra Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley  
Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

**IV SEMINÁRIO INTERNO**  
**Programa Pós-Graduação em História Social**  
**"Poder, Identidades e Ensino de História"**

**Comissão Organizadora**

**Docente**

Professora Doutora Ana Paula Barcelos

**Discentes**

Adauto Tavares Araujo / mestrando

Diego Deziderio / mestrando

Eduardo César Valuche Oliveira / mestrando

Leandro Coelho de Aguiar / doutorando

Virgínia Goudinho de Souza Silva / mestrando

**Realização**



Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGHS/UERJ

**Apoio**



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>PROGRAMAÇÃO GERAL.....</b>	<b>09</b>
<b>Aduto Tavares Araujo.....</b>	<b>14</b>
<i>A municipalidade na gestão de Carlos Sampaio (1920 - 1922): a Exposição do Centenário e os seus desdobramentos para a cidade</i>	
<b>Bruna Vieira Gomes de Oliveira.....</b>	<b>22</b>
<i>As eleições de 1918 em A Política Combativa Ilustrada</i>	
<b>Bruno Cesar Santos de Souza.....</b>	<b>30</b>
<i>A institucionalização do G.R.E.S. Unidos do porto da Pedra</i>	
<b>Camila Menegardo Mendes.....</b>	<b>38</b>
<i>De “irmãos” a sócios: rupturas e possíveis continuidades nas irmandades católicas e sociedades beneficentes negras</i>	
<b>Caroline Moreira Vieira Dantas. ....</b>	<b>47</b>
<i>Música, Magia e Poder: um estudo sobre as simbologias afro-religiosas no repertório da música popular carioca</i>	
<b>Claudia Patrícia de Oliveira Costa.....</b>	<b>55</b>
<i>Queimados: jogos de escala na escrita da história local</i>	
<b>Danielle Rodrigue Silveira.....</b>	<b>63</b>
<i>Intertextualidade e Memória social: as vozes que compõem as narrativas sobre a Ditadura Militar no Livro Didático de História</i>	
<b>Davison Hugo Rocha Alves.....</b>	<b>71</b>
<i>A História da disciplina estudos amazônicos (1990 – 2000)</i>	
<b>Diego da Silva Ramos.....</b>	<b>79</b>
<i>A UPPEES e sua relação com a Ditadura Militar</i>	
<b>Diego Deziderio.....</b>	<b>88</b>
<i>História e Memória em livros didáticos de História</i>	
<b>Eduardo Cesar Valuche Oliveira Brito.....</b>	<b>97</b>
<i>O Instituto Central do Povo no Porto do Rio de Janeiro: os metodistas na construção da República Brasileira (1895 - 1910)</i>	

<b>Frederico Cícero Pereira de Oliveira.....</b>	<b>105</b>
<i>A invernada de Olaria e a violência policial entre 1957 e 1963</i>	
<b>Giselle Antunes Coutinho.....</b>	<b>113</b>
<i>A Companhia Nacional de Cimento Portland e o processo de industrialização de São Gonçalo (1931 - 1983)</i>	
<b>Guilherme dos Santos Cavotti Marques.....</b>	<b>121</b>
<i>Política e Imigração: a Hospedaria da Ilha das Flores e os Deslocados de Guerra (1947 - 1952)</i>	
<b>Igor Estevam Santos de Oliveira.....</b>	<b>129</b>
<i>Quando a oligarquia é mecenas...: Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930)</i>	
<b>João Victor da Mota Uzer Lima.....</b>	<b>137</b>
<i>O conceito de “Guerra” e de “Terror” nos discursos acerca da política de “War on Terror”</i>	
<b>Jônatas Roque Mendes Gomes.....</b>	<b>145</b>
<i>O conceito de “pacto social” nos jornais Conciliador do Maranhão e A Aurora Fluminense</i>	
<b>Jorge Valdevino Queiroz.....</b>	<b>154</b>
<i>Carlos Pinto Seidl: entre saúde e política. Conflitos frente à Diretoria Geral de Saúde Pública 1912 - 1918</i>	
<b>José Vinicius da Costa Meneses.....</b>	<b>160</b>
<i>Os espelhos do bem comum: o espelho de príncipes na literatura política portuguesa do século XVI</i>	
<b>Júlio César Oliveira de Souza.....</b>	<b>169</b>
<i>A defesa do estado do Rio de Janeiro contra a recessão no início da década de 1990</i>	
<b>Leandro Coelho de Aguiar.....</b>	<b>176</b>
<i>As novas perspectivas e apropriações dos arquivos públicos pela historiografia contemporânea</i>	
<b>Luciana de Queiroz Pinto.....</b>	<b>183</b>
<i>A cartografia colonial dos séculos XVI e XVII: as representações como forma de dominação territorial</i>	
<b>Luiza Rafaela Bezerra Sarraff.....</b>	<b>190</b>
<i>Narrativas do tempo histórico nos livros didáticos</i>	
<b>Rafael Betencourt.....</b>	<b>199</b>
<i>“Do indigenismo ao Indianismo: rupturas e continuidades entre o pensamento de José Carlos Mariátegui e Fausto Reinaga”</i>	

<b>Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva.....</b>	<b>207</b>
<i>Redemocratização e futebol Copa união de 1987 e sua memória</i>	
<b>Rafael Navarro Costa.....</b>	<b>215</b>
<i>O Rio de Janeiro para além da cidade: memória, identidade e política fluminense</i>	
<b>Rafaela Paula da Silva.....</b>	<b>222</b>
<i>A culinária da comunidade Cafundá Astrogilda como patrimônio cultural</i>	
<b>Ramon Infante Rocha.....</b>	<b>229</b>
<i>A Utilização de jogos eletrônicos no ensino de história: consciência histórica analisada a partir de Assassin's Creed</i>	
<b>Rozely Menezes Vigas Oliveira.....</b>	<b>237</b>
<i>Recolhimento, honra e virtude na Goa setecentista: uma análise do cisma no Convento de Santa Mônica</i>	
<b>Sayonara Faria Sisquim.....</b>	<b>246</b>
<i>Hermes da Fonseca e o Movimento Operário: a questão social na Primeira República</i>	
<b>Sergio Oliveira da Silva.....</b>	<b>254</b>
<i>Os movimentos Sociais e suas lutas pela democratização do Estado Brasileiro</i>	
<b>Sonja Ribeiro Longo.....</b>	<b>262</b>
<i>UDN e PSD: a construção da cultura política em Nova Friburgo (1945 - 1964)</i>	
<b>Thiago de Souza Junior.....</b>	<b>269</b>
<i>Concepção racial, cultural histórica e responsabilidade autoral na escrita escolar de Basílio de Magalhães</i>	
<b>Vanessa Oliveira Benedito.....</b>	<b>278</b>
<i>Dentro dos muros da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes</i>	
<b>Vinícius Martins Pereira.....</b>	<b>287</b>
<i>O projeto de desenvolvimento do regime militar nos estados da Guanabara e Rio de Janeiro</i>	
<b>Virgínia Goudinho de Souza Silva.....</b>	<b>297</b>
<i>Casos de Curandeirismo na 3ª Visitação Inquisitorial (1763 - 1769): o sincretismo religioso – mágico na região do Grão-Pará</i>	
<b>Vivian Marcello Ferreira.....</b>	<b>307</b>
<i>Moda feminina na revista Fon-Fon: relações de poder, gênero e alteridade</i>	

## APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ disponibiliza nesta publicação os trabalhos completos apresentados por seu corpo discente no IV Seminário Interno do PPGHS: Poder, Identidades e Ensino de História. O evento foi realizado entre os dias 26 e 27 de outubro de 2015 no miniauditório da UERJ/FFP. Com pesquisas vinculadas às linhas de pesquisa contempladas pelo Programa – Território, relações de poder e movimentos sociais; Território, identidades e representações; Historiografia e ensino de história – os alunos tratam de questões que percorrem diferentes campos, abordagens e tempos do fazer histórico. Movimentos sociais, trajetórias individuais, religiões e religiosidade, relações de gênero, relações de poder, imigração, escrita e ensino da história, entre outros temas, foram discutidos pelos mestres, mestrandos e doutorandos em seus trabalhos. Participaram do evento, como debatedores, docentes internos e externos ao Programa que realizaram a leitura e análise dos trabalhos distribuídos em 7 mesas organizadas tematicamente. Agradecemos a generosa colaboração de todos eles que, sem dúvida, contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas em curso. Mencionamos ainda o apoio da coordenação do PPGHS, da direção da FFP e da FAPERJ, bem como a participação de alunos da graduação como ouvintes e monitores durante o evento. Consideramos que esta tenha sido uma oportunidade ímpar de intercâmbio de ideias e de integração entre pós-graduandos, docentes de diferentes instituições e graduandos de Licenciatura em História da FFP.

**Comissão Organizadora**



## PROGRAMAÇÃO GERAL

26 de outubro de 2015 (segunda-feira)

**Abertura** (Coordenação do PPGHS)

**9:30 às 10h / Miniauditório UERJ FFP**

### **Mesa 1 – Relações de Poder e Modernidade na Primeira República**

**10h / Miniauditório UERJ FFP**

Debatedoras: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Letícia Corrêa (PPGHS);  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Karoline Carula (UERJ - IFCH).

Comunicações:

- A municipalidade na gestão de Carlos Sampaio (1920-1922): a Exposição do centenário e seus desdobramentos para a cidade – Aduino Tavares Araujo.
- As eleições de 1918 em *A Política Combativa Ilustrada* – Bruna Vieira Gomes de Oliveira.
- O Instituto Central do Povo no Porto do Rio de Janeiro: os metodistas na construção da República Brasileira (1895-1910) – Eduardo Cesar Valuche Oliveira Brito.
- Carlos Pinto Seidl: entre saúde e política. Conflitos frente à Diretoria Geral de Saúde Pública 1912-1918 – Jorge Valdevino Queiroz.
- Hermes da Fonseca e o Movimento Operário: a questão social na Primeira República – Sayonara Faria Sisquim.
- Moda feminina na revista *Fon-Fon*: relações de poder, gênero e alteridade – Vivian Marcello Ferreira.

### **Mesa 2 – Representações e religiosidades no Império Português:**

**13:30 às 15:30 / Miniauditório UERJ FFP**

Debatedoras: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Daniela Calainho (PPGHS);  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Gandelman (UFRRJ).

### Comunicações

- Os espelhos do bem comum: o espelho de príncipes na literatura política portuguesa do século XVI – José Vinicius da Costa Menezes.
- A cartografia colonial dos séculos XVI e XVII: as representações como forma de dominação territorial – Luciana de Queiroz Pinto.
- Recolhimento, honra e virtude na Goa setecentista: uma análise do cisma no Convento de Santa Mônica – Rozely Menezes Vigas Oliveira.
- Casos de Curandeirismo na 3ª Visitação Inquisitorial (1763 - 1769): o sincretismo religioso- mágico na região do Grão-Pará – Virgínia Goudinho de Souza Silva.

### **Mesa 3 – Movimentos Sociais e Mundo do Trabalho:**

#### **16h às 18h / Miniauditório UERJ FFP**

Debatedores: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto (PPGHS);  
Prof. Dr. Paulo Fontes (CPDOC/FGV).

### Comunicações:

- A UPDES e sua relação com a Ditadura Militar – Diego da Silva Ramos.
- A Companhia Nacional de Cimento Portland e o processo de industrialização de São Gonçalo (1931-1983) – Giselle Antunes Coutinho.
- Política e Imigração: a Hospedaria da Ilha das Flores e os Deslocados de Guerra (1947-1952) – Guilherme dos Santos Cavotti Marques.
- A defesa do estado do Rio de Janeiro contra a recessão no início da década de 1990 – Júlio César Oliveira de Souza.
- UDN e PSD: A construção da cultura política em Nova Friburgo (1945-1964) – Sonja Ribeiro Longo.

### **Conferência de Abertura:**

#### **18:30 / Miniauditório UERJ FFP**

- Propaganda política nos regimes militares do Cone Sul - Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Helena Rolim Capelato (USP).

**27 de outubro de 2015 (terça-feira)**

**Mesa 4 - Escrita da História: métodos e conceitos:**

**9h às 11h / Miniauditório UERJ FFP**

Debatedores: Prof. Dr. Eduardo Scheidt (PPGHS);  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rebeca Gontijo (UFRRJ).

Comunicações:

- Queimados: *jogos de escala* na escrita da história local – Claudia Patrícia de Oliveira Costa.
- O conceito de “Guerra” e de “Terror” nos discursos acerca da política de “War on Terror” – João Victor da Mota Uzer Lima.
- O conceito de “pacto social” nos jornais *Conciliador do maranhão* e *A Aurora Fluminense* – Jônatas Roque Mendes Gomes.
- As novas perspectivas e apropriações dos arquivos públicos pela historiografia contemporânea – Leandro Coelho de Aguiar.

**Mesa 5 – Poder, instituições e pensamento político e social:**

**11h às 13h/ Miniauditório UERJ FFP**

Debatedores: Prof. Dr. Gelsom Rozentino (PPGHS);  
Prof. Dr. Marcos Bretas (UFRJ).

Comunicações:

- A internada de Olaria e a violência policial entre 1957 e 1963 – Frederico Cícero Pereira de Oliveira.
- O Rio de Janeiro para além da cidade: memória, identidade e política fluminense – Rafael Navarro Costa.
- Os movimentos sociais e suas lutas pela democratização do Estado Brasileiro – Sergio Oliveira da Silva.
- Dentro dos muros da prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes – Vanessa Oliveira Benedito.

- O projeto de desenvolvimento do regime militar nos estados da Guanabara e Rio de Janeiro – Vinícius Martins Pereira.
- Do Indigenismo ao Indianismo: rupturas e continuidades entre o pensamento de José Carlos Mariátegui e Fausto Reinaga – Rafael Betencourt.

### **Mesa 6 – Narrativa Histórica, Ensino e Livros Didáticos:**

**14:30 às 16:30/ Miniauditório UERJ FFP**

Debatedoras: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Wanderley (PPGHS);  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Maria Monteiro (UFRJ).

#### Comunicações:

- Intertextualidade e Memória social: as vozes que compõem as narrativas sobre a Ditadura Militar no Livro Didático de História – Danielle Rodrigues Silveira.
- A História da disciplina estudos amazônicos (1990 – 2000) – Davison Hugo Rocha Alves.
- História e Memória em livros didáticos de História – Diego Deziderio.
- Narrativas do tempo histórico nos livros didáticos – Luiza Rafaela Bezerra Sarraff.
- Concepção racial, cultura histórica e responsabilidade autoral na escrita escolar de Basílio de Magalhães – Thiago de Souza Junior.
- A utilização de jogos eletrônicos no ensino de história: consciência histórica analisada a partir de Assassin's Creed – Ramon Infante Rocha.

### **Mesa 7 - Cultura, identidades e redes de sociabilidade**

**17h às 19h/ Miniauditório UERJ FFP**

Debatedores: Prof. Dr. Rui Aniceto (PPGHS);  
Prof. Dr. Humberto Machado (UFF).

#### Comunicação:

- A institucionalização do G.R.E.S. Unidos do Porto da Pedra – Bruno Cesar Santos de Souza.
- Música, Magia e Poder: um estudo sobre as simbologias afro-religiosas no repertório da música popular carioca – Caroline Moreira Vieira Dantas.
- De “irmãos” a sócios: rupturas e possíveis continuidades nas irmandades católicas e sociedades beneficentes negras – Camila Menegardo Mendes.
- Quando a oligarquia é mecenas: Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930) – Igor Estevam Santos de Oliveira
- Redemocratização e futebol Copa união de 1987 e sua memória – Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva.
- A culinária da comunidade Cafundá Astrogilda como patrimônio cultural – Rafaela Paula da Silva.
- **Encerramento.**

**19h/ Miniauditório UERJ FFP**

## **A Municipalidade na gestão de Carlos Sampaio (1920 – 1922): a Exposição do Centenário e os seus desdobramentos para a cidade**

**Adauto Tavares Araujo  
Mestrando / Bolsista Capes**

O presente trabalho tem por objetivo analisar a forma pela qual a gestão do prefeito Carlos Sampaio na cidade do Rio de Janeiro, entre 1920 e 1922, se estruturou para sediar a Exposição Internacional do Centenário da Independência. Os empreendimentos associados ao evento foram realizados sob a rubrica de melhoramentos urbanos, com o intuito de sintonizar a capital republicana com a modernidade da época, tendo como consequência a valorização de determinadas áreas da cidade.

Carlos Sampaio era engenheiro civil e geógrafo formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1880, tendo a sua trajetória marcada pela participação em obras de melhoramentos urbanos, ao longo da Primeira República, e também por sua associação a empresários e investidores, que financiavam diversos empreendimentos e tinham concessões no setor de serviços do Distrito Federal. Sampaio assumiu o comando da prefeitura da capital republicana em 1920, após convite realizado pelo presidente Epitácio Pessoa, em decorrência da renúncia de Milcíades Sá Freire.

Podemos notar no repertório intelectual de Carlos Sampaio o objetivo de apresentar ao mundo o grau de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, simbolizado na Exposição do Centenário, em 1922. Segundo Francisco Foot Hardman, as exposições universais constituíram uma das formas mais potentes para o estudo da ideologia articulada à imagem da riqueza das nações, tendo em vista que o otimismo do progresso estava impregnado na atmosfera burguesa em formação (HARDMAN, 1986:63). Já para Lilia Schwarcz, as feiras – ou exposições – eram a melhor expressão da força e utopia modernista, tendo suas origens nacionais na França, Inglaterra, Bélgica e Espanha desde 1844, mas se tornando internacionais em 1851, com a *The Great Exhibition*, em Londres (SCHWARCZ, 1998:388).

Margareth Pereira destaca que as exposições universais foram, dentre os mais variados métodos de olhar, comparar e julgar, o modo mais eficiente, tendo em vista que esses espaços educativos da cultura do século XIX ensinavam as novas massas urbanas a observar povos, culturas e cidades, além de encontrar subsídios para a hierarquização a partir de um modelo único de evolução e desenvolvimento da história (PEREIRA, 2011:8). Entusiasta da importância da Exposição para o país, Sampaio associava sua

própria imagem ao sucesso do evento, de quem se considerava principal realizador (SAMPAIO, 1925:72).

Carlos Sampaio buscou apresentar assim seus objetivos ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal:

O meu escopo era só preparar e produzir a obra frutuosa para o Município, e capaz de patentear aos que nos visitassem no momento da comemoração do Centenário de nossa Independência, que nosso desenvolvimento não era tão rudimentar, como eu sei que eles supunham, o que não era de censurar, quando verificamos que para nós próprios, os nacionais, a Exposição foi uma revelação deslumbrante (SAMPAIO, 1925:103).

Para além dos objetivos comuns da Exposição, na argumentação de Carlos Sampaio encontramos a ideia de que os empreendimentos, concretizados na sua gestão, haviam sido responsáveis por aumentar a arrecadação da Prefeitura, através da valorização de determinadas áreas e do conseqüente aumento dos impostos cobrados. Nesse sentido, o engenheiro alegava que as obras realizadas obedeciam a um plano de conjunto, feitas por ele de forma segura, sem “experiências” com o dinheiro público. Carlos Sampaio buscava defender-se das críticas de malversação de recursos, reafirmando a sua competência para a condução de projetos urbanos enquanto prefeito.

Segundo o engenheiro, a aplicação dos ideais de salubridade, embelezamento e circulação, combinados, resultaria nas “obras reprodutivas”, conceito utilizado por ele para se referir aos empreendimentos que, depois de concluídos, gerariam renda aos cofres públicos, cobrindo ainda os custos de sua realização. Assim, dizia ter “por lema em administração pública que as nações novas devem sempre procurar capital para bem empregá-lo em obras reprodutivas” (SAMPAIO, 1924:54).

Tendo em vista a realização da Exposição do Centenário e inspirado nos exemplos dos países desenvolvidos, Carlos Sampaio realizou um conjunto de melhoramentos urbanos que, ao mesmo tempo em que concorriam para valorizar a área central da cidade, viriam a melhorar a salubridade, atenuando os efeitos das inundações e a circulação e contribuindo para o embelezamento da capital (SAMPAIO, 1925: 67-68). Dentre as realizações da gestão do engenheiro, a de maior vulto foi a demolição de grande parte do Morro do Castelo. Este empreendimento é capaz de sintetizar os aspectos de salubridade, embelezamento e circulação, tendo deste modo o caráter de “obra reprodutiva”.

Segundo Lucia Silva, foi a comemoração do Centenário que possibilitou a construção de um contexto social que justificava o arrasamento do Morro do Castelo. Em sua justificação para a medida, Sampaio comumente reafirmava os seus conhecimentos

sobre a história, geografia e os problemas do Rio de Janeiro. Apresentava os dados e informações de que dispunha sobre a formação histórico-geográfica da cidade, para convencer seus interlocutores, ressaltando sempre que suas proposições eram “livres de paixões” e baseadas exclusivamente no saber técnico (SAMPAIO, 1925:4). Segundo o engenheiro:

Situado na extremidade da cidade, (...) constituía um verdadeiro pólipó, que impedia a ventilação que, durante o dia, se produz sempre pela entrada da barra. (...) Esse monte por seu aspecto inestético e asqueroso causa uma má impressão ao viajante, que, ao entrar na esplêndida baía do Rio de Janeiro, tinha a mesma sensação que se teria ao ver uma linda boca com o dente da frente cariado (SAMPAIO, 1925:4).

O Morro do Castelo era apresentado, nas palavras do engenheiro, como a expressão territorializada do atraso nacional com o qual as elites desejavam acabar, o que permitiria apagar os vestígios do passado e, ao mesmo tempo, incorporar este território a cidade sob uma nova ordem, a partir da moralização e higienização (SILVA, 2003:47).

Carlos Sampaio lembrava que o projeto de demolição do Castelo era já antigo, remontando aos debates que antecederam seu período na prefeitura, sobre as formas de melhorar as condições sanitárias da região. No livro *Memória Histórica*, o engenheiro concede destaque ao conhecido estudo de Azevedo Coutinho, realizado no começo do século XIX, sobre as condições insalubres do Morro do Castelo, bem como à solução pensada pelo bispo: demolir o morro do Castelo para que a cidade ficasse com o ar mais saudável (SAMPAIO, 1924:10). Recorria ainda a um trabalho realizado por médicos, a pedido da Câmara Municipal, em 1798, quando, mais uma vez, o conselho fora o de arrasar o Castelo que, dentre todos os morros, era o que, no entendimento daqueles, mais contribuía para as moléstias da cidade (SAMPAIO, 1924:12).

Segundo o prefeito, o grande volume de ideias “pouco práticas” a respeito e o volume das discussões, até entre os defensores do projeto do arrasamento, tiveram como consequência a sua decisão de não ler mais jornais, tampouco ouvir outras pessoas: o desmonte do Castelo seria feito como o idealizado pelo prefeito (SAMPAIO, 1924:19) - o que demonstra o tom autoritário que imprimiu às obras de remodelação da cidade.

Na visão de Sampaio era importante cuidar dos problemas em uma cidade quente e úmida, como o Rio de Janeiro, sendo a ventilação imprescindível para evitar a origem e propagação dos miasmas, responsáveis por uma trilogia nefasta: a impureza do ar, do solo e da água (SAMPAIO, 1924:16). Por fim, assinalava: “nunca é demais insistir sobre a necessidade de remoção imediata desses morros, principalmente o do Castelo, que,



servindo de pára-vento a toda a parte central da cidade, já impediu de dar à Avenida Central maior orientação” (SAMPAIO, 1924:17).

Carlos Sampaio buscava demonstrar que o Castelo fora demolido através da forma mais econômica, rápida e de maiores resultados. Para tanto, o engenheiro analisara três opções para a aplicação das terras, como o lançamento fora da barra, em águas profundas; o aterramento das praias de São Cristóvão e Caju; ou sua aplicação *in loco*, que foi a medida adotada (SAMPAIO, 1924:48).

A demolição do Castelo foi realizada com a utilização do sistema hidráulico acompanhado por escavadores mecânicos, que tinha por intuito garantir a rapidez do desmonte, tendo em vista o tempo exíguo de dois anos para a conclusão do empreendimento (SAMPAIO, 1924:51). Para financiar a obra, foi feito um empréstimo com o *Banco Honlandez* no valor de trinta mil contos a juros de 7% ao ano, sendo designada a firma *Soares & Cia.* para realizar as obras. Porém, devido a um atraso, o contrato foi rescindido e a empresa inglesa *Kennedy & Co.* assumiu o desmonte, graças a um novo empréstimo junto aos banqueiros americanos *Dillon & Read* (KESSEL, 2002:58).

Este empreendimento pode ser considerado a obra síntese da gestão de Sampaio por dois motivos principais: primeiro, por ter ocupado grande parte da produção intelectual do engenheiro, que buscou de todas as formas possíveis justificar o arrasamento, mostrando quão positiva e lucrativa fora sua realização. Depois, pelo fato dessa iniciativa reunir as três condicionantes principais dos melhoramentos urbanos, segundo Sampaio: a salubridade, o embelezamento e a circulação na cidade, conferindo-lhe o caráter de “obra reprodutiva”, ou seja, um empreendimento que, depois de realizado, geraria retorno financeiro para cidade, através da aquisição de novos terrenos e das áreas aterradas, de sua valorização e do aumento na arrecadação dos impostos.

A edificação de um espaço especialmente criado para a Exposição revelava a capacidade do país anfitrião em realizar obras excepcionais, como ocorrera na Exposição de Saint Louis, nos Estados Unidos, na qual lagos foram aterrados para a realização do evento (MOTTA, 2004:32). Nesse sentido, destacamos que a Exposição do Centenário pode ser apresentada como a própria materialidade da “efemeridade modernista” de seu tempo e, também, como o cenário onde estavam dispostas as imagens e ideias políticas, econômicas, culturais e urbanas no Brasil (SANT’ANA, 2008:13).

Argentina, Estados Unidos, Japão, França, Grã-Bretanha, Itália, Dinamarca, México, Tchecoslováquia, Noruega, Bélgica, Portugal, Chile, Suécia e Holanda montaram então pavilhões na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil (SANT'ANA, 2008: 54). No período da construção dos pavilhões, o discurso oficial era de que todo o conjunto de trinta pavilhões e palácios seria mantido e faria honra à engenharia nacional (BULHÕES, 2003:66), o que não foi cumprido, restando poucos edifícios, como os atuais Museu da Imagem e do Som, o Museu Histórico Nacional e a Academia Brasileira de Letras.

Ao inaugurar a Exposição, Carlos Sampaio assinalou importantes considerações sobre o caráter do evento:

o esforço imenso que o Brasil fez, especialmente em sua Capital Federal para demonstrar ao mundo civilizado que o progresso é real, que a nossa cultura não é inferior à das outras nações, que a nossa capacidade de trabalho é a prova prática da injustiça, que nos faziam, de ser a indolência um característico da nossa raça, como se os climas tropicais não justificassem a quebra das forças e do trabalho contínuo e portanto a diminuição da energia, em sua acepção científica, essencial à produção do trabalho (SAMPAIO, 1925:2).

Antonio Bulhões destaca que a indústria teve o maior destaque possível, dispondo de quatro pavilhões localizados na ala norte da Exposição: o das Pequenas Indústrias, o das Indústrias Particulares, o de Fios e Tecidos e o das Grandes Indústrias. Na Avenida das Nações encontravam-se pavilhões de grandes empresas nacionais e estrangeiras, como *General Electric*, *Nestlé* e *Brahma* (BULHÕES, 2003:70).

Segundo Lucia Silva, o objetivo da Exposição era mostrar que o progresso era resultado do trabalho normatizado, a partir da instrução pública e capaz de transformar as massas populares em cidadãos. Isto teria como garantir a riqueza da nação, ou seja, não seria questões como a quantidade abundante de cachoeiras no território brasileiro que era apresentada como importante, mas sim a capacidade técnica do homem em transformar a água em energia, por exemplo, (SILVA, 2003:54). Nesse sentido, a população foi convidada para aprender sobre os novos ritmos ditados pela modernidade, enquanto os estrangeiros vieram admirar as potencialidades do Brasil, que buscava se mostrar civilizado. Cerca de duzentas mil pessoas participaram da inauguração da Exposição do Centenário, no dia 7 de setembro de 1922, para contemplar e representar o “nascimento simbólico do Brasil moderno” (KESSEL, 2001:61).

É importante assinalar a importância desse evento para o projeto de modernização que estava sendo gestado no Brasil. Segundo Kessel “o espaço tomado ao mar e ao

Castelo deveria ser também um espelho, onde a cidade e a nação pudessem buscar a imagem que verdadeiramente queriam e deveriam projetar, a representação do progresso, da civilização, da higiene e da beleza” (KESSEL, 2001:61). Ao fim da Exposição, o engenheiro considerou o evento um sucesso:

(...) tivesse eu a certeza de que todas as culpas seriam lançadas sobre mim, único responsável pela construção e organização geral da Exposição, se esta tivesse fracassado; se porém, fosse um sucesso, como foi, surgiriam, como apareceram, as centenas, os retratos de vários organizadores com jus à glorificação, com exceção apenas dos engenheiros, arquitetos e operários que realizaram verdadeiros prodígios na execução das obras, a ponto de produzir impressão notável em todos os comissários estrangeiros que aqui se achavam. Os arquitetos, porém, aos quais se deve em grande parte o brilhante sucesso do certâmen, esses nem sequer mereceram que seus nomes fossem mencionados (SAMPAIO, 1924:176).

A análise dos textos de Carlos Sampaio nos permite depreender o enunciado da defesa da ação de investidores privados nas obras de remodelação urbana. Tal argumento estava baseado na constatação de que, apesar de necessários, o governo não poderia arcar diretamente com tais empreendimentos, por não dispor de capacidade financeira para tanto. Os financiadores privados seriam, no entanto, ressarcidos, com os impactos dos empreendimentos, auferindo lucros dos mesmos, ocorrendo também a valorização dos terrenos e o aumento do imposto predial. Por fim, na visão de Sampaio, os habitantes da cidade teriam ainda uma cidade mais saudável e bonita para viver.

O prefeito apresentava os valores das vendas de terrenos públicos realizadas durante a sua gestão, afirmando que fora graças às obras realizadas que ocorrera a valorização dos terrenos, tornando suas vendas lucrativas. Sobretudo, fora promovida a “valorização de uma parte imunda e infecta da nossa Capital e que já é e ainda vai ser das mais belas, é na área ocupada pela Exposição Internacional ” (SAMPAIO, 1924:72).

Basta lembrar que só os terrenos aproveitados nas obras do Castelo, devem dar no mínimo oitenta mil contos e os da lagoa quinze mil, ou seja, um total de 95 mil contos (calculando a preço irrisório) montante a que não atingiu a execução de todas essas obras – e isso sem contar o aumento do Patrimônio Municipal com os valores dos terrenos e casas adquiridos, e o aumento da receita com o incremento do imposto predial – e de outros impostos e taxas (SAMPAIO, 1924:70).

Tivemos como objetivo neste trabalho apresentar como o engenheiro apresentou e justificou a preparação da cidade para sediar a Exposição do Centenário da Independência. Carlos Sampaio procurou construir o espaço necessário para a realização

do evento, em um período que os engenheiros, se apresentavam como portadores dos critérios técnicos, e não políticos, estavam trazendo para seus foros exclusivos o poder de decisão sobre inúmeras questões com as quais se conjugava o desenvolvimento do país (CURY, 2000:38).

Desse modo, entendemos que, ao mobilizar os argumentos sanitários, de embelezamento e circulação, Sampaio defendeu que os melhoramentos empreendidos em sua gestão tiveram também como consequência a valorização de determinadas áreas da cidade, como a região da lagoa Rodrigo de Freitas e o centro da cidade, que não contava mais com o morro do Castelo.

Por outro lado, cabe destacar que estas obras foram realizadas pelo poder público através de empréstimos, adquiridos na gestão do prefeito, com bancos e investidores estrangeiros, que acabaram por aumentar a dívida prefeitura, como o próprio Sampaio afirmara. Nesse sentido, entendemos que a administração de Carlos Sampaio buscou facilitar a ação dos investidores estrangeiros, que intentavam auferir lucros com os empreendimentos de remodelação do Distrito Federal. Sendo assim, na realização da Exposição do Centenário, podemos concluir que o engenheiro parece ter encontrado conjuntura propícia para concretizar o seu projeto de modernização da cidade, baseado na associação entre a prefeitura e empresários.

### **Fontes:**

SAMPAIO, Carlos Cesar de Oliveira. *Discursos e Notas*. Rio de Janeiro: Typografia da S. A. Gazeta da Bolsa, 1925.

\_\_\_\_\_. *Ideias e impressões*. Artigos publicados em “O Jornal” e “Gazeta da Bolsa”. Rio de Janeiro: Gazeta da Bolsa, 1929.

\_\_\_\_\_. *Memória Histórica*: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922. Lisboa: LUVMEN, 1924.

### **Bibliografia:**

BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BULHÕES, Antonio. *Diário da cidade amada*: Rio de Janeiro, 1922 (Volume III). Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)*. Niterói: UFF, 2000 (doutorado em História).

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem – fantasma: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, DGPC, AGCRJ, 2001. (Memória carioca; v. 2).
- MOTTA, Marly Silva da, *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.
- \_\_\_\_\_. O Hércules da Prefeitura e o Demolidor do Castelo: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. IN: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Revista ArqTexto* (Volume 16). 2011
- PINTO, Surama Conde de Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: MauadX e Faperj, 2011
- SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Lucia. *História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

## **As eleições de 1918 em *A Política Revista Combativa Ilustrada***

**Bruna Vieira Gomes de Oliveira**  
**Mestranda**

Esta comunicação tem por objetivo analisar a repercussão da derrota do escritor Coelho Neto nas eleições federais de 1918 em *A Política Revista Combativa Ilustrada*, periódico que circulou semanalmente e depois quinzenalmente, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1918 e 1922. Nos primeiros números da Revista, Coelho Neto atuou como colaborador, assumindo posteriormente a sua direção geral até janeiro de 1919.

O ano de 1918 configurou um cenário político inusitado. Rodrigues Alves, presidente eleito em 1º março, apresentara sérios problemas de saúde que o impediram de tomar posse do cargo, como previsto, no mês de novembro. Assumiu então a presidência o vice-presidente eleito, Delfim Moreira. Rodrigues Alves veio a falecer em 17 de janeiro do ano seguinte, mantendo-se Moreira no posto até a realização de novas eleições.

Em 1918, Coelho Neto disputou as eleições concorrendo ao mandato de deputado pelo estado do Maranhão: caso vencesse – o que não se confirmou – assumiria a representação pela quarta vez. A derrota de Coelho Neto foi amplamente abordada pelo próprio escritor e pelos demais editores e colaboradores de *A Política*, que se manifestaram criticamente diante desse processo eleitoral e questionaram, através dos seus artigos, sua legitimidade. Dessa forma, a Revista denunciou casos de corrupção e se constituiu, sobretudo, como um espaço de apoio a Coelho Neto.

Coelho Neto foi um dos escritores mais lidos no período da Primeira República (PEREIRA, 2005, p. 202). Autor dos romances *A Capital Federal* (1893) e *Rei Negro* (1914), manteve atividade em diversos jornais e revistas, podendo ser citados *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Revista do Brasil*, *A Noite*, *Athletica*, *Jornal do Commercio*, *Revista da Semana*, *Jornal do Brasil* e *FonFon!* (ENGEL, 2014, p. 12). Teve ainda atuação política destacada, exercendo o cargo de secretário do governo do estado do Rio de Janeiro (1890) e seguidos mandatos de deputado federal pelo Maranhão (1909-1918), integrando-se, desse modo, a redes de sociabilidade que lhe conferiram prestígio e projeção (ENGEL, 2014, p. 12).

*A Política Revista Combativa Ilustrada* foi uma revista literária voltada para os acontecimentos políticos da capital federal e dos estados, assumindo claramente uma

linha editorial, sobretudo, jornalística, embora em sua composição também encontrássemos seções diversificadas, voltadas para a literatura, cultura e acontecimentos sociais.

Por meio de seus artigos e editoriais, repercutiu temas e questões relacionadas à organização política e à consolidação do regime republicano no Brasil. Esse processo, permeado por contradições, havia resultado, desde a promulgação da Constituição, em 1891, na concentração do poder político nas mãos de grupos oligárquicos. Inspirada no modelo liberal norte-americano, a nova Constituição, através do federalismo, conferia uma maior autonomia aos estados, em detrimento do poder centralizador vigente no Império, passando os governadores a deterem o controle político nos estados, por meio de alianças com os governos dos municípios e com os grandes proprietários rurais, que assumiram, por sua vez, o controle da política em âmbito local (RESENDE, 2010, p. 93-95). Conforme apontado por José Murilo de Carvalho, a criação da figura do governador de Estado deu às eleições estaduais um papel fundamental nos arranjos políticos do período da Primeira República. Se no Império o presidente de província não possuía poder próprio, por conta da possibilidade de remoção e por ser nomeado pelo Executivo nacional, com o federalismo, os governadores, ao serem eleitos pelas “máquinas dos partidos únicos estaduais”, concentravam em torno de si as relações com as oligarquias locais e a política estadual (CARVALHO, 1997. p. 229).

Maria Efigênia Lage de Resende utiliza a expressão “liberalismo oligárquico” para caracterizar o processo de implantação e consolidação do regime político republicano entre 1889 e 1930. Segundo Resende, o período caracterizou-se pela associação de preceitos constitucionais liberais às práticas oligárquicas, o que teria representado um retrocesso com relação ao “verdadeiro” ideal republicano, baseado no exercício da democracia e na expansão dos direitos para todos. A priorização dos interesses de uma pequena parcela da sociedade, manifestada pelas oligarquias nos estados, teria se apresentado, em seu entender, como contrária ao preceito de bem comum, negando à população o direito de participação na arena política e ferindo o desenvolvimento da cidadania no país. Nesse caso, a República proclamada no Brasil representara uma volubilidade de princípios, adaptáveis aos interesses de uma minoria (RESENDE, 2010, p. 91-93).

Ângela de Castro Gomes, por sua vez, nos adverte sobre a necessidade de revisão da perspectiva, que durante um longo tempo, considerou a Primeira República como um

período de inexpressiva mobilização política e cultural no Brasil. Gomes ressalta a existência de instituições e associações formadas por atores diversos, dentre eles intelectuais, trabalhadores, segmentos de classes médias e populares que percorreram o campo da participação política, não devendo esse fato ser menosprezado pelos estudos que venham abordar essa temática. A percepção desses variados sujeitos na reflexão acerca do período, segundo a autora, “permite explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p. 95).

*A Política* constitui-se como uma importante fonte de investigação acerca do cotidiano político da Primeira República. Por meio de sua análise, descortina-se a possibilidade de apreensão de variadas representações, não apenas sobre o formato político republicano, em consolidação, mas também sobre a própria dinâmica política e eleitoral e seus principais desdobramentos. Na abordagem sobre as eleições de 1918, encontramos informações e comentários sobre a movimentação em torno de indivíduos e grupos políticos envolvidos nos pleitos e a divulgação dos resultados oficiais, além de denúncias que questionavam a sua legitimidade na capital e nos estados.

A atuação de Coelho Neto como colaborador e diretor do periódico nos aponta o grupo político ao qual o escritor estava relacionado e os acontecimentos que levaram a sua exclusão do mesmo, fato esse que impossibilitou a renovação de seu mandato. Seu acesso ao partido situacionista maranhense se deu através de indicação, na campanha eleitoral de janeiro de 1909, por parte do até então senador e chefe político do estado Benedito Leite (NETO, 1918, p. 4). Após a morte do padrinho político, Coelho Neto ainda continuou inserido no partido, que passou a ser liderado por Urbano Santos.

A continuidade foi uma característica presente na dinâmica de representação federal do Maranhão na Primeira República, onde comumente os mandatos eram renovados. As exceções a essa tendência se concentravam em casos de rupturas dos acordos firmados ou em casos de falta de sustentação política que pudesse assegurar a permanência do candidato no grupo político dominante, como foi o caso de Coelho Neto (REIS, 2007, p. 94).

Em meio ao processo de reconhecimento dos candidatos eleitos em 1º de março de 1918, *A Política* passou a veicular em suas páginas uma intensa campanha a favor de Coelho Neto, que criticou a legitimidade das eleições realizadas, com denúncias de fraudes e corrupção em diversos estados do Brasil.



O artigo “*Política maranhense. A circular dos Governadores*”, sem assinatura, publicado em 24 de abril de 1918, denunciou irregularidades que vão de suborno, abuso de autoridade, pressões e ameaças aos funcionários públicos, à contestação da diplomação de Marcelino Machado, que ocupara a vaga de Coelho Neto no partido situacionista maranhense e, conseqüentemente, na Câmara dos Deputados. Segundo o escritor, Marcelino Machado “não só exercia cargo administrativo federal até a véspera das eleições, como ainda [era] pensionista do Tesouro do Maranhão”, casos esses que invalidariam o seu reconhecimento (1918, p. 5).

O discurso de contestação proferido por Coelho Neto na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1918, foi reproduzido na íntegra no segundo número de *A Política*. Sob o título “*A contestação do Sr. Coelho Neto ao diploma do Sr. Marcelino Machado*”, mantinha as acusações de inelegibilidade de Marcelino Machado, reafirmando que esse exercia “até as vésperas do pleito o cargo de fiscal do governo junto ao Liceu Maranhense”, além de receber uma “pensão concedida pelo Estado” (NETO, 1918, p.3).

No mesmo texto, Coelho Neto descrevia detalhadamente a “traição” da qual teria sido vítima, referindo à sua exclusão do partido maranhense, e nessa ocasião diretamente a Urbano Santos, então vice-presidente da República e líder político no estado. Segundo o escritor,

Às primeiras atoardas que sussurraram nesta Casa anunciando a minha exclusão da chapa maranhense [...] logo procurei o ‘garnacha’ pedindo-lhe que me dissesse a verdade sobre o que se urdia no seio do partido [...] O homem deu de ombros com indiferença, sorrindo meu receio e, com palavras seguras, tranquilizou-me afirmando que nada havia e que eu não desse ouvidos a falas e rumores de imprensa, sempre falsos e tendenciosos. Disse-lhe então, insistindo: ‘Se tal peço é porque muito me doeria a afronta de ser expulso da representação maranhense como quem houvesse incorrido em falta que dela o tornasse digno[...].’ (NETO, 1918, p. 4).

Porém, segundo Coelho Neto, esse posicionamento assumido por Urbano Santos não durou muito tempo, aparecendo ele um dia “inteiramente transformado, outro em tudo” pois, embora no Maranhão a notícia de sua exclusão estivesse correndo, teria afirmado

“Que nada havia! Que tudo era palreio dos jornais. Que eu ficasse descansado porque, se lhe constasse alguma coisa, ele me avisaria para que tomasse as minhas precauções”. E segredava-se o que me sabia, pedindo-me reserva: “Que dois dos nossos companheiros, esses sim, estavam irremissivelmente condenados – um, por preferência que o incompatibilizara com a Nação em guerra; outro, porque tinha de ceder a cadeira a quem, tendo deixado o governo do Maranhão, não podia ficar sem assento, acompanhando incomodamente, de pé, a marcha da Política.” (NETO, 1918, p. 5)

Posteriormente, a sua exclusão foi confessada por Urbano Santos, na casa do escritor, com a seguinte justificativa:

“Que apesar de todo o seu esforço, que fora grande [...] não conseguira aparar o golpe dos políticos maranhenses, e ali estava para cumprir a promessa que me fizera e que realizava pesaroso, porque, enfim, eu fora sempre um companheiro fiel e que diabo! Tinha um nome que honrava o Estado.” E, como de arreveso, vomitou a notícia da minha exclusão da chapa. (NETO, 1918, p. 5)

Podemos identificar na fala descrita por Coelho Neto e atribuída a Urbano Santos, uma das características primordiais ao funcionamento da dinâmica política na Primeira República, materializada, nesse caso, pela existência de acordos no interior do grupo partidário, sob a liderança de uma figura política que controlava a inclusão ou a exclusão dos nomes que adentrariam a cena política após o período eleitoral. A postura de Coelho Neto em relação a essa dinâmica também merece ser destacada, pois o mesmo não demonstrou indignação ao ser informado que dois dos seus colegas seriam excluídos do partido situacionista, porém o seu posicionamento mudou ao saber que ele próprio fora preterido. Nesse caso, as denúncias de “traição” ou “conspiração”, feitas pelo escritor em *A Política*, estão relacionadas ao fato de, nas eleições federais de 1918, ele ter sido excluído da representação política, o que não excluiu a sua participação nesse mesmo sistema partidário nos processos eleitorais anteriores nos quais fora reconhecido como deputado federal.

A execução da Lei nº 3.208, de 27 de dezembro de 1916, de regulação do processo eleitoral, também foi alvo de críticas em *A Política*. O artigo “*A nova Lei Eleitoral. Alguns casos típicos do seu desvirtuamento*”, publicado no dia 24 de abril de 1918, sem assinatura, destacou que “infelizmente, a nova lei não prestou os serviços que eram de esperar e que, tomadas as necessárias providências, poderá prestar ao país”. Após denunciar casos de corrupção no Distrito Federal, Piauí, Ceará e no Maranhão, o artigo apontou como solução “um trabalho de profilaxia enérgico e urgente na magistratura do país” (1918, p. 14).

Em “*A Peste Negra do Regime. A mensagem do Sr. Presidente da República*”, artigo veiculado em 9 de maio de 1918, também sem assinatura, o alvo foi o discurso proferido por Venceslau Braz no Congresso Nacional, que destacou dentre os feitos do seu governo exatamente a “reforma eleitoral, que deu excelentes resultados” (1918, p. 3). Como resposta, *A Política* afirmou que “a reforma favoreceu os piores resultados, como

se ainda não verificaram em tantos anos de coação e de fraude” (1918, p. 3). O artigo efetuava duras críticas ao posicionamento do presidente:

S. ex. apregoa o “Combate ao personalismo político”. Quando? Em que tempo? Esse personalismo, [...] bem no sabe s. ex. [...] é a peste negra do regime. [...] Mais uma vez, rebuçou-se s. ex., encolheu-se, deixando o campo livre, aos “amigos politiqueros”. É sempre o mesmo cauteloso, menos reservado, embora, para o prejuízo e o desprestígio da nação. (1918, p. 4)

A atuação das Comissões Verificadoras também era alvo de críticas em *A Política*. O “desvirtuamento das suas funções” foi denunciado da seguinte forma:

Quanto ao papel da comissão, que é o de verificar nos livros e mais documentos eleitorais se as eleições correram ou não regularmente, se obedeceram ou não as disposições da lei eleitoral, o que se tem visto é que ela se limita a ouvir ou ler o que produzem os candidatos. [...] O papel da comissão de poderes é examinar e julgar as eleições. Isso de ouvir os candidatos e depois votar de acordo com a impressão por eles deixada, senão de acordo com ocultos interesses políticos, é simplesmente uma corrupção do regime republicano. (1918, p. 3)

O artigo “*O reconhecimento na Câmara*”, veiculado em 9 de maio de 1918, sem assinatura, além de denunciar a indiferença das Comissões Verificadoras “pela lei eleitoral, pela Constituição do país, pelo próprio regime” (1918, p. 4-5), ainda explicitou o desânimo por parte dos contestantes:

Os contestantes, alguns com diferença pequenina de votos em relação aos diplomados, diferença que fariam desaparecer se as comissões atendessem a sua contestação, os contestantes, assim, menosprezados, prejudicados, espezinados, hão de sentir, como toda a gente sente, uma revolta, quase um certo enjô, diante desse processo estúpido e violento de que usaram os dirigentes do reconhecimento de poderes. (1918, p. 4-5)

O descontentamento demonstrado por Coelho Neto ganharia sentido páginas à frente, no mesmo número de *A Política*, com a veiculação de uma nota onde se confirmou o não reconhecimento do escritor ao mandato de deputado federal:

Coelho Neto não foi reconhecido deputado... O chefe do partido maranhense, a que pertencia o genial escritor e orador eloquentíssimo, é o senhor Urbano Santos, vice-presidente da República, governador do Maranhão, *ex-leader* do Senado [...] e sempre e só Urbano Santos. (1918, p. 6)

A derrota de Coelho Neto nas eleições federais de 1918 foi o que motivou a criação de *A Política Revista Combativa Ilustrada*, que se constituiu como um espaço de manifestação de ideias favoráveis à sua causa. Embora, nos primeiros números, o escritor não estivesse oficialmente à sua frente, podemos identificar a sua influência nas pautas abordadas, bem como nos textos veiculados.

A partir da análise dos textos de *A Política*, podemos identificar a tensão que envolveu Coelho Neto e o partido situacionista maranhense, sob a liderança do vice-

presidente da República Urbano Santos. A exclusão do escritor da chapa e a ascensão de Marcelino Machado em seu lugar, foi o fator que abalou a relação entre ambas as partes e, conseqüentemente, ocasionou a sua ruptura, fato esse que não se processou de maneira amigável.

Ao acompanharmos os textos inflamados de Coelho Neto em *A Política* contra o situacionismo maranhense e também a sua repercussão em outros veículos, devemos considerar tanto o rompimento dessa relação, como o fato da mesma anteriormente ter propiciado a eleição do escritor como deputado federal em três legislaturas. Portanto, as denúncias de corrupção veiculadas na revista refletiram o contexto do período, marcado por essa cisão. Nesse caso, podemos identificar a instabilidade dos acordos firmados nos partidos políticos, visto que a integração nos mesmos não representava necessariamente a sua permanência na representação política republicana.

#### **Fontes:**

Política maranhense. A circular dos Governadores. *A Política Revista Combativa Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 4, abril de 1918.

NETO, Coelho. A contestação do Sr. Coelho Neto ao diploma do Sr. Marcelino Machado. *A Política Revista Combativa Ilustrada*, Rio de Janeiro, n.2, p. 3-5, maio de 1918.

A nova Lei Eleitoral. Alguns casos típicos do seu desvirtuamento. *A Política Revista Combativa Ilustrada*, Rio de Janeiro, n.1, p. 14, abril de 1918.

A Peste Negra do Regime. A mensagem do Sr. Presidente da República. *A Política Revista Combativa Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-4, maio de 1918.

O reconhecimento na Câmara. *A Política Revista Combativa Ilustrada*, Rio de Janeiro, n.3, p. 4-5, maio de 1918.

#### **Bibliografia:**

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: entre a eugenia e o sanitarismo?* (RJ, 1916-1933). *Intellèctus* (UERJ), v. XI, p. 1-30, 2012. Disponível em: [http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo\\_Magali.pdf](http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano11n1/artigo_Magali.pdf). Acesso em: 10 set. 2015.

GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 95.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento. Coelho Netto e público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005. p. 202.

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: UNIGRAF, 2007.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 93-95.

## **O Processo de Institucionalização da GRES Unidos do Porto da Pedra.**

(1981-1997) <sup>1</sup>

**Bruno Cesar Santos de Souza**  
**Mestrando / Bolsista Capes**

### **Introdução.**

Pode uma instituição ter data de nascimento? E se essa mesma agremiação tivesse por disputa o seu berço? Alguns poderão dizer: “mas é apenas uma escola de samba.”, led o engano. Talvez seja em uma associação como essa que os pleitos acerca da origem sejam mais acirrados. Tal como em uma comunidade africana, onde nosso objeto de estudo encontra suas raízes, os primórdios de uma escola de samba tem que necessariamente possuir um passado emblemático, quase místico.

Um desafio para os que pesquisam sobre movimentos populares e suas expressões é que muito do material que conta sobre a origem das escolas de samba, foi concebido através do relato de seus fundadores ou das pessoas que vivenciaram seu início, o que para Eric Hobsbawn é um “meio escorregadio”. A memória, neste sentido, é nossa maior aliada e nossa maior inimiga, pois ao passo que esclarece ao pesquisador determinadas questões, também faz com que não a tenhamos em confiança plena, pois pode-se perdela ou modifica-la com o tempo. Hobsbawn nos conta que:

(...) a história dos movimentos populares difere de tais objetos e, de fato, da maioria da história tradicional, na medida em que simplesmente não há um corpo de material a seu respeito. (HOBSBAWN. 2008, p.219)

Para o historiador Pierre Nora uma das discussões mais importantes para a cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre a veneração ao passado, seja ele real ou imaginário, e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade.

Dessa maneira nos é apresentado o conceito lugares de memória como resposta ao imperativo de identificação do indivíduo contemporâneo. São nos grupos “regionais” - ou seja, sexuais, étnicos, comportamentais, de gerações, de gêneros, entre outros - que se procura ter acesso a uma memória viva e presente no dia-a-dia. Nora conceitua os

---

<sup>1</sup> O presente texto é um ensaio de nossas apreensões sobre o processo de formação da Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra, oriunda do bairro homônimo situado no município de São Gonçalo.

lugares de memória como, antes de tudo, um misto de história e memória, pois não há mais como se ter somente memória. Para Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993: p.13).

Sendo assim, tanto o território quanto a memória nos mostram versões simbólicas sobre aquilo que fazemos no nosso cotidiano, nos contam sobre as festas que construímos e sobre como uma expulsão de determinada área central pode (e deve) gerar um novo acontecimento cultural e também a formação de múltiplas identidades.

Para além da história do depoimento e da memória observa-se de bom tom a presença de algum aparato documental para a pesquisa. Nesse sentido, segundo o que consta nos documentos ditos oficiais, a Unidos do Porto da Pedra foi criada em 14 de março de 1978, e teve por base os foliões interessados em retornar ao passado de grandes apresentações carnavalescas que sempre aconteciam pelo bairro, e que por questões financeiras tiveram uma pausa. A título de explicação vale ressaltar que anteriormente os moradores do lugar organizavam suas festas através de doações entre os próprios vizinhos e também por parte da prefeitura, mas que a partir de 1975 não conseguiam mais.

Para a continuação dos festejos tradicionais que ocorriam no bairro, elegemos como preponderante um boteco localizado no centro do lugar: o bar do Paulinho, onde moradores, pessoas que se propunham a organizar o carnaval, amantes do carnaval e doadores puderam se reunir e, literalmente, colocar o bloco na rua e dessa forma fundar a agremiação. Com isso, pode-se afirmar que foi a partir das reuniões formais e informais ocorridas nesse estabelecimento que o bloco, que futuramente se transformará em escola de samba, ganhará vida.

Entretanto, a ideia da construção de um bloco carnavalesco que desfilaria pelo bairro e teria as cores vermelho e branco não era tão inédita assim, pois foi no ano de 1973 que três jovens amigos: Jorge Lambel, Pedro Celestino e Ney Sebastião da Silva tiveram a ideia de fazer um bloco de arrastão que incluísse toda a gente do Porto da Pedra. Ressalta-se que esse bloco, batizado de Bloco Carnavalesco Unidos do Porto da Pedra, não se oficializou por esses anos, pois não havia uma demanda tão grande para isso, e nas palavras de Pedro Celestino, o Cabrinha: “O povo queria era brincar”.

O bloco sem formato oficial iniciou-se em 1973 e teve seu fim no ano de 1975, por conta de falta de verba. Porém trouxe muitos adeptos à causa do samba e fez nascer um grande amor das pessoas do bairro para com o carnaval.

Dessa forma, não elegemos aqui quem foi mais importante para a construção da Porto da Pedra, pois entendemos que ambos os momentos foram de extrema preponderância para a constituição daquela que seria um dos maiores símbolos culturais da cidade de São Gonçalo, que, diga-se de passagem, carece de atividades desse tipo. Cada construção seja em 1973 com o bloco de arrastão sem titulação oficial ou em 1978 com o renascimento da agremiação agora oficial tem seu grau de importância e seu momento histórico, pode-se afirmar apenas que ambas as ocasiões foram indispensáveis para a criação da Porto da Pedra.

### **O bloco carnavalesco e a Escola de Samba.**

A medida eleita de suma importância pelos fundadores de 1978 foi à oficialização do bloco carnavalesco, sendo esta a maior diferença entre esse grupo foliões e os demais presentes na cidade de São Gonçalo. O grupo formado por: Aroldo Moreira, Jorair Ferreira, Jorge Brum, José Carlos Rodrigues, Agenor de Queiros, Paulo Chaffin, entre outros<sup>2</sup> teve a preocupação de tornar oficial, o que para muitos era só alegria. A ratificação judicial empreendida pelo grupo supracitado nos leva a crer que estes tinham a intenção de fazer desse bloco algo mais, e que no mínimo das suas pretensões estaria desfilar no carnaval oficial da cidade, organizado pela Associação Gonçalense de Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos.

Enquanto bloco carnavalesco a Porto da Pedra iniciou seu percurso no carnaval de 1979, onde o enredo era a *Festa Junina*, tema que era tão tradicional no bairro, a agremiação obteve de cara a segunda colocação, a primeira posição ficou com o cruzamento do amor, antigo bloco de enredo de São Gonçalo. Dessa forma, subiram ambas as agremiações, uma vez que eram promovidos o primeiro e o segundo lugar do grupo de acesso para o principal.

“Mundo Infantil” foi o enredo que trouxe a primeira vitória para o bloco, porém essa conquista teve um peso maior que qualquer outra, pois além de levantar a taça de campeã, a Porto da Pedra conseguiu através desse feito se transformar em escola de

---

<sup>2</sup> Nomes citados em “Ata de Fundação”.



samba, pois segundo o estatuto da Associação Gonçalense de Escolas de Sambas e Blocos Carnavalescos o ganhador do carnaval de blocos teria a opção de se transformar em escola de samba, ganhando mais subvenção e visibilidade.

Porque o próprio estatuto da associação das escolas de samba de São Gonçalo tinha uma cláusula que dizia que os blocos que obtivessem a primeira e a segunda colocação automaticamente passariam a ser escola de samba. Ai deixou de ser Bloco Carnavalesco Unidos do Porto da Pedra para ser Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra.<sup>3</sup>

No ano seguinte já como escola de samba, a Porto da Pedra buscou defender o título do carnaval com o enredo: *As Estações do Ano*. A vitória não foi novamente alcançada e a agremiação ficou o terceiro lugar. Em 1982 os preparativos foram todos no sentido de trazer novamente o título, porém agora como Escola de Samba, e a Porto da Pedra acabou por ganhar o carnaval, com o enredo *Reino da Fantasia*.

No ano de 1983, por questões políticas geradas pela troca de prefeitos não houve desfile oficial no município, todavia a Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra não deixou de fazer a alegria do bairro, tocando e mantendo acesa a chama do carnaval da qual era originaria. Em 1984, o carnaval voltou, e o enredo escolhido foi *Domingo na Praça*, onde se buscou contar a história da pracinha do Zé Garoto, importante local situada no antigo centro de São Gonçalo. Com um belo desfile a escola acabou ficando com a segunda colocação nesse que seria o seu ultimo carnaval disputado em São Gonçalo. Por conta do fim do financiamento por parte da prefeitura, a saída de importantes patrocinadores e algumas brigas internas entre os diretores, os responsáveis pela escola decidiram por parar de desfilar no carnaval Gonçalense.

A partir de 1985 a escola para de desfilar no município de São Gonçalo, tendo apenas suas atividades realizadas poucas vezes ao longo do ano. A escola existia, mas não desfilava e se apresentava como antes.

### **O crescimento enquanto escola de samba.**

O processo de institucionalização e organização da G.R.E.S. Unidos do Porto da Pedra, enquanto agremiação carnavalesca e força motriz dos folguedos do bairro e da

---

3 Entrevista com Paulinho Chaffin.

cidade de São Gonçalo (ANDERSON, 2008), só encontrou seu desenrolar pleno durante a década de 1990.

Nesse sentido partimos do princípio de que a GRESU Porto da Pedra afirmou-se enquanto escola de samba a partir do retorno as suas atividades enquanto agremiação e, principalmente a elaboração de desfiles, uma vez que com o fim do desfile de carnaval de São Gonçalo no ano de 1985, a escola ficou sem seu principal patrocínio, a prefeitura do seu município de origem. Por falta de estrutura e de patrocínio, a diretoria da escola entendeu que seria melhor para a saúde da Porto da Pedra mantê-la desfilando somente pelas ruas do bairro e fazendo shows em sua quadra. Por conta disso, do ano de 1985 até o ano de 1992 a agremiação ficou escondida, talvez esperando novos dias de glória, que não tardaram a chegar.

Após sete anos desfilando em seu bairro de origem, em virtude de seu inesperado crescimento, das dificuldades em se expandir para fora do município, à falta de patrocínios e estrutura, a verba escassa da prefeitura de São Gonçalo, a GRES Unidos do Porto da Pedra começou a receber convites para se apresentar novamente, e foi no ano de 1992 que a escola começou a se reestruturar, com ensaios periódicos e disputa de sambas enredo.

O ano de 1993 tem uma importância ímpar para a história da escola, pois nesse momento Jorge Luiz Guinâncio, fundador do bloco em 1974<sup>4</sup>, e Ubervaldo Sergio de Oliveira, ambos empresários do ramo do petróleo<sup>5</sup>, começaram a reunir os antigos componentes da escola para que a mesma pudesse desfilas novamente pelas ruas de São Gonçalo.

A construção de uma grande e imponente quadra para os ensaios e apresentações da escola de samba foi, sem dúvida, de suma importância para o futuro da instituição, uma vez que explanou o nome da escola, angariou fundos e também pode reorganizar o espaço e as relações sociais existentes no bairro. Segundo Milton Santos:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

---

<sup>4</sup> Vale lembra que em 1974 o bloco de arrastão Unidos do Porto da Pedra não continha registro oficial.

<sup>5</sup> Jorge Lambel e Sergio de Oliveira eram sócios na empresa ControlS/A que limpava e retirava óleo da Baía de Guanabara, atividade extremamente lucrativa durante as décadas de 1980 e 1990.

Um fato curioso e que vai mexer com a vida da jovem agremiação foi à composição de um show feito na quadra da Porto da Pedra, quando ainda era na ATN, por Jorginho do Império, que conheceu e se impressionou com os preparativos do bloco para os desfiles naquela cidade. Dizem que Jorginho do Império<sup>6</sup> ficou encantado com aquela que seria “a quadra mais organizada que ele já pisara”. Foi um dos maiores incentivadores para que a escola crescesse e começasse a desfilar no carnaval do Rio de Janeiro, e esse era, embora adormecido, um sonho da então diretoria, formada por Jorge Lambel, Jorair Ferreira, Lelego, Sergio de Oliveira e pelos irmãos Sebastião e Jorge Bergara.

Ainda em 1993 a escola se filiou a AESCRJ (Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro) através de Jorginho do Império. É entendido por algumas pessoas que nesse momento a AESCRJ buscava expandir o carnaval para outras áreas da região metropolitana, como Niterói e São Gonçalo, e viu com bons olhos a inserção da GRES Unidos do Porto da Pedra no seu plantel de escolas filiadas. A Porto da Pedra disputou no Grupo de Acesso da AESCRJ, em 1994, com um belo desfile que impressionou o então presidente da LIESGA Paulo Almeida, que a levou direto do Grupo de Acesso para o Grupo UM. Com o enredo *Campo Cidade em Busca da Felicidade*, fez outro belo desfile, ganhou o título em 1995 e o direito de desfilar no Grupo Especial. Foi uma comoção na cidade. Pela primeira vez uma agremiação de São Gonçalo desfilaria no grupo especial, na Marquês de Sapucaí. Maurição<sup>7</sup>, na época diretor de harmonia me confidenciou que<sup>8</sup>:

Isso foi uma loucura, todo mundo queria desfilar, todo mundo queria um lugar na Porto da Pedra. O pessoal que nem sabia o que era samba queria uma fantasia, e por você ser conhecido no bairro tinha que dar um jeito de enfiar toda aquela gente no desfile (...). A quadra era a pura expressão da alegria.

O ano de 1996 talvez tenha sido o mais emblemático e positivo na vida da Porto da Pedra, pois abriu caminho para aquele que seria o ano mais glorioso da história da agremiação. Em um enredo leve e que discutia sobre o próprio carnaval, a escola chegou

---

<sup>6</sup> Jorge Antônio Carlos, nascido no ano de 1945, tem o samba no DNA, filho de Mano Décio da Viola, foi criado entre os batuques do Império Serrano e se formou para o samba desde muito cedo, exercendo funções em diferentes escolas de samba do Rio de Janeiro. Jorginho do Império é figura central para entender o crescimento da Porto da Pedra a partir do ano de 1993.

<sup>7</sup> Maurício Pinheiro, diretor de Harmonia de Porto da Pedra nos anos de 1994 até 1999.

<sup>8</sup> Entrevista com Maurição (17/07/2014)

ao honroso nono lugar, sendo a surpresa do carnaval daquele ano. Até hoje esse é um dos sambas mais cantados nos ensaios da quadra. *Endiablado* foi um samba que renovou as energias da comunidade da escola, que agora estaria sedenta por mais.

A coroação do trabalho veio no ano seguinte, quando o enredo que tratava de loucura levou os foliões a verdadeiras crises de risadas e ataques. A Porto da Pedra estava oficialmente marcada para sempre na história do carnaval ao cantar “eu canto, eu pinto, eu bordo. Sapucaí é a tela. Porto da Pedra enlouquece a passarela.” Detentora do quinto lugar, com 177,5 pontos, a escola desfilou pela primeira vez no desfile das campeãs.

### **Considerações Finais**

A partir do que foi exposto neste trabalho, podemos concluir que as manifestações culturais criadas pelas classes populares da cidade, tais como as escolas de samba, foram desencadeadoras de identidades. Entendemos também que a institucionalização de uma escola de samba é resultado de uma gama de relações sociais referentes a essas identidades construídas.

Deste modo, faz-se interessante acentuar que a constituição de uma agremiação carnavalesca molda e muda o espaço ao seu redor, por isso pode-se dizer que é construída por pessoas e construtora de pessoas. O próprio desfile de uma escola de samba e seus ensaios semanais tem confirmada importância cultural, não só por suas características próprias, mas pelo que traz de iluminador para uma rica compreensão de temáticas que remetem à sociedade e à cultura brasileira nas suas dimensões mais amplas.

Com isso, entendemos que o processo de institucionalização do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Porto da Pedra teve relevância singular no que diz respeito às práticas sociais do bairro homônimo, pertencente ao município de São Gonçalo. Saber de que maneira se constituiu e se firmou um dos maiores símbolos culturais de cidade faz-se formidável na conjuntura sócio cultural que se encontra em São Gonçalo.

### **Bibliografia:**

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras: 2008.
- CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1996.

- CAVALCANTI, Maria Laura. *Onde a cidade se encontra; o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.) *Usos & abusos da história oral*. FGV Editora, 1996.
- \_\_\_\_\_. (coord.); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAUJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva de; ALBERTI, Verena. *Entre – vistas: abordagens e usos da história oral*. FGV Editora, Rio de Janeiro, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- NORA, Pierre. Entre história e memória. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SOUZA, Bruno Cesar Santos de. *Orgulho e Paixão de uma Cidade: A história do G.R.E.S. Unidos do Porto da Pedra*. Rio de Janeiro. Editora Multifoco, 2015.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **De “irmãos” a sócios: rupturas e possíveis continuidades nas irmandades católicas e sociedades beneficentes negras.**

**Camila Menegardo Mendes  
Mestranda**

Em março de 1861, no Rio de Janeiro, foram enviados ao Conselho de Estado, os estatutos da Sociedade Beneficente da Nação Conga, que tinha como objetivo garantir *socorros mútuos* a homens e mulheres negros associados, oriundos ou descendentes da *nação conga*. Essa sociedade, que também se denominava “protetora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, é a primeira sociedade que temos notícia composta unicamente por sócios negros a submeter seu pedido de aprovação aos conselheiros. Visava ajudar os sócios em suas enfermidades; pagar pensões para os que estivessem em idade avançada ou para os filhos órfãos; cuidar de suas solturas em caso de prisão; e garantir enterros dignos aos sócios. Para receber esses *socorros*, os sócios, além de estarem em dia com as mensalidades, deveriam seguir algumas regras, como, por exemplo, “não se entregar à prática de maus costumes”<sup>1</sup> e participar da missa solene e festividades promovidas pela sociedade no dia de Nossa Senhora do Rosário, santa padroeira de suas atividades.

O objetivo desse artigo é compreender a contribuição das irmandades católicas no fortalecimento dos laços de identidade e solidariedade entre africanos e afro-brasileiros na diáspora e como essa experiência contribuiu para a posterior edificação de sociedades beneficentes por trabalhadores negros. A partir da análise da trajetória da associação da nação conga, buscarei identificar as rupturas e as continuidades possíveis nessas duas formas associativas.

### **Identidade e solidariedade nas irmandades católicas negras**

As irmandades católicas foram o primeiro tipo de associação que os trabalhadores negros tiveram acesso no Brasil e o único em que trabalhadores escravizados podiam legalmente participar (MATTOS, 2004, p. 17). Criadas pela Igreja Católica com a

---

<sup>1</sup> Sociedade Beneficente da Nação Conga (1862). Acervo Arquivo Nacional/ CODES/ 1R/ Caixa 531/ Pacote 3/ Documento 46.

intenção de aproximar os leigos da vida eclesiástica, as irmandades existiam em Portugal desde o século XIII e a tradição se estendeu para o Brasil em sua época colonial. Seus membros – chamados *irmãos* – se reuniam em torno do culto a um santo padroeiro e da ajuda mútua, também praticando ações de caridade. Entre negros e pardos, notadamente, a devoção mais popular era a Nossa Senhora do Rosário (MATTOS, 2004, p. 17).

A devoção a Nossa Senhora e ao rosário surgiu em Portugal no final da Idade Média, estimulada pela Ordem de São Domingos (CALAINHO, 2008, P. 133), seu culto, no entanto, ganhou força justamente quando as primeiras missões dominicanas chegaram à África (QUINTÃO, 2002, p. 78). José Ramos Tinhorão supõe que a popularidade de Nossa Senhora do Rosário entre os negros possa ser atribuída a uma possível identificação com o orixá Ifá, que lia o destino dos homens nas nozes da palmeira okpê-lifá, jogadas juntas ou unidas em um rosário (TINHORÃO, 1988, p. 122). A imagem da Virgem Maria com um longo terço, o rosário, nas mãos chamaria assim especial atenção dos africanos.

Os objetivos das irmandades, sua administração e os direitos e deveres dos irmãos estavam contidos em seus *compromissos* (espécie de estatuto). Entre os deveres estavam o bom comportamento, a devoção ao santo padroeiro, o pagamento das mensalidades e a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Os benefícios incluíam assistência médica e jurídica; auxílio financeiro nos momentos de crise; e, em alguns casos, ajuda na compra da alforria; direito a enterro decente para ele e sua família, com o acompanhamento dos irmãos; e sepultamento na capela da irmandade<sup>2</sup>.

Uma das causas apontada por João José Reis para justificar a popularidade das irmandades entre africanos e afro-brasileiros é sua divisão em etnias, ou em *nações*, termo generalizador difundido pelo tráfico e amplamente utilizado à época. Angolas, congas, nagôs etc., tinham suas próprias irmandades, o que lhes permitia criar laços de afinidades mais profundos (REIS, 1991, p. 56). Posteriormente, muitas irmandades se abriram para novas alianças, mas nunca indiscriminadamente, e sim estabelecendo seletivas regras de alianças interétnicas (IDEM, 1993, p. 6).

---

<sup>2</sup> João José Reis considera a questão dos funerais como um importante ponto de atração dos africanos ao catolicismo praticado no Brasil. A conhecida preocupação dos africanos em promover funerais elaborados para seus mortos adaptou-se bem à tradição luso-barroca de dar pompa aos ritos fúnebres e atraiu homens e mulheres para essas associações (REIS, 1996, p. 17).

As irmandades apareciam como a oportunidade permitida e institucionalizada pelos próprios opressores de se constituir laços de parentesco que, ainda que simbólicos, eram fortemente baseados em complexas estruturas familiares africanas, onde o culto aos ancestrais era a parte mais importante. Elas possibilitaram à comunidade negra formar uma espécie de *família espiritual* na diáspora, onde era possível estabelecer importantes laços de afetividade e solidariedade. A vida social construída nos limites do catolicismo permitia que, abrindo mão de algumas tradições e mantendo outras, os trabalhadores escravizados buscassem “uma saída para continuar existindo enquanto grupo dentro de um universo colonial, hierarquizado, monárquico e católico”. (SOARES, 2004, p. 304).

### **Catolicismo popular e reis negros no Rio de Janeiro do século XIX**

Reginaldo Prandi e Antonia Aparecida Quintão buscaram combater a ideia de que o catolicismo praticado pelos africanos seria apenas algo superficial e de aparências. As religiões africanas, ainda fragmentadas em sua reconstrução no Brasil, eram capazes de dotá-los de uma identidade negra, africana de origem, que tentava recuperar a estrutura familiar e espacial perdidas, mas era o catolicismo que aparecia no universo do trabalhador escravizado do século XVIII como a maneira de movimentar-se no mundo cotidiano. Para Prandi, ser católico tornava-se imperativo para “ser, sentir-se e parecer brasileiros” e, acrescenta: “Nunca puderam ser brasileiros sem serem católicos” (PRANDI, 1995, p. 68).

É claro que mantinham crenças heterodoxas, mas isso não os impediam de *também* serem católicos. Para João José Reis, os negros conseguiram encontrar nas irmandades um “equilíbrio” entre o catolicismo e sua africanidade. Desde sua recriação no Brasil, as religiões de matriz de africanas se desenvolveram em sincretismo com o catolicismo, e em menor grau com as religiões indígenas. “O culto católico aos santos, numa dimensão popular politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos” (IBIDEM, p. 67). A religião católica era o núcleo de convivência oficial da sociedade, e para os escravizados, por muito tempo, a única oportunidade de contato com o mundo social longe do trabalho e da senzala. As irmandades, de modo geral, ajudaram na propagação do catolicismo popular no Império Brasileiro, em grande parte por suas festividades religiosas. Para Martha Abreu e Larissa Viana, as festas religiosas e batuques (como eram genericamente chamadas as festas da população afro-brasileira) eram a



possibilidade de um “exercício de cidadania”, especialmente para escravizados e libertos, pois “propiciavam caminhos para sujeitos sociais nem sempre valorizados comunicarem-se e exprimirem seus interesses culturais e políticos, seus direitos e patrimônios” (ABREU; VIANA, 2010, p. 368).

A festa em homenagem ao santo padroeiro era o principal evento do calendário das irmandades (QUINTÃO, 2004, p. 58). Não à toa a presença dos irmãos nessas festividades era obrigatória na maioria dos compromissos. Em uma espécie de barganha pela proteção divina, os membros garantiam exuberantes homenagens aos santos padroeiros, onde era investida boa parte do dinheiro das mensalidades. Seus fogos, bandas musicais, teatros, danças, procissões e barracas de comidas, bebidas e jogos variados (incluindo os de azar) atraíam a população para os arredores das igrejas. Reis chamou de *carnavalização negra da religião* a mescla entre o sagrado e o profano que ocorria nessas festividades (REIS, 1993). As festas contavam ainda com cerimônias elaboradas, inclusive com o uso de máscaras, e a participação de reis e rainhas negros, devidamente trajados com vestes e insígnias reais. A tradição vinha do catolicismo português, onde pelo menos desde o século XV todas as nações africanas elegiam reis e rainhas em suas irmandades (SOARES, 2004, p. 304). A eleição desta “realeza” era uma referência à conversão do Reino do Congo ao catolicismo no século XV, e era realizada anualmente. Outras nações também escolheram seus reis, mas a partir do século XIX tornaram-se cada vez mais escassas as referências a eles, supondo-se que a denominação *Rei do Congo* tenha se sobreposto aos demais reis de nação (ABREU; VIANA, 2010, p. 247).

Apesar da grande popularidade alcançada, as festas religiosas não consistiam em uma unanimidade. O papel que as irmandades desempenhavam na evangelização e na assistência à população mais carente também fez com que se tornassem alvos tanto do poder secular e como do espiritual, que temiam a excessiva autonomia de algumas entidades (OLIVEIRA, 1998, p. 2). Em uma época em que as instituições eclesiásticas estavam circunscritas ao direito do *padroado*, a questão tornava-se ainda mais delicada. A importância dessas festividades, e mesmo das irmandades, começou a ser alterada a partir da segunda metade do século XIX, quando as mudanças no espaço urbano passaram a se chocar com as práticas religiosas tradicionais. Na posição de capital do Império, o Rio de Janeiro passou por diversas transformações que visavam, sobretudo, “civilizá-lo”, e novas legislações surgiram a fim de melhor regular a utilização do espaço público por seus habitantes.

A partir de 1830 ficou proibido que qualquer espetáculo público fosse realizado sem a autorização da Câmara Municipal, sendo seu o organizador obrigado a pagar uma taxa por sua realização. As décadas de 1830 e 1840 foram especialmente difíceis para as festividades negras. O intenso ingresso de escravizados no país e a participação destes em levantes e insurreições à época fizeram as autoridades ficarem ainda mais atentas aos ajuntamentos de negros. As medidas civilizadoras impostas pelo poder público e o combate ao catolicismo popular, pouco afeito às rígidas normas de Roma, afetaram tanto as festividades religiosas populares, quanto outras práticas desenvolvidas pelas irmandades, como a coleta de esmolas e os enterros no interior das capelas. Para Anderson José Machado de Oliveira, o regime do padroado e a regularização dos espaços públicos podem ser apontados como os fatores que mais contribuíram para o progressivo enfraquecimento das irmandades (OLIVEIRA, 1998). Se as mudanças urbano-sociais diminuíram o poder das irmandades e dificultaram sua continuidade, as legislações que se seguiram tornaram ainda mais difícil a reunião de trabalhadores negros fora da esfera do catolicismo.

### **De “irmãos” a sócios**

Ao analisarmos as sociedades beneficentes surgidas na segunda metade do século XIX, podemos perceber algumas semelhanças entre elas e as irmandades religiosas que viveram seu auge anos antes. Em ambos os casos, o objetivo principal era a ajuda mútua entre seus membros, que garantiam a manutenção de seus benefícios a partir do dinheiro das mensalidades. Assim como nas irmandades, onde existiam os *compromissos*, as associações beneficentes também tinham sua atuação regida por um documento que devia ser de conhecimento e concordância de todos, os *estatutos*. Os direitos e deveres presentes nos compromissos e estatutos também muito se assemelhavam, tratando, em geral, da ajuda financeira ao membro ou sua família em caso de desemprego, morte ou prisão. No caso das mutuais encontramos ainda a preocupação de garantir uma assistência previdenciária, pauta com que o Estado ainda não se ocupava<sup>3</sup>. Dessa forma, algumas sociedades pagavam pensões para os sócios na velhice ou em caso de alguma doença que

---

<sup>3</sup> A Lei Eloy Chaves (1923) é considerada oficialmente o marco inicial da previdência social no Brasil, no entanto, Tânia Regina de Luca destaca o pioneirismo das sociedades mutuais nessa atuação. (LUCA, 1990, p. 11).

o impedisse de trabalhar, além de garantir o mesmo direito aos filhos e filhas dos sócios, caso fossem órfãos.

Os membros, fossem eles *sócios* ou *irmãos*, eram recrutados claramente por critérios de exclusão. Desempregados, subempregados, condenados pela justiça, doentes crônicos e pessoas idosas ou muito jovens não podiam associar-se. Em alguns casos, havia ainda os critérios de distinção étnica. A participação das mulheres também era proibida em boa parte das associações (VISCARDI, 2010, p. 33), no entanto, observamos que nas associações de trabalhadores negros, não havia essa distinção. Podemos supor que pelo mesmo motivo pelo qual se facilitava o acesso das mulheres de outras nações às irmandades negras, ou seja, a fim de aumentar a oportunidade de oferta matrimonial dentro da comunidade africana na diáspora, tradicionalmente carente do elemento feminino.

No que tange a participação de trabalhadores escravizados, no entanto, existia uma diferença fundamental entre elas. Se nas irmandades católicas sua participação era inclusive estimulada pela Igreja e por alguns senhores, nas sociedades beneficentes a participação de escravizados era proibida por lei, mesmo naquelas reunidas por vínculos étnico-raciais. No Rio de Janeiro, além da Sociedade Beneficente da Nação Conga, que abre este artigo, cujos estatutos foram firmados em 1861, temos notícia de outras duas sociedades exclusivas aos trabalhadores negros, a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor e a Sociedade Beneficente da Nação Conga “Amigos da Consciência”, com estatutos datados de 1874.

Apesar das aparentes semelhanças, não há provas empíricas de que as associações beneficentes ou mutuais tenham surgido como um desdobramento ou continuação das irmandades, mas acredito ser possível afirmar sua importância para a consolidação de uma cultura associativa no Brasil no século XIX, em especial no caso dos trabalhadores escravizados, que não podiam experimentar outras formas associativas que não as de cunho religioso.

Em 1860, a Lei 1.083 tornou obrigatória a legalização de todas as associações. As solicitações para a “Imperial Aprovação” eram feitas pela submissão da cópia dos estatutos e atas das assembleias ao Conselho de Estado, devendo também serem informados seus objetivos principais. A exigência dessa aprovação durou apenas 22 anos,

mas o material deixado para nossa análise é volumoso (VISCARDI, 2010, p. 29). Nele encontramos as sociedades beneficentes formadas exclusivamente por trabalhadores negros, já mencionadas. Embora não aja coincidência de nomes nas assinaturas dos estatutos das duas sociedades da nação conga, alguns indícios nos levam a crer que a “Amiga da Consciência” fosse uma recriação da sociedade de 1861.

Todas essas sociedades deixaram claro em seus estatutos a intenção de destinar parte de seus recursos à compra de alforrias e, por isso, tiveram vida curta, pelo menos legalmente, pois seus pedidos de funcionamento foram rejeitados pelo Conselho de Estado, que as acusou de aceitarem trabalhadores escravizados como membros. O que nos importa por hora é tomar as sociedades erguidas sob a identificação da nação conga como exemplo final. Embora em sua tentativa de recriação em 1874, tenham sido modificados em seu estatuto alguns artigos – a saber, aqueles que foram criticados na análise dos conselheiros em 1861 – suas características principais foram mantidas, tratando-se essencialmente da garantia dos mesmos direitos e deveres. No entanto, tanto a autodeclaração da sociedade como “protetora da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário” quanto a exigência de participação dos sócios nas festividades da santa padroeira, foram suplantadas no estatuto da Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência”. Nele não há qualquer referência de aproximação com qualquer entidade religiosa.

A análise dos estatutos de 1861 e 1874 da sociedade da nação conga podem ser de grande importância para melhor compreender o período em que se deu o enfraquecimento das irmandades e o surgimento de outras formas associativas. A organização dos trabalhadores negros sob essa identificação pode nos servir, assim, como importante marco da passagem, dentro desse grupo específico, de uma sociabilidade de cunho religioso para outra, identificada com o mundo do trabalho. Ao que parece, a segunda metade do século XIX descortinou-se em novas possibilidades de associação e solidariedade entre os trabalhadores negros.

Se as irmandades católicas, tão populares no século XVIII, serviram para construir relações de solidariedade e de quase parentesco entre os africanos e seus descendentes, as modificações no meio urbano e no mercado de trabalho, foram acompanhadas pela ascensão das sociedades beneficentes. Creio que, surgidas a partir das necessidades do trabalhador inserido no mercado de trabalho carioca, essas sociedades atendiam melhor a

seus sócios nesse contexto de transformações do que aquelas reunidas a partir de uma identificação religiosa. O mutualismo tratou-se de um fenômeno que correspondia aos anseios dos trabalhadores urbanos, que não podiam contar no período com políticas assistencialistas ou previdenciárias por parte do Estado Imperial. As sociedades de socorros mútuos de fato buscaram alterar de maneira significativa vida dos trabalhadores, especialmente quando visavam estender seus socorros aos trabalhadores escravizados, patrocinando a conquista daquilo que lhes era mais caro: a liberdade.

### Fontes

Sociedade Beneficente da Nação Conga (1862). Acervo Arquivo Nacional/ CODES/ 1R/ Caixa 531/ Pacote 3/ Documento 46.  
 Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência” (1874). Acervo Arquivo Nacional/ CODES/ 1R/ Caixa 552/ Pacote 2/ Documento 45.  
 Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (1874). Acervo Arquivo Nacional/ CODES/ 1R/ Caixa 552/ Pacote 2/ Documento 43.

### Bibliografia

ABREU, Martha; VIANA, Larissa. “Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial – volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.  
 CALAINHO, Daniela. “A mandinga de Deus”. In: *Metrópole das mandingas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.  
 LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.  
 MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar – um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.  
 MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.  
 MATTOS, Marcelo Badaró. “Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: GODMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (Org.). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2004.  
 OLIVEIRA, Anderson José Machado de. “Devoção e caridade: o cotidiano das irmandades na Corte – século XIX”. In: *Anais do VIII Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: ANPUH, 1998.  
 PRANDI, Reginaldo. “As religiões negras no Brasil”. In: *Povo Negro – Revista USP*. São Paulo, n. 28, 1995.  
 QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem meu parente – as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.  
 REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. Rio de Janeiro: *Tempo*, vol. 2, número 3, 1993.

SOARES, Mariza de Carvalho. “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, n. 2, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas”. In: *Revista Mundos do Trabalho*. Santa Catarina, vol. 2, n. 4, 2010.

## **Música, Magia e Poder: um estudo sobre as simbologias afro-religiosas no repertório musical das gravadoras (1927-1937)**

**Caroline Moreira Vieira Dantas**  
**Doutoranda / Bolsista Capes**

Nos anos iniciais do século XX, se formou no Rio de Janeiro uma indústria fonográfica com a instalação da Casa Edison, empresa de Fred Figner pioneira nessa atividade econômica em 1902 (FRANCESCHI, 2002, p.208). A documentação que analisamos, incluindo entrevistas, registros empresariais e musicais revelou questões importantes para compreendermos como se estruturava esse mercado fonográfico, incluindo o contexto de produção, divulgação e comercialização de discos, músicas e aparelhos sonoros, que, nesse período, já apresentava envergadura com significativa quantidade de discos produzidos para um mercado consumidor que se formava<sup>1</sup>.

As gravações tiveram importância fundamental enquanto registro de gêneros musicais e identificação de músicos que faziam sucesso, nos aproximando um pouco desse universo musical consagrado pelo gosto popular. Por outro lado, percebemos que foi um excelente negócio e, certamente, uma oportunidade para músicos de origem popular e também alguns afro-descendentes, com possibilidades de se sociabilizarem com o universo da gravação, adquirindo ainda mais popularidade, alguma remuneração, incrementando sua sobrevivência, pleiteando prestígio e reconhecimento de sua arte. Dentro de um quadro geral, foi uma parcela pequena de músicos que se relacionou com a fonografia, mas certamente representativa, pois eram escolhidos dentre aqueles que já faziam sucesso no teatro de revista, na sala de espera de cinemas, no carnaval, na Festa da Penha e bares pela cidade, portanto já eram conhecidos pela população.

---

<sup>1</sup> Todo o processo de fabricação de discos seria executado no Brasil a partir de 1913, com a instalação da fábrica Odeon no Rio de Janeiro. Antes desse período a gravação era feita na cidade e remetida ao exterior. Não foi um investimento qualquer: teve planejamento, projeto de instalação e tecnologia de ponta. A produção prevista foi de um milhão e quinhentos mil discos. Estavam previstos controle de qualidade e percepção do mercado. Constituíam-se numa fábrica com auto-suficiência industrial, composta por cento e cinquenta operários, capazes de produzir cento e vinte e cinco mil discos por mês. Com previsão de produzir cerca de quatro mil cento e sessenta e seis discos em um dia de trabalho, ou treze discos por hora de prensa, numa jornada de doze horas com um disco a cada quatro minutos. Entre 1902 e 1927 foram gravados aproximadamente sete mil discos, metade destes pela Casa Edison. Para a fase elétrica, entre 1927 e 1964, há cerca de vinte oito mil discos gravados pela Odeon. Nesse período, a empresa passou a produzir uma média de cento e cinquenta lançamentos por ano, perfazendo um quantitativo de quase cinco mil discos. FRANCESCHI, Humberto. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002, pp.198-208.

Com base nesse cenário fonográfico, desconstruímos a visão de que o mercado musical tem seu marco inicial nas décadas de 1930 e 1940. Para Ortiz, só na década de 1940 se pode falar numa “sociedade de massa” de base urbano-industrial, pois “é necessário que toda sociedade se reestruture para que eles (os meios comunicativos) adquiram um novo significado e uma amplitude social”. Segundo ele, os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil colocavam limites concretos para o crescimento de uma cultura popular de massa antes desse período (ORTIZ, 1994, p. 38).

Além disso, o expressivo mercado de discos que aproximava gravadoras, casas de venda, músicos de origem popular e consumidores, distancia interpretações baseadas apenas no modelo cultural europeu, como se no Brasil não tivéssemos produzido nada de original culturalmente. Os anos 1920 caracterizam-se pelo grande interesse de intelectuais pelas manifestações produzidas pelas camadas populares. Esse período é marcado no campo estético e cultural por uma proposta de repensar particularidades da nossa cultura (TRAVASSOS, 2000, p.8).

Contudo, o processo de gravação de músicas de origem popular, inclusive com temáticas afro-religiosas, teve início em 1902 com a instalação das empresas fonográficas. Portanto, esse processo de valorização de culturas associadas às camadas populares não foi detonado apenas nos anos 1920. Há que se considerar a dinâmica de interação entre os próprios músicos e as empresas fonográficas antes da década de 1920, intermediada pelo público consumidor.

Nesse ínterim, a inspiração no universo afro-religioso para compor músicas é recorrente desde o início da fonografia. Tendo como norte esse diálogo cultural, problematizamos essa vinculação no período subsequente (1927 a 1937), em que ocorrem melhorias técnicas, cuja principal foi o uso do microfone, acompanhada de outras mudanças que representaram a consolidação da carreira artística. A partir do final da década de 1920 e inícios da década seguinte, ocorrem relacionamentos mais intensos com os meios de comunicação de massa, principalmente o rádio, que vão conferir outro impulso para a fonografia e para a carreira do músico popular<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> O rádio teve início nos anos de 1920, crescendo ao longo da década de 1930 e alcançando seu auge nos anos 1940 e 1950. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. Cultura Brasileira e Indústria Cultural. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.38.



Para analisar as relações entre os repertórios musicais e as simbologias afro-religiosas nesse contexto, precisamos atentar para os acontecimentos de 1930, marco político-institucional que representou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, um governo centralizador e intervencionista que contrastava com o liberalismo da Primeira República. Desta forma, levamos em conta a aparente “liberdade criativa” que prevalecia desde o início da gravação de músicas até a implementação do Estado Novo em 1937. Apesar do marco inicial ser a “Revolução” de 1930, os acontecimentos políticos de 1937 materializaram as suas pretensões de fundação de um novo Estado e de construção da nossa nacionalidade, pois o liberalismo da Primeira República não compreendia as especificidades nacionais.<sup>3</sup> Nesse discurso, esse período anterior seria caracterizado pelo desconhecimento do homem brasileiro que era cheio de virtudes e guardião das tradições do país, preferindo os valores europeizantes. Para os “revolucionários” de 1937, o período de 1930 até o Estado Novo seria uma interrupção do projeto inicial, e a Constituição de 1934 caracterizada como um desvio da fundação do novo Estado (GOMES, 2005, pp. 190-195).

Como investigamos a correlação entre músicas gravadas e as religiosidades afro-brasileiras, tendo o poder e a magia como cenário, é preciso conhecer as relações estabelecidas entre os aparatos policiais e jurídicos com os cultos associados ao “baixo espiritismo” e à “magia maléfica”. Partindo para uma perspectiva jurídica, foi com a República que os mecanismos reguladores de combate aos feiticeiros foram fortalecidos, a partir do Código Penal de 1890. Segundo Maggie, os artigos que versavam sobre essa questão revelavam o “temor dos malefícios e necessidade de se criar modos e instituições para o combate a seus produtores”(MAGGIE, 1992, pp.22-23).

É no capítulo intitulado “Dos crimes contra a saúde pública”, em que estão enquadrados os artigos sobre a prática ilegal da medicina, a magia e a proibição do

---

<sup>3</sup> A partir de 1937, há uma busca nas manifestações populares do cerne da nossa nacionalidade como ação do Estado. Por isso, a partir desse momento começa a se desenhar outra conjuntura histórica tanto para o campo musical como para as religiosidades que ultrapassam os nossos objetivos. Mesmo fora da nossa baliza temporal, é preciso atentar para a análise de que o Estado Novo, “não pode ser caracterizado como apresentando uma doutrina oficial compacta, isto é, homogênea a ponto de afastar diversidades relevantes. Ao contrário, o que se verifica é a presença de variações significativas que traduzem um certo ecletismo em suas propostas, o que não impede que se encontre em seu seio conjunto de ideias central, capaz de caracterizar um determinado projeto político”. GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 189.

curandeirismo. O artigo 156 determinava que “Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos” geraria “prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.” O artigo 157 previa a mesma pena para quem praticasse “o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio e amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim para fascinar e subjugar a credulidade pública”. Resultando “ao paciente privação ou alteração temporária ou permanente das faculdades físicas” a pena seria de prisão por até seis anos e multa de 200\$ a 500\$000. Para o médico que praticasse tal ilegalidade estava prevista igual pena, acrescentada da proibição de exercer a profissão.

Por último, o artigo n 158 mencionava que “Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício denominado de curandeirismo”, as penas seriam também de prisão de um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$00. Agravaria a situação, aplicando penas de prisão por um a seis anos e multa de 200\$000 a 500\$000, se levasse a pessoa à privação ou alteração das faculdades físicas ou que gerasse qualquer enfermidade. No caso de resultar morte, a pena de prisão seria de seis a vinte e quatro anos.

Contudo, a prática da repressão não teria sido exclusividade do governo da República. Tanto durante o Império como a República houve caminhos de repressão e também de tolerância para com os populares e suas manifestações. Com a República houve “redimensionamentos institucionais”, por exemplo, com a reformulação do Código Penal, mas não se inaugurou um “novo estilo de dominação na relação com manifestação popular.”(ABREU, 1999, pp.337-345)

Os primeiros anos da década de 1930 demarcam continuidades em relação às práticas de perseguição aos cultos afro-religiosos, apesar de sinalizar para um movimento de valorização das culturas populares. Contudo, prevaleceram as relações repressivas e de controle, incluindo as afro-religiosidades nos termos do Código Penal em vigência (GIUMBELLI, 2003, pp.247-281).

O período analisado revela um confuso cenário de repressões e controles, mas havia espaços para a gravação de canções que disseminavam valores e simbologias dos

cultos afro-brasileiros que continuavam sendo perseguidos pelos aparatos policiais. Assim, por meio da fonografia, elementos simbólicos do universo da magia como os feitiços, o ebó e os pontos de macumba estavam sendo difundidos pela vida urbana, como produtos comprados e ouvidos, para além dos redutos festivos. Já no título de algumas músicas havia expressões como *Bom despacho*, *Sai exu*, *Até parece coisa feita*, *Ninguém escapa do feitiço* e *Urucubaca miúda*.

Mesmo com a República intensificando a perseguição à prática da feitiçaria e do curandeirismo, as relações sociais são muito mais complexas e ambíguas, possibilitando a gravação de músicas com simbologias desse mesmo universo religioso criminalizado. A mudança político-institucional de 1930, caracterizando um governo mais centralizador e intervencionista, não apontava para mudanças substantivas na relação dos aparatos policiais e jurídicos com os cultos afro-religiosos e com as músicas populares, havendo mais continuidades e permanências do que rupturas. Assim, é preciso operar com a lógica das interações, pois havia espaços para diálogos entre música, simbologias afro-religiosas e a fonografia. O universo cultural e religioso era permeado de conflitos e repressão, mas também, de permissões, tolerâncias e negociações.

Entendemos a palavra como uma atividade humana, em que se evidencia a relação sujeito-linguagem como uma situação de comunicação, segundo formulações “*bakhtinianas*”. Deste modo, a palavra apresenta um caráter indissociável do seu contexto, sendo pertinente uma análise das letras de música a partir de uma ótica histórica. As idéias são construídas de forma dialógica, sendo autêntico o pensamento que se materializa, pois cada enunciado se configura numa produção social e lingüística, portadora de valores culturais, humanos, ideológicos, estéticos e morais (BAKHTIN, 1997, pp. 279-287).

Analisar canções de origem popular, sendo muitas delas compostas por afro-descendentes, é também dar voz a camadas da população desprivilegiadas socialmente e com pouca representatividade nos processos políticos formais, pois construíram versos que revelavam suas visões da realidade social, econômica e política, a partir das quais podemos investigar suas identidades e suas subjetividades. Partimos da percepção das camadas populares como sujeitos que interagem com as questões do seu tempo, nos afastando de um discurso pautado pela passividade e pela dicotomia repressão e resistência, como modelos analíticos únicos.

As percepções das expressões do universo afro-religioso podem ter tido diferentes apropriações pelos mais variados interlocutores. Os músicos podem ter interpretado a questão de uma forma particular, assim como as empresas fonográficas e os diferentes ouvintes, que carregavam consigo diferentes experiências culturais, fazendo com que as canções fossem compreendidas de acordo com o nível de aproximação em relação às religiões afro-brasileiras. As canções podem ter assumido sentidos religiosos ou apenas lúdicos. De todo modo, elas tornavam conhecidos os símbolos religiosos e eram consumidas e ouvidas por diferentes camadas sociais, demarcando a presença do sagrado afro-brasileiro no universo cultural.

A gravação em disco colaborou para a difusão das simbologias dos cultos afro-religiosos, uma vez que ampliava o raio de alcance dessa temática para vários espaços da cidade, gerando apropriações e sentidos particulares. Deste modo, os elementos simbólicos dos cultos afro-brasileiros não se mantinham apartados da sociedade, mas, ao contrário, dialogavam e interagiam com ela, realizando um fluxo de trocas simbólicas entre terreiros e músicas populares, adentrando espaços profanos.<sup>4</sup>

A cidade do Rio de Janeiro recebeu grande influência das culturas africanas, ocorrendo trocas importantes entre as diversas manifestações que permitem afinidades entre música e afro-religiosidades. Podemos compreender os terreiros religiosos como espaços sociais irradiadores de manifestações culturais, pois em torno deles, se executavam atividades como músicas, culinárias, costuras, ranchos e cordões ligados ao carnaval. A centralidade do terreiro enquanto *locus* religioso é marcante nas variadas atividades que muitos músicos desempenhavam, sendo por vezes, perseguidos pela polícia por serem praticantes de cultos proibidos, ou por estarem vagando pela cidade cantando sambas em bares, carregando violões e, por isso, identificados como perturbadores da ordem.

Para Birman, o tema de mediunidade e a aproximação entre homens e espíritos não seria exclusividade de membros dos cultos espíritas, de umbanda ou de candomblé.

---

<sup>4</sup>A noção de apropriação torna-se muito relevante, uma vez que as práticas e idéias que circulam na sociedade são apropriadas de diferentes maneiras, gerando usos também variados. Segundo Chartier, o importante é a apropriação dos códigos culturais pelos grupos sociais ou indivíduos. CHARTIER, Roger. "Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico". In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, pp. 179-192.

Não seria necessário ser membro de algum desses cultos “para viver submerso num mundo em que vagam espíritos, em que as interferências dos santos e das almas são permanentemente cultivadas”, pois “a possessão como uma forma particular de contato com o sobrenatural é uma referência constante da cultura brasileira” (BIRMAN, 1983, p.8).

Segundo Maggie, a crença no feitiço perpassaria toda a sociedade, uma vez que estaria imbricada nela. Os mecanismos de repressão à magia, fortalecidos a partir da República, foram fundamentais para a constituição da crença, pois não punham em dúvida as possibilidades de promover malefícios ou benefícios a partir da magia, apenas procuravam regulá-la, punindo os supostos praticantes da magia maléfica, ou seja, os feiticeiros. Desta forma, os aparatos policiais e jurídicos recolhiam objetos do culto como materialização da existência dos feitiços e usavam expressões próprias àquele universo religioso para elaborar suas narrativas de acusação (MAGGIE, 1992, p.24).

Pensar no uso de expressões simbólicas do universo afro-religioso nas narrativas de letras de música gravadas no período, colabora para refutar a tese repressiva, que ofusca a percepção de valores e símbolos culturais. A argumentação sobre a repressão e a resistência para explicar as manifestações populares se torna o caminho de uma primeira leitura sobre a questão. E de fato, a repressão dos aparatos policiais e jurídicos, bem como as resistências do cotidiano como tentativas de não abrir mão das suas práticas culturais me parecem inquestionáveis. Contudo, acreditamos que enfatizando processos de negociação e interação entre os grupos, aprofundamos mais a análise. Afinal, os músicos populares, muitos negros e mulatos, procuravam estratégias de interação, por exemplo, com as empresas fonográficas em busca de legitimidade, reconhecimento social, espaço, profissionalização da carreira artística e recursos financeiros. Assim, o nosso esforço de análise se direciona para perceber as ambiguidades, as interações, as tolerâncias e as negociações como preponderantes nessa relação.

Assim, se o cenário religioso do período estava marcado pela crença na capacidade de se promover malefícios ou benefícios por intermédio de sortilégios e feitiços, essa perspectiva de disseminação da crença nos feitiços conecta as simbologias religiosas afro-brasileiras à sociedade mais ampla. Além disso, como os cultos não se mantinham fechados em si mesmos, mas em diálogos constantes com a sociedade, era possível que muitos de seus valores, símbolos, práticas rituais e entidades espirituais

extrapolassem os terreiros, compondo as narrativas das letras das canções gravadas em disco.

### **Bibliografia:**

- ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo; Fapesp, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbamba?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n 16, 1995.
- FRANCESCHI, Humberto. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002.
- GIUMBELLI, Emerson. “O ‘baixo espiritismo’ e a história dos cultos mediúnicos”. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n.19, p. 247-281, julho de 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- TRAVASSOS, Elizabeth. *Modernismo e música brasileira*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

### **Fonte:**

Código Penal de 1890. Decreto de 11 de outubro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em janeiro de 2015.

## Queimados: *jogos de escala* na escrita da história local

Claudia Patrícia de Oliveira Costa  
Doutoranda / Bolsista CAPES

Em novembro de 2015, a cidade de Queimados completará 25 anos da conquista de sua autonomia política, obtida por meio de consulta plebiscitária que determinou o desmembramento desse distrito do município de Nova Iguaçu. Trata-se de um dos últimos municípios a se separar de Nova Iguaçu, em contexto marcado pelo *boom* de emancipações, ocorridas entre fins da década de 1980 e década de 1990 não só no estado do Rio de Janeiro. Tais emancipações se inscrevem em um contexto de âmbito nacional: o processo de reabertura política brasileira e o reordenamento da dinâmica político-partidária no país, com a extinção do bipartidarismo e o fim do período ditatorial. Ao verticalizarmos o olhar, nos deparamos com reivindicações de outras reformas e discussões sobre o funcionamento do sistema federativo, em especial as relações entre municipalidades e instâncias estaduais e nacionais<sup>1</sup>.

Hoje, Queimados é uma cidade com cerca de 140.000 habitantes, distribuídos por 75,695 Km<sup>2</sup>. A base de sua economia é o comércio e a indústria<sup>2</sup>, esta última atividade representada pelo Distrito Industrial, instalado às margens da Rodovia Presidente Dutra desde 1978. Segundo reportagem veiculada há cerca de dois anos, em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, o Distrito Industrial de Queimados teve expressiva participação no crescimento do PIB que, “depois de cair 0,4% de 2005 a 2008, cresceu, nos três anos seguintes, 44%.” Além do notável aumento no índice do Produto Interno Bruto, o texto ainda aborda a realização de obras em diversos bairros da cidade, o que, de acordo com o autor, “viraram o pão de cada dia nas conversas dos moradores.” Altos

---

<sup>1</sup> Sobre essa discussão, ver: BRANDT, Cristina Thedim. “A criação de municípios após a Constituição de 1988”. In **Revista de Informação Legislativa**, n. 187, jul/set 2010, p. 59-75. FAVERO, Edson. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios. Avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. Tese de Doutorado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. USP, 2004. FREIRE, Américo. **Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República Brasileira**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012. MOHN, Paulo Fernando. “Autonomia municipal, centralização e liberdade”. In **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, n. 171, jul/set 2006, p. 199-209. NUNES, Jorge C. P.. **Criação de municípios no novo estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992. PIRES, Maria Coeli Simões. “Autonomia municipal no Estado brasileiro”. In **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, n. 142, abr/jun 1999, p. 143-165. SARMENTO, Carlos Eduardo. **O espelho partido da metrópole - Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas**. Rio de Janeiro: Folha Seca: Faperj, 2008. SARMENTO, Carlos Eduardo. “Entre a fragmentação e a estabilidade: eleições e padrões de representação política no Legislativo Estadual fluminense (1978-2001)”. In: FREIRE, A., SARMENTO, C. E. ; MOTTA, M. S. da. **Op. Cit.** - p. 79-102.

<sup>2</sup> Dados obtidos a partir do IBGE Cidades@: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, Acessado em 22/07/2012.

investimentos da iniciativa privada, atraídos pelo dinamismo do referido Distrito Industrial e a inauguração de filiais de grandes lojas de departamentos também são assuntos abordados ao longo do texto (EXTRA, 06/10/2013).

Muito se fala do crescimento econômico da cidade, porém, uma questão se impõe diante da ênfase dada a esse aspecto: como a identidade queimadense vem sendo construída e negociada ao longo de mais de duas décadas de emancipação? Assim, justifica-se a busca por caminhos que problematizem a escassez de narrativas historiográficas sobre Queimados. Ao propor respostas a essa questão, visamos analisar os potenciais da escrita da história local em Queimados. Nos deparamos com os debates que têm permeado o campo da História Social, especialmente no que concerne a análise do território. Esse conceito, foco de debates no âmbito da geografia, tem sido o fio condutor de trabalhos referenciais sobre os municípios da Baixada Fluminense. Dentre esses trabalhos, destacamos as obras de Soares (2000) e Simões (2006): defendidas, respectivamente, como dissertação de mestrado e tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

Soares se concentra, especificamente, em analisar o processo de emancipação de Queimados. Nesse sentido, procura estabelecer os critérios usados na formação de uma identidade territorial que desse corpo ao novo município. Ao utilizar-se dos conceitos de *ordem*, *desordem* e *contraordem*, buscou demonstrar que no caso estudado, foram identificados os movimentos de *desordem*, no sentido de propor a desvinculação do distrito de sua matriz, Nova Iguaçu, unidade territorial identificada com a *ordem*. Porém, sob essa perspectiva, as conclusões do autor apontam para a ausência do movimento de *contraordem*, posto que houve uma ruptura em relação à matriz municipal iguaçuana mas, até 2000, ano em que a pesquisa foi realizada, não se constatava atributos que conferissem à municipalidade queimadense o estatuto de *ordem*.

Na tese de Simões, Queimados é um dos municípios enfocados pelo pesquisador, que procura identificar as nuances geopolíticas que perpassaram as emancipações dos antigos distritos de Nova Iguaçu. Simões divide sua obra na análise de dois momentos: as emancipações municipais ocorridas na Baixada Fluminense na década de 1940 e os protestos que ganharam força a partir do contexto da abertura, em meados da década de 1980, que abriram caminho para as emancipações da década de 1990. Entre esses dois momentos, o autor contextualiza o período ditatorial, a censura e a repressão a ele



inerentes, como fator que justificou o dilatado período de *inércia territorial*: quando não se registraram emancipações municipais.

Já no que concerne à produção historiográfica sobre a Baixada Fluminense, destacamos uma vertente que ocupa significativo espaço dentre as referências sobre a história local. Constituída por obras que optam por abordagens mais descritivas, como exemplo dessa historiografia, dita memorialista, citamos a obra de Walter Prado (2008), intitulada “História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade.” O autor utiliza em seu trabalho uma concepção linear de tempo que, além de abarcar um recorte cronológico extenso, introduz uma narrativa orientada para o progresso da Baixada Fluminense. Sob essa perspectiva, a existência da Baixada Fluminense e de cada um dos municípios que hoje a integram é naturalizada e enfocada como se essa territorialidade fosse dada *a priori*. A definição desses territórios remontaria a época da doação das primeiras sesmarias, nos primórdios da colonização portuguesa, tendo se desenvolvido em um processo continuado que culmina na conquista da emancipação política de cada município.

Mais recentemente, destacamos as contribuições trazidas pela publicação da obra de Vilson Teixeira, intitulada “História da formação de Queimados.” O autor, ainda na apresentação de seu trabalho, explicita sua proposta, ao afirmar que:

Este não é livro de historiador. Esse fato o priva das virtudes do rigor e do método. Não compulsou documentos originais, não foi aos lugares verificar *in locum* os sítios que foram palco dos acontecimentos (...) Não foi outra a perspectiva: permitir que as poucas efemérides registradas de Queimados chegassem a quem venha a se dedicar a conhecê-las. Não é, porém, um livro didático (TEIXEIRA, 2014, p. 5).

Produções como essas vêm merecendo problematizações levadas ao cabo por pesquisas recentes, que buscam alternativas interpretativas mais críticas ou abrangentes e que mobilizem variada tipologia documental. Essas análises apresentam um aporte teórico-metodológico que estabelece diálogo entre áreas como história e antropologia ou geografia. A partir das premissas fundadas no estreitamento desse diálogo, concordamos que o conceito de território tem ocupado lugar também entre análises empreendidas por parte de historiadores, como nos aponta Milton Santos (1996, p. 23). A incrementar os debates historiográficos em torno de tal conceito, identifica-se o desafio de propor abordagens que se debrucem sobre o território sem perder de vista as dimensões física, temporal e social que o conformam. Nesse sentido, evocamos os debates suscitados pelos *Annales*, no que tange a problemática tempo/espaço, fundamental para o *fazer história*.

Tal problemática surge como manifesto das primeiras gerações dos *Annales*, balizada pela proposta da interdisciplinaridade como via para romper o isolamento da história frente às demais ciências sociais. Primeiramente, propondo um alinhamento metodológico entre história e demais ciências sociais, como a própria sociologia, a geografia e a economia. Na segunda geração, ainda ancorado na perspectiva da interdisciplinaridade, o mote se torna a incorporação de aparelhagem conceitual, em um movimento que colocava a história como campo de experimentação das teorias e métodos desenvolvidos pelas demais ciências sociais. Entretanto, como pontua Jacques Revel,

O campo da investigação em ciências sociais fragmentou-se então, clivou-se. O homem, figura central do dispositivo precedente, deixa de ser o referente fundador para se tornar o objeto transitório, datado, de um ajustamento particular do discurso científico (REVEL, 1989, p. 37).

Esse momento de desconstrução e reconstrução das ciências sociais dialoga com o questionamento dos paradigmas que defendiam as continuidades dentro da perspectiva de uma unidade global. Carreado pelo fenômeno da globalização, Revel fala do “estilhaçar da história” ou do surgimento da “história em migalhas”, ainda que procure destacar as limitações que essas caracterizações ainda mantêm. Para Revel, as descontinuidades, desvios e rupturas, que colocam em xeque a unidade global devem ser tomados pela historiografia como objeto de estudo, buscando situa-los em uma abordagem crítica.

No contexto de contradições trazidas pela globalização, tais perspectivas reavivam os debates em torno das relações estabelecidas entre história e memória, consciência e subjetividade. Ressalta-se o retorno da narrativa, buscando relativizar as críticas postuladas pelas primeiras gerações dos *Annales* que, de acordo com Hartog, não se direcionavam à narrativa em si, mas ao desejo de estabelecer uma historiografia distanciada da história metódica. Ao mesmo tempo, identifica-se a preocupação em propor uma narrativa historiográfica mais agradável ao leitor, problema enfrentado pela historiografia ao reivindicar seu estatuto científico (HARTOG, 2011, p. 175-178). Nessa mesma perspectiva, François Dosse destaca a crise do paradigma estruturalista, ocorrida em torno da década de 1980, e a virada em direção a um novo paradigma que postula o retorno do sujeito como foco das investigações historiográficas. Contudo,

não se trata de simples retorno do sujeito tal qual era visto outrora, na plenitude de sua soberania postulada e de uma transparência possível. Trata-se de um

deslocamento da investigação para o estudo da consciência, mas de uma consciência problematizada...” (DOSSE, 2001, p. 41).

A partir de tais chaves de análise, ainda no ano de 2009, iniciamos uma série de atividades que visavam o registro de depoimentos das pessoas mais velhas da cidade de Queimados. O objetivo mais imediato era responder às inquietações concernentes ao esquecimento/reconhecimento pelas ações pretéritas, manifestas pelos entrevistados que buscamos e por aqueles que, sabendo da iniciativa, nos procuraram espontaneamente. Com o passar do tempo, tais iniciativas se desdobraram em produções que foram sendo apropriadas pela população local, incluindo-se professores e alunos das redes pública e privada de ensino da cidade, como material didático para contribuir com o processo de ensino/aprendizagem da história local. Essa nova demanda propiciou a criação de espaços virtuais<sup>3</sup> para a divulgação de resultados parciais de pesquisa realizados por meio de entrevistas, disponibilização de artigos e fotografias cedidas por moradores para registro. Mais recentemente, foi lançado o livro “Queimados: imagens de uma cidade em construção”, no qual publicamos fotografias coletadas ao longo desses seis anos de pesquisa, organizadas em eixos temáticos que buscavam mostrar registros do cotidiano de Queimados enquanto distrito iguaçuano e durante processo de emancipação política. A parte textual buscou oferecer um panorama da história de Queimados desde a implantação da ferrovia, em 1858, até o final do século XX, apontando alguns caminhos teórico-metodológicos possíveis de serem aprofundados por professores/pesquisadores (ARAÚJO FILHO e COSTA, 2014).

Como outro desdobramento desse trabalho, realizamos a pesquisa que culminou com a dissertação de mestrado “Nas disputas das memórias: um estudo sobre narrativas acerca da emancipação do município de Queimados – RJ, na passagem dos séculos XX ao XXI.” Durante essa pesquisa, nos debruçamos sobre a criação da Associação de Amigos pelo Progresso de Queimados, entidade que surgiu em Queimados com o intuito de corporificar os anseios emancipacionistas e representar tais reivindicações junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Analisamos as memórias reveladas em entrevistas com as oito lideranças remanescentes dessa entidade. Ao longo do trabalho observamos que, passadas mais de duas décadas da realização do plebiscito que

---

<sup>3</sup> Blog [memoriaqueimados.blogspot.com](http://memoriaqueimados.blogspot.com) e perfil na rede social Facebook em <https://www.facebook.com/patrimonio.queimados>

determinou a emancipação política de Queimados, essas memórias procuram ainda estabelecer critérios que determinem os episódios que devem ser lembrados e como devem ser lembrados, e aqueles que devem ser excluídos ou silenciados das narrativas em torno da emancipação da cidade. Por meio dos esforços pelo enquadramento das memórias da emancipação queimadense, observamos as tensões latentes das disputas político-partidárias postas em questão ao longo desse movimento, bem como os anseios dessas lideranças em torno de reconhecimento por suas atuações políticas no passado (COSTA, 2014).

Sem perder de vista as conexões entre aspectos locais, regionais e nacionais, buscamos em nossa pesquisa, a ancoragem no conceito de *escala de observação* (REVEL, 2010). Tal conceito traz fôlego ao campo da História Social, na medida em que relativiza o foco nas macroabordagens, nas estruturas ou na longa duração. Ou ainda, como propõe Márcia Gonçalves, torna-se “relevante ao focar as análises sobre as relações entre o local e o nacional como um dos caminhos de esquadramento, e talvez de outra cartografia das identidades sociais” (2013).

Nesse sentido, o local emerge como um campo de reflexões instigantes, ao possibilitar a pesquisa de recortes temáticos e da própria escala de observação, construídos pelo próprio historiador (REZNIK, p. 3). Assim, entendemos que a análise do local não está atrelada, obrigatoriamente, aos estudos sobre uma cidade. Essa perspectiva nos interessa, na medida em que apreendemos Queimados como comunidade integrada por laços de sociabilidade e pertencimento que são compartilhados e reconhecidos pelos sujeitos que dela fazem parte, para além das mobilizações em torno da conquista da emancipação política. Esses laços se conformam nas evocações das memórias desses sujeitos, estabelecendo nexos que lhes permitam identificar-se em uma continuidade histórica dotada de sentido.

Segundo Rüsen, a memória histórica diz respeito ao “trato com a história e seu papel na vida humana, é a realização ou atualização de um determinado tipo de memória” (RÜSEN, 2009, p. 5). Assim, as narrativas que hoje são construídas, evocando as memórias acerca da transformação de Queimados de distrito iguaçuano a município autônomo, encerram visões do passado em conformidade às suas interpretações possíveis diante do presente que se impõe. A questão se complexifica, na medida em que a memória

histórica surge como um dos pilares para a construção de uma cultura histórica, nos termos estabelecidos por Rüsen:

contempla as diferentes estratégias da investigação científico-acadêmica, da criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extraescolar, do ócio e de outros procedimentos da memória histórica pública, como concretudes e expressões de uma única potência mental (RÜSEN, 2009, p. 3).

Rüsen identifica três dimensões que perpassam a formação de uma cultura histórica: a estética, a política e a cognitiva. A dimensão estética diz respeito aos processos linguísticos de construção de sentido, operados pela memória e sintetizado em textos literários e obras de arte, por exemplo. A dimensão política atua no sentido de legitimar ou questionar as disputas de poder que integram a formação de dada cultura histórica. A dimensão cognitiva, por sua vez, busca problematizar as manifestações estéticas ou políticas, por meio de escolhas teórico-metodológicas que visem tornar coerentes e inteligíveis as experiências históricas.

Portanto, ao entendermos que a cidade como espaço onde a cultura histórica se realiza nessas três dimensões, buscamos avaliar os impactos da municipalização de Queimados para a escrita da história local. Nos colocamos diante de questionamentos que dizem respeito ao processo de construção de identidades, em um município de recente criação, como de outros tantos, surgidos no *boom* das emancipações municipais da década de 1990. Referendado na concepção de história local anteriormente esboçada, ressaltamos que não mais se trata de legitimar um passado, no intuito de forjar uma identidade nacional, única e homogeneizante, como foi perspectiva predominante na historiografia da segunda metade do século XIX e boa parte do século seguinte. Trata-se de contribuir para a compreensão de múltiplas identidades em permanente construção.

### **Bibliografia:**

- ARAÚJO FILHO, Nilson H. de e COSTA, Claudia P. de O. *Queimados: imagens de uma cidade em construção*. Queimados: Asamih, 2014.
- COSTA, Claudia P. de O. *Nas disputas das memórias: um estudo sobre narrativas acerca da emancipação do município de Queimados – RJ, na passagem dos séculos XX ao XXI*. Dissertação de Mestrado em História/PPGH/UERJ, Rio de Janeiro, 2014.
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Ministério da Educação /Secretaria de Educação Básica / Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad.: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: UNESP, 2001.
- GOMES, Antero. “Queimados com apetite.” *Extra*. Rio de Janeiro, 06/10/2013.

- GONÇALVES, Marcia de Almeida. “Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre éticas de pertencimento e identidades sociais.” *História de São Gonçalo: memória e identidade*. Disponível em [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp\\_hsg\\_lista\\_artigos.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm). Acessado em 26/01/2014
- \_\_\_\_\_. *Próximos distantes: notas sobre História Local*. Conferência de Encerramento proferida no II Seminário de Memória e Patrimônio Histórico de Queimados. Queimados, 21 de setembro de 2013.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- ORIENTAÇÃO CURRICULAR: História – anos finais do Ensino Fundamental I. Secretaria Municipal de Educação. Queimados: SEMED-Queimados, 2012.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- PRADO, Walter. *História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado” *Revista Brasileira de Educação*. vol. 15 nº. 45: set./dez. 2010. – p: 434-444.
- REZNIK, Luís. “Qual o lugar da história local?” *História de São Gonçalo: memória e identidade*. Disponível em [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp\\_hsg\\_lista\\_artigos.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm). Acessado em 26/01/2014. – p: 1-5.
- \_\_\_\_\_. “História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades.” Disponível em [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt\\_hsg\\_artigo\\_04.pdf](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_04.pdf). Acessado em 26/02/2015. - p: 1-10.
- RÜSEN, Jorn. “¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia”. *Culturahistórica*. Tradução inédita do texto original alemão, 2009 Disponível em [culturahistorica.es/ruesen/cultura\\_historica.pdf](http://culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf). Acessado em 25/02/2015. - p: 1-31.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado. PPGG/UFF. Niterói: 2006.
- SOARES, Marcus Rosa. *Ordens, desordens e contra ordens territoriais em Queimados – RJ*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/PPG, 2000.
- TEIXEIRA, Vilson F. *História da formação de Queimados*. Queimados: Edição do Autor, 2014.

## **Intertextualidade e Memória Social: As vozes que compõem as narrativas sobre a Ditadura Militar no Livro Didático de História**

**Danielle Rodrigues Silveira**  
**Mestranda / Bolsista FAPERJ**

Com o intuito de apreender os trabalhos da memória social sobre o discurso acerca da Ditadura Militar nos livros didáticos de História e diferentes tempos, apresentaremos a análise parcial dos livros didáticos “História da Sociedade Brasileira” de Francisco Alencar, Lucia Carpi e Marcos Venício Ribeiro publicados em 1979 e 1996.

Francisco Rodrigues de Alencar Filho, nascido no rio de Janeiro em 19 de outubro de 1949, conhecido publicamente como Chico Alencar - formou-se em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1974. É mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atuou como professor da escola básica da rede municipal e privada do Rio de Janeiro entre 1971 e 1988. É professor licenciado de Prática do Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao longo de sua trajetória, Chico Alencar participou ativamente da política nacional.

Foi vereador do Rio de Janeiro, pelo PT, de 1989 a 1996. Em 1998 foi eleito deputado estadual: presidiu a Comissão de Direitos Humanos e foi vice-presidente da Comissão de Educação da ALERJ. É Deputado Federal, eleito pelo PT em 2002, reeleito em 2006, 2010 e 2014 pelo PSOL. Atualmente é o líder da bancada do partido na Câmara Federal, membro titular da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial de Reforma Política. Os livros analisados, portanto, fazem parte de sua trajetória como professor da rede pública e o início de sua atividade parlamentar, como vereador.

Marcos Venício Ribeiro é historiador e atualmente é coordenador do centro de pesquisa e editoração da Biblioteca Nacional. Além desta obra, Ribeiro foi autor junto com Chico Alencar do livro didático “Brasil Vivo”.

O livro “História da Sociedade Brasileira” teve sua primeira edição publicada em 1979, ou seja, foi um dos primeiros livros didáticos a incorporar o processo da Ditadura Militar como conteúdo programático. Sua narrativa a respeito do regime militar é marcada por uma forte argumentação e pela evocação dos mais diversos sujeitos para compor sua argumentação.

Como referencial metodológico para a análise dos livros, mobilizaremos os estudos do campo da linguagem a respeito do conceito de dialogismo e intertextualidade.

Compreendemos por diálogo “toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (Bakhtin, 1992). Neste sentido, por estabelecer uma comunicação verbal entre texto e o leitor, a narrativa didática apresenta uma série de diálogos: do autor com as fontes e referenciais e - no caso dos temas do tempo presente as vivências também dialogam - do texto com o leitor.

Segundo Bakhtin, o texto é repleto de tonalidades dialógicas, é ele que expressa as vivências humanas, constitui-se o representante da visão de mundo de um sujeito. No texto, estão presentes ao menos duas vozes: o sujeito que escreve e o outro que o autor parodia. Em outras palavras, ao passar para o papel todos os seus sentimentos, anseios o “eu” na realidade se torna “outro” e assim se estabelece a relação dialógica. Somente na interação dos sujeitos é que há a construção de sentidos para Bakhtin. (BAKHTIN, 2003.) Segundo Renata Marchezan a palavra diálogo é entendida no contexto bakhtiniano como reação do eu ao outro, como ponto de tensão entre o eu e outro, entre círculos de valores, entre forças sociais. (MARCHEZAN, 2008 p. 120)

Intertextualidade é um conceito muito aplicado na atualidade para fazer referência aos textos que estabelecem uma espécie de diálogo entre si, de forma intencional ou não intencional. Julia Kristeva (2005) em uma sucinta definição do conceito resume a intertextualidade como a transformação e absorção de um texto através de outro.

Para a elaboração da análise e da comparação dividimos o conteúdo deste livro em cinco temas ou partes significativas presentes nas duas edições do livro, que norteiam a pesquisa: prefácio – destacamos as “pistas” deixadas pelos autores ao longo da escrita do prefácio, buscando destacar elementos que podem contribuir na compreensão da narrativa sobre o tema –, o Governo Jango- nesse tema buscamos destacar como os autores abordam as relações entre o governo Goulart e o Golpe Militar - , a consolidação da Ditadura Militar – abordamos nesse tema como é tratado na narrativa o estabelecimento do regime de sua instauração até o governo Costa e Silva (1967-1969) - , o Milagre Econômico – buscamos analisar a argumentação dos autores acerca do período de euforia econômica – e a abertura política – analisaremos aqui como os autores vão abordar a distensão política. Neste texto, apresentaremos a análise do terceiro tema. Tendo em vista o caráter dialógico da narrativa de ambos os livros, selecionamos como categoria de análise a intertextualidade e a construção da argumentação estabelecida em cada eixo, bem como a incorporação de imagens e charges à narrativa.



### **Consolidação do Regime no livro de 1979**

O momento da narrativa que denominamos como consolidação do regime está inserida na quinta unidade denominada “Um Novo Estado: A República de 1964 aos nossos dias” especificamente no primeiro item denominado “Novos atores na cena política”. No decorrer da análise constatamos uma forte influência da perspectiva analítica do período, construída por Fernando Henrique Cardoso,<sup>1</sup> na elaboração da narrativa elaborada por Alencar, Carpi e Ribeiro.

É válido ressaltar que Cardoso, assim como Ianni atuou na escola de Sociologia Paulista<sup>2</sup> vinculada a Universidade de São Paulo (USP) no mesmo período, além de participarem da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)<sup>3</sup>, o que evidencia uma aproximação política ideológica por parte desses autores. Ao mobilizá-los na elaboração da narrativa didática, Alencar, Carpi e Ribeiro se mostram simpáticos ao posicionamento desses intelectuais de oposição ao regime. Essas escolhas ampliam o escopo da afirmação de Fico, relativa à historiografia sobre a ditadura militar, de que, por se tratar de um tema da História do Tempo Presente, os autores do livro didático recorrem às ciências sociais na busca de referências sobre o período. Vemos que a historiografia escolar, expressa no livro didático, é movida por essa necessidade e também recorre a tais fontes. Partindo dessa constatação, apresentaremos a seguir como esse diálogo foi construído.

Cardoso interpreta o regime militar como uma “rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente”. Nega, portanto, que o golpe fez parte da continuidade da história contemporânea brasileira iniciada em 1930 e interrompida no período de 1945-1964. Alencar se baseia na interpretação de Fernando Henrique Cardoso na elaboração da narrativa. Nesse sentido, ao denominar a unidade como “Um Novo Estado” e o primeiro

---

<sup>1</sup> O texto de FHC utilizado como referência foi “O regime político brasileiro” publicado em Estudos CEBRAP em 1971.

<sup>2</sup> A Escola Paulista de Sociologia exerceu um importante papel na construção e divulgação dos estudos sociológicos e políticos. Destaque para a atuação de Florestan Fernandes, um dos principais sociólogos brasileiros. Na ocasião citada, orientou Fernando Henrique Cardoso em seus trabalhos acadêmicos desenvolvidos na Escola de Sociologia.

<sup>3</sup> O CEBRAP é uma instituição de estudos e pesquisas em Sociologia, Política, Filosofia, Economia, Antropologia e Demografia. Foi fundada no ano de 1969 por intelectuais, a maioria dos quais professores da Universidade de São Paulo (USP) afastados pela ditadura militar.

item de “Novos atores na cena política” os autores anunciam o viés interpretativo que conduzirá a sua escrita.

Na mobilização de esforços para definir os aspectos que legitimaram a vitória dos militares, os autores evidenciam como característica do Governo do General Castelo Branco ser “restaurador da economia e favorável à definição de um padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa, contrário ao intervencionismo do Estado”. Essa caracterização dialoga diretamente com a estabelecida por Fernando Henrique Cardoso: “O movimento de 64 procurou legitimar-se como restaurador de uma economia e como um movimento favorável à definição de um padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa, contra a orientação favorável ao estatismo econômico que se atribuía ao governo deposto”. (CARDOSO. 1971, p. 85-86)

A dicotomia entre “militares moderados” e “linha dura” é interpretada pelos autores como uma espécie de “guerra fria” onde o objetivo principal de ambas as vertentes é a “defesa do mundo ocidental” seja pelo viés liberalizante dos moderados ou pelo autoritarismo anticonstitucional da linha dura. De acordo com Alencar et.al., “(...) era estabelecida internamente a “guerra fria”: o fundamental era a defesa do “mundo ocidental”. Por isso, as intenções democráticas e liberalizantes dos chefes do Novo Regime se chocavam com medidas autoritárias, tomadas com frequência”. Neste sentido, de disputas internas entre os militares, a edição do Ato Institucional número 2<sup>4</sup> representa, na perspectiva dos autores, a imposição da “linha-dura” sobre “moderados”. Para tornar evidente a postura do grupo mais radical do regime, os elaboradores do livro didático recorrem à intertextualidade explícita extraindo um trecho do preâmbulo do Ato: “Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará”.

Dentre as medidas autoritárias tomadas pelo governo após o AI-2, os autores destacam o fechamento do congresso nacional às vésperas das eleições parlamentares de 1966 e a reação de insatisfação de políticos que inicialmente apoiaram o golpe. Nessa perspectiva, Alencar, Carpi e Ribeiro fizeram uma breve reflexão - posta em destaque no texto com fonte em itálico - sobre essas medidas dizendo que: “A intervenção militar liquidava não só o regime populista mas a própria expressão política direta da burguesia, isto é, o sistema de partido”. A partir da leitura do texto “O regime militar brasileiro”,

---

<sup>4</sup> O AI-2 foi editado em outubro de 1965 e através dele foram reestabelecidas a suspensão das garantias individuais, a cassação de mandatos. Além disso, o Ato previa o recesso do congresso nacional e as eleições indiretas para Governadores e para Presidente da República.

identificamos que a reflexão dos autores foi parafraseada do texto de Cardoso: “Para conter a ‘pressão de baixo’ foram tomadas medidas que implicaram não apenas na liquidação do regime populista, mas da própria expressão política direta da burguesia: o sistema de partido (...)”.

Os autores, ao desenvolverem uma avaliação a respeito da institucionalização do regime militar, destacam o não cumprimento do desejo de Castelo Branco de garantir a democracia e exemplificam chamando atenção para a implantação do bipartidarismo e sua repercussão como um empecilho à participação popular. No entanto, destacam que: “A extinção das velhas agremiações e o surgimento do bipartidarismo não resolveram os problemas dos canais de expressão política e ideológica das diversas tendências existentes na sociedade brasileira”.

Ao apresentar uma breve avaliação sobre o governo do General Castelo Branco, os autores chamam atenção para a interdependência da chamada burguesia empresarial com o governo militar. De acordo Alencar et. al., “o desenvolvimento capitalista brasileiro, do qual se beneficiavam a burguesia e as empresas associadas ou integralmente estrangeiras, precisava das forças armadas e dos tecnocratas, para exercer funções de controle, no plano social, e modernizadoras, no plano administrativo.” (1979 p.322)

Esta perspectiva dialoga com a interpretação de Fernando Henrique Cardoso a respeito das relações políticas entre a burguesia empresarial e o governo militar. Para o autor: “O desmantelamento das organizações de classes assalariadas e a ‘tranquilidade política’ obtida com a repressão[ do regime militar] facilitaram, naturalmente, a retomada do desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada” (CARDOSO, 1971, p.102)

Considerando os limites do governo de Castelo Branco como o marco temporal da consolidação do regime militar e levando em conta o que foi desenvolvido neste item, concluímos que a argumentação dos autores do livro didático foi construída em concordância com a interpretação de Fernando Henrique Cardoso a respeito do regime militar. Em síntese, para Cardoso apesar do discurso inicial de luta contra o governo populista e pela democracia, os militares na prática afastaram, além do populismo, a expressão política da burguesia através da implantação do bipartidarismo e o fechamento do Congresso Nacional. Por outro lado, favoreceram os grandes empresários nacionais e internacionais com o desenvolvimento do capitalismo (CARDOSO, 1971)

### **Consolidação do Regime no livro de 1996**

Neste tópico de análise não houve alterações substanciais no texto escrito. Mais uma vez as mudanças foram em relação à linguagem visual. Nesta edição, além das fotografias – que já vinham sendo utilizadas nas edições anteriores - os autores trouxeram charges que tematizam a política para compor a narrativa. Faremos uma breve reflexão a respeito da utilização desses recursos visuais no ensino de história e em especial, nos livros didáticos. Para Lana Siman, a elaboração desse conhecimento não ocorre diretamente entre sujeito e objeto, passa pela ação mediadora de linguagens, signos, entre outros.

Se levarmos em consideração que a linguagem é um dos princípios do conhecimento por estar envolvida nas tentativas de perceber a realidade, a fotografia e as charges – linguagens imagéticas – atuam como mediadoras para a percepção do mundo e para o processo de construção do conhecimento histórico. Podemos relacionar a intensa presença dessas linguagens – especialmente a partir da segunda metade do século XX – nos livros didáticos de história e nas salas de aula as concepções de fontes históricas propostas pela História Nova inseridas na prática do ensino.

Outro aspecto que chamou atenção foi a alteração no título da unidade. Na edição publicada em 1979 a unidade foi denominada de “Um novo Estado: a república de 1964 aos nossos dias”. Nesta edição o novo título dado atribuído a unidade foi “O regime autoritário: A república de 1964 a 1985”. Entendemos que essa mudança está relacionada ao distanciamento temporal entre a publicação dos livros. A primeira edição foi publicada em plena ditadura, ou seja, se o livro fizesse menção direta ao caráter autoritário do regime, poderia ser censurado. Com o fim do regime e, conseqüentemente, da censura, os autores ficaram livres para qualificar o regime.

Caracterizado como um texto visual humorístico e crítico, a charge é um tipo de texto atraente para o leitor, pois a imagem é de rápida leitura e transmite diversas informações sobre um determinado assunto de uma só vez. No entanto, para que esse recurso cumpra sua função, o leitor deverá estar bem informado sobre o tema abordado na imagem para que possa compreender e captar seu teor crítico, ou seja, o diálogo entre o texto visual (charge) e texto escrito deverá estar bem construído. João Batista G. Bueno destaca que as fontes iconográficas, assim como as escritas, podem estabelecer relações de complementação ou de tensão com os textos explicativos, com legendas, ou, então, com os enunciados dos exercícios.

As charges e as fotografias estão presentes na maioria das páginas analisadas neste tópico. Sendo assim, nos dedicaremos à interpretação e análise dessas imagens buscando perceber como essas linguagens visuais dialogam com o texto. Ao abordar a promulgação do AI-2 os autores apresentam uma charge de Fortuna -posicionada na lateral do texto- que foi publicada no *Correio da Manhã* em 21 de outubro de 1966. Na imagem um homem aparece alterando a construção arquitetônica do congresso nacional com as próprias mãos, colocando a semiesfera (que representa o assento do senado) junto com o hemisfério (que representa o assento da Câmara dos Deputados). Essa charge faz uma crítica às medidas impostas pelo Ato Institucional número 2, que previam a decretação de recesso de todas as casas legislativas.

Logo abaixo da imagem analisada acima está outra charge feita por Jaguar em 1964 (sem referência de publicação). Nesta, aparecem dois homens conversando e um fala para o outro: “Assim que o governo escolher o candidato único, serão marcadas as eleições.” O que mostra uma crítica clara às eleições indiretas. Mais uma vez as medidas autoritárias do governo militar são ironizadas.

A fotografia da passeata dos cem mil que ocorreu no Rio de Janeiro em junho de 1968, que já aparece na primeira edição, é incorporada no meio do corpo do texto em que o evento é narrado pelos autores. Esse reposicionamento da imagem proporciona na leitura uma maior interação entre o texto verbal e o texto visual.

Através da análise das charges e fotografias apresentadas podemos perceber a argumentação de que o regime militar se consolidou a partir de medidas arbitrárias e autoritárias, passando por cima das demandas colocadas pela população.

Diante do que foi apresentado neste tópico, podemos concluir que as mudanças em relação à narrativa apresentada na edição publicada em 1979 ficaram a cargo da mobilização das linguagens visuais. As charges e as fotografias foram bem integradas ao texto, contribuindo para compreensão e para uma análise crítica dos leitores (alunos e professores) em relação ao tema abordado.

### **Bibliografia:**

- ABDALA, Rachel Duarte. *A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2003
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992

- MARCHEZAN, Renata Coelho Diálogo In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O regime político brasileiro*. Estudos CEBRAP. 1971.
- CHOPPIN, Alain . História dos Livros e das Edições Didáticas: sobre o estado da arte. Scielo Brasil. *Educação e Pesquisa*, 2004.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*. 2012, vol.28, n.47, pp. 43-59. ISSN 0104-8775. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf> Acesso em: 20-04-2015.
- \_\_\_\_\_. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n. 47, p.29-60. 2004.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semánlise*. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98.
- ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) In: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. Vol2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SIMAN, Lana Mara. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos. In: ZARTH, Paulo A; et al. (orgs.) *Ensino de História e Educação*. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2004.
- ZAMBONI, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de história. *Revista brasileira de História*, São Paulo , v. 18, n. 36, p. 89-102, 1998 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881998000200005&lng=e&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000200005&lng=e&nrm=iso).

## **A história da disciplina Estudos Amazônicos (1990-2000).**

**Davison Hugo Rocha Alves**  
**Mestrando / Bolsista CAPES**

Esta comunicação é parte do meu projeto de pesquisa de mestrado em andamento, tendo como finalidade estudar a consolidação no Pará durante os anos 1990 de uma proposta regional para a escola, portanto, percebemos que a partir da história da disciplina Estudos Amazônicos há um confronto de narrativas sobre o que contar a respeito da Amazônia, isto fica claro quando observamos a formação dos professores acadêmicos que elaboraram os manuais didáticos dos anos 1990<sup>1</sup>.

Os debates na Secretaria de Educação do Estado do Pará e a elaboração da disciplina Estudos Amazônicos, começaram a ser discutido em 1987, quando esta secretaria organizou um evento em Belém voltado para os professores da rede estadual, neste encontro os professores ressentiam-se da falta de material didático, que dialogasse com temas amazônicos para a escola. Neste sentido a SEDUC em parceria com o IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará), publicou uma coletânea de textos voltados para os professores da rede estadual, que discutisse alguns acontecimentos recentes na região amazônica, processos sociais que até então eram silenciados no espaço escolar.

Os professores universitários ou pesquisadores (estudiosos estrangeiros) do tema de cada capítulo que resultou neste livro-texto ressaltam as recentes questões sociais-econômicas, mas também por questões que envolvem as cidades amazônicas, a terra, a cultural, a questão regional e as questões ambientais, que buscam compreender o espaço amazônico a partir de sua nova configuração social e territorial. Este livro tornou-se uma referência inicial para o segundo grau quando se trata de debater na escola algumas questões referentes a Amazônia, haja vista, que os temas amazônicos eram dispersos em inúmeros livros, textos de revistas e jornais.

A importância de construir novos caminhos para a História regional criando este livro-texto, e posteriormente uma disciplina regional parte da perspectiva de compreender

---

<sup>1</sup> Os manuais didáticos a serem analisados por esta pesquisa são: LOUREIRO, Violeta. Amazônia: História e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais). Editora Distrobela, 2000; LOUREIRO Violeta. Amazônia: meio ambiente. Editora Distrobela, 2000; PROST, Gerard. História do Pará: das primeiras populações à Cabanagem. Belém, 1998; PROST, Gerard. História do Pará: do período da borracha aos dias atuais Belém, 1998.

a realidade atual da região amazônica, tentando fazer uma aproximação entre a experiência dos novos sujeitos sociais que surgem na região amazônica e qual a sua interação neste espaço. Resgatar o papel da história no currículo regional passou a ser uma tarefa primordial deste movimento de professores no Pará. Com a intenção de que a Amazônia, não seja só mais um capítulo dentro dos livros didáticos que estude as regiões brasileiras, mas que evidenciam os problemas sociais percebemos que esta era uma crítica presente nos discursos dos professores.

O professor Ribamar Oliveira<sup>2</sup> que à época ministrava cursos de formação no interior do Estado do Pará para professores da rede estadual, afirma que havia carência de materiais didáticos para ser utilizado tanto pelos professores como pelos alunos, um dos desafios dos professores segundo ele, era construir seu próprio material para uso na disciplina à época ‘Estudos Paraenses’. Neste momento a Secretaria de Estado do Pará organizou um encontro na cidade de Belém para realizar a capacitação dos professores da rede estadual que ministravam a disciplina Estudos Paraenses, o professor Ribamar Oliveira argumenta que houve dificuldade de sistematizar um material didático que debatesse temas amazônicos, isto se deveu diante da diversidade de professores que trabalhavam na rede estadual, pois, eram oriundos de outros Estados que lecionavam no interior do Estado.

Nesta pesquisa estamos trabalhando com dois grupos de professores/autores de livros didáticos regionais no Estado do Pará, de um lado estão os professores acadêmicos que chancelam a autoria dos dois livros didáticos e de outro os professores de História da rede estadual de educação que não estavam na academia, mas em sala de aula, colaborando com a escrita e a pesquisa do livro didático tendo que ensino e pesquisa para poderem construir seja em pesquisas no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) fontes primárias para a elaboração do livro didático regional, no entanto, neste mesmo grupo de professores havia os que foram cedidos para a Secretaria Estadual de Educação como foi o caso dos professores Maria de Fátima Oliveira e William Junior na função de técnicos pedagógicos, outro como o

---

<sup>2</sup>Formado em História pela Universidade Federal do Pará, o professor Ribamar Oliveira foi entrevistado por participar da elaboração do livro didático História do Para, que foi coordenado pela professora Violeta e organizado por Gerard Prost.



professor Ribamar de Oliveira e da professora Edilena Barbosa que continuaram em sala de aula, mas que também colaboraram com a escrita do livro.

Estamos neste projeto de pesquisa dialogando com a concepção de André Chervel (1990), sobre o estudo da história das disciplinas escolares para analisar a experiência de uma disciplina regional criada no Estado do Pará, que foi denominada de Estudos Amazônicos. As disciplinas escolares possuem determinado grau de autonomia epistemológica, quando estas se propõem a pensar questões relativas à produção e à transmissão de conteúdos específicos de uma disciplina que demarcam uma trajetória escolar. Este aspecto pode ser analisado no currículo para ser ministrado na disciplina Estudos Amazônico, quando foram escolhidas como centro de discussão na escola, os problemas amazônicos, que vinham advindo desde o período da borracha até os dias atuais como a concepção de História regional segundo o currículo proposto para esta disciplina.

O que mobiliza os professores acadêmicos e não acadêmicos que participaram da construção destes manuais didáticos e da disciplina regional a pensar esta disciplina criada no Pará, são as recentes transformações pelo qual passou a região amazônica, portanto, era necessário debater essa nova configuração sócio espacial da Amazônia nas escolas. Havia uma preocupação em construir uma nova relação no espaço escolar que dialogasse com as questões regionais sobre a relação passado-presente, há uma necessidade que fosse privilegiada a região amazônica a partir de suas transformações sociais que ocorreram logo após a abertura da Belém-Brasília e a ocupação de determinados espaços com a construção de rodovias.

Os professores/autores que escrevem as narrativas didáticas no Estado do Pará apresentam uma nova perspectiva de história regional possível de ser ensinada, portanto, eles constroem a partir de suas evidências um lugar de memória a ser sedimentado nesta escrita regional, fazendo emergir nesta narrativa escolar a presença do ser amazônida, deixando explícito em sua narrativa as relações sociais dos sujeitos que fazem parte da sua história recente, como o posseiro, o grileiro, o caboclo e o indígena, portanto, trazendo a tona aspectos e fatos que nos permitem compreender a história recente da região amazônica no espaço escolar.

A concepção de História da região amazônica diferenciava-se de uma História do Pará, consolidada nos livros didáticos lançados no Pará durante o século XX, percebemos

que os professores do Pará apresentam como concepção de estudo para os chamados “Estudos Amazônicos” uma narrativa que dialoga com algumas questões regionais, com o modelo de desenvolvimento, com os problemas sociais e as questões ambientais.

Percebemos que as propostas curriculares apresentadas pelo Ministério da Educação durante os anos 1990 estavam em diálogo com a proposta de elaboração de uma disciplina regional no Pará, haja vista, que diante das recentes transformações pelo qual passou a região amazônica não era interessante continuar reproduzindo no espaço escolar uma narrativa que versasse somente sobre a História do Pará, mas que a História do Pará fosse incluída dentro de uma disciplina de amplitude regional que ficou denominada de ‘Estudos Amazônicos’.

O ensino desta disciplina possui alguns problemas, que são: o primeiro refere a qualificação do profissional formado para ministrar esta disciplina, o segundo refere-se ao conteúdo programático que deverá ser ministrado por este profissional e o terceiro diz respeito ao material didático que o professor desta disciplina terá para uso em sala de aula. Portanto, além desses problemas de ordem estrutural, temos uma problemática em questão, dentro desta perspectiva de criação desta disciplina regional, qual o lugar da História dentro deste universo de pesquisa sobre os estudos amazônicos.

Neste projeto de pesquisa nos detemos sobre duas questões: a criação da disciplina e a sua produção regional durante os anos 1990. Os pesquisadores da área das ciências humanas no Pará (historiadores, geógrafos e sociólogos) com a finalidade compreender a historicidade da região amazônica, apresentam suas narrativas sobre a região amazônica, que em alguns momentos dialogam com o Pará, com a cidade de Belém, com a floresta amazônica (problemas e perspectivas), com a história local e com a história recente (eventos chaves que aconteceram após a abertura da Belém-Brasília), e lançam no mercado editorial seu material didático para uso nas escolas públicas e privadas do Estado do Pará. Percebemos que a disciplina Estudos Amazônicos possui vários caminhos no Pará, pois, dependendo da formação do professor que está ministrando esta disciplina, ele possui uma abordagem sobre o que ensinar em relação da Amazônia.

Diante desta realidade estadual uma comissão de professores juntamente com a professora Violeta Loureiro, em 1995, fez um projeto com a finalidade de escrever um livro de História do Pará para uso nas escolas por alunos e professores, este livro seria o primeiro de um projeto que ficou conhecido como Estante da Amazônia. Este projeto

começou a ser desenvolvido pela SEDUC, em 1996, diante de duas constatações na rede estadual: a inexistência de livros didáticos sobre a Amazônia e o Pará para uso de alunos e professores e diante da dificuldade do professor trabalhar em sala de aula e em grupo de alunos um tema sobre a Amazônia, por dispor de apenas 1 livro (que seja seu ou da escola) para aquela determinada disciplina. Podemos perceber que havia uma bibliografia consolidada sobre os recentes acontecimentos sociais que ocorreram na região amazônica, mas no que se refere ao espaço faltava uma sistematização. Os professores perceberam essa ausência de temas que dialogassem com essa perspectiva e junto com a Secretaria de Educação consolidaram dois caminhos para se estudar o espaço regional na escola: a criação de uma disciplina escolar e a elaboração de livros didáticos regionais.

A SEDUC comprometeu-se com o projeto Estante da Amazônia a produzir livros didáticos que versassem sobre a realidade regional. A meta era colocar em cada escola da rede estadual, que a época girava em torno de 200 escolas um total de 30 exemplares de cada obra e não apenas um título. O projeto tinha como dinâmica que o professor utilizasse o livro em sala de aula, de forma prática, onde o livro didático poderia ser lido simultaneamente por mais de 50 alunos, dois a dois, haja vista, que toda a biblioteca da escola receberia, cada uma, 30 exemplares. O livro didático regional possui uma especificidade era produzido pensando no aluno, em seu uso no espaço escolar e não especificadamente para o professor da disciplina Estudos Amazônicos, podemos encontrar uma dificuldade em relação ao seu ensino, que gira entorno da seguinte perspectiva, não foi pensado um currículo mínimo para a disciplina e não existe manual para o professor, isto torna-se complexo quando analisaremos as produções didáticas regionais, haja vista que os manuais didáticos nos apresentam várias leituras do passado amazônicos, que são possíveis de ser ensinado.

No dia 20 de dezembro de 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, este documento tornou-se um instrumento importante na educação brasileira dos anos 90, pois, é considerado um momento de reorientação da educação curricular brasileira e tinha como finalidade básica da educação a “formação comum indispensável para o exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 1996). Em seu artigo 26 esta legislação apresenta uma estrutura curricular que é assim constituída: Base Nacional Comum – BNC compostas obrigatoriamente de disciplinas como o estudo da língua portuguesa e da Matemática, do conhecimento físico e do mundo natural, da realidade

social e política, da educação artística e da educação física e do ensino de uma língua estrangeira. No mesmo documento ainda é acrescentado uma parte diversificada compostas de algumas disciplinas que devem conter “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996).

Em entrevista ao projeto de pesquisa deste mestrado a professora Violeta Loureiro, quando questionada sobre o porquê de criar uma disciplina regional no Pará, durante os anos 90, nos respondeu que diante do atual momento de destruição pelo qual passava a região amazônica e o alto grau de desconhecimento sobre a mesma entre os estudantes e universitários, que a não serem os especialistas da área não conheciam a Amazônia, ela, durante a sua gestão como diretora de ensino na Secretaria de Ensino do Estado do Pará na administração do ex-governador Almir Gabriel (1995-2002) e atuando como conselheira Estadual de Educação conseguiu viabilizar, em 1997, a criação de uma disciplina regional que atendesse as demandas sociais e escolares da época.

A criação da disciplina regional Estudos Amazônicos, durante os anos 1990, a partir da resolução nº 630/97 aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, dentro da chamada parte diversificada do currículo da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará. Em seu artigo 5º define que a parte diversificada do currículo será disciplinada pelo respectivo Conselho de Educação do Estado do Pará, mediante um elenco de disciplinas que foi sugerido às entidades mantenedoras dos Estabelecimentos de ensino a escolha de pelo menos duas destas. A resolução nº 231 de 05 de Maio de 1998 estabelece as normas que disciplinam a parte diversificada do Currículo do Ensino Fundamental do Sistema de Ensino do Estado do Pará, onde normatiza que em todas as escolas deste estado deverá ser mantida a igualdade de acesso para os alunos a Base Nacional Comum de maneira a legitimar a unidade e qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional a Base Nacional Comum e sua parte diversificada deverão integrar em torno de paradigma curricular que vise estabelecer a relação entre a educação fundamental e o médio.

Em Ofício encaminhado para as escolas públicas do Estado do Pará a diretora de Ensino deste estado Violeta Refkalefsky Loureiro encaminha as novas matrizes curriculares para o Ensino Fundamental e Médio para o ano de 1999<sup>3</sup> (em anexo), no qual faz uma alteração na parte diversificada do currículo com a inclusão da disciplina Estudos

---

<sup>3</sup> Ofício Circular nº 018/98-DEN, Belém, 10 de dezembro de 1998.

Amazônicos em substituição a disciplina Estudos Paraenses, com duas aulas semanais na 5ª e 6ª séries e três aulas semanais na 7ª e 8ª séries, tendo a seguinte justificativa “pela imperiosa necessidade da escola contribuir para a formação de uma consciência nos cidadãos sobre a Amazônia como uma questão nacional e ser a Amazônia o maior e mais rico sistema natural do planeta Terra”. Esta disciplina pode ser ministrada por professores licenciados em História, Sociologia e Geografia sendo pertencentes ao quadro de servidores da SEDUC, portanto, esta é uma disciplina interdisciplinar.

Um momento importante para que se possa discutir no espaço escolar questões referentes aos últimos acontecimentos da região amazônica, esta era a proposta curricular que a professora Violeta Loureiro pensou nos anos 90, quando apresenta ao Conselho Estadual de Educação a ideia de criar uma disciplina regional que versasse sobre determinados temas amazônicos, com a função de conscientizar as pessoas sobre o futuro da região amazônica.

A ideia de trabalhar o tema surgiu da necessidade de aprofundar os estudos sobre a história das disciplinas escolares no Estado do Pará tendo como objeto de análise a história desta disciplina e a sua produção didática lançada nos anos 90, pois, até o momento carece de uma pesquisa historiográfica sobre este tema que evidenciasse as questões regionais como objeto de análise. Percebemos que existe uma lacuna de pesquisa historiográfica sobre a história das disciplinas escolares e dos manuais didáticos lançados neste estado.

Em 2017, a disciplina ‘Estudos Amazônicos’ fará 20 anos. Atualmente esta é a única disciplina regional que existe no currículo estadual do Estado do Pará, diante da sua importância frente aos acontecimentos recentes da região amazônica, com o aumento considerável do desmatamento, a perda de sua biodiversidade e o aumento dos conflitos no campo. Percebemos esta a sua relevância social de pesquisa, afim de que no espaço escolar possamos compreender melhor a região amazônica, problematizando-a frente aos recentes acontecimentos.

### **Bibliografia:**

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em [URL: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf)

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, Panônica, n. 2, 177-229, 1990.

PARÁ, Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e Problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: Instituto Econômico e Social do Pará, 1989.

## A UPPE e sua relação com a Ditadura Militar

**Diego da Silva Ramos**  
**Mestrando / Bolsista CAPES**

Desejando o aprofundamento do estudo da postura da sociedade civil durante a ditadura, procuramos nos concentrar os estudos em um grupo que pudesse representar este setor em parte. Escolhemos então o professorado primário, pois era composto na década de 1960 basicamente por membros da classe média (MASSOM, 1988)<sup>1</sup>. No entanto, não bastaria apenas focar a pesquisa para o comportamento docente daquela época diante do regime. Era preciso tornar o campo de pesquisa menor, optando por pesquisar apenas um tipo de associação ou grupo que pudesse ser representativo para a pesquisa: por isso, um sindicato docente era uma opção interessante. Propositamente – devido até mesmo a falta de associações desse tipo no pós-64 – o sindicato eleito foi uma associação “famosa” por suas posições controversas e muitas vezes interpretadas como conservadoras. Assim sendo, temos como foco da pesquisa a União dos Professores Públicos no Estado – Sindicato.

Não é possível hoje, traçar um paralelo entre a fundação da UPPE e seu imediato apoio ao regime que estava instalado no Brasil no ano de seu nascimento: 1945, ou seja, a UPPE nem sempre esteve ao lado dos governantes. Pelo contrário, a associação nasce a partir de um desentendimento entre uma liderança docente e o interventor do estado do Rio de Janeiro. Mas, desde seus primeiros anos, é possível constatar na UPPE uma forte ligação com as posições conservadoras que já há tempos existiam na sociedade. Uma grande admiração a Plínio Salgado, a composição básica da instituição de senhoras professoras de ensino primário, dentre outros. Tais fatores, só fizeram ampliar o desejo pela manutenção do *status quo* quando da tomada do poder pelos militares. O desejo de afastar qualquer perigo que rondasse a paz e a tranquilidade democrática de nossa sociedade era vivo e cada vez maior.

*A priori*, a análise do periódico produzido pela UPPE será o marco inicial para o desenvolvimento do trabalho. O jornal inicia sua publicação ainda na década de 1950.

---

<sup>1</sup> O professor Maximo Masson defende a ideia de que os professores que compunham a classe até o final da década de 1960 eram compostos por membros das camadas médias – que ele chama de pequena burguesia urbana – mas que gradativamente, devido principalmente às mudanças com relação à clientela, salários e regras estatutárias, ocorre uma espécie de proletarização da classe docente.

Durante um curto período é veiculado, mas é deixado de lado tempos depois. A publicação só volta a ser produzida em 1968, com o nome de Síntese Informativa da União dos Professores Primários do Estado – ou Síntese Informativa da UPPE, doravante tratada como SIU. Sendo rodado semestralmente, o periódico sofreu várias alterações durante a sua existência (a primeira edição era um livreto redigido à máquina de escrever, assumindo o formato tabloide só em 1968) chegando a ser publicado até os dias de hoje. Basicamente, era composto por notícias referentes às reivindicações e conquistas da categoria, além de um forte instrumento de propaganda dos feitos das gestões vigentes. Continha ainda matérias relacionadas à cultura, como concursos de poesias. Outra utilidade do jornal era o de propagandear as benesses assistencialistas oferecidas pelo sindicato a sua categoria. Outro aspecto interessante que a pesquisa pode nos revelar é o quanto o sindicato se valeu da ideia de “ufanismo” para possivelmente mostrar seu apoio ao regime. Existe um farto material para pesquisa, dentro destas “SIU’s”, que possibilita o aprofundamento do trabalho mediante o debate sobre a questão do ufanismo. Não seria o suficiente analisar a presença do ufanismo sem antes analisarmos a obra de Carlos Fico “Reinventando o Otimismo” que certamente foi de grande valia para enriquecer o debate sobre o tema.

Nossa preocupação, no entanto, foi a de buscarmos aprofundar o debate em torno de apenas uma ideia, que foi o conceito de “sociedade civil”. Passando pelos primeiros pensadores que se preocuparam em estudar o tema, ou seja, no surgimento do conceito, percebemos o quanto sua visão ainda em seus primórdios era diferente da visão que defendemos em nosso trabalho. Naturalmente, com o passar do tempo, o conceito de sociedade civil foi ganhando contornos de modernidade, sendo debatido ao longo de vários anos até chegar à visão gramsciana, que em nosso entendimento, é aquela que atende de forma satisfatória a nossa posição, quando aponta que “sociedade civil seriam todos os organismos que concentram um determinado grupo de pessoas, com interesses próximos, mas que em sentido amplo, tem um interesse central: a manutenção da ordem vigente. O sindicato, a igreja, a imprensa, a escola, dentre outros, são exemplos clássicos disso”. É a partir dessa visão que passamos a relacionar o conceito de sociedade civil com um dos seus organismos que contribuem para a sua composição: o sindicato.

Para isso, apresentamos a visão da situação do movimento sindical durante a ditadura militar. Nossa ideia, além de mostrar o funcionamento das instituições que se



curvaram às imposições militares e as dificuldades de estrutura daqueles que se recusaram a seguir a ditadura, era justamente de comparar a situação dos dois tipos de movimentos sindicais. Cada um seguindo a sua opção, tomando rumos opostos: de um lado o sindicalismo pelego, colaboracionista e assistencialista; de outro, o sindicato combativo, perseguido, interdito, que deu origem ao chamado “novo sindicalismo”. Um modelo de movimento sindical adaptado à nova realidade do país, que de um lado acenava a uma abertura controlada, mas de outro tentava de todas as formas não perder as rédeas sobre os “nascentes” movimentos sindicais. Contrapor justamente a visão de que, se havia espaço para a luta do novo sindicalismo, não existiriam mais motivos para a manutenção de um modelo sindicalista pelego, a não ser por motivos de concordância de visões, como por exemplo, acreditamos ser o caso da UPPEES.

Analisando a posição tomada pela UPPEES durante a ditadura militar e relacionando suas características com os modelos de sindicalismo da época, percebemos que em primeiro lugar, a associação quando observada em um contexto macroestrutural, fica realmente enquadrada como um organismo da sociedade civil. A partir do momento em que reunia pessoas que em uma perspectiva restrita possuíam os mesmos interesses (o agrupamento sindicalizado), mas que tinham interesses mais amplos que levavam à sustentação do regime ditatorial ficou claro que a UPPEE pode ser considerada um dos organismos que compuseram a sociedade civil da época, e que largamente contribuíram para tanto.

Ainda nos dedicamos a conhecer um pouco mais sobre a história da associação. Passando pela sua criação em 1945, surpreendentemente fundada por uma liderança com laços familiares comunistas (surpreendente pois ao olharmos o histórico da associação, pensamos sempre na participação de grupos conservadores em sua composição) até a seu pedido de desligamento, por pressões do governo ou internas, o que infelizmente não pode ficar mais claro. Partindo para as sucessoras que permaneceram em seus cargos por muito tempo, inclusive chamando a atenção para um fato importante: a quase inexistência de intervenções na associação durante a sua história, inclusive durante a ditadura militar, algo que era “muito comum” para a época. Novamente, temos indícios fortes de que a associação e a ditadura no mínimo flertavam por terem pensamentos tão próximos.

Dentro ainda dessa mesma linha, tivemos a preocupação de pautar a nossa descrição da postura sindical utilizando as notícias que eram publicadas no jornal Síntese

Informativa da UPPE. Interessante notarmos que é a partir das notícias que vamos conduzindo a pesquisa de modo a mostrar como que essas manchetes acabam em seu conjunto por comprovar que no mínimo havia uma grande conjugação de ideias entre a ditadura e a UPPE. Ou seja, que a visão de mundo partilhada pelos militares era muito aceita dentro da associação que se utilizava dessa visão de mundo para construir um jornal de divulgação da “causa” do professorado fluminense, mas que sempre conduzia o associado a pensar como a ditadura desejava que as classes dominadas pensassem. Logo, o sindicato deixava de cumprir o seu papel como defensor dos interesses da classe trabalhadora para se tornar um difusor de pensamento conservador, utilizando-se largamente do ufanismo que já era produzido pelo governo.

Em tempo, devemos pensar ainda no quanto poderia ser importante para a manutenção ideológica do governo, ter uma associação de professores que comprou a sua ideia. Essa ideia acabou sendo difundida pelos jornais e que poderiam ser absorvidas pelos docentes, que pulverizariam então todo esse ideário dentro das salas de aula e perpetuar todo o processo de fabricação da visão ufanista do Brasil ditatorial. Logicamente, estamos nos referindo a um desejo da classe dominante, que por conta da dificuldade em se quantificar o quanto essa ideia foi absorvida ou não pelos professores, fica difícil afirmarmos o quanto elas tiveram eco. No entanto, ficou evidente que em algum lugar essas ideias ressoaram, pois seria muito difícil manter a linha ideológica da associação se do lado de fora não houvesse gente que comprasse aquela ideia.

Todavia, em algumas passagens do jornal da associação era tão forte a presença da ideia ufanista, que no terceiro capítulo dedicamos o espaço a justamente debatermos a ideia da formação de uma visão de Brasil pelos militares. Algo que é interessante, pois costumamos nos contentarmos com a visão de que a propaganda do regime apenas existia e que ela era forte. Com isso, pudemos constatar que além de haver muito uma preocupação em construir uma história que valorizasse a herança dos nossos antepassados, existia um grande desejo de formar uma visão de que o Brasil era um país predestinado ao sucesso e ao protagonismo mundial. Bastava somente lutar para levar essa ideia avante. E percebendo nesse contexto uma maneira de entender o comportamento do povo, “reeduca-lo”, “civiliza-lo” e criar as condições necessárias para abrir caminho para o brilhantismo da nação, os militares se valeram da produção de um clima de euforia, de verdadeiro otimismo em torno do Brasil. Uma visão de que se o

Brasil nunca conseguiu alcançar o seu posto de preponderância mundial, foi porque simplesmente não estava bem preparado para isso. Mas que, logicamente na visão dos militares, a partir do modelo de governo deles, esse agora seria um país que iria “pra frente”. A perspectiva militar, com o tempo, se mostrou incapaz de perceber que não era apenas de euforia ou otimismo que fariam o Brasil crescer.

Havendo destaque para a visão ufanista dos militares e a apropriação dessa visão pela UPPE, chegamos ao quarto e último capítulo com a ideia de nos debruçarmos ainda mais com o debate sobre esse tema. Num primeiro momento, nos preocupamos em mostrar que o desejo de construção de certa ideia de nação, pátria, brasileiros, já era bem antigo, remetendo-se ao século XIX. Logo, os militares quando se focam nas mesmas preocupações não estão buscando algo novo. Então, desejando engendrar a sua própria visão de construção nacional, mas preocupados em também “corrigirem” os rumos a partir daquilo que viram e julgaram errado, os militares constroem uma verdadeira operação de desconstrução de uma história que julgavam depreciativa para o país e passam a impor a sua forma de “fazer história”. Seja através de livros didáticos, como vimos, seja através da utilização de organismos da sociedade civil da época, como a UPPE.

Nesse último capítulo, ainda, pudemos ainda verificar o quanto a associação se apropriou do discurso ufanista dos militares para difundi-lo através das páginas de seu jornal associativo. E isso se tornou algo importante para a pesquisa, a partir do momento em que foi um dos fatores que comprovou que a associação e o regime tinham muita coisa em comum, ou seja, possuíam pensamentos alinhados. Vale ressaltar, no entanto, que a ditadura não seguiu o modelo imposto pela UPPE, mas sim o contrário. Logo, em nossa visão, a associação certamente aceitou aquele discurso, se apropriou dele e tratou de divulgá-lo, pois inclusive teria assim vários de seus interesses mantidos.

A UPPE e todos seus associados se mantiveram com tal postura por saberem que ali, próximo ao governo, estariam protegidos de possíveis perseguições e teriam maior chance de barganhar com o governo militar. “Era a única forma possível no momento” (OLIVEIRA, 2011). Esta é a tese defendida pelos integrantes da UPPE, atualmente. Embora em nenhum momento a direção do sindicato hoje negue que houve colaboração, sempre existiu esta preocupação em deixar claro que esta era a única maneira de manter o sindicato funcionando. Segundo a própria presidente: “(...) a UPPE trata como

associação de professores, não entra muito na política... Ou ela fica quieta, ou vamos (a ditadura) tomar tudo” (OLIVEIRA, 2011).

Vale ressaltar ainda que alguns trabalhos que tratam do tema e citam a UPPE afirmam que o sindicato apoiou o regime como forma de sobrevivência. Não podemos ignorar o fato de que embora seja citada por alguns autores, a UPPE nunca foi objeto de estudo. Logo, os autores trabalham apenas como fontes o testemunho histórico dos que presenciaram por dentro, o papel de luta sindical da associação. Nesta lacuna é que esta pesquisa tentou demonstrar, através das atas, jornais e nas entrevistas, que o sindicato agiu como o regime assim pretendia.

Com isso, após a pesquisa ser concluída, é muito mais próxima da realidade a afirmação de que a UPPE e todos seus associados se mantiveram numa postura conservadora, por saberem que ali, próximo ao governo, estariam protegidos de possíveis perseguições e teriam maior chance de barganha, como as direções afirmam. Não discordamos sobre isso. Todavia, devemos acrescentar a isso alguns outros fatores para justificar a postura da UPPE, como por exemplo, além de apoiarem ideologicamente o regime, fato é que no seu jornal, são inúmeras as manifestações de apoio ao mesmo vindas de diversas partes, tanto dos associados ao escreverem cartas, quanto da direção publicando-as. O apoio ideológico o qual nos referimos pode englobar todos os aspectos que envolveram a reprodução do discurso ufanista do regime dentro do jornal da UPPE, apoio esse que esperamos ter esclarecido durante parte do segundo capítulo e durante todo o terceiro.

Outro ponto importante que deve ser destacado é com relação às transformações ocorridas na vida sindical no Brasil até o advento do “novo sindicalismo”. Tais transformações parecem não terem sido absorvidas pela UPPE. Atrelado às mudanças desse novo sindicalismo surgem outras associações mais reivindicativas no tocante as lutas do magistério. A UPPE preferiu manter-se enraizada às tradições pelegas que vinham regendo a sua atuação. Enquanto era crescente a formação de sindicatos combativos, a postura da associação se mantinha inalterada no relacionamento com as autoridades e na maneira como eram trabalhadas as reivindicações classistas. Realmente havia uma grande diferença em como as outras categorias lutavam e a forma de reivindicação upeana. Interessante notarmos inclusive, que até bem recentemente, a UPPE ainda possui uma visão de mundo bem conservadora. A professora Kênia

Miranda, durante sua pesquisa de Mestrado, produziu uma tabela comparativa através de pesquisas realizadas em 2005 por ela que mostra o perfil entre os três principais sindicatos de professores do Rio de Janeiro, dentre os quais estava a UPPEs, e o resultado da pesquisa mostra justamente a diferença de visão das lideranças do antigo sindicato com os mais recentes:

**TABELA 1 - PERFIL DOS DIRIGENTES SINDICAIS<sup>64</sup>**

Questão	SINPRO-Rio	UPPEs	SEPE-RJ
1. Tempo de militância (média)	26,8 anos	19,4 anos	14,7 anos
2. Filiação partidária	sim: 60% não: 40%	Sim: 20 % não: 80%	sim: 100% não: 0 %
3.1 Avaliação da política educacional do Governo Lula quanto ao Ensino Fundamental	crítica: 20% favorável: 40% neutra: 20% ND: 20%	crítica: 80% favorável: 20% neutra: 0% ND: 0%	crítica: 56,25% favorável: 37,5% neutra: 0% ND: 6,25%
3.2 Quanto ao Ensino Médio	crítica: 20% favorável: 40% Neutra: 40% ND: 0 %	crítica: 100% favorável: 0% Neutra: 0% ND: 0 %	crítica: 37,5% favorável: 37,5% neutra: 12,5% ND: 12,5%
3.3 Quanto à Educação Superior	crítica: 20% favorável: 40% Neutra: 40% ND: 0%	crítica: 100% favorável: 0% neutra: 0 % ND: 0%	crítica: 50% favorável: 37,5% neutra: 12,5% ND: 0%
3.4 Expectativas gerais quanto ao Governo Lula	Positiva: 80% Positiva com restrições: 0 % Negativa: 20%	Positiva: 0% Positiva com restrições: 0 % Negativa: 100%	Positiva: 43,75% Positiva com restrições: 18,75% Negativa: 37,5%

<sup>64</sup> Legenda: ND = Não declarado – SE= Sem Escolaridade – EF= Ensino Fundamental – EM = Ensino Médio – Esp= Especialização – ES= Educação Superior.

Questão	SINPRO-Rio	UPPEs	SEPE-RJ
4. Escolaridade	EM: 20% Gra: 20% Esp: 60% Mes: 0% Dou: 0%	EM: 20% Gra: 40% Esp: 20% Mes: 0% Dou: 20%	EM: 18,75% Gra: 25% Esp: 31,25% Mes: 25% Dou: 0%
4.1 Escolaridade paterna	SE: 0% EF: 60% EM: 0% ES: 40%	SE: 20% EF: 20% EM: 20% ES: 40%	SE: 6,25% EF: 31,25% EM: 25% ES: 18,75%
4.2 Escolaridade materna	SE: 20% EF: 40% EM: 20% ES: 20%	SE: 20% EF: 20% EM: 60% ES: 0%	SE: 0% EF: 56,25% EM: 37,5% ES: 6,25%
5. Renda pessoal	Entre R\$ 1.200 e R\$ 1.800: 60% Acima de R\$ 3.000: 40%	Entre R\$ 1.200 e R\$ 1.800: 20% Acima de R\$ 3.000: 60% Não declarado: 20%	Até R\$ 600: 12,5% Entre R\$ 600 e 1.200: 12,5% Entre R\$ 1.200 e 1.800: 12,5% Entre R\$ 1.800 e 2.200: 12,5% Entre R\$ 2.200 e 3.000: 12,5% Acima de R\$ 3.000: 37,5%
6. Faixa etária	Entre 56 e 65 anos: 60% Acima de 65 anos: 20% Não declarado: 20%	Até 45 anos: 20% Entre 46 e 55 anos: 20% Entre 56 e 65 anos: 40% Acima de 65 anos: 20%	Até 35 anos: 12,5% Entre 36 e 45 anos: 50% Entre 46 e 55 anos: 25% Entre 56 e 65 anos: 12,5% Acima de 65 anos: 0%
7. Sexo	F: 40% M: 60%	F: 80% M: 20%	F: 62,5% M: 37,5%

Fonte: MIRANDA, 2005: 91.

Comparando a UPPEES com outros sindicatos atualmente já nos passa uma visão de que suas lideranças possuem atualmente posições bem diferentes do que os outros sindicatos, mais classistas, ou como costumamos chamar, de “chão de fábrica”. Mas, como percebemos desde há muito na pesquisa, o conservadorismo da associação não é recente, pois desde seus primeiros anos, é possível constatar na UPPE uma forte ligação com as posições conservadoras que já há tempos existiam na sociedade. A admiração a Plínio Salgado, a composição da UPPE por senhoras professoras de ensino primário, etc. Isso tudo se mostrou como um terreno fértil para o desejo pela manutenção das estruturas vigentes quando os militares tomaram o poder. A intenção era justamente a de manter a nossa sociedade dentro de todos os preceitos cristãos, democráticos, pacíficos e ordeiros.

Investigando as fontes produzidas pela própria associação (o seu jornal), além de entrevistas e acesso às atas, foi possível identificar indícios de que houve apoio ao regime. E este apoio variou na maneira como era feito, como por exemplo, um concurso de poesias que exaltasse as obras realizadas pelos militares, ou o empréstimo de sua sede para reuniões da caserna. A UPPE foi um modelo de instituição conservadora, que apoiou o regime militar conforme foi de seu interesse, conseguindo com isso um enorme número de benesses e evitando uma única intervenção durante todo o período da ditadura. Baseados em todo o material encontrado e pesquisado e a partir das problematizações descritas nas páginas anteriores, é que podemos afirmar que essa instituição se beneficiou com tal modelo e que sempre lhe foi conveniente cada apoio prestado ao regime.

#### **Fontes:**

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Icleya Gomes da Silva. Rio de Janeiro, 2015.
- GODOFREDO & REGINA PINTO. Entrevista concedida a Diego Ramos. Niterói, 15, DEZ. 2013.
- Livro de Atas de Assembleia Geral nº II, página 164. 16/06/1968  
O Fluminense. Niterói. 1945 – 1979.
- O Globo. Rio de Janeiro. 14 dez. 1968
- OLIVEIRA, Teresinha. *Marcados pela história*. Niterói: UPPEES, 2004.
- SÍNTESE INFORMATIVA DA UPPEES. Niterói, 1968-1978. Semestral.
- TEREZINHA MACHADO DE OLIVEIRA. Entrevista concedida a Diego Ramos. Niterói, 31, out. 2011.

**Bibliografia:**

- FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934). Breves notas sobre a política de Maquiavel. *Cadernos do Cárcere. Vol. 03*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012. p. 11 – 112.
- MASSON, Maximo Augusto Campos. *Magistério e Sindicalismo: A trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MIRANDA, Kênia. A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a Forma-Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SINPRO-RIO, da UPPE e do SEPE-RJ. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

## **História e Memória em Livros Didáticos de História**

**Diego Deziderio  
Mestrando / Bolsista Faperj**

O objetivo desse trabalho é apresentar os uma reflexão teórica sobre o livro didático como um lugar de memórias e veiculador do conhecimento histórico, pois *História e Memória*, ainda que possam ser tomadas como categorias conceituais semelhantes, dizem respeito a processos e dimensões da cultura com distinções e especificidades epistemológicas importantes, teorizadas em seus aspectos distintivo e contraditório. Ambas são componentes importantes do saber histórico escolar e ambas possuem lugar na matriz disciplinar da História, desde o processo de construção das bases de seu código disciplinar. Contudo, muitas vezes tais distinções são obscurecidas em face de uma tentativa de homogeneização epistemológica que pode provocar implicações importantes para a compreensão do ensino de História.

A relação entre história e memória tem sido para o historiador uma preocupação intelectual, um desafio teórico e objeto de reflexões na busca por determinar suas diferenças e suas relações. O tema tem atraído um número significativo de intelectuais, como por exemplo, Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (2003), Pierre Nora (1993), Michael Pollack (1992), Paul Ricoeur (2007), entre outros. Estes pensadores contribuíram para delimitar fronteiras, aproximações e entrecruzamentos entre as concepções de história e memória, contribuindo para a melhor compreensão desses conceitos.

A partir da década de 1980, o tema da memória recai, em especial sobre a relação que se estabelece entre as lutas sociais por reconhecimento e as disputas pela gestão da memória nacional. Tais disputas não emergem de embates científicos e historiográficos, ainda que tenham rebatimento no campo acadêmico, mas de demandas coletivas de grupos minoritários ou historicamente silenciados, expressas em diferentes níveis: desde a redefinição de “lugares de memória” da nação, como o calendário de efemeridades, os espaços memoriais e os currículos escolares, até as novas modalidades de normatização e judicialização da memória, passando pela proposição de políticas públicas de reparação simbólica e redistribuição de recursos (HEYMANN; ARRUTI, 2012).

Para Paul Ricoeur, a memória é um fenômeno de “*reconhecimento*”, visto que o reconhecimento de algo que passou que foi vivido, ensinado ou aprendido, traz à tona a



dimensão do lembrar. Além da lembrança a memória também é formada de “*esquecimento*” e silêncios sejam eles voluntários ou não. Nossa capacidade de lembrar está profundamente relacionada à nossa capacidade de esquecer. O esquecimento representa a outra base de constituição da memória.

A memória é seletiva e se concentra somente sobre alguns fatos. O esquecimento pode ser caracterizado em duas ordens: há o esquecimento daquilo que parece insignificante e não merece ser lembrado; e há o “*esquecimento de ocultação*”, o esquecimento voluntário, aquele do qual não se quer ter lembranças, porque ele perturba a imagem que se tem de si (RICOEUR, 2007, p. 70).

Segundo Ricoeur, a Memória também é uma resposta às demandas sociais e as reivindicações de identidades. A memória sabe também transformar-se, de maneira consciente ou inconscientemente, o passado em função do presente, buscando apresentar este de forma mais confortável possível. Ela ainda se define pela capacidade de recorrer ao simbólico e por sua aptidão para criar mitos, que não são necessariamente visões falsas da realidade, simplesmente é a busca por outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade por intermédio das manipulações. Geralmente associadas a processos ideológicos, as manipulações da memória estimulam a construção de narrativas que sustentem as identidades, e toda e qualquer narrativa se sustenta numa seleção de Memória (RICOEUR: 2007).

O passado emerge de acordo com as demandas do presente, e disso deriva seu caráter de incompletude e de fragilidade. O ato de memoriar reveste-se assim de uma intencionalidade que vai além da perspectiva de conhecer o passado e reconstruí-lo de forma impulsiva. As memórias podem e são manipuladas em favor do exercício político, com a intenção de legitimar um Estado. Dessa forma um passado sem importância para a sociedade passa a receber um lugar de destaque na memória e história nacional.

Na escrita da História, as manipulações da Memória são utilizadas para dar a determinadas narrativas legitimidade, um status oficial. Paul Ricoeur chama atenção para os perigos das narrativas não problematizadas em seu contexto de criação, o que nos direciona a pensar que os sentidos do passado são constantemente redimensionados em função dos usos do presente.

Avançando na análise sobre a questão da memória, chamamos a atenção para o conceito elaborado na década de 1980, pelo historiador francês Pierre Nora, “*os lugares de memória*”<sup>1</sup>. Nora criou a expressão na busca por uma nova forma de se trabalhar na fronteira entre a história e a memória

Para o autor, fala-se tanto de memória porque ela não existe mais:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.07).

Na visão do autor, vive-se, portanto, na era do fim das sociedades-memória, como a igreja, a escola, a família ou o Estado. Junto ao fim dessas sociedades-memória esta o fim das ideologias-memórias e a dilatação pelos recursos da mídia da própria percepção histórica. Essa ruptura entre memória e história desvela-se na evidencia de que “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 08).

A sensação de desaparecimento, de esquecimento, de perda de referências, leva ao constante registro, como a criação de arquivos, museus, datas e personagens históricos, o folclore, a música, a culinária, festejos comemorativos, tombamento de patrimônio arquitetônico, etc. Assim, “a memória perdura-se em lugares, como a história em acontecimentos” (NORA, 1993, p. 25).

De acordo com Nora, memória e História, longe de serem sinônimos, se opõem. A memória é a vida, ao passo que a História é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p. 09).

A contribuição do autor está na diferenciação que ele faz entre história e memória:

---

<sup>1</sup> Os lugares de memória são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Em contrapartida, a história é registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão. Os grupos de memória povoam suas lembranças, repetindo religiosamente aquilo que é e sempre foi tradição. A história, como operação intelectual desconstrói de forma crítica o que a memória sacraliza. Ela transforma a história-memória em história-crítica, denunciando as mitologias e criando uma história da própria história. A história se descobre dependente da própria memória, e dela tenta distanciar-se. A historiografia interroga as tradições, reconstrói os mitos e esvazia os lugares de memória. A história, ao entrar em sua idade historiográfica, se desidentifica com a memória e a transforma em seu alvo. Para Nora:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda de detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (NORA, 1993, p. 9).

Esta reflexão gira em torno de um universo temporal em que se identifica o sentimento de ruptura com o passado, evocando a mutilação do que representou. Para Nora uma coletividade-memória por excelência, foi transformada em objeto de história, coincidentemente, com o auge do crescimento industrial. A forma histórica como estes fenômenos são percebidos por nós permitiu a elaboração da noção do que foi chamado pelo autor de “lugares de memória”, vivência que ultrapassa um momento histórico na fronteira do que éramos e o que somos. Os “lugares de memória” expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto reconhece e se auto diferencia, o movimento de resgate de sinais de pertencimento grupal.

Assim, a História tornou-se o meio de memória salutar e os lugares de memória, restos. Em outros termos, “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

A partir da percepção da memória tomada como História, evidencia-se que tudo o que chamamos hoje de memória não é memória, mas História. “Tudo o que chamamos de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 15).

Conforme afirma Pierre Nora, o que se chama de memória é, de fato, a constituição do estoque material daquilo que é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que se poderia ter necessidade de se lembrar. Por isso, segundo sua visão teórica, à medida que desaparece a memória tradicional, os indivíduos sentem-se obrigados a acumular “religiosamente” vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do acontecido.

Nora chama o processo de descentralização da memória de “liquidação da memória” (NORA, 1993, p. 16), na ânsia não apenas de tudo guardar, mas também de produzir arquivos, ou seja, produzir memórias para conservá-las.

Parece ser esta a grande questão identificada ao nos debruçarmos sobre o texto de Nora: o momento no qual os homens vivem esta tensão entre a intimidade da tradição vivida e o abandono provocado pelos grupos desfeitos, dos quais a história, desritualizada, se empenha em guardar e preservar as marcas. Os lugares de memória exercem esta função. Dois movimentos realizam a sua produção:

de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada, por outro (NORA, 1993, p. 20).

O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história. Ocorre uma revitalização possível sobre a relação pessoal do indivíduo com o seu próprio passado, transformando toda memória geral em memória privada. A memória passa a estar em todos os lugares, dentro das consciências individuais dos indivíduos em decisões solitárias gerando o que o próprio Nora chamou de “homens-memória”. Todo objeto passou a ser promovido dentro de um universo extremamente fragmentado. Tudo tornou-se vestígio, indício possível, resto, rastro, suspeito da própria história. O particular avanço da oralidade, a popularização da biografia de anônimos, o

retorno da narrativa, e os estudos de micro-história, ampliaram a importância do ofício do historiador como um personagem cada vez mais central, impedindo que a história torne-se somente história (vivida ou narrada).

Dessa forma, quando falamos dos usos e abusos da Memória no mundo contemporâneo, faz sentido pensar nas considerações de Sonia Meneses Silva que, inspirando-se em Pierre Nora, nos propõe que “a memória produzida hoje é bem diferente da memória gestual, intuitiva, transmitida entre silêncios e ‘saberes reflexos’, ela é, sobretudo, memória vivida como um ‘dever e não mais espontânea’” (SILVA, 2009, p. 234).

A escola, e especialmente o ensino de História como campo de saber onde tais questões normalmente são atribuídas como de sua responsabilidade, é profundamente afetada pelos efeitos desse debate. Por um lado, a escola convive com uma profusão de narrativas produzidas no seu entorno, por parte de alunos, professores e comunidade, em diálogo com aquelas que são trazidas, com muita força, para o interior da sala de aula e revelam formas de explicar o mundo através daquilo que faz sentido para os sujeitos. Por outro lado, a escola convive com a reprodução de práticas de Memória comuns à sociedade (JEDLOWSKI, 2010) e que conduzem à permanência, no senso comum, de uma dada lógica de representação do passado. Há, ainda, os mecanismos de ritualização de costumes ou comemorações de eventos que reforçam os laços de pertencimento no interior um grupo ou sociedade, o que, muitas vezes, é desencadeado pela própria escola. Enfim, a escola é um lugar potencialmente atravessado por Memórias.

Assim, o desafio interposto atualmente ao ensino de História refere-se aos próprios desafios inseridos pela Memória no tempo presente, uma Memória que reivindica lugares, que aquece o mercado de consumo, que elege o que deve ou não ser preservado, que luta contra as avalanches de esquecimento. Enfim, a educação para a compreensão da História passa a ter em si também o desafio de lidar com os procedimentos derivados das operações de Memória que estão na ordem do dia dos sujeitos e que interferem diretamente na interpretação que esses fazem acerca das experiências passadas, orientando sua ação no presente e, sobretudo, sua projeção de futuro. Nesse sentido, as práticas de Memória se fortalecem como condição necessária à formação da consciência histórica.

Assim, quando o saber histórico escolar, mobilizado pela discussão procedimental da História e das operações de Memória, possibilita um novo olhar sobre o passado e sobre a História, ele se torna capaz de conferir ao aluno um lugar de protagonismo imprescindível à construção de empatia histórica. Do contrário, quando essa relação com as práticas de Memória é rompida, ou silenciada, o conhecimento histórico é capaz de afastar o aluno da composição da mesma. Isso significa dizer que o ensino de História constitui-se como campo aberto a todo tipo de reflexão acerca da construção de identidade dos alunos, bem como de todas as outras possíveis histórias.

Se para o ensino de História as dimensões de História e Memória são unidades associadas e imbricadas, por outro lado elas dizem respeito a dimensões conceituais distintas que precisam ser bem compreendidas para que sua exploração didática em sala de aula seja potencializada.

Neste contexto o ofício daqueles que realizam a transposição do conhecimento histórico para os livros didáticos (e que por sua vez introduzem certas memórias), obedece sobretudo à necessidade vital de preservar e transmitir experiências plurais e únicas, projetando luz sobre a diversidade e a complexidade daquilo que tantas vezes nos é mostrado como uma sucessão de fatos de um sentido interpretativo único e inquestionável. O lembrar/esquecer da memória coletiva alimenta uma corrente subterrânea necessária à sobrevivência de diferentes grupos e indivíduos e à reestruturação de identidades, de intencionalidades e valores que nem sempre são dominantes.

Podemos atribuir vários sentidos ao livro de História; ele, como documento ou monumento da memória; como veiculador conhecimento do histórico, e ainda lugar de memória dos acontecimentos do passado ali narrados. De acordo com Pierre Nora:

Na mistura é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque não sendo mistos de história e memória, mas os instrumentos, por excelência da memória em história, permitem delimitar nitidamente o domínio. Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são uma forma de lugar de memória? Todo grande acontecimento e a própria noção de acontecimento não são, por definição lugares de memória? As duas questões merecem uma resposta precisa. (NORA, 1993, p. 7)

Sendo assim, o livro de história pode ser considerado propagador dos acontecimentos passados e também guardião da memória dos diferentes grupos do

presente que se identificam com outros ali retratados, associando memória e história. A memória como produção espontânea do presente relaciona-se com o saber científico produzido nos livros de história. Para Nora: “A memória é um fenômeno sempre atual, elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.” (NORA, 1993, p. 7).

Entendemos ser importante indagar se, no momento da produção dos manuais didáticos, tais questões são levadas em consideração, tal como as funções e os usos da memória e da própria história. De acordo com Nora, os livros didáticos, que ajudam a formar a memória de milhões de jovens, migram da memória coletiva para entrar na memória histórica, depois na memória pedagógica; tornando-se assim, também lugares de memória (NORA, 1993, p. 23). Desse ponto de vista, livros podem tornar-se lugares de memória em momentos de transição histórica, de ruptura, de mudança configurando aquilo que ele chama de “remanejamento efetivo da memória”.

Entre os livros de história são unicamente lugares de memória aqueles que se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem os brevíários pedagógicos. (NORA, 1993, p.24).

Para o autor, os livros didáticos de história tornam-se lugares de memória “porque complicam o simples exercício da memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória” (NORA, 1993, p. 25).

Considerar o livro didático como lugar de memória, e de uma memória única e uniformizadora, implica demonstrar de que forma efetivamente este passado foi construído para que esse objetivo pudesse ser alcançado. A memória resgatada pela história deve estar perdida num tempo distante que não se oferece como continuidade, senão seria algo vivido, portanto, natural. Ela deve se oferecer, resgatar do passado, à explicação do nascimento do presente.

Pensar, então, a Memória em suas operações de lembranças e esquecimento consiste em pensar ações inteligíveis que fazem parte do cotidiano dos alunos e orientam seu estar no mundo e que, por essa razão, dizem respeito diretamente ao que pode ser mobilizado como porta de acesso ao saber histórico e ao conhecimento das mudanças e permanências no tempo. O livro didático de História, nesse contexto, assume lugar de grande relevância no ensino de História em nosso país, já que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) situa-se entre os maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, proporcionando, assim, profundos impactos no sistema de ensino e no mercado editorial brasileiro. (ALMEIDA, 2012, p. 261).

Nesta perspectiva, o manual didático se configura como instrumento de divulgação de uma memória, guardando em suas páginas narrativas, gravuras e fotografias que, uma vez visualizadas, constituem importantes acervos selecionados de acordo com a significação que possui para diferentes grupos.

### **Bibliografia:**

- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues. *História e memória nos limites do (in)visível: reflexões do saber histórico escolar nos livros didáticos de história*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.
- ALVIM, Y.C. *O livro didático na batalha de ideias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do PNL*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- BATISTA, Antônio A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Marcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das letras, 2002.
- BITTENCOURT, Circe Maria. *Livro Didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime. (Org.) *O ensino de História e a criação do fato*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, Set./Dez. 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEYMANN, Luciana; ARRUTI, José Mauricio. “Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil.”. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria; GONÇALVES, Marcia de Almeida. (orgs.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2012. v. 01.
- JEDLOWSKI, Paolo. *Memória*. Bologna: CLUEB e Museo Morandi, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- NORA, Pierre Between. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: Projeto História. Nº 10. São Paulo: PUC, 1993.
- POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol. 5, n.10, 1992, p. 200 - 212.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- SILVA, Sônia Maria Meneses. Sob o fardo do presente: mídia, memória e esquecimento questões para pensar a história na contemporaneidade. *Revista Brasileira de História*, vol. 6, nº 7, p. 203 – 229, jul/Dez . 2009.



## O Instituto Central do Povo no Porto do Rio de Janeiro: os metodistas na construção da República Brasileira (1895 – 1910)

Eduardo Cesar Valuche Oliveira Brito  
Mestrando / Bolsista Capes

O Instituto Central do Povo, também chamado de “Missão Central”, é uma instituição religiosa protestante, da ordem Methodist Episcopal Church, South, igreja do sul dos Estados Unidos. Os *objetos principais da análise* deste trabalho estarão concentrados na articulação - entre os anos de 1876 a 1910 – de dois aspectos: da trajetória da religião metodista até o momento de sua entrada no Brasil, no período destacado e; o eixo desse trabalho está concentrado na articulação teórico-metodológica de situar a religião metodista nas relações de poder e na própria constituição do Estado brasileiro na Primeira República (1889-1930).

A religião metodista foi fundada por John Wesley no século XVIII, na Inglaterra. Trata-se, portanto, de uma igreja pós-reformada. Edward Palmer Thompson, na “*Formação da Classe operária inglesa* (2012)”, apresenta uma análise da fundação da religião metodista na Inglaterra, ao passo da sua importância para o desenvolvimento do capitalismo e na formação da classe operária inglesa.

“ - A maioria dos seus opúsculos eram confissões de pecadores pobres redimidos; uma parte considerável de seus pregadores locais eram homens que criavam suas figuras de retórica “atrás da minha máquina de fiar (...). A grande extensão, posterior a 1790, produziu-se sobretudo nos distritos mineiros e manufatureiros (...) Precisamente nesta época o Metodismo obteve o maior êxito em servir simultaneamente como religião da burguesia industrial (apesar de compartilhar este terreno com outras seitas heterodoxas) e de amplos setores do proletariado. (...) Como foi possível ao metodismo prestar este duplo serviço com tão notável êxito? (...) Os trabalhadores externos precisavam adquirir (de acordo com os pontos de vista dos empregadores) hábitos metódicos, atenção meticulosa às instruções, o costume de cumprir os contratos no seu devido tempo e os escrúpulos necessários para inibir o furto de material (...) O metodismo talvez tenha inibido a revolução, mas podemos afirmar com certeza que sua rápida expansão durante as Guerras foi um componente de processo químico de contrarrevolução - ” (THOMPSON, 2012, pp. 234-235).

Identificamos a religião metodista com características de uma religião de leigos, dinâmica e expansiva nos centros operários, atuando também na fundação de escolas. Um componente químico de contrarrevolução, como destaca Thompson na passagem acima, que podemos associar no pensamento de Antonio Gramsci como um aparelho de *difusão*

*cultural capitalista*, com função orgânica religiosa e moral de transmissão da *cultura capitalista* (no sentido amplo gramsciano de visões de mundo) a serviço da classe dominante para domesticação e preparação do terreno no contexto de exploração da Revolução Industrial. Segundo Thompson, o substrato ideológico de maior profusão no século XVIII na Inglaterra.

A religião metodista, nos Estados Unidos, encontra seu terreno de maior expansão, mudando seus rumos e se associando a construção da hegemonia norte-americana, isto é, na própria construção e modelação deste Estado. Peri Mesquida, em “*Imperialismo Norte-americano e educação metodista no Brasil*” (1992), revela alguns dados importantes deste processo. Após 1776, quando ocorre a Independência dos Estados Unidos, o movimento metodista (com grande prestígio oriundo da sua difusão na Inglaterra), no começo do século XIX, repete movimento semelhante: torna-se independente da Igreja Metodista da Inglaterra.

A Igreja Metodista acompanha o processo de expansão do Oeste, através de seu dinamismo de religião de leigos, ao passo de fundação de escolas e serviços de assistência básicos oferecidos. Segundo os dados trazidos na pesquisa realizada por Mesquida, o metodismo alcança o status de principal religião difundida do país. Podemos compreender numa leitura gramsciana a consolidação da religião metodista como aparelho hegemônico de difusão cultural das classes dominantes, constituindo o cenário de afirmação dos valores morais da nação norte-americana. A consolidação política dos Estados Unidos ao longo do XIX, compreendida de forma ampla no par dialético coerção e consenso, possibilitaram a projeção da nação no final deste século para níveis internacionais (movimento de expansão previsto por Gramsci quando analisa os níveis de força política no 3º. Caderno do Cárcere). Mesquida identifica, que, de 1861 a 1885, quatro presidentes dos Estados Unidos pertenceram à religião metodista. O ponto central, para este processo político norte-americano, é o da convergência construída ao longo do XIX, da nação norte-americana enquanto detentora de um destino manifesto, mas nem por isso não construído, através de um projeto amplo moral-religioso em curso através do metodismo.

Identificamos, a partir de pesquisa bibliográfica<sup>1</sup>, a entrada do metodismo no Brasil entre os anos de 1836-1840. Missão que foi cancelada, alegada por alguns motivos financeiros e por uma dificuldade de inserção naquele momento no território brasileiro. Verificam-se em diversas passagens na bibliografia sobre a religião metodista no Brasil, diversas missões nas décadas seguintes a 1840, compreendido aqui, como fase fundamental de preparação das intervenções seguintes do projeto metodista através do contato com alguns intelectuais no Brasil. A partir de 1876, após estratégia, estudo e preparação, os metodistas estruturam uma missão definitiva para o Brasil, identificada principalmente com a elite política do oeste paulista, segundo Mesquida em *“Imperialismo Norte-americano e educação metodista no Brasil”* (1992).

É interessante observar, que a partir do estudo de Mesquida, da análise em desenvolvimento sobre os relatórios internos do Instituto Central do Povo e no levantamento no periódico metodista o “Expositor Christão”<sup>2</sup>, uma configuração da religião metodista vai ganhando contornos em diversos níveis ao final do XIX para o XX: no âmbito das relações internacionais enquanto um intelectual orgânico do projeto imperialista do estado norte-americano; no âmbito brasileiro enquanto elemento cultural fundamental para frações da classe dominante de espírito liberal para produção e construção de um novo Estado, moderno e capitalista à feição norte-americana; e por outro no campo de disputa ferrenha com a religião católica no Brasil.

Nos caminhos da pesquisa em desenvolvimento, apontamos a dissertação defendida *“Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920): um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira Republica”* por Marli Albuquerque na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1983. Em seu estudo, a autora procurou analisar a relação entre estivadores e empregadores entre 1904 a 1920, observando as condições de vida desses trabalhadores e a sua origem

---

<sup>1</sup> Foram levantadas seis produções (dissertações e teses) em áreas distintas sobre a religião metodista no Brasil

<sup>2</sup> Relatórios internos do Instituto Central do Povo, instituição da religião metodista e; informações levantadas no periódico metodista o “Expositor Christão”, fonte fundamental para o desenvolvimento da dissertação. Esta fonte é um jornal mantido pelos Metodistas, com tiragem semanal, cobrindo o período de pesquisa aqui proposto (1895-1910). O destaque e o vulto que esta fonte adquire nesta pesquisa está diretamente ligada a sua característica eminentemente descritiva, isto é, não apenas realiza a promoção dos ideais da missão metodista, mas procura narrar todos os trabalhos realizados e os acontecimentos que compõem o cotidiano da missão.

social. É exatamente na seção sobre as condições de vida dos trabalhadores que apresenta a contribuição mais relevante para a pesquisa em desenvolvimento, quando revela algumas informações básicas sobre o Instituto Central Povo, destacando algumas fontes valiosas (como alguns relatórios internos do Instituto Central do Povo) sobre a atuação social que realizavam com os trabalhadores portuários. No seu trabalho, pude perceber que as ações dos metodistas foram muito além da articulação teórica sobre os ideais civilizatórios, revelando o seu envolvimento aos interesses de grandes grupos capitalistas estabelecidos na Capital Federal:

“O fundador financeiro da instituição foi Hay Walker, contratante das obras do Porto. Entre os contribuintes do Instituto Central do Povo, estavam as grandes empresas, como a Rio de Janeiro Tramway Light e Power Co., a Rio de Janeiro Flour Mills e Granaries Co., P.S Nicholson e Co., London e River Plate Bank, Albhckle Bross, Hard and Rand and Co., Leopoldina Railway, etc” (ALBUQUERQUE, 1983, p.73).

Nesta direção, a análise da religião metodista define-se em dois níveis: da inserção dos metodistas na Cidade do Rio de Janeiro, na época capital federal do país e; particularmente na atuação da “Missão Central”, inaugurada em 1904 na Região Portuária do Rio de Janeiro e, que já em 1906 passa a ser chamado de Instituto Central do Povo.

Esta ligação dos metodistas aos grupos econômicos do final do século XIX e início do século XX, projetam novas questões para pensarmos as relações políticas na Primeira Republica brasileira. Desta maneira, à análise da atuação dos metodistas define-se como indissociável as dinâmicas do estado brasileiro no final do século XIX e início do XX, “cuja ênfase é histórica, tanto no sentido da constituição das formas de intervenção social das classes, dos grupos e das frações de classe, quanto no sentido de remeter ao processo de expansão da dinâmica socioeconômica capitalista em sua relação com a política” (FONTES; MENDONÇA, 2012, p.62).

Recuperar esta conjuntura, na sua produção e reprodução na vida cotidiana, possibilita identificar a própria construção das vontades (coletivas e organizadas), na qual permite interligar o processo pelo qual se elaboram as consciências, alcançando a organização do poder do Estado (sociedade política). Neste sentido, no levantamento inicial sobre as fontes, percebemos que as ambições da missão eram amplas e associadas à disputa da hegemonia política vinculados a fração da classe dominante de “espírito liberal”:

“nossas obras espirituais não se limitam a nossa igreja, podem transformar toda uma sociedade. O Brasil, país que nos tem recebido tão bem até o presente momento e façamos votos que assim mantenha seu espírito liberal, está pronto para figurar entre as mais belas nações do mundo, basta para isso se livrar de alguns vícios e noções errôneas que ainda regem muitos dos seus. (...) Nosso trabalho é educar o povo. Um povo de elevados princípios morais e éticos (...) Ainda há muito por ser feito. A tarefa é grande e valiosa” (EXPOSITOR CRISTÃO, 09-07-1908, Vol. 23, nº.28, p.1) <sup>3</sup>.

Como articular em níveis de análise a missão metodista, no sentido da política, enquanto instituição religiosa que se movia para estruturar sua ação no Brasil, ao passo, que se relacionavam com frações das classes dominantes na época e, que, representavam um importante braço das ações do estado norte-americano no Brasil? As diversas (re)leituras de Antônio Gramsci me apresentam uma saída para este impasse: analisar a religião metodista enquanto componente nos diversos níveis das relações de força, portanto, desempenhando funções orgânicas diferentes e, que, no entanto, só podem ser separadas em níveis analíticos. Este caminho de investigação abre o leque, portanto, de buscar os nexos entre a totalidade social e a política e, de acompanhar os movimentos entre os níveis de posição diacronicamente e sincronicamente.

Por outro lado, a própria expressão do metodismo enquanto componente em diversos níveis indica uma maior complexidade das correlações de forças, e de um processo de reorganizações e de transições no campo das lutas pela hegemonia política na Primeira República brasileira, na qual os movimentos vão assumindo funções orgânicas identificadas nas possíveis formações de blocos históricos naquele momento.

A abordagem da religião metodista no Brasil, redimensionada no interior das relações de poder e nos níveis das correlações de força política, impõe novas questões para pensarmos as relações políticas e o Estado na Primeira República brasileira.

Jose Murilo de Carvalho, em os - *“Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”* -, critica a tendência que destaca o caráter maniqueísta nas relações políticas na qual o “Estado é apresentado como um vilão e a sociedade como vítima”

---

<sup>3</sup> Destaco o termo espírito liberal por exatamente ganhar destaque na passagem da fonte citada. Coloco o termo entre aspas para enfatizar que a conotação liberal destacada passa por uma necessária (re)definição no contexto brasileiro naquele momento e pelas características próprias que o jornal possui enquanto órgão de difusão da missão metodista no Brasil ao final do XIX para o XX. Isto é, o exercício de crítica da fonte trabalhada na pesquisa

(CARVALHO, 1987, p. 10). Pensando a relação da população fluminense com Estado nos primeiros anos da república, as suas reflexões partem:

“do contraste entre a total ausência de participação popular através dos mecanismos formais do sistema político, particularmente das eleições e a intensa participação de assistência mútua. De um lado, a ausência do povo; de outro, a abundância do povo. (...) Haveria um pacto não escrito, informal, entre o cidadão e o Estado, que passava à margem das formalidades do sistema político” (CARVALHO, 1986, p. 5).

O questionamento a ser feito, entretanto, refere-se à visão limitada do que seria participação política na Primeira República. Parece-me adotar um modelo baseado nas democracias liberais, onde o povo brasileiro com suas “especificidades ibéricas” não se adaptaria devido ao seu comportamento inclinado à carnavalização da política. Como assinala Matos, o “quadro de baixa participação na política das eleições, dominadas naquela fase pelas oligarquias regionais de grandes proprietários, não deve ofuscar a participação em manifestações cujo cunho político não pode ser ocultado. Como os protestos coletivos violentos” (MATOS, 2009, p. 45).

Neste sentido, apontamos que é possível operacionalizar, a partir da religião metodista, os diversos movimentos orgânicos entre as diferentes posições que foram se constituindo nas relações de poder ao final do XIX para o XX no Brasil <sup>4</sup>. Os metodistas podem ser situados na luta para consolidar visões de mundo (a cultura para Antonio Gramsci) e disseminar valores. A disputa política, neste terreno, se dá na tentativa de tornar esses valores consensuais, balizando desta forma, a direção ideológica da sociedade brasileira ao final do XIX para o XX. Assumir a direção, do bloco histórico <sup>5</sup>, correspondia a disputar na Primeira República brasileira a hegemonia política no viés da modernidade <sup>6</sup>.

---

4 A Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café situa-se, por exemplo, em posição contra-hegemônica no interior da modernidade e em oposição a religião metodista ao final do século XIX para o XX no Brasil.

5 “(...) Conceito de “bloco histórico”, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2002, p. 26).

6 O projeto modernizador incorpora o ideal da técnica e da ciência, através da fração política dominante oligárquica influenciada por outra fração de inspiração liberal, promovendo diversas mudanças tecnológicas e transformações urbanas; mas veda o caráter da autonomia política das sociedades modernas, logrando as possibilidades políticas deste novo processo econômico. A sociedade cambaleava entre o destino para o trabalho e a repressão dos setores conservadores; e numa modernidade que se desenhava tipicamente brasileira, onde se lograva o trabalho a fim de acumulo de capital numa sociedade

Apontamos, até o momento atual da pesquisa, a religião metodista encampando uma luta diferente, por vezes mais silenciosa, disputando a política na sociedade civil em processo de gestação, - num período no qual o Rio de Janeiro “estava em condições de ser também, pelo menos em tese, o melhor terreno para o desenvolvimento da cidadania” (CARVALHO, 1987. p. 13). Portanto, situamos a religião metodista de acordo com pesquisas recentes que têm levantado dados que indicam a refutação de arquétipos prontos e estereótipos construídos que se consolidaram no pensamento social brasileiro, tendo como pano de fundo a cristalização de uma imagem do que seria a república brasileira no começo do século XX<sup>7</sup>. A reflexão aqui adotada está em:

“contrapartida, (de) um diversificado grupo de historiadores, cientistas sociais e políticos brasileiros têm levando a cabo pesquisas adotando o arsenal teórico de Antonio Gramsci e também de Pierre Bourdieu. Tais estudos evidenciam uma precoce ocidentalização da sociedade brasileira desde inícios do século XX, demonstrando a existência de um Estado bem mais complexo do que as formulações simplificadoras o deixavam supor” (FONTES, V.; MENDONÇA, S. R, 2012, p. 68).

Pesquisar esta conjuntura, na sua produção e reprodução na vida cotidiana, possibilita identificar a própria construção das vontades (coletivas e organizadamente), na qual se permite interligar o processo pelo qual se elaboram as consciências, alcançando a organização do poder do Estado (sociedade política). É necessário ampliar e diversificar a pesquisa sobre a maneira como o Estado brasileiro se manifestou na primeira experiência republicana brasileira. É necessário vincular a “República Oligárquica” a noções como classes, estrutura, hegemonia, no sentido de produzir uma história política que possua um teor relacional entre a totalidade social e política.

### **Bibliografia:**

ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920): um estudo sobre a participação política das categorias portuárias no movimento operário da Primeira Republica. RJ: UFRJ, 1983.  
 CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Novos domínios da história. RJ: Elsevier, 2012.

---

capitalista; mas não se aceitava a “res” pública. Portanto, como expressão destas frações dentro das classes dominantes, a política brasileira assume as feições do signo da beleza e da higiene e; do acúmulo do capital. Ver Antônio Rodrigues, Sidney Chalhoub, Nina Rabha, Silvia Padilha, dentre outros.

<sup>7</sup> Ver DELGADO, L. A. N. (org.); FERREIRA, J. (org.). Brasil republicano. RJ: Civilização brasileira, 2004, dentre outros.

- CARVALHO, J. M. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras? RJ: Rio de Janeiro, no. 3, 1986.
- CARVALHO, J. M. Os bestializados: e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Ligia Rosa. Fazendo Américas: a missão metodista no Rio de Janeiro e a construção de um projeto para a nação, 1895-1910. RJ: UFF, 2000.
- CAVALCANTI, B.O. Beleza, Limpeza, Ordem e Progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. Niterói: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 1985
- CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. SP: Companhia das Letras, 1996.
- DELGADO, L. A. N. (org.); FERREIRA, J. (org.). Brasil republicano. RJ: Civilização brasileira, 2004
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere, Volume 4: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MATOS, M. B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MESQUIDA, Peri. Hegemonia Norte-americana e educação protestante no Brasil. SP: Paulinas, 1992.
- PADILHA, S.F. Da “Cidade Velha” à Periferia. Niterói: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 1985.
- RABHA, N.M.C.E. Cristalização e Resistência no Centro do RJ. Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 1, 1985
- RODRIGUES, A. E. M. “História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil”. In.: CARNEIRO, S. S. M.; Sant’Anna, Josefina Gabriel (organizadoras). Cidades, olhares, trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

**Fontes:**

Fundação Biblioteca Nacional, setor dos periódicos.  
Atas, regimentos e relatórios do Instituto Central do Povo.



## **A Invernada de Olaria e a violência policial entre 1957 e 1963**

**Frederico Cícero Pereira de Oliveira<sup>1</sup>**  
**Mestrando / Bolsista FAPERJ**

Segundo certa crônica, constantemente reeditada, o Rio dos anos 50 era uma cidade na qual “as diferenças de classe faziam rir” (VENTURA, 1994, p.17). A *socialite* Carmem Mayrink Veiga se refere ao período como sendo uma época em que se vivia “realmente um clima de constante festa na cidade” e a vida “era bem mais risonha e franca entre nós” (SANTOS, 1997, p.87). Para muitos foram os “anos dourados”, para outros a “república bossa-nova” do governo de JK (DANTAS FILHO; DORATIOTO, 1991, p.21), época na qual a bossa era nova, a TV era a Tupi e a Copa era nossa. No entanto, a cidade que emergiu dessa visão, “romântica e nostálgica” era “uma reconstrução ideal” (VENTURA, 1994, p.11). Se concordamos com Zuenir Ventura nessa última constatação, nos distanciamos dele ao dissentir da tese das “duas cidades” ou da “cidade partida”. Assim, se o autor ao referir-se àqueles anos considerava que “havia um ovo de serpente chocando no paraíso” (VENTURA, 1994, p.11), porém o olhar que norteia artigo, considera que o referido já havia eclodido desde, pelo menos, as tortura e sevícias praticadas pela polícia carioca nos “porões” da Rua da Relação, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Nesse sentido os “anos dourados” e a “cidade partida” soam como ficções mutuamente excludentes. Dessa forma, propensas a não reconhecerem a polícia e a criminalidade como temáticas adequadas à leitura daqueles anos, algumas narrativas procuraram situá-las com mais ênfase não com as supostas “luzes” do período kubistchekiano mas com as “trevas” da ditadura instaurada em 1964.

Quando Juscelino Kubitschek de Oliveira se tornou presidente da República, em 1956 a polícia da Capital estava organizada sob a estrutura do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) e, apesar de mais de dez polícias atuarem na cidade, os jornais quase diariamente acusavam o aumento da criminalidade e da violência no Distrito Federal. É constante na crônica policial do período menção ao lenocínio, às quadrilhas,

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História (UERJ), Especialista em História das Relações Internacionais (CEHRI/UERJ). Atualmente finaliza pesquisa para a dissertação intitulada *Uma história do Esquadrão da Morte: Mitos, símbolos, indícios e violência no Rio de Janeiro (1957- 1969)*, sob a orientação do professor doutor Rafael Vaz da Motta Brandão e a co-orientação do professor doutor Gelson Rozentino de Almeida.

às *gangs*, à prostituição, aos assaltos à mão armada e a postos de gasolina, a biroskas, residências, taxistas, a automóveis e a ocorrência de incipientes assaltos a bancos<sup>2</sup>.

Se o Rio dos anos 30 conheceu tipos lendários como Alfredo Francisco Soares, o *Camisa Preta*, José Carlos Pinheiro, o *Sete Coroas*, João Francisco dos Santos, o *Madame Satã* e Luciano José da Silva, o *Galeguinho da Saúde*... os anos 40, figuras como Alfredo Batista Junior, o *Paulo Carvoeiro*, José Bernardino de Oliveira, o *Zé Pretinho*, Manoel Soares dos Santos, o *Sombra*, Benedito de Lima César, o *Sete Dedos*, João da Costa Rezende, o *Carne Seca*, José da Silva Rosa, o *Zé da Ilha*... A década de 50 foi a época das *curras* e das irresponsabilidades burguesas da *juventude transviada*, do *Crime do Sacopã*, do *Crime do Professor Goulart*, da chacina no mercado *Peg Pag*, do assalto ao banco *Lowndes*, de alguns crimes passionais como o assassinato da jovem Aída Curi, e, senão do fato, certamente da ousadia que no início da década seguinte levou ao assalto ao *Trem Pagador*<sup>3</sup>

Na crônica policial muito se falou dos *gangsteres de pés descalços*<sup>4</sup>, de José Francisco de Souza, o *Bidá*, Jerônimo da Silva Santos, o *Carne Crua*, Juventino Caetano dos Santos, o *Falcão Negro*, José Afonso de Jesus, o *Mino*, Bartolomeu Pereira da Silva, o *Bartinho*, Ismael Rodrigues da Silva, o *Sabará*, Adelino da Silva Silvino, o *Buda*, Francisco Paulo dos Santos, o *Francisquinho*, Antônio da Silva, o *Fogueirinha*, Rubens de Almeida, o *Arubinha*, Frederico de Oliveira, o *China Preto*, Aldemir da Silva Silvino, o *Coisa Ruim*, Valdemar Cardoso dos Santos, o *Coringa*, José da Silva, o *Marujo*, Valter Pereira dos Santos, o *Caveirinha*, Ari Cardoso de Albuquerque, o *Pavão*, Jacques Jorand, o *Diabo Louro*, Bento Balbino dos Santos, o *Bigode*, Gerson de Oliveira Nascimento, o *Bonga*, Jorge de Sousa o *Jorge Negrão*, José Rodrigues da Cruz, o *Paraibinha*, Wilson dos Santos, o *Bitinha*, Luís Carlos da Silva Silvino, o *Praga de Mãe*, José Nilton Diniz, o *Colombo*, Ilton Gomes de Sousa, o *Maluco*, Rodrigues de Carvalho, o *Tarzan*, Getúlio Carneiro Prado, o *Getulinho*, Gessi de Lima e Sousa, o *Sabonete*, Manuel Caetano de Santana, o *Manuel Olhão*, Moacir Luís da Silva, o *Mangueirinha*, Miguel Alexandre, o *Miguelito*, Pedro José de Lima, o *Buck Jones*, Itamar da Silva, o *Turiba*, Murilo Alves

---

<sup>2</sup> O Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) foi criado em 1944. Atuavam na capital durante o governo de JK as seguintes polícias: Guarda Civil, Polícia de Vigilância, Guarda Noturna, Polícia Especial, Polícia Militar, Polícia do Cais do Porto, Polícia do Exército, Polícia da Marinha, Polícia da Aeronáutica, Polícia Marítima, Guarda da Alfândega, Polícia Rodoviária (da Prefeitura), etc.

<sup>3</sup> O assalto planejado e executado com sucesso pela quadrilha de Tião Medonho, no início dos anos 1960, antecipou aquele outro assalto a trem de mesma natureza ocorrido, no Reino Unido.

<sup>4</sup> Os *gangsteres de pés descalços* surgiram pelas páginas da *Ultima Hora* ao longo do ano de 1957.

dos Santos, o *Murilão* e José da Silva, o *Glostora*, e outros. Uns poucos desfrutaram de alguma celebridade, como Mauro Guerra de Melo, Milton Santos de Almeida, o *Micuçu*, Luiz Bernardino da Silva Cardoso, o *Cabeleira*, José Rosa Miranda, o *Mineirinho*, Sebastião de Sousa, o *Tião Medonho* e Manuel Moreira, o *Cara de Cavalo* e muitos mais. O criminalista Virgílio Luiz Donnici, chegou a escrever que no “período dos anos 50 e dos anos 60 a criminalidade urbana e a oficial cresciam numa monotonia exaustiva” (DONNICI, 1984, p.188).

A polícia carioca, desde 13 de maio de 1957, era chefiada pelo general Amaury Krueel. Em meio a tantos problemas encontrados ao assumir a polícia da capital naquele ano dois dos mais evidentes eram o aumento da criminalidade e o problema da falta de xadrezes para acomodar os presos nos 30 distritos da cidade. O problema da escassez de carceragens não era novo, assim como não era nova a questão das péssimas condições das mesmas constatadas pelo próprio chefe de polícia em uma de suas incertas<sup>5</sup>. As instalações eram escassas e as condições das já existentes e superlotadas causaram repulsa ao general.

Instado pelo chefe de polícia para auxiliá-lo na busca por uma solução, o delegado Olavo de Campos Pinto, que dirigia a Delegacia de Vigilância, principal especializada do Distrito Federal, sintetizou da seguinte maneira a situação:

(...) hoje, neste momento, só aqui na Vigilância, estamos com mais de 100 homens presos em uma sala que não tem três metros por quatro, homens qualificados desde “averiguações” até “assassinatos”, sem um lugar para manda-los. Contando com os que ocupam as celas dos distritos policiais, o número sobe a 1.128. São homens que estão à disposição da justiça, outros com suas penas já definidas e, no entanto, permanecem, porque a Penitenciária está lotada, não podendo receber os que viriam (condenados) do Presídio, que por sua vez não pode receber os que estão no Depósito de Presos, já que houve a vaga dos que deveriam estar na Penitenciária. Resultado: um ladrão é julgado. O juiz dá-lhe a pena de dois anos para ser tirada em Colônia Agro-Pecuária. Nós não temos Colônia. O homem é solto com “liberdade vigiada”. Agora pergunto: quem irá vigiar esse homem? (REVISTA DA SEMANA, 1957, p.38)

O plano que visava reduzir a criminalidade e reduzir o déficit de cárceres na cidade aprovado pelo chefe de polícia consistia em duas frentes: primeiro a criação de cinco subseções de vigilância que dariam cobertura ao policiamento em áreas pouco cobertas pela DV e, segundo, na construção de novo presídio que pudesse absorver parte da população carcerária da capital.

---

<sup>5</sup> As incertas eram visitas feitas sem aviso, de surpresa.

Na época o antigo Presídio Militar da Ilha de Bom Jesus chegou ser cogitado como uma opção viável para servir de depósito provisório de presos, consoante expressão utilizada pelas autoridades na época, até a construção de um novo presídio. Porém, a proximidade com a Cidade Universitária, atraiu muitas críticas à iniciativa.

As Subseções de Vigilância (SSV) foram criadas em julho de 1957. A Portaria nº 855 indicava que a iniciativa visava apenas o maior rendimento do policiamento preventivo da capital (BOLETIM DE SERVIÇO, 1957, p.1). As cinco subseções criadas estavam subordinadas à Delegacia de Vigilância e abarcavam as seguintes jurisdições distritais: 1ª Subseção de Vigilância, na Zona Sul, compreendendo 1º Distrito (Gávea), 2º Distrito (Copacabana), 3º Distrito (Botafogo), 4º Distrito (Catete) e o Comissariado da Barra<sup>6</sup>; a 2ª Subseção de Vigilância, na Zona Norte, o 14º Distrito (Rio Comprido), 15º Distrito (Engenho Velho), 17º Distrito (Tijuca), 18º Distrito (Vila Isabel); a 3ª Subseção de Vigilância, nos subúrbios da central, o 19º Distrito (Engenho Novo), 22º Distrito (Meier), 23º Distrito (Encantado), 24º Distrito (Madureira); a 4ª Subseção de Vigilância, subúrbios da Leopoldina, o 16º Distrito (São Cristóvão), 20º Distrito (Bonsucesso), 21º Distrito (Penha), 30º Distrito (Ilhas da Baía de Guanabara); 5ª Subseção de Vigilância, Zona Rural, o 25º Distrito (Marechal Hermes), 26º Distrito (Jacarepaguá), 27º Distrito (Bangu), 28º Distrito (Campo Grande), 29º Distrito (Santa Cruz) e o Comissariado de Anchieta.

A Invernada de Olaria, como ficou conhecida a 4ª Subseção de Vigilância, foi inaugurada em 14 de outubro de 1957, chefiada pelo detetive Fernando Milton dos Santos, o *Manga*. O cronista de polícia do jornal Diário Carioca, Eptácio Timbaúba da Silva, entusiasta da iniciativa, comentando o resultado alcançado pelas subseções já em atividade, escreveu:

O resultado da medida, em boa hora tomada pelo general Amaury Kruehl, já surtiu os melhores efeitos. Os chefes de quadrilhas, que viviam a implantar o terror e a espalhar sangue pela sua passagem, ou se encontram presos, esperando a decisão da justiça ou sucumbiram na luta que travaram contra os agentes da autoridade encarregados de detê-los e seus comparsas, ou procuraram outro ambiente (...) (TIMBAÚBA, 1957, p.1)

---

<sup>6</sup> O Comissariado da Barra e o Comissariado de Anchieta eram recentes pois não constam na reforma proporcionada pelo Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de Março de 1944, que criou o DFSP, e nem no Decreto nº 37.008, de 8 de Março de 1955, que aprovou o seu Regulamento Geral, quando o chefe de polícia era Geraldo de Menezes Côrtes.

Construída em uma área que pertencera à Polícia Militar na região que dava nome ao local, na Rua Paranapanema, a Invernada de Olaria logo passaria a significar um lugar de policiais duros e dispostos a tudo contra a criminalidade<sup>7</sup>. *Manga* era um policial veterano, oriundo de uma época que conheceu nomes famosos na polícia carioca como Manoel de Freitas Cesar Garcez, Manoel Vidal Martins, o *Martins Vidal*, Sílvio Terra Pereira, Pelayo Martins e Antenor Lírio Coelho, Eurípedes Malta de Sá entre outros. O final da década de 1950 foi o tempo de Cícero Gomes Ribeiro, Olavo de Campos Pinto e Perpétuo Freitas da Silva. Milton Le Cocq de Oliveira começava a despontar para imprensa como uma referência da Delegacia de Vigilância<sup>8</sup>. A crônica policial da capital logo reconheceu o impacto positivo das subseções no combate à criminalidade. Tal percepção, entretanto, durou pouco tempo.

Algumas perdas sofridas pela polícia provocavam manifestos, tensas caçadas e notadas insubordinações entre detetive e investigadores e a chefia de polícia. O pano de fundo que aumentava tal insatisfação era o desamparo em que se viam as famílias após a morte ou a invalidez de algum agente em serviço<sup>9</sup>. As tensões se acirraram após as mortes dos investigadores Eugênio Parada, José Augusto de Melo, o *Melinho*, e Antônio Americano, no ano 1958. Dada a brutalidade das ações policiais registradas pela imprensa, não é exagero inferir que tais eventos anteciparam a sanha de vingança que ocorreria na cidade em agosto de 1964, quando Cara de Cavalo seria acusado de assassinar Le Cocq.

Os jornais mais uma vez perceberam o apelo sensacionalista de dessas verdadeiras caçadas. Ao mesmo tempo percebe-se no período que anônimos punquistas começaram a ser alçados a um status que eles mesmos tinham dificuldade em reconhecer. De certa forma o sensacionalismo da imprensa começava a descobrir o apelo comercial do noticiário sobre polícia e criminalidade.

A morte de Parada, Eugênio Parada em 2 de maio de 1958, no Morro do Cruzeiro revoltou os policiais da Invernada. O suposto assassino, Luiz Bernardino da Silva

---

<sup>7</sup> No final do século XIX o local se tornou um abatedouro de gado que, em 1910, daria origem a um campo de boiada conhecido como Invernada de Olaria. A Polícia Militar mais tarde ficaria responsável pela área, mantendo no local guarnição, um centro de treinamento e Serviço de Cães da corporação. Atualmente o local é ocupado pelo 16º Batalhão Polícia Militar.

<sup>8</sup> Le Cocq havia saído da Polícia Especial em 1952 e por concurso se tornou investigador da polícia civil no mesmo ano.

<sup>9</sup> O Clube dos Investigadores e o Centro de Comissários de Polícia eram as associações onde os policiais procuravam se manifestar em relação a pautas relacionadas aos seus interesses como categoria profissional.

Cardoso, o *Cabeleira*, foi caçado mas escapou de todos os cercos policiais e temendo ser assassinado se entregou, vindo a ser julgado sob forte esquema de segurança. Os policiais da Invernada não se conformaram. Dias depois a polícia perdeu outro de seus agentes, José Augusto de Melo, o *Melinho*, morte atribuída a Bartolomeu Pereira da Silva, o *Bartinho*. *O Globo* em sua edição 23 de maio de 1958 anunciava:

Inicia-se uma Verdadeira Caçada Depois do lutuoso acontecimento, diversas turmas saíram no encalço do assassino. Favelas e malocas estão sendo vasculhadas e estão fechadas as passagens para Meriti e Caxias. Os policiais querem evitar o que ocorreu com “*Cabeleira*”, que assassinou o investigador Eugênio Parada, feriu outros policiais, indo entregar-se à Justiça fluminense.

Em 13 de novembro do mesmo ano morreu o investigador Antônio Americano, vitimado durante a diligência que visava prender José Carlos Guimarães, o *Zezinho*, no Morro da Favela. É possível que as mortes em sequência de policiais com extensa rede de amizades na polícia civil do Rio fez com que emergissem e se retroalimentassem de maneira muito intensa distintas insatisfações.

Concomitante aquela situação as chefias de polícia se sucediam ao sabor dos interesses do Catete. A demissão de Kruehl em junho de 1959, após denúncias de corrupção envolvendo a cúpula do DFSP produziu gerou incertezas em torno de como ficaria a polícia da capital. O novo chefe de polícia, o coronel Crisanto de Miranda extinguiu as subseções, que poucos meses depois o também coronel Ignácio Jacques Júnior, que o sucedeu, foi instado a reativar, iniciativa que seria reforçada durante a gestão da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, pelo coronel Gustavo Eugênio de Oliveira Borges, já em pleno governo de Carlos Lacerda.

A criação do novo estado produziu mudanças na polícia. A extinção da Polícia Especial no início da década de 1960 proporcionou a migração daqueles policiais para a polícia da Guanabara, em parte compensando a transferência daqueles que optaram pela nascente Polícia Federal mas a perda de muitos policiais experientes foi sentida pelo Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP), que substituíra o DFSP<sup>10</sup>.

O que se depreende retrospectivamente é que a imagem da Invernada de Olaria que ficaria marcada na memória sobre a polícia carioca está muito mais vinculada a sua reinauguração sob o governo de Carlos Lacerda e outro contexto político, do que ao que

---

<sup>10</sup> A Polícia Especial, cujo quartel ficava no Morro de Santo Antônio e constituía-se de um grupamento de choque da Polícia Civil do Distrito Federal. Devido ao uniforme cáqui e o quepe vermelho os membros da Polícia Especial foram jocosamente alcunhados, pelos cariocas, de “Cabeças de Tomate”.

se falou sobre a Invernada na década anterior. Embora o jornalista José Amaral Argolo chame a atenção para a caçada e o assassinato de José Miranda, o Mineirinho em abril de 1962, o que parece ter significado uma inflexão no sentido da atuação da Invernada foi o caso das torturas impingidas ao advogado Clodomir Santos Moraes em 1963 nas dependências daquela subseção (ARGOLO, 2009, p.43).

A cobertura sensacionalista do jornal de Samuel Wainer, o *Ultima Hora*, em torno de tudo que atingisse negativamente o governo de Carlos Lacerda, muito se utilizou das acusações feitas à polícia da Guanabara. Com o caso Clodomir, apurado por uma CPI instalada pela Assembleia Legislativa, em agosto de 1963, ganharam a crônica policial várias das práticas que seriam posteriormente identificadas como comuns de serem aplicadas no trato com os presos políticos da Ditadura Militar imposta ao país em 1964.

O que se pode concluir é que a Invernada de Olaria foi arrolada aos ataques feitos pelo periódico contra o governo e com a quebra da ordem institucional provocada pela chegada ao poder dos militares aquelas instalações da polícia passaram de vez a serem associadas às ações da polícia política do regime muito embora, formalmente, ainda fossem uma dependência da polícia civil do estado. Dessa forma a Invernada praticamente deixou de estar associada a história da polícia civil, propriamente dita, e passou a integrar uma narrativa mais ampla da história brasileira recente geralmente associada às inúmeras leituras da ruptura ocorrida no país em 1964.

### **Fontes e Bibliografia:**

- ARGOLO José Amaral. *Sparsae*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- BOLETIM DE SERVIÇO, Departamento Federal de Segurança Pública, Capital Federal, ano XXV, n 167, quarta-feira, 24 de julho 1957.
- LOPES, Adérito. *O Esquadrão da Morte: São Paulo 1968-1971*. Portugal/ Lisboa: Prelo Editora, 1973.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Do Esquadrão da Morte aos Justiceiros*. São Paulo: Editora Paulinas, 1988.
- LANGGUTH, Arthur John. *A Face Oculta do Terror*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Documentos de História Contemporânea) v. 75
- DANTAS FILHO, José; DORATIOTO, Francisco F. M.. *A República bossa nova: a democracia populista: 1954-1964*, São Paulo: Atual, 1991, p.21
- DONNICI, Virgílio Luiz. *A Criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão*, Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.
- REVISTA DA SEMANA, *O depósito de presos*. Rio de Janeiro, 3 de março de 1957, n.3.

SANTOS, Joaquim Ferreira. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p.87

TIMBAÚBA, Epitácio. *Mais uma*, Diário Carioca, Rio de Janeiro, p. 1, 14 de outubro de 1957

ULTIMA HORA, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958, p.1.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*, São Paulo: Companhia da Letras, 1994.



## **A Companhia Nacional de Cimento Portland e o processo de industrialização da região de São Gonçalo (1931- 1983).**

**Giselle Antunes Coutinho  
Mestranda**

Essa comunicação tem por objetivo analisar a trajetória da Companhia Nacional de Cimento Portland<sup>1</sup> (CNCP) em sua relação com o processo de industrialização de São Gonçalo, entre 1931, ano de instalação da indústria na cidade, e 1983, ano em que a Companhia deixou São Gonçalo, tendo se instalando na cidade de Cantagalo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Leandro Santos (SANTOS, 2011) destaca que o desenvolvimento da indústria do cimento no Brasil, remonta ao final do século XIX, quando as grandes obras de remodelação das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo deram grande impulso ao mercado cimenteiro. Destaca ainda que a urbanização e o crescimento do mercado interno, a entrada de capital e tecnologia estrangeiros, investimentos carreados de outros setores econômicos presentes no país, e o apoio do Estado como os fatores principais para a instalação de fábricas de cimento no Brasil. Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO, 1983), o país nessa época importava cerca de 40 mil toneladas de cimento, procedente, em sua grande maioria de países europeus, pagando-se 30% de tarifas de importação. Esse contexto estimulou o interesse, de alguns empreendedores brasileiros, de instalar uma indústria no Brasil.

O engenheiro Louis Nóbrega e o Comendador Antonio Prost Rodovalho, no final do século XIX, instalaram as primeiras fábricas de cimento no país. As fábricas instaladas por eles não tiveram êxito, tendo encerrado suas atividades poucos anos depois de abertas. A primeira, instalada em 1892, na região Nordeste, utilizava calcário expostos nos arredores da capital do Estado da Paraíba, porém só funcionou por cerca de três meses. Já a Usina Rodovalho, que extraía o calcário das grandes pedreiras localizadas na região

---

<sup>1</sup>A denominação cimento "portland" refere-se a um tipo específico de cimento, desenvolvido, ainda na primeira metade do século XIX, pelo químico e empresário britânico do setor de construção Joseph Aspdin. Após queimar conjuntamente pedras calcárias e argila e transformá-las em um pó fino, Aspdin percebeu que o resultado obtido produzia uma mistura que, após secar, tornava-se tão dura quanto as pedras empregadas nas construções de até então. A mistura não se dissolvia em água e foi patenteada pelo construtor em 21 de outubro de 1824, com o nome de cimento "portland", que recebeu esse nome por apresentar cor e propriedades de durabilidade e solidez semelhantes às rochas encontradas na ilha britânica de Portland. SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. *A História do cimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, 1983, p. 3. Disponível em: [www.snic.org.br/pdf/Historia\\_do\\_Cimento\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.snic.org.br/pdf/Historia_do_Cimento_no_Brasil.pdf). Acesso em: 30/12/2014.

de Sorocaba funcionou por mais tempo. Em um primeiro período, funcionou de 1888 a 1904, quando produzia o cimento ‘Santo Antônio’. Após esse período, voltou a funcionar em 1907, porém, pelas dificuldades enfrentadas, foi extinta definitivamente, em 1918. A terceira tentativa ocorreu em 1912 no Espírito Santo, onde o governo local promoveu um programa de industrialização. Porém, não chegou a funcionar regularmente e, em 1924, ela foi arrendada e reorganizada, tendo suas atividades encerradas definitivamente em 1958.

Essas fábricas, não tiveram impacto, nem grande importância na produção de cimento no Brasil, pois tiveram curto período de funcionamento, e não produziram a quantidade de cimento necessária para suprir com as necessidades do país. As dificuldades enfrentadas por essas fábricas estavam em competir com as grandes indústrias internacionais, uma vez que o custo de produção era elevado. Além disso, por ser novo no mercado, o produto brasileiro era desmoralizado diante dos outros países com tradição na produção de cimento.

A primeira grande fábrica instalada no Brasil foi a Companhia Brasileira de Cimento Portland (CBCP), em Perus, São Paulo. Diferente dos outros empreendimentos da época, a CBCP não foi financiada pelo capital concedido pelos grandes produtores de café brasileiro, mas pelo capital estrangeiro, mais especificamente, canadense. Em 1929, três anos após sua instalação, a fábrica já produzia cerca de 96.000 toneladas de cimento por ano (CHAVES, 2005, p. 46). O que nos mostra que com pouco tempo de funcionamento, a fábrica conseguiu não só ter uma elevada produtividade, como também conquistou a credibilidade da população, ganhando espaço no mercado nacional.

Com a descoberta de uma bacia calcária em 1928, na cidade de Itaboraí, e pelo crescimento do consumo de cimento no Brasil, logo houve o interesse de exploração do mineral e a instalação de uma indústria cimenteira. A Companhia Nacional de Cimento Portland (CNCP), foi a segunda grande fábrica de cimento instalada no Brasil e a primeira no Estado do Rio de Janeiro. A CNCP foi instalada em Guaxindiba no município de São Gonçalo, e começou a funcionar em 1933.

A ata da primeira Assembleia de Acionistas, realizada no dia 28 de julho de 1931 e divulgada no Diário Oficial, nos apresenta os meios considerados mais eficientes e econômicos para a utilização do calcário e a implantação da fábrica:

“(…) 1º, extrair o calcário da Fazenda São José; 2º, transportá-lo para a Fazenda Guaxindiba por intermédio de uma estrada de ferro industrial construída especialmente para esse fim; 3º, construir uma fábrica na Fazenda Guaxindiba,

com todos os requisitos essenciais ao preparo definitivo do cimento Portland; 4º, distribuir o cimento para os diversos mercados do Estado do Rio por intermédio da Leopoldina Railway; 5º, construir um canal de cerca de 1 ½ a 2 quilômetros de comprimento ligando a fábrica ao Rio Guaxindiba; 6º, transportar o cimento destinado ao Distrito Federal a granel através do canal e o Rio Guaxindiba atravessando a Baía de Guanabara até a seção apropriada do novo Porto do Rio de Janeiro” (*Diário Oficial*, 1931, p. 13190.)

A partir da ata percebemos que já havia o planejamento para todo o processo, desde a extração do calcário, até o armazenamento do cimento, já pronto. Além disso, a ata nos mostra que o bairro de Guaxindiba era a melhor localização para a fábrica, pois só era necessário a construção de um canal para ligar a fábrica ao Rio Guaxindiba, para ter ligação com a Baía de Guanabara. Além da proximidade e da estrutura férrea já existente na cidade, é importante frisar que desde o final do século XIX, a prefeitura de São Gonçalo incentivava a industrialização da cidade, através de isenções fiscais.

José Honorato Lessa (LESSA, 2010) destaca que a industrialização em São Gonçalo, a partir da última década do século XIX, tornou-se possível a partir de fatores como a conquista da autonomia política e administrativa e a isenção de determinadas categorias de impostos municipais para a implantação de fábricas e a infraestrutura da própria cidade, que contava com rios, ferrovias e portos. Além das condições estruturais da cidade, podemos citar o interesse do empresariado e sua articulação com a prefeitura, o que nos mostra a estreita relação entre o interesse público e o privado. Exemplo disso encontra-se, segundo o autor, “nas formas de incentivos através de isenções de determinadas categorias de impostos municipais que somadas às outras condições já apontadas mostraram-se fundamentais na implantação das indústrias” (LESSA, 2010, p.51). Muitas dessas isenções eram concedidas por até 50 anos, além disso, a prefeitura fazia doações de terrenos para as empresas.

Wilson Suzigan (SUZIGAN, 2000), ao estudar a participação estatal na instalação de fábricas ainda na Primeira República, fazendo uma análise acerca da relação dos decretos governamentais nesses empreendimentos, observa que os decretos não motivaram a instalação das fábricas, uma vez que, foram implantados no momento em que muitas fábricas já haviam sido projetadas. Porém, segundo o autor, elas se beneficiaram significativamente desses decretos. Para reforçar seu argumento de que os incentivos fiscais não foram decisivos para a instalação da fábrica cimenteira no Brasil, o autor fala da segunda fábrica de cimento fundada no país e que se constitui em objeto de nosso estudo, a Companhia Nacional de Cimento Portland que, em 1929, quando

adquiriu as terras onde localizavam as jazidas de calcário, o decreto N° 16.755, de 1924, já havia sido revogado, através da Lei N° 5.353, de 1927. Porém, um ano antes da fábrica começar a funcionar, um novo decreto foi estabelecido, em que as fábricas, não só de cimento, mas também de outros ramos, receberiam alguns benefícios fiscais do governo.

Para viabilizar o funcionamento da fábrica, a Companhia construiu uma linha férrea para o transporte da matéria prima até a fábrica e do produto fabricado até o Porto de Guaxindiba, além disso, providenciou o transporte para os funcionários da fábrica, que residiam distante do local de trabalho. Nos primeiros anos de funcionamento, o ônibus carregava apenas os trabalhadores da área administrativa da empresa. Porém, a partir do ano de 1946, a empresa contratou o serviço de Jair da Silva Pessoa para levar todos os funcionários para o serviço<sup>2</sup>.

Apesar dos problemas surgidos durante as obras, a fábrica foi inaugurada em 1933. Em maio daquele ano, vários jornais anunciavam a disponibilização do cimento da CNCP- Mauá a todos os gêneros de construção. O cimento era apresentado como um fator de progresso para o país, pois permitia ao homem investir suas riquezas e produzir mais conforto para sua vida, conquistando maior qualidade de vida. Além de destacar a qualidade do produto, há um enaltecimento da companhia, que seria um destaque no progresso do país (*Jornal Correio da Manhã*, 1933).

Após o início da produção da fábrica em Guaxindiba, houve uma evidente diminuição na quantidade de cimento importado. A CNCP, segundo o anúncio do jornal, logo no seu primeiro ano de funcionamento, já tinha capacidade de produzir cerca de três milhões e quinhentos mil sacos de cimento por ano. Tal quantidade ultrapassava a produzida pela CBCP, em Perus, São Paulo. Incentivado não apenas pelo aumento do mercado consumidor nacional, mas também pelas leis que incentivavam o aumento da produção de cimento, a CNCP passou por várias obras de ampliação ainda na década de 1930.

Com o crescimento da demanda do cimento e conseqüentemente o aumento da produtividade, fazia-se necessário um número maior de trabalhadores. Devido ao crescente número de trabalhadores. Tornou-se necessário a organização do sindicato; em

---

<sup>2</sup> Jair da Silva Pessoa, na época em que foi contratado pela CNCP, possuía apenas um ônibus, mas com a prestação de seu serviço à CNCP, conseguiu comprar outros veículos e ampliar suas atividades, fazendo o trajeto São Gonçalo - Niterói. Esse foi o início das atividades da empresa que mais tarde se tornaria a Viação Mauá. A sua história é citada no link sobre a história da Viação Mauá. Disponível em: <http://www.vmaua.com.br/historia.html>. Acesso em: 02/01/2015.

1935, um grupo de trabalhadores da Companhia Nacional de Cimento Portland, se reuniu para fundar o Sindicato da Indústria de Cimento, algum tempo depois por determinação do Ministério do Trabalho, este passou a ser denominado como Sindicato da Indústria do Cimento, cal e gesso de São Gonçalo<sup>3</sup>. Esse é um dos aspectos influenciado diretamente pela implantação da Companhia, pois com o aumento da quantidade de trabalhadores, houve a necessidade de fundar uma instituição para representar a categoria.

Através de dados obtidos dos recenseamentos para as décadas de 1920 e 1940, podemos perceber o rápido crescimento do parque industrial gonçalense. O censo realizado referente à década de 1920 apontava a existência de 21 indústrias em São Gonçalo, o que deixava a cidade atrás apenas de outras duas cidades do Estado do Rio de Janeiro: Niterói e Petrópolis<sup>4</sup>. Por sua vez, no recenseamento de 1940, o número de indústrias em São Gonçalo passou para 83, mostrando-nos um crescimento de quase 400%. Dez anos mais tarde, os dados do IBGE apresentavam "117 empresas no município e seu valor da produção industrial já superava o de Niterói (capital do Estado)". (LESSA, 2010, p. 46.)

De acordo do Débora Silveira (SILVEIRA, 2009), outras empresas se instalaram na cidade, na primeira metade do século XIX, como: a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas; Companhia Brasileira de Fósforos (produtora da marca Sol); Companhia Fiat-Lux (produtora da marca Olho); Companhia de Papéis Alcântara; Covibra (Companhia Brasileira de Vidros) e Indústrias Reunidas Mauá (também produtora de vidro); Conservas Quacker (assim denominada hoje, antes Sardinhas Coqueiro) e Companhia S.A. Composição Internacional do Brasil. Victor Araujo e Hildete de Melo (ARAÚJO e MELO, 2014) destacam que São Gonçalo chegou a década de 1940 como um dos mais importantes municípios do Estado do Rio de Janeiro do ponto de vista industrial. A dimensão, diversificação e produtividade de seu parque industrial, produziram um sentimento ufanista que levou o município a ser chamado de "Manchester Fluminense", em referência à cidade inglesa, um dos berços da Revolução Industrial. Para os autores, a participação da cidade no produto industrial estadual, teve uma participação limitada, pois entre 1940- 1950 foi substancialmente reduzida.

---

<sup>3</sup> Sobre a história do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do cimento, cal e gesso de São Gonçalo, vê em: <http://www.cemaua.com.br/historia/index.html>. Acesso em: 15/01/2015

<sup>4</sup> Fica aqui excluída os dados quantitativos em relação à cidade do Rio de Janeiro, que na época era o Distrito Federal e que, por isso, não entrava no recenseamento do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo, com a *Revista do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento*, a CNCP-Mauá, na década de 1960, tinha a capacidade de produzir cerca de 476 000 toneladas por ano, e contava com mais de 900 trabalhadores (*Revista SNIC*, 1965, p. 58). Na década de 1960, em relação às outras 30 indústrias existentes no Brasil, a CNCP era a maior produtora desde a sua implantação. Porém, a partir desta época, a Companhia começou a perder sua posição para a Votorantim, que foi instalada em 1936.

Em maio de 1963, o Jornal *O São Gonçalo* anunciava a inauguração do Grupo Escolar Mauá, que tinha por objetivo a instruir os filhos dos funcionários. A Companhia foi a pioneira na execução da lei que obrigava os estabelecimentos industriais com mais de 100 operários a manter uma escola para a alfabetização dos filhos dos seus empregados. O edifício da escola possuía instalações modernas, segundo a imprensa da época, estando de acordo com as exigências pedagógicas e sanitárias. Após a construção do Grupo Escolar Mauá, a CNCP planejava criar cursos especializados para o aperfeiçoamento dos seus trabalhadores, que na época somavam mais de 900 funcionários (*Jornal O São Gonçalo Diário*, 1963, p. 1).

. Na década de 1960, o Grupo Lafarge<sup>5</sup> começou a comprar ações da Companhia, chegando à década de 80 com a maior parte das ações, que até então pertencia ao grupo americano Lone Star Cement. Com a diminuição da quantidade de calcário na fazenda São José, na década de 1960, a Companhia comprou terras em Cantagalo, região serrana do Rio de Janeiro, onde foi encontrada grande quantidade desta matéria prima. Em 1966, começou a se deslocarem cerca de 30 caminhões de calcário por dia, de Cantagalo para a fábrica de Guaxindiba e o Grupo Lafarge iniciou as obras para a construção da fábrica na cidade. Essa situação perdurou até 1983, quando a bacia calcária de São José já havia chegado a cerca de 70 metros de profundidade. Por ter atingido o lençol freático, as bombas que drenavam a água não eram mais suficientes, o que impossibilitou o prosseguimento da exploração e o funcionamento da fábrica em Guaxindiba. Com a fábrica já construída, quando a Companhia deixou São Gonçalo, a produção de cimento em Cantagalo, iniciou rapidamente.

---

<sup>5</sup>**Lafarge** é uma empresa de cimentos da França, foi fundada em 1833. O grupo chegou no Brasil em 1959 com a inauguração da fábrica de cimento de Matozinhos (MG). Assim que chegou ao Brasil começou comprar ações da Companhia Nacional de Cimento Portland, na década conseguiu ser o acionista majoritário da Companhia. Disponível em: [http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2\\_2\\_3-History](http://www.lafarge.com.br/wps/portal/br/2_2_3-History). Acesso em: 17/01/2015.

Como podemos perceber a instalação da Companhia Nacional de Cimento Portland, na cidade de São Gonçalo, na década de 1930, deveu-se a uma série de fatores, tais como a existência de linhas férreas, estrutura portuária e, sobretudo, os incentivos fiscais concedidos pela municipalidade local em benefício da empresa. Assim como Suzigan destaca, a instalação da Companhia não ocorreu pela incentivo fiscal, já que no período em que planejavam a instalação da CNCP, as leis já tinham sido revogadas; porém a escolha do município de São Gonçalo como a localização da fábrica, estava relacionada com as isenções municipais existentes, através das leis municipais que concediam alguns benefícios para as empresas, e que contribuiu para o crescimento industrial da região.

Além disso, durante os cinquenta e dois anos de funcionamento da Companhia Nacional de Cimento Portland na cidade de São Gonçalo, a empresa desempenhou um importante papel no processo de transformação deste município em cidade industrial. Como exemplo já explicitado no texto, vemos o caso de Jair da Silva Pessoa que após um período prestando serviço de transporte à Companhia, abriu uma empresa de transporte público; a abertura do Sindicato dos Trabalhadores, que ocorreu em 1935, como consequência do grande número de trabalhadores da categoria, que precisavam ter uma organização que os representasse; a abertura do Grupo Escolar para os filhos dos operários, que segundo o jornal, apresentava as melhores e mais modernas instalações entre as escolas da região.

### **Bibliografia:**

ARAÚJO, Victor e MELO, Hildete. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. In: *Cadernos do desenvolvimento Fluminense*. Rio de Janeiro: n 4. Maio de 2014.

CHAVES, Marcelo. *Da periferia ao centro da (o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil*. São Paulo, 1925-1945. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

“*Diário Oficial*”. 17 de agosto de 1931. Pag. 13190. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2043591/pg-46-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-08-1931>

Jornal Correio da Manhã. “*Cimento Portland Mauá*”. Edição de 15 de maio de 1933, p. 16

SANTOS, Leandro B. A indústria de cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, 23 (1), abr. 2011, p. 79.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. *A História do cimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, 1983. Disponível em: [www.snic.org.br/pdf/Historia\\_do\\_Cimento\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.snic.org.br/pdf/Historia_do_Cimento_no_Brasil.pdf). Acesso em: 30/12/2014.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 2000.



## **Política e Imigração: A Hospedaria da Ilha das Flores e os Deslocados de Guerra (1947-1952)**

**Guilherme dos Santos Cavotti Marques**  
**Mestrando / Bolsista FAPERJ.**

Os conflitos ocasionados pela Segunda Guerra Mundial engendraram, segundo estimativas, cerca de 40 milhões de pessoas deslocadas de seus locais de origem. Frente a esse quadro, soluções foram pensadas para atender esta demanda que, não obstante, era concebida como temporária e que findaria no período do pós-guerra.

Vale destacarmos que, no concernente aos DP'S (*displaced persons*), partimos do pressuposto que essa categoria é uma criação do pós-guerra no âmbito da ONU para identificar civis que haviam se deslocado por conta dos conflitos, e que deveriam retornar a seu país de origem tão logo as condições que provocaram o deslocamento tivessem deixado de existir, fato este que acabou não se verificando. (ZUZARTE, 2013).

Nesse quadro, diversas foram as possibilidades de solução para a questão dos refugiados. Dentre essas ações, destacamos a integração local, que ocorre quando o Estado em que ele ingressou o reconhece enquanto refugiado e decide acolhê-lo. Com isso inicia-se o processo de integração com a comunidade local. A segunda possibilidade de solução está ligada ao repatriamento. Nesta, o refugiado é mandado de volta ao seu país de origem, contudo, isto só deve ocorrer caso haja o desejo do mesmo, pois uma característica fundamental do repatriamento reside em seu caráter voluntário. Todavia, a que mais nos interessa é o dispositivo do reassentamento. Nesta, o indivíduo, através de acordos bilaterais entre organismos internacionais criados no interior da ONU e os seus Estados membros, será enviado a um terceiro país, e nele estabelecido. Devemos, porém, destacar que essa solução fora evocada em decorrência da não suficiência das duas possibilidades anteriormente citadas.

Faz-se mister ressaltar que a Segunda Guerra Mundial representou um importante marco histórico nas relações internacionais, por uma série de fatores. A maior destas novidades foi a criação de uma instituição global que congregasse nações de todos os continentes, a ONU. Vale destacar igualmente, que o conflito global marcou uma nova concepção de direitos humanos, qual seja, a defesa da dignidade humana (ONU. 1948). Esta deveria ser compreendida como resposta às atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra Mundial, especialmente aos horrores praticados nos campos de concentração,

quando dos seres humanos serem considerados supérfluos e descartáveis. Nesta acepção, o regime nazista havia deixado um rastro de destruição, como nos alerta Lafer,

*O tudo é possível*, na dinâmica do totalitarismo, parte do pressuposto de que os seres humanos são supérfluos. Tal pressuposto contesta a afirmação Kantiana de que o homem, e apenas ele, não pode ser empregado como um meio para a realização de um fim, pois é um fim em si mesmo, já que na sua pessoa pulsa humanidade. (LAFER, 1988. P. 117/118).

Desta maneira, no pós-guerra as atenções se voltam para os estudos dos direitos humanos, de maneira que a análise da dignidade humana ganha premência no âmbito internacional, sedimentando a ideia de limitação da soberania nacional e reconhecendo que os indivíduos possuem direitos inerentes à sua existência que devem ser protegidos. (GUERRA, 2006).

O primeiro órgão criado para atender esta demanda, ainda durante a guerra, foi a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR), criada em novembro de 1943. Sua principal missão seria a coordenação de programas de repatriação, que, segundo Fischel Andrade, a tornou uma organização pioneira (ANDRADE, 1996. P.142). Ressalta-se, pois, que a categoria de refugiado elaborada naquele momento estava baseada naquela que fora chancelada na Conferência de Bermudas, em 1943, onde “todas as pessoas de qualquer procedência que, como resultado de acontecimentos na Europa, tiveram de abandonar seus países de residência por terem em perigo suas vidas ou liberdades, devido a sua raça, religião ou crenças políticas”. (ACNUR, 1992)

Entretanto, com o avançar dos processos de repatriamento, algumas nacionalidades, como os poloneses, os povos bálticos e ucranianos, apresentaram crescentes objeções ao retorno a seus países. Chegava-se a um debate jurídico. A ANUAR não havia sido formada para lidar com esse tipo de situação, afinal o processo de repatriação deveria se pautar pelo seu caráter voluntário. O encerramento de suas atividades, segundo Julia Moreira, esteve atrelado à fricção de forças entre as duas grandes potências do pós-guerra, os EUA e a URSS. (MOREIRA, 2006). Esses embates, travados no campo diplomático, foram consequências geradas pelo “milhão restante” de refugiados que se encontravam nos campos da Europa, e recusavam-se a regressar aos seus países de origem. Vale notar que grande parcela desses europeus pertencia a países satélites da URSS, quais sejam, os países da Europa Oriental. A ANUAR tem seu fim em 1947.

Objetivando dar prosseguimento aos trabalhos foi criada em 1947 a Organização Internacional para Refugiados (OIR). Sob sua responsabilidade encontravam-se cerca de 1,279,000 pessoas, com predominância da nacionalidade polonesa -perfazendo 29% do total. A OIR ainda não seria um órgão permanente, pois veio a ter um curto tempo de funcionamento. Nos anos finais da OIR verificou-se a criação de outro órgão também filiado a ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 1952. A criação desta foi certamente influenciada pelas sucessivas crises entre os dois blocos que se verificaram a partir de 1947, como p.ex. o bloqueio de Berlim – 1948- e a Guerra das Coreias -1950-53. Outro importante fato que merece nossa atenção foi a criação de um outro mecanismo jurídico para a questão, o Estatuto dos Refugiados de 1951. (ACNUR, 2000.)

### **A Imigração e o Brasil**

No Brasil, no ano de 1938, um importante órgão foi criado junto à presidência da República, o Conselho de Imigração e Colonização. Entre as suas atribuições estava o controle da entrada de estrangeiros, bem como o monitoramento das comunidades já existentes, por exemplo. Juntamente ao Conselho, o Decreto-Lei Nº 7.967/45, marca a retomada da imigração pelo Brasil, que apesar do dispositivo das cotas ainda se fazer presente, tinha através de seu 10º artigo, fundamental no caso dos refugiados, a regularização do estrangeiro no país através do visto permanente especial.

A relação entre Brasil e OIR pode ser verificada desde as primeiras reuniões onde se efetivaria sua constituição, tais encontros foram registrados sob a sigla do Comitê Especial de Refugiados e Deslocados de Guerra. Deste modo, e ciente da potencialidade dos refugiados, em fins do ano de 1946, o então presidente da República Eurico Gaspar Dutra enviou três comissões de seleção para o continente europeu, chefiadas por Artur Hehl Neiva. Destas primeiras avaliações, foi gerado um extenso relatório onde se apresentavam de maneira detalhada o seu trabalho e buscava traçar o perfil dos refugiados compreendidos como os ideais para serem selecionados, bem como salientar aqueles que não deveriam ser aceitos. Em outras palavras, Neiva propôs um *ranking* entre as nacionalidades mais aptas a participar de tal processo. Nessas análises, os bálticos eram considerados os melhores DP'S, pois seriam

portadores de arraigadas convicções democráticas, todos alfabetizados, fortes, saudáveis, habituados a condições severas de vida e de clima e com elevado índice de religiosidade. Poderiam ainda ser empregados como artífices,

operários, agricultores e técnicos. E, fundamentalmente, forte espírito anticomunista. (NEIVA, 1949, P.41/42).

Todavia, não apenas no interior do governo se desenvolviam debates e apontamentos acerca dos refugiados. Nos círculos intelectuais, verificam-se igualmente discussões sobre o bom e o mau imigrante, sobre o “desejável” e o “indesejável”. Salientava-se que os critérios de seleção do imigrante deveriam se pautar na sua capacidade de trabalho e assimilação, bem como em seu potencial reprodutivo. Neste sentido, autores como o próprio Hehl Neiva (NEIVA, 1950) e Samuel Benchimol (BENCHIMOL, 1946), defendiam a organização de um sistema de escolas de “abrasileiramento”, com o objetivo de facilitar o processo de assimilação dos imigrantes.

Nesse quadro de fluxo imigrantista no pós-guerra, nas figuras dos refugiados, a Hospedaria da Ilha das Flores fora o local de primeira recepção no ingresso destes em território brasileiro. Em muito, sua posição deve-se ao fato de que, pelo acordo entre Brasil e Organização Internacional dos Refugiados –OIR- os refugiados deveriam, necessariamente passar pela Hospedaria.

Os maiores fluxos observados de imigrantes que passaram pela Ilha das Flores no pós-guerra vão ao encontro do período de vigência da OIR, quer dizer, a partir de análises de diversos periódicos<sup>1</sup> verificou-se que no período de 1946-1952 passaram por ali um elevado número que, não comparado ao período da grande imigração, dota aquele espaço de sentido privilegiado. Ao todo, durante o período de vigência do acordo Brasil-OIR, foram registrados a entrada de 29.000 refugiados.

Acompanhando a situação dos refugiados no continente europeu, o Departamento Nacional de Imigração –DNI- recomendou ser imprescindível o início de obras com o objetivo de realizar um trabalho de excelência. A partir de uma visita de inspeção realizada pelo Ministro do Trabalho, ficou decidido que as referidas obras seriam nos dormitórios, nas instalações de água e sanitários, além da compra de material de cama e banho (O GLOBO, 1946. P.14). Vale acrescentar que, além dos reparos e obras em pedra e cal, observavam-se duas outras preocupações. A primeira concernente ao sanitário, onde o serviço médico da Hospedaria seria intensificado; a segunda preocupação nos

---

<sup>1</sup> Até o presente momento, não dispomos de fontes administrativas da Hospedaria como o livro de registros, relatórios de autoridades. Nesse sentido, os periódicos nos surgem enquanto veículos portadores de informações significantes para um “pensar” a respeito da Hospedaria. Vale acrescentar que tais periódicos encontram-se disponíveis digitalizadas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no site do acervo O Globo.

remete ao debate já realizado sobre a adaptação dos imigrantes em território nacional, pois desenvolver-se-ia na Ilha trabalhos cujo objetivo seria facilitar tal fim, como a instituição da escola de “abrasileiramento” promovida pelo SESI.

Verifica-se, em 1947, a chegada de deslocados de guerra de origem dos países centrais e do leste da Europa, como Lituânia, Iugoslávia e Hungria, no vapor “General Sturges”, vale atentarmos que estes foram os primeiros deslocados ingressos no país após acordo bilateral entre Brasil- OIR. Em número de 861, estes ficariam por 10 dias na Hospedaria da Ilha das Flores e a seguir seriam enviados para a Hospedaria do Campo Limpo em São Paulo, de onde seriam distribuídos para seu local de destino. Interessante observar que desde os primeiros momentos houve um apoio dos governos aliados no que tange ao transporte desses grupos, afinal, além da informação da chegada dos imigrantes, a reportagem destaca a “valorosa contribuição do transporte pelo exército americano” (O GLOBO, 1947. P. 3). Contudo, a distribuição destes em território nacional ficaria a cargo de órgãos competentes do governo brasileiro, como o já citado DNI, órgão este responsável, dentre outras atribuições, por fiscalizar a entrada de estrangeiros no país, amparar correntes migratórias internas, administrar terras públicas, bem como organizar a colocação de trabalhadores pelo país. (ARQUIVO NACIONAL. 1992).

Em 1948 a chegada dos deslocados continua com altos índices. Para termos uma ideia do montante, apenas nos últimos meses do ano verificaram-se forte fluxo. Na edição de outubro deste ano, os jornais O Globo e Correio da Manhã informam a chegada de mais 766 deslocados, sendo 513 adultos e 253 crianças, das zonas ocupadas pelos EUA, Inglaterra e França, na Alemanha (CORREIO DA MANHÃ. 1948. P.2). Em novembro, verifica-se ainda a chegada de 816 deslocados através do navio “General Stewart”(DIÁRIO CARIOCA. 1948. P.1). Já em dezembro, aportou no Rio o navio “General Black” trazendo 824 deslocados, também provenientes dos campos da Alemanha e Áustria.(A NOITE. 1948. P.2). Ademais, é interessante destacar que a bordo do navio encontrava-se o Dr. Afonso Gonzaga, um dos médicos responsáveis pela seleção dos deslocados nos campos europeus. Após o desembarque, como não poderia ser diferente, Gonzaga fez amplos elogios às escolhas e afirmou que os deslocados seriam “os melhores imigrantes que o Brasil poderia desejar”. (DIÁRIO CARIOCA. 1948. P.1).

Todavia, ainda que o fluxo de refugiados mantivesse uma regularidade, é possível observar uma crítica por parte de alguns periódicos, acerca da inércia das obras que deveriam ser executadas na Hospedaria. De acordo com a Gazeta de Notícias, as obras

que teriam por objetivo aumentar a capacidade de recepcionamento não foram executadas, ocasionando um quadro de superlotação, afinal sua capacidade real seria de 1.200 imigrantes quando se preparava para o acolhimento de 2.400. Não obstante, estas informações nos leva a conjecturar o drama que a própria hospedaria vivia no momento de recepção dos deslocados. A Comissão iniciou uma série de tentativas que tinham por objetivo desafogar a Hospedaria, como p. ex, enviando levas de imigrantes para os estados de São Paulo -300- e para Goiás -400. (GAZETA DE NOTÍCIAS. 1948. P. 1)

O jornal o Globo, de março de 1949, realiza um pequeno levantamento, informando que desde 1947 até a data de publicação deste jornal, o Brasil já havia recepcionado 13.805 refugiados. (O GLOBO. 1949. P.2).

Em fevereiro do mesmo ano, o Diário da Noite nos indica a chegada de 820 deslocados, dentre alemães, russos e poloneses. Em março, o Correio da Manhã informa a chegada de uma grande leva de cerca de 1.085 deslocados, provenientes do porto de Gênova pelo navio, mais uma vez americano, “General Willard Holbrooks”. Já em junho, jornais apontam a chegada de mais 882 deslocados que possuem por destino o norte do país. São técnicos, mecânicos, engenheiros que comporão a industrialização da região Norte. (DIÁRIO DA NOITE. 1949. P.2)

A tônica dos discursos dos refugiados propagados pelos jornais, giravam em torno do regime comunista soviético e sua suposta falta de liberdade que permeava os diversos âmbitos da sociedade. Sem embargo, tais discursos estão vinculados à concepção adotada pelos jornais de apoio ao alinhamento brasileiro aos EUA dentro da geopolítica internacional. Assim, a chegada dos refugiados de guerra tinha a potencialidade de ser utilizada enquanto propaganda política contrária ao comunismo, fato este que fora verificado quando da análise de tais periódicos<sup>2</sup>.

No ano de 1951, observou-se o ingresso de 1.717 refugiados na Hospedaria, um número que representa uma leve queda nos percentuais de entrada quando comparados aos anos anteriores. Destes, as mais diversas nacionalidades ali desembarcaram, como italianos, iugoslavos, poloneses, romenos, búlgaros e tchecos, perfazendo um verdadeiro *melting-pot* étnico cultural. Vale destacar ainda que destes, cerca de 304 imigrantes italianos estavam previamente direcionados para as cooperativas agrícolas italianas de

---

<sup>2</sup> Sedimentando ainda esta análise, dois outros acontecimentos não podem ser esquecidos. O primeiro deles ocorreu em abril de 1947, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fora posto na ilegalidade; seis meses depois, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética.

várias regiões do país, como na Bahia, Goiás e Minas, seus perfis variavam entre horticultores e tricultores. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 1951. P.1).

A última leva significativa de imigrantes deslocados que passaram pela Ilha das Flores ocorreu em julho de 1952, onde se pôde constatar a entrada de 349 novos braços para a lavoura nacional, afinal estes imigrantes provinham da região italiana conhecida como Vale do Pó, região esta de feição e desenvolvimento rural. Suas destinações foram os interiores paulista e paranaense.

Vale atentarmos, entretanto, que o processo de chegada dos refugiados não contou com unanimidade favorável à mesma. Desde 1947, a imprensa como um todo, com destaque para o “Diário de Notícias” e “O Globo”, importantes jornais de época, mobilizaram-se em construir uma imagem negativa a respeito da imigração que se processava. Não obstante, tais críticas estavam relacionadas ao desrespeito às porcentagens estabelecidas pelo CIC -70% agricultores e 30% de técnicos- acrescentando-se a essas críticas, ao ver dos meios de comunicação, uma falta de rigor nesse processo que atingia, além da desproporção profissional, os limites médicos estabelecidos. Em contrário, como já destacado, a potencialidade anticomunista dos refugiados era destacada.

### **Bibliografia:**

ACNUR, An introduction to the international protection of refugee. Geneve: ACNUR, 1992.

ACNUR. A Situação dos Refugiados no Mundo: cinquenta anos de acção humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica (1924-1952). Ed. Renovar. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. O Brasil e a OIR (1946- 1952). Rev. Bras. Polit. Int, 48 (I): 60-96, 2005

BENCHIMOL, Samuel. O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, v.4, nº51, p.684- 700, setembro 1946.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:

[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)

GUERRA, Sidney. Temas Emergentes de Direitos Humanos. Rio de Janeiro. FDC, 2007.

Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial/ Maria do Rosário Rolfsen Salles; Sênia Bastos; Odair da Cruz Paiva; Roberta Guimarães Peres; Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo. 2013.

- KOIFMAN, Fábio. Imigrante ideal: o ministério da justiça e o aperfeiçoamento da raça (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- \_\_\_\_\_. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.
- MOREIRA, Julia Bertino. A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais). Dissertação mestrado. Programa Santiago Dantas, 2006.
- NEIVA, Artur Hehl. A Imigração na Política Brasileira de Povoamento. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, v.8, nº98, p.151- 183, maio de 1950.
- \_\_\_\_\_. Deslocados de Guerra: A verdade sobre sua seleção. Rio de Janeiro: Ed. A noite, 1949.
- ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em: 11/05/2015.
- PERES. Elena Pájaro. Proverbial hospitalidade? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jul./dez. 1997.
- ZUZARTE, André. O Milhão Restante, o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946- 1952). Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) para obtenção do grau de mestre. FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2013.

### **Periódicos:**

- A Noite, 16 de dezembro de 1948.
- Correio da Manhã, 01 de outubro de 1948.
- Diário Carioca, 02 de novembro de 1948.
- Diário da Noite, 04 de fevereiro de 1949.
- Diário de Notícias, 08 de março de 1951.
- O Globo, 11 de abril de 1946.
- \_\_\_\_\_, 13 de maio de 1947.
- \_\_\_\_\_, 02 de outubro de 1948.
- \_\_\_\_\_, 04 de março de 1949.



## **Quando a oligarquia é mecenas... Associativismo dançante, identidades e redes de clientela em sociedades recreativas e carnavalescas de Santa Cruz no Distrito Federal (1902-1930).**

**Igor Estevam Santos de Oliveira**  
**Mestrando / Bolsista Faperj.**

### **Objetivos gerais**

Buscamos analisar o associativismo recreativo de Santa Cruz, como espaço importante de sociabilidade e clientelismo, e criação de identidades. Entende-se por identidade a criação de valores, laços de sociabilidade, visões de mundo, possibilitando criar valores e costumes compartilhados. Em resumo, a tessitura de códigos sociais mutuamente reconhecidos entre os atores históricos envolvidos nesse contexto associativo. Esse conceito esse conceito identidade, permite compreender os laços de sociabilidade e clientelismo, conflitos e barganhas assimétricas.

Analisamos as dinâmicas sociais diversas de grupos que se associavam para atividades lúdicas e carnavalescas. Analisamos também a importância política de redes de sociabilidades e clientelismo (GINZBURG, 1989, p. 201)<sup>1</sup> com oligarquias, isso nos ajuda a compreender algumas dinâmicas sociais do bairro de Santa Cruz. Mesmo nas sociedades mais populares (HALL, 2001, p. 150) como as carnavalescas o fomento das oligarquias era importante, afinal nada se move em Santa Cruz sem o consentimento de um oligarca local. Analisamos as possíveis fontes de financiamento desse associativismo recreativo em Santa Cruz, através de estudos de caso de cada sociedade. Tentamos também reconhecer trajetórias de alguns membros dos grupos estudados, principalmente de diretores através de jornais de grande circulação e local — O Santacruzense —. Esse jornal nos revela muito das dinâmicas locais de Santa Cruz e ligações políticas desse bairro rural. Separou-se esse capítulo em duas partes: sociedade músicas e sociedades carnavalescas. Essa separação não significa que as sociedades ditas musicais, não exerciam atividades no carnaval. Apenas buscou se diferenciar as sociedades músicas, de outras que tinham como fim o carnaval.

---

<sup>1</sup> Entendemos o conceito de “rede” como instrumento para apreender as relações no tecido social onde estão inseridos os atores históricos em certo período de tempo. Como esses atores se relacionavam entre si de forma interpessoal com: valores coletivos, afinidades, objetivos associativos, relações de dependência, amizade entre outros valores.

## **Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro<sup>2</sup>**

A Sociedade Musical Francisco Braga era sediada na Rua da Mirante n.2 <sup>3</sup>, em Santa Cruz. Não recuperamos sua a data de fundação, contudo acreditamos que foi fundada na década de 1900. O jornal O Santacruzense <sup>4</sup> aponta a sua existência no carnaval, em fevereiro de 1908. Ativa na década de 1950, mesmo até a década de 1980 <sup>5</sup>. Em 1909 a infraestrutura da Sociedade Musical Francisco Braga era de um cinema e teatro, banda que tocava ao público nas praças e fazia concertos <sup>6</sup>.

A Sociedade Musical Francisco Braga se sustentava com doações feitas pelos sócios, a banda ainda tocava em eventos gerando renda pra sociedade, além obviamente das mensalidades e joias<sup>7</sup> — para ingresso na sociedade —. O aluguel do salão para associados para realizarem festas particulares e outras atividades também parece ter sido uma fonte de renda considerável para Sociedade Musical Francisco Braga. Outra fonte de renda são as constantes quermesses feitas em benefício da sociedade, que constituiriam grande renda. As atividades eram: dramáticas, saraus e préstitos. Geravam renda para sociedade através do ingresso, e renda considerável, em vista da grande quantidade desses espetáculos realizados na sociedade.

É frequente no jornal suburbano O Santacruzense notícias do cotidiano e eventos da Sociedade Musical Francisco Braga. Outra sociedade também muito divulgada no periódico é o Ginásio Musical 24 de Fevereiro que tinha muitos membros em comum

---

<sup>2</sup> A inclusão dessas duas sociedades se justifica pela ampla rede de colaboração com as sociedades carnavalescas de Santa Cruz, com membros em comum. Embora tenham um perfil de sócios mais elitizados com populares também no quadro de sócios.

<sup>3</sup> Depois se mudou para a Rua Dr. Romualdo n. 13. Nesse endereço está atualmente.

<sup>4</sup> O periódico O Santacruzense, circulou no ramal de Santa Cruz entre 1908-1909, o jornal foi vendido nas estações de trem próximas a Santa Cruz. Fundado por João B. Alves e Oscar Santos Pimentel. O jornal buscou promover os interesses políticos da família Pimentel em Santa Cruz. O fim imediato do jornal era promover a eleição de Honório Santos Pimentel para as eleições de intendente municipal. O periódico tinha como alvo os negociantes e funcionários públicos das imediações onde circulou. Nossa escolha do periódico para pesquisa se deu por ser o único jornal de Santa Cruz com um ano corrido de edições presentes no setor de periódicos da Biblioteca Nacional. Tornando o jornal uma excelente fonte para o estudo do associativismo recreativo em Santa Cruz.

<sup>5</sup> O Globo, 11/12/1988.

<sup>6</sup> O Santacruzense, 14/01/1909.

<sup>7</sup> Não conseguimos saber o valor exato da mensalidade ou joia. Usa-se o termo joia para referir-se um valor de quantia normalmente determinada nos estatutos, era prática comum em muitas sociedades o pagamento da joia pelo novo membro ingressante.

(caso do administrador do Matadouro Victor André Villion) como a Sociedade Musical Francisco Braga, o ginásio também mantinha atividades ligadas a bandas de música<sup>8</sup>.

Percebemos uma extensa rede de clientela e colaboração entre os associados, mesmos membros em comum nas duas associações recreativas. Ao menos nas direções que eram formadas por sócios mais elitizados como analisaremos a frente<sup>9</sup>.

### **Composição social e hierarquia interna**

O Ginásio Musical 24 de Fevereiro era formado por comerciantes, funcionários públicos e negociantes. Suas atividades não diferem muito da outra sociedade que analisamos nesse tópico (Sociedade Musical Francisco Braga), mantendo uma banda, talvez a diferença maior seja pela ausência de atividade dramática. Em sua direção no ano de 1909, temos também imigrantes portugueses, o presidente do ginásio era José Henrique Fernandes, português, comerciante e funcionário do Matadouro Municipal do Rio de Janeiro. Fernandes possuía terras em loteamentos em Santa Cruz, além de um botequim numa localidade de nome Largo do Bodegão. Por vezes o botequim de Fernandes foi alvo da polícia em confusões e brigas, mas não conseguimos averiguar mais denúncias ou cartas pedindo fechamento do estabelecimento.

Fernandes aparenta estar inserido em uma extensa rede de colaborações e clientelagem em Santa Cruz. Assim como boa parte desses homens que estudamos. Consta em anúncio de obituário e missas a presença de Fernandes junto com o coronel Honório Pimentel<sup>10</sup>, político local de Santa Cruz, associado ao Partido Republicano Conservador, pai do diretor do periódico O Santacruzense (MENDONÇA, 2011, p. 11)

Tal como Fernandes, Leitão também teve um incidente com seu estabelecimento, talvez se não fosse sua poderosa rede de sociabilidade, seu

---

<sup>8</sup> O Santacruzense, 14/01/1909.

<sup>9</sup> Não era incomum, negociantes e operários conviverem na mesma sociedade. Um exemplo comparável é o Clube Carnavalesco Progressos Do Paraíso do bairro vizinho Campo Grande (onde inclusive a Sociedade Musical Francisco Braga tinha alguns associados residentes). Na lista de associados do clube entregue a polícia também constam pessoas de diversas profissões entre: operários, funcionários públicos e pedreiros. Definimos a S.M.F.B. como mais “elitizado” por sua infraestrutura e ênfase na atividade dramática e óperas. Embora, ela congregasse vários estratos sociais dentro de si. Cf.: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIF1 Codex 6C366. Rio de Janeiro, 1911.

<sup>10</sup> O País, 17/09/1911.

estabelecimento provavelmente teria problemas com a polícia, por pura sorte o português saiu ileso.

Os laços com imigrantes ficam claros quando vemos na lista de membros pessoas como: Victor André Villon, funcionário público administrador do Matadouro Municipal<sup>11</sup>, radicado no Brasil e da segunda geração de imigrantes franceses, pai do ator de teatro e cinema André Villon<sup>12</sup>.

A diretoria que exerceu mandato no ano de 1912 era formada por empregados do comércio, negociantes e funcionários públicos<sup>13</sup>, possivelmente homens letrados. Conseguindo a Sociedade Musical Francisco Braga (SMFB) obter licença pela polícia para funcionamento sem grandes problemas, não era muito incomum desde que se apresentasse o perfil desejado pelas autoridades — sociedade de elite que não tinham trabalhadores militantes —, ou mesmo houvesse um contato mais estrito com elas como já discutimos. Como é o caso do cabo Damásio Correia pertencente à banda, esse cabo foi da 17ª Delegacia de Polícia<sup>14</sup> e possivelmente devia fazer parte da sociedade, assim poderia ter facilitado a aprovação de licença da sociedade pela polícia. Além do fato de Victor André Villon ter trabalhado na delegacia e depois ter sido nomeado para Administração do Matadouro Municipal de polícia como auxiliar, lembre que ele foi sócio de: Sociedade Musical Francisco Braga, Clube Democráticos de Santa Cruz, Progressistas de Santa Cruz e Ginásio Musical 24 de Fevereiro.

Outro detalhe importante da composição social da S.M.F.B. é quanto à residência de seus membros, embora muitos membros da sociedade residissem nas proximidades do curato Santa Cruz como o presidente de Antônio Coelho de Souza da diretoria de 1905, residia na Rua. Felipe Cardoso n. 2, próximo à sede da sociedade. Alguns moravam e outras cidades como Itaguaí, inclusive fazendo com que a sociedade

---

<sup>11</sup>Victor era ajudante do administrador da diretoria do Matadouro, depois foi administrador do matadouro Municipal de Santa Cruz. Cf.: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1924, p.744. O País, 04/07/1926. A família Villon se perpetua nos cargos do Matadouro Municipal, consta o nome de Ivan de Souza Villon em 1957, como diretor do Departamento da Renda de Transmissão. Cf.: Correio da Manhã, 12/05/1957.

<sup>12</sup>Filho de funcionário público, o ator fez parte das atividades dramáticas da S.M.F.B. e de outra sociedade dramática Grêmio Procópio Ferreira na juventude, ambas em Santa Cruz. Vindo depois a obter fama nacional no teatro e cinema. Cf.: André Villon e sua vida no teatro. P. 44. Jornal das Moças, 9/09/1954.

<sup>13</sup>ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Secretaria de polícia do Distrito Federal. Fundo, GIFÍ Codex 6C365. Rio de Janeiro, 1906.

<sup>14</sup>JB, 17/08/1908.

promovesse passeios e atividades na cidade vizinha ao Rio <sup>15</sup>. O vínculo associativo seria outro ao invés de vizinhança, como em algumas sociedades.

### **Redes de clientela e ligações com mandões locais**

Como percebemos nas sociedades estudadas acima, boa parte de seus associados é ligado a um potentado político local. Mas o porquê dessas ligações? Não é simples responder, mas tudo indica que é por ajuda financeira e por status e benesses com a oligarquia. Pelo auxílio financeiro como percebemos em certa reportagem em homenagem a morte como benemérito dos: Clube Progressistas, Clube Democráticos de Santa Cruz, Congresso dos Furrecas <sup>16</sup>. A Sociedade Musical Francisco Braga também fazia eventos em homenagem a Camará<sup>17</sup>. Das três principais sociedades carnavalescas de Santa Cruz no final da década de 1910, Camará poderia ser apenas um entusiasta. Mas seria difícil esse poderoso político que tinha forte base eleitoral em Santa Cruz e adjacências para ser apenas um entusiasta. Camará residiu em Santa Cruz e tinha interesses no bairro. Fica muito evidente a inserção da clientelagem e a procura por Camará, numa espécie de barganha assimétrica.

Camará teria total interesse em se aproximar de sociedades, pois o carnaval poderia ser um evento divulgador e uma forma de se promover politicamente, conquistar votos de um grupo letrado que votava e compunha muitas direções dessas sociedades como mostramos nas discussões acima. As sociedades recebiam dinheiro e apoio do político, além de favores em outras instâncias da vida. Notam-se essas barganhas com Victor Villon que foi nomeado chefe administrador do Matadouro Municipal, uma reportagem do jornal Correio da Manhã deixa bem clara as relações de clientelismo existentes em Santa Cruz, sabe-se Villon foi membro de várias sociedades como analisamos acima. A notícia se refere ao mandão local Júlio Cesário de Melo, muito embora o nome de Cesário de Melo não seja referido nas fontes relativas às sociedades. Acusando Villon de não ter se naturalizado, tendo conseguido sua nomeação através de favores políticos. Não duvidamos que Cesário de Melo tenha sido mecenas e benemérito de alguma.

---

<sup>15</sup>O País, 05/12/1911.

<sup>16</sup>Pelos Clubes, p.11. O Jornal, 19/12/1922.

<sup>17</sup> O Século, 9/02/1909.

Outro caso que aponta a existência do vínculo de Villon com Cesário de Melo é a fundação de um jornal local chamado O triângulo<sup>18</sup>. Pouco se sabe sobre esse o periódico sobre o periódico, apenas as felicitações de O País. Pela experiência já muito discutida nessa dissertação sobre o periodismo suburbano, principalmente em O Santacruzense, acredita-se que a oligarquia teria objetivos eleitorais e de perpetuação no poder com esse periódico. Consta na ata o nome de Victor Villon e Cesário de Melo.

Uma reportagem que demonstrar a ligação e dependência, de Villon em relação a Cesário de Melo. É a presença de Victor na recepção do presidente Washington Luís em Santa Cruz, ao lado de Cesário<sup>19</sup>. Outra acusação que aprova o envolvimento de Victor com a oligarquia de Santa Cruz, é feita no periódico A manhã. A reportagem onde Victor citado, faz uma violenta crítica Arthur Bernardes, apontando nome de Victor com um dos apoiadores do governo de Bernardes.

Para as sociedades e seus membros o apoio do político, além de trazer obras públicas de interesse de alguns<sup>20</sup> membros. Facilitava a aprovação pela polícia ao construir uma representação sobre si positiva, pois ter políticos como beneméritos afasta a visão pela polícia de uma sociedade desordeira, com bebedeiras, bailes que virassem a noite ou “ofendiam a moral”. Doações altas beneméritas eram em comuns, em sociedade fundadas por trabalhadores como por exemplo algumas na Gávea, as doações também eram praticadas (COSTA: 2014, p.150). Os valores também variavam em torno de 500\$000 rs— valor até mais alto do que alguns clubes de Santa Cruz como Democráticos de Santa Cruz—. Percebe-se assim que não era exclusividade das sociedades de Santa Cruz a prática da inclusão de sócios beneméritos nos quadros sócias.

Mas era Camará, o único político que tinha rede de clientela com membros de sociedades? Talvez com mais evidências que pudemos analisar e com mais provas empíricas. Suspeitamos que como já se discutiu aqui, que a família Pimentel e Júlio Cesário de Melo também tivessem. Nesse caso as frequentes reportagens no jornal O Santacruzense de Oscar Pimentel dando ampla cobertura a Sociedade Musical Francisco

---

<sup>18</sup>Não foi possível a consulta ao periódico, ele não foi preservado no acervo da Biblioteca Nacional.

<sup>19</sup> A Noite, 14/11/1926.

<sup>20</sup>Percebemos essa relação quando o Jornal Santacruzense de Oscar Pimentel, cobra da prefeitura, obras de construção de um coreto e praça pública para a Sociedade Musical Francisco Braga e Ginásio Musical 24 de Fevereiro tocarem. Possivelmente faria parte da campanha para a eleição de intendente Municipal de Honório Pimentel.

Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro, não são sem motivos ou aleatórios. Alguns dos associados da Sociedade Musical Francisco Braga principalmente poderiam ter tido ligações com Honório Pimentel e seu filho Oscar Pimentel, como tinham com Camará. Embora, não possamos comprovar vínculo direto dos Pimentel com as sociedades — Sociedade Musical Francisco Braga e o Ginásio Musical 24 de Fevereiro e as outras—, é apenas uma possibilidade sugerida pela ligação do jornal com as sociedades e membros em eventos da família mandões. Mesmo os cumprimentos cordiais a Ernesto Pinho secretário da Sociedade Musical Francisco Braga e membro do Ginásio Musical 24 de Fevereiro demonstram que haveria alguma relação de respeito mútuo<sup>21</sup>.

### **Bibliografia:**

BATALHA, Claudio Henrique Moraes. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. Cadernos AEL, v.6, n.10/11, 1999

BATALHA, Claudio Henrique Moraes. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: Alexandre Fortes. (Org.). Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho Da. “Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2014.

FRANCA, Lucia Pena. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História. UFF. Niterói, 2011.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”; In: SOVIK, Liv (Org.). Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/UNESCO, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor. In: Antonio Arnoni Prado. (Org.). “Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura”. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 150-161.

MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel. “No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916”. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. “Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1330-1920”. Dissertação de Mestrado em História, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2011.

---

<sup>21</sup> O Santacruzense, 3/01/1909.

- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio dançou”. Identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). “Carnavais e outras f(r)estas”. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O Prazer das Morenas: bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. In: Andrea Marzano; Victor Andrade de Melo. (Org.). “Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)”. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010: 275-299.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: festa e identidade nos clubes carnavalescos do Rio de Janeiro”. Terceira Margem. Rio de Janeiro, janeiro/junho 2006, n.14.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. Editora da UNICAMP, 2004.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os Anjos da Meia-Noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. Tempo. Niterói. v. 19. P. 97-116. 2013.
- SIQUEIRA, Uassyr de. “Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)”. Tese de Doutorado em História, Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP. Campinas, 2008.
- SIQUEIRA, Uassyr de. “Clubes e sociedades dos trabalhadores do Bom Retiro: organização, lutas e lazer em um bairro paulistano (1915-1924)”. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História da UNICAMP. Campinas, 2002.



## O conceito de “Guerra” e de “Terror” nos discursos acerca da política da “War on Terror” na Revista *Foreign Affairs* (2001 – 2014)

João Victor da M. Uzer Lima  
Mestrando / bolsista CAPES

A revista *Foreign Affairs* é uma publicação bimestral, cuja primeira edição fora lançada no ano de 1922. Em seu volume de lançamento, o artigo principal era do ex-secretário de Estado Elihu Root. Tratava-se de um ensaio que entendia ser os Estados Unidos uma potência mundial e que, em razão disso, precisava, desesperadamente, de um público crítico informado, tanto para acompanhar assuntos internacionais quanto para acompanhar o trabalho do próprio governo norte-americano (ROOT, 1922, p.7)

Desde então, a revista já publicou diversos artigos e ensaios do cientista político Samuel P. Huntington, o mais famoso, que deu origem ao livro homônimo, foi “The Clash of Civilizations?” (1993), onde afirmou que “*os conflitos do futuro irão ocorrer ao longo da linha de falha cultural separando civilizações*” (HUNTINGTON, 1993, p. 24). Segundo Huntington, os confrontos no período do pós-Guerra Fria se dariam, sobretudo, por razões culturais. Tal posição seria reafirmada pela colocação do presidente George W. Bush em 2001, quando discursava a respeito dos responsáveis pelos ataques terroristas: “*Eles odeiam o que veem aqui nesta câmara: um governo democraticamente eleito. Seus líderes são auto-nomeado. Eles odeiam nossas liberdades: a liberdade de religião*”.

Outro nome recorrente nas publicações da revista, escrevendo dezenas de artigos, é o do historiador inglês Kenneth Maxwell, importante brasilianista e especialista em história ibérica. Outras personalidades e influentes personagens políticos, como Condoleezza Rice – Secretária do Estado dos Estados Unidos de 2005 a 2009 – que em 2000 publicou “Campaign 2000: Promoting the National Interest”, discutindo as políticas internacionais no mundo do pós-Guerra Fria – ou Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial de 2007 até hoje. Tais nomes só ressaltam e reafirmam a importância desta revista, que desde o término da Guerra Fria, tem suas vendas crescendo exponencialmente, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Para discutir o significado que o termo “guerra” tomou na imprensa, neste contexto, deve-se caracterizar o significado do termo quanto conceito. Um conceito, para ser denominado como tal, deve manter-se polissêmico, com seus significados alterados de

acordo com as realidades das sociedades, desta forma, o que se destaca no estudo dos conceitos é a noção de “faixas temporais” (MOTZKIN, 2006, p. 78), ou seja, os significados dos conceitos, no léxico de uma sociedade, são alterados de acordo com as mudanças políticas e sociais ocorridas. A guerra não foge a isto.

A Guerra é tão antiga quanto o homem, antecedendo até a criação das sociedades complexas. Sendo a guerra uma constante pode-se afirmar que “não é só o ‘meio de produção’ que forma as sociedades humanas, mas os ‘meios de destruição’”(EHRENREICH, 2000, p. 149) também as formam. Ou seja, a forma como uma sociedade guerreia ou entende guerra, diz tanto sobre ela quanto o meio de produção. Na teologia cristã, por exemplo, a guerra era apresentada com uma prática pecaminosa e, portanto, desencorajada, a menos que pudesse representar uma cruzada, ou seja, uma “guerra santa”, sendo então justificada (KEEGAN, 2000, p. 48). O impacto que a cultura militar japonesa sofreu com o contato com a arma de fogo, e a sua dificuldade em aceitá-la, foi tamanha que, embora tenham sido de grande importância para a unificação do Japão e da implementação do Xogunato Tokugawa, em meados do século XV, o uso de arma de fogo já estava quase extinto no final do século XVII. Somente em meados do século XIX é que os japoneses voltaram a pegar em armas de fogo (KEEGAN, 2000, p. 71). Esses quatro séculos que a cultura japonesa demorou em absorver o armamento evidencia a força que o militarismo exerce em uma cultura, o fim da honraria da guerra e do poder do samurai exerceu uma mudança drástica não só na guerra, mas também na sociedade.

A ideia de “guerra” é frequentemente associada à ideia de “violência”, o que – nos anos setenta – levou a conjectura de diversas teorias acerca da origem da guerra na violência humana. Uma abordagem que tange os estudos biológicos buscava, nas noções de seleção natural de Darwin, uma apropriação do Darwinismo Social para explicar a origem das guerras na violência humana, alegando que “todo grupo humano tem a tendência natural a defender características contra estranhos e até mesmo a declara-lhe hostil” (DAWSON, 1999, p. 44) ou seja, a “guerra” – sendo “guerra” um confronto violento – seria um reflexo da violência proporcionada pelo instinto de sobrevivência e de autopreservação humana. Os Etnógrafos acreditavam que o homem herdou seus instintos agressivos do reino animal e de seus ancestrais, que na natureza exerciam funções onde a violência era necessária, como caça ou proteção dos assentamentos

(LIDER, 1987, p. 17). Durante o Ano Internacional da Paz da UNESCO, em 1986, uma conferência internacional de naturalistas e cientistas sociais buscavam desconstruir a noção de que a Biologia “condenava a humanidade a guerra” e elaboraram um manifesto afirmando que: alegar que o homem herdou de seus ancestrais animais a tendência de travar guerras; dizer que a guerra ou qualquer comportamento violento sejam reflexos genéticos; ou, afirmar que na evolução humana houve uma seleção em favor do comportamento violento, é cientificamente incorreto (DAWSON, 1999, p. 42 - 43).

Quincy Wright firma que “a violência tem sido considerada como sinônimo de desordem e injustiça e ambas estão eliminada da comunidade legal ideal. O conceito de guerra inclui tanto o conceito de lei quanto o de violência” (WRIGHT, 1988, p. 147), de forma que a legalidade da guerra tenha sido discutida desde filósofos gregos e cristãos da idade média a juristas contemporâneos a fim de definir – não só “o que é guerra”, mas também – “com quem pode-se fazer guerra?” para definir a “guerra justa”.

A concepção clássica de guerra diz respeito a um conflito entre iguais, entre duas “castas militares”, que partilham de uma ética militar. Mesmo antes das sociedades modernas, e de um Estado de direitos, a existência de uma “casta militar” se fazia presente, vide os Zulus na África, que possuíam uma sociedade extremamente militarizada, ou os Samurais no Japão, nestes casos, firma John Keegan, a guerra era cultural e moldava a sociedade. Com o iluminismo houve a necessidade de racionalizar a guerra, o que deu origem a definição que é utilizada até os dias atuais de guerra como “continuação da política por outros meios” de Carl Von Clausewitz. Com o fim da segunda guerra mundial e com o início da Guerra Fria, e da paranoia nuclear, o militarismo entra em decadência e tem-se a origem de movimentos pacifistas como o movimento Hippie, na década de 60 (KEEGAN, 2006, p. 75 -80). Dos anos 80 para cá, a ideia de guerra ganha uma conotação de luta, mas não de violência, esta tende a ser abandonada do discurso, o que dá origem a expressões como “exército da paz”. Aqui, o Regimento, que antes era o coração do exército e por tanto a máquina que move uma guerra – na concepção clausewitziana – agora é usado como instrumentos da paz, mesmo que estes possam ser usados de forma ilusória, à utilização semântica existe, portanto há, ao menos, a tentativa de vender esta imagem.

Maria Sousa Galito apresenta duas definições distintas para o termo “terrorismo” (GALITO, 2013, p. 3). A primeira, traçada por Martha Greshaw, em 1981, afirmava que

o terrorismo caracterizava-se por ser uma “resistência violenta ao Estado ou ao serviço dos interesses do Estado”. A segunda, apontada por Emanuel Gross, em 2006, definia terrorismo como “um fenômeno social”. Desta forma, o terrorismo poderia ser compreendido, segundo Galito, como “instrumentos utilizados por grupos militarizados, por guerrilheiros”, que lançam mão do combate militar ou do medo como principal – ou único – modo de operação, reivindicando objetivos de revoltas generalizada contra um alvo odiado por razões difusas, sejam elas políticas, sociais ou religiosas (GALITO, 2013, p. 5).

O terrorismo, em um dicionário simples, é definido como “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas ou impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror” ou “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência.” No Dicionário de Política, organizado por Norberto Bobbio, “terrorismo político” é definido como “instrumento de emergência a que um Governo recorre para manter-se no poder.” ou, em um contexto internacional, o significado de “terrorismo” assume um caráter contrário, “o terrorismo se revele a única forma de ação possível, quando os grupos terroristas não possam ser reconduzidos a nenhuma unidade territorial, ou melhor, a nenhum Estado” (BOBBIO, 1991, p. 1244), ou seja, em todas as definições o “terrorismo”, embora aja de forma física, se caracteriza por ser uma ação.

Com o ataque as torres do World Trade Center, a concepção de “terrorismo”, nos Estados Unidos, é modificada. O então presidente George Bush, no dia 20 de setembro de 2001, fez um pronunciamento, onde declarou: “*Nossa guerra contra o terror começa com Al Qaeda, mas não termina aí. Ela não terminará até que todos os grupos terroristas de alcance mundial forem encontrados, parados e derrotados.*” Bush, para um primeiro momento, personificou o terror em um grupo específico, mas não somente, expande a noção de “inimigo”, mesmo que não o conheça, e continua “*E nós vamos perseguir nações que fornecem ajuda ou refúgio seguro para o terrorismo. Cada nação em cada região agora tem que tomar uma decisão: ou você está conosco ou estão com os terroristas.*”, aqui, o terrorismo não é mais caracterizado como uma ação ou tática promovida por um grupo, sua concretização no discurso é perceptível. Em seguida caracterizando o “inimigo” continuou “*Estes terroristas matam não apenas para acabar com a vida, mas para perturbar e terminar um modo de vida.*”, e finaliza “*Enquanto os Estados Unidos da América estiver determinado e forte, esta não será a era do terror,*

*será a era de liberdade, aqui e em todo o mundo.*” Traçando a dicotomia entre “liberdade” e “terror” que reinou na política externa americana desde então.

A ação terrorista, na interpretação do “terrorismo internacional” e não como política de Estado, transpassa os limites ideológicos através da escolha de um objetivo particularmente significativo – que não confere, necessariamente, dirigir a ação exclusivamente contra as pessoas, mas sim contra um exército de ocupação, prédios e construções que representem algum inimigo ou outro alvo odiado por qualquer razão – agindo em nome da população ou de um grupo. Quando o terrorista, com a ajuda da população, consegue atingir o alvo sem ser apanhado, produz um efeito desmoralizador sobre o adversário, e em um contexto onde o inimigo é “invisível”, a desmoralização auxilia na manutenção do medo e da noção de impotência no adversário. Neste sentido, pode-se dizer que o terrorismo, representa, em vez de uma alternativa da guerra de guerrilha, uma prefiguração do crescimento de um movimento popular (BOBBIO, 1991, p. 1246).

O terrorismo por vezes foi tomado como ato selvagem e principalmente após os ataques de onze de setembro, como um ato de guerra. Mas como manter uma guerra com um inimigo “invisível”? George W. Bush tentou responder esta pergunta e, no dia 20 de setembro de 2001, nove dias após o ataque, teria afirmando que *“nossa resposta envolve muito mais do que a retaliação imediata e ataques isolados. O país não deve esperar apenas uma batalha, mas uma campanha longa diferente de qualquer outro que já vimos”*. Por sua vez, em novembro de 2007, a *Foreign Affairs* publicava um artigo com o título “A Guerra ao Terror pode ser ganha?” assinado por Philip Gordon, diplomata especialista em relações exteriores que em 2013 foi nomeado Coordenador da Casa Branca para o Oriente Médio, Norte da África e na Região do Golfo.

Carl Von Clausewitz, declara que o objetivo de uma guerra é desarmar ou subjugar o seu inimigo (CLAUSEWITZ, 1996, p. 95), seja com força ou com ocupação territorial, mas como subjugar o “terrorismo” uma vez que este não se caracteriza como um Estado ou instituição? Um artigo publicado em 2006, na *Foreign Affairs*, problematizava esta questão, discutindo sobre a “onipresença do inimigo” e a existência da ameaça terrorista, argumentando que, mesmo com a ausência de ataques terroristas nos últimos cinco anos (2002 – 2006), as ameaças e o medo, ainda eram latentes:

“Em 2003, um grupo de 200 altos funcionários do governo e executivos de negócios, muitos deles especialistas em segurança e terrorismo, pronunciado provável que um ataque terrorista mais devastador do que 11/9 – possivelmente envolvendo armas de destruição em massa – poderia ocorrer antes do final de 2004. Em maio de 2004, o procurador-geral John Ashcroft advertiu que a Al Qaeda poderia ‘bater duro’ nos próximos meses”

Embora o artigo termine afirmando que os temores por um próximo ataque terrorista fossem exagerados – uma vez que nada aconteceu nos últimos cinco anos que precederam a publicação, mesmo com as ameaças – o medo implícito na sociedade e mesmo no governo são reflexos desta política de terror, onde o inimigo é “invisível” e o próximo golpe pode vir a qualquer momento (MUELLER, 2006, p. 40). Nesta concepção, como seria possível promover uma guerra em sua concepção clássica?

Com os ataques de onze de setembro, o então presidente George Bush declara Guerra ao terrorismo. Agora, o termo “guerra” retoma a sua concepção de luta e batalha, mas não só de forma violenta, mas também ideológica. O então secretário americano Colim Powell, após os atentados, declarou: “*não é uma guerra contra os Estados Unidos, é uma guerra contra a civilização*”, tentando, deliberadamente ou não, caracterizar o ato terrorista como um ato de barbárie. Deste então, a luta contra o terrorismo assume várias frentes, mas, seja com as tropas no Afeganistão ou com as políticas de segurança interna, a “guerra” tornou-se uma “política própria”, e não a continuação de uma política, levando à criação da “National Strategy for Combating Terrorism” em 2003 e do subcomitê “Subcommittee on Terrorism, Nonproliferation, and Trade” que buscava promover a segurança nacional, evitar o crescimento e combater – trazendo os terroristas à justiça, como diz o ponto 14 das regras do comitê de relações exteriores americano – o terrorismo internacionalmente. Portanto, neste contexto, a “Guerra” perde sua noção clássica de “conflito entre iguais” e passa a ser compreendida como “política estatal”, uma vez que o inimigo não existe como instituição ou estado.

Na edição de março/abril de 1999, da *Foreign Affairs*, Gideon Rose, hoje membro do Conselho de Relações Exteriores, publicou um artigo intitulado “Poderia acontecer aqui: encarando um novo terrorismo”, onde chama a atenção para o discurso da secretária de Estado Madeleine K. Albright que afirmava a existência de uma nova forma de terrorismo, um que não respeitava os governos ou os limites territoriais, tragicamente, pouco mais de um ano da publicação, o ataque aconteceu nos Estados Unidos. Na edição de maio/junho de 2002, Stephen Biddle afirma categoricamente “a nova guerra ao terror

pode reescrever os livros militares mais uma vez”, e na edição de janeiro/fevereiro de 2004, Kenneth Roth publica “A Lei da Guerra na Guerra ao Terror” onde problematiza o uso do termo “guerra” pelo governo Bush, discutindo as suas políticas em um contexto de guerra distinto das guerras tradicionais, argumentando que “*literalizando a sua ‘guerra’ contra o terrorismo, o governo Bush foi quebrada a distinção entre o que é permitido em tempos de paz e que pode ser tolerada durante uma guerra*” (ROTH, 2004, p. 25) evidenciando a mudança e a ressignificação do conceito de guerra pelo governo norte-americano.

O terrorismo e a “Guerra ao Terror” antecedem ao ataque as torres do World Trade Center. A primeira matéria referente ao terrorismo na *Foreign Affairs* foi publicada em 1975, mas os acontecimentos do 11 de setembro caracterizam-se como uma marca, pois deram origem a uma série de políticas norte-americanas e modificou o cenário das relações internacionais no início do século XXI.

O estudo de um conceito possibilita o estudo da sociedade, uma vez que a ressignificação de um conceito se dá por uma contextualização específica, fazendo com que a análise de um conceito exija a sua contextualização linguística assim como a não linguística, (JASMIN; FERES JUNIOR, 2006, p. 104) ou seja, social. Compreender como este conceito é circulado na sociedade, através de um dos periódicos mais importantes, possibilita observar as mudanças das conjunturas que legitimam esta ressignificação. E como o terrorismo pode ser compreendido como uma “prefiguração de um movimento social”, uma vez que faz reivindicações ou retaliações em nome de um grupo, sua compreensão quanto fenômeno auxilia a sua compreensão quanto conceito, que por sua vez, dá subsídios para compreender a noção de “guerra”. Sendo assim, o estudo dos conceitos só é possível através da história social, e a história social é auxiliada pelos estudos dos conceitos, como afirmou Koselleck. Compreendendo a relação entre um conceito e uma sociedade, e entre a história conceitual e a história social, o estudo de como um conceito básico, como o conceito de guerra, é apropriado por um dos periódicos mais influentes do mundo, possibilitada compreender como a ideia de guerra vem sendo articulada, e, visto que a guerra, quanto fenômeno é uma constante na história, a “guerra ao terror” é uma de suas articulações mais moderna e causadora de mudanças políticas internacionais, não apenas geografias mas também ideológicas.

**Bibliografia:**

- BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Linha Gráfica, vol. 1, 1991.
- CLAUSEWITZ, Carl. Von. *Da Guerra*. Trad. CMG Luiz Carlo Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DAWSON, Doyne. *As Origens da Guerra no Ocidente: militarismo e moralidade no mundo antigo: tradução José Lívio Dantas* – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. 1999.
- EHRENREICH, Barbara. *Ritos de Sangue: um estudo sobre as origens da guerra*. Trad. Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record. 2000.
- GALITO, Maria Sousa. Terrorismo Conceptualização do Fenômeno. In: *Working Paper n° 117*. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, 2013.
- HUNTINGTON, Sucesses Samuel P. The Clash of Civilizations? In: *Foreign Affairs*, vol. 75, n° 3, 1993.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João. (Org.) *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: editora PUC-Rio, Edições Loyola. 2006.
- KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- \_\_\_\_\_, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LIDER, Julia. *Da Natureza da Guerra: tradução Delcy Doubrawa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. 1987.
- MOTZKIN, Gabriel A intuição de Koselleck acerca do tempo na história. In: JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JUNIOR, João. *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MUELLER, John. Is There Still a Terrorist Threat? The Myth of the Omnipresent Enemy. In: *Foreign Affairs*, vol. 85, n° 5, 2006.
- ROOT, Elihu. A Requisite for the of Popular Diplomacy. In: *Foreign Affairs*, vol. 1, n° 1, 1922.
- ROTH, Kenneth. The Law of Ear in The War on Terror. In: *Foreign Affairs*, vol. 83, n° 4, 2004.
- WRIGHT, Quincy. *A Guerra*; tradução Delcy Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1988.



## O conceito de “pacto social” nos jornais *Conciliador do Maranhão* e *A Aurora Fluminense*.

Jônatas Roque Mendes Gomes  
Mestrando / bolsista Capes

Neste trabalho analisamos o Constitucionalismo e o Contratualismo no processo de construção do Império Brasileiro. Para isto, estudaremos o conceito de “pacto social” (ou Contrato Social). Nosso recorte cronológico se situa entre 1820 e 1831, período que abarca o Vintismo, a Independência do Brasil e o Primeiro Reinado.

Para este texto, concentramos nossa análise em dois periódicos: o *Conciliador do Maranhão* (1821-1823) e *A Aurora Fluminense* (1827-1831). Estas fontes são importantes para analisarmos como os atores sociais, componentes das elites políticas e intelectuais e a população pensavam os importantes conceitos aqui elencados.

Propomos como aporte teórico-metodológico a história conceitual, que tem em Reinhart Koselleck um dos seus mais importantes representantes. Na história conceitual (ou história dos conceitos) há uma preocupação em estudar o pensamento político levando-se em conta o arcabouço conceitual que o cerca e a linguagem utilizada pelos atores políticos e sociais. Outras preocupações teórico-metodológicas são: a distinção entre palavra e conceito, a inserção no contexto, os conceitos contrários, a consciência da relevância da Linguística, mesmo que enfatize a distância necessária para a História e a coexistência de significações antigas e ‘modernas’ de um conceito (bem como suas camadas temporais). Os estudiosos da história dos conceitos valorizam também a dinâmica das transformações históricas e buscam o uso de elementos hermenêuticos para a interpretação dos textos escritos, sempre se apoiando no conjuntural e não apenas no textual (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006, 5-38).

O debate em torno do “pacto social” no contexto luso-brasileiro principiou em Portugal com a Revolução Liberal do Porto, quando os vintistas questionavam o domínio de Portugal sobre Brasil e reivindicavam a reordenação da soberania e a regeneração política de Portugal. Não queriam que Portugal ficasse em segundo plano e o Rio de Janeiro continuasse como principal polo do Império Português. Entretanto, a “recolonização” do Brasil não era um consenso entre os vintistas e também não será entre os deputados lusos nas Cortes de Lisboa. Ainda em 1819, o periódico *Campeão Português*, publicava que “sem o povo não há Trono nem Coroa, quando pode haver, e tem havido, povo sem haver Trono ou Coroa” (SOUZA, 1999, 76-78). E ainda afirma

que “Coroas e Tronos são efeitos de pactos” (SOUZA, 1999, 77) entre povos e reis, e que ambos têm direitos e deveres, sendo que estes direitos e deveres não terminam para ambos os lados, não isentavam assim, a Coroa de honrar o contrato, o que para muitos não estava acontecendo. A crise política em Portugal era evidente, por mais que os ministros lusos tentassem amenizar, e a opção pelo estabelecimento de um pacto social em que o rei seria constitucional surgia como a melhor alternativa para os regeneradores vintistas.

Durante a Revolução Liberal do Porto, a convocação das Cortes não foi feita pelo rei, mas sim pela “nação portuguesa”. Ela, a nação, convocava as Cortes, onde estariam seus representantes, e escolhia viver sob a égide de um rei constitucional, mudando-se o estatuto real. Entretanto, tumultos e “anarquias” eram coibidos. A máxima “Queremos a Constituição, não queremos Revolução” (GONÇALVES, 2009, 57) valia para as elites luso-brasileiras. Não se queria fazer uma revolução, a Regeneração identifica-se muito mais com o conceito de reforma, a preocupação da elite política vintista era em regenerar a sociedade lusa, retornar aos tempos áureos de Portugal. Os personagens, as datas, as imagens e os conceitos eram escolhidos de acordo com a História que queriam que fosse contada. Buscavam-se na fundação portuguesa justificativas para o estabelecimento de um “novo pacto social”<sup>1</sup>. O monarca se torna menos divino e mais factual. Empréstava-se ao passado conceitos e noções políticas pertencentes ao liberalismo (NEVES, 2003, 171-173).

O “novo pacto social” entre os brasileiros, e não mais com Portugal, era um assunto frequente nas discussões da Assembleia Constituinte de 1823, principalmente no debate sobre a cidadania. Lúcia Bastos ao abordar o uso deste termo, evidencia que os deputados brasileiros fizeram uma leitura e releitura (ou reelaboração) de Jacques Rousseau, que foi traduzido em Portugal apenas em 1821, mas era comum os livros em

---

<sup>1</sup>Esse debate também pode ser entendido pelo prisma das “tradições inventadas” (Eric Hobsbawm e Terence Ranger), e das “comunidades imaginadas”, (Benedict Anderson). Cabe ressaltar que compreendemos a diferença entre as abordagens de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Hobsbawm define o conceito de tradição inventada como um conjunto de práticas, geralmente reguladas por normas tácitas ou explânadas, que objetivavam impor valores e normas de comportamento por meio da repetição, buscando uma continuidade em relação ao passado. Muitas tradições consideradas antigas são na verdade recentes, quando não inventadas. Nesta concepção, o Estado viria antes da nação. O que não aparece na ideia de “comunidades imaginadas”, de Anderson, que define nação como uma comunidade política imaginada, no sentido de que seus membros jamais conhecerão, encontrarão ou ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora exista uma imagem de comunhão com eles, mesmo antes de um Estado constituído (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 2008).

francês e em outras línguas chegarem ao Brasil pelo “capote”<sup>2</sup>. Essa relação entre os escritos de Rousseau, no *Contrato Social*, e a definição de pacto social absorvido pelos deputados constituintes, se estabelece pela importância dada ao âmbito contratual da Constituição, concebido entre o Imperador e a Nação e não mais entre o Rei e súditos, como era na tradição pactista portuguesa. “A constituição era o pacto social, em que se expressavam e declaravam as condições pelas quais uma Nação se quer constituir em corpo político” (NEVES, 2003, 155; NEVES, 2012, 204)<sup>3</sup>.

Propomos a análise dos conceitos-chave do nosso trabalho à luz da história dos conceitos, tal como desenvolvida por Reinhart Koselleck. Para isso, mapearemos os significados dos conceitos em fontes jornalísticas, que são os periódicos *A Aurora Fluminense* (1827-1831) e o *Conciliador do Maranhão* (1821-1823). Os documentos dessa natureza são importantes para analisarmos como os atores políticos, componentes das elites políticas e intelectuais, e a população, pensavam o constitucionalismo e conceitos importantes, como o de pacto social.

Ainda estamos na fase inicial da pesquisa, porém já tivemos contato com os periódicos citados acima e pudemos apreender alguns aspectos nessa análise inicial de nossa investigação. No *Conciliador do Maranhão*, jornal que, até o seu fim em 1823, expressa fidelidade às Cortes de Lisboa e ao rei D. João VI, pudemos perceber o uso constante e diverso do conceito de “pacto social”. Na publicação do dia 12 de janeiro de 1822, o redator afirma que:

(...) não achamos nesse Pacto Social a clausula por onde este Governo ficasse obrigado a respeitar supersticiosamente as antigas formulas de Direito quando as julgasse (ou mal ou bem) desvantajosas ao primeiro dos títulos para que foi authorisado por huma Sociedade de homens liberaes, por um Povo, que foi Soberanamente livre em toda a extensaõ da palavra, athe ás suas ulteriores relações com os poderes legislativo, e executivo da Naçaõ de que faz parte. Por tanto parece-nos que no Pacto Politico Social, que o Povo do Maranhão fez no dia 06 de abril com o Governo que instalou, reduzio tacitamente todos as suas convenções, e clausulas, a esta clausula geral de todos os Povos, e de todos os Governos livres, nas suas primitivas instituições (O CONCILIADOR, 1822, 2).

O dia “06 de abril”, ao qual se refere o redator, ocorreu em 1821, quando o rei D. João VI, pouco tempo após seu retorno a Portugal, jura as Bases (projeto) da constituição, acordando respeitar a decisão das Cortes. No trecho acima, podemos perceber a clara

---

<sup>2</sup> No início do século XIX havia uma grande quantidade de livros proibidos em Portugal e no Brasil, principalmente dos franceses Montesquieu, Rousseau e Voltaire. Esses livros chegavam ao público pelo “capote”, venda “por baixo dos panos”, feita muitas das vezes por donos de bibliotecas e taverneiros. (NEVES, 2003, 89-94).

<sup>3</sup> Ainda sobre o tema ver: (SOUZA, 1999).

referência a um contrato (com o termo cláusulas), um contrato social, entre “Governo” e “Povo”. Ainda não havia uma Constituição, mas o novo pacto foi firmado a partir do juramento do projeto de constituição. No dia 27 de abril de 1822, o *Conciliador* publica um texto de 16 de fevereiro do mesmo ano, emitido pela Câmara do Rio de Janeiro, que dizia: “o Brazil quer tão bem sahir no Pacto Social que V. Magestade está celebrando, com condições em tudo iguaes a Portugal: quer ser irmão deste, e não filho: Soberano como Portugal, e nunca subdito, independente finalmente como ele, e nada menos” (O CONCILIADOR, 1822, 7). Novamente podemos ver pacto social como sinônimo de acordo, contrato.

Koselleck nos auxilia a entender o trecho acima ao afirmar que o passado passa a poder ser interpretado e/ou reinterpretado a partir do presente e das expectativas nele existentes e que projetam o futuro. Isto se dá, por exemplo, com o juramento de um projeto de constituição, com um poder simbólico, visto que as Cortes já haviam sido convocadas, porém que modificou a experiência existente até então em Portugal entre o rei e seus súditos/cidadãos. Da mesma maneira, o espaço de experiência, entre passado e presente, pode influenciar o horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006; BARROS, 2010).

No *A Aurora Fluminense* – periódico publicado entre 1827 e 1834 – também encontramos pacto social com o sentido de acordo, como no número do dia 14 de maio de 1828, em que o redator, em resposta a um deputado, deixa claro que: “O Sr. D. Pedro I he Imperador por unanime aclamação dos Povos: eis o grande fundamento do nosso pacto social” (A AURORA FLUMINENSE, 1828, 1). Neste trecho, podemos perceber a clara simbologia da “aclamação dos Povos”. Esta seria, para o redator, a “Lei fundamental e base de todas as nossas instituições” (A AURORA FLUMINENSE, 1828, 1), principal fundamento do pacto social, o que o legitimaria. Ele ainda completa: “No Brasil, todos os poderes são delegados da Nação” (A AURORA FLUMINENSE, 1828, 1).

No *A Aurora Fluminense* do dia 3 de maio (número 332) o redator faz uma forte crítica a Jean-Jacques Rousseau, “o Cidadão de Genebra”, ao falar sobre a origem do pacto social, como podemos notar no trecho abaixo:

Eu sei que muitos homens privados das luzes da razão, e imbuídos em máximas falsas que propendem para destruir as idéas primitivas de independência, se hão-de escandalizar só com as palavras – convenções, direitos do povo, liberdade civil, leis fundamentaes e responsabilidade moral dos Monarchas; e que não

hesitarão em considerarem esta doutrina como fructo de huma imaginação delirante, ou consequência de huma filosofia profana ou irreligiosa; porém o seu erro he natural, porque eles se obstinão em considerar o *pacto social* como obra da philosophia moderna, quando a sua origem sobe á primeira idade do Mundo. A sociedade civil he efeito de huma convenção; ella se funda em hum contracto, como a sociedade conjugal e a sociedade domestica: axioma político que he fácil demonstrar. Entretanto eu citarei o testemunho de hum escritor, cuja authoridade sobre esta matéria ninguém julgará suspeita; fallo de S. Thomaz de Aquino, o Príncipe dos Theologos scholasticos, o qual quinhentos annos antes que o Cidadão de Genebra publicasse a sua excelente obra sobre este assumpto, havia estabelecido o *Contracto social* como o fundamento da sociedade política (A AURORA FLUMINENSE, 1830, 1). [Grifo nosso].

Citando Tomás de Aquino, o redator defende que o conceito de pacto social não é invenção dos filósofos modernos, mas já havia sido tema de obras do referido clérigo. Grande parte dos que pensam ou pensavam sobre pacto social considerava que o mesmo, estava na origem das sociedades, porém a teorização mais conhecida sobre o assunto é remetida à John Locke, Thomas Hobbes e Rousseau e não a Aquino, pensador defendido pelo redator do *Aurora*. Nessa passagem fica evidente sua concepção em torno do conceito de pacto social, sendo não apenas um acordo tácito, mas também um acordo formal, visto que o compara a um contrato conjugal.

Como pudemos perceber a partir das citações acima, grande parte das referências ao termo “pacto social” que é empregado nos dois jornais elencados, tem o sentido de acordo tácito ou contrato. Entretanto, também encontramos o conceito de “pacto social” como um sinônimo de Constituição, como no *O Conciliador do Maranhão* de 01 de março de 1823, ao falar do “Juramento da nossa Constituição política, do nosso Pacto social, base fundamental da nossa felicidade, e thesouro precioso de ricos bens” (O CONCILIADOR, 1823, 4). No *Aurora Fluminense* de 08 de janeiro de 1830 podemos observar uma referência mais direta que a do *Conciliador*. O redator afirma que “o simples acto de adhesão á Independencia, sem os outros quesitos exigidos no art. 6º §. 4º. do Pacto Social, não constitue o Cidadão Brasileiro” (A AURORA FLUMINENSE, 1830, 2). O termo “pacto social” substitui e aqui tem o mesmo valor que Constituição política, evidenciando a clara reelaboração que sofre o conceito em questão. Reelaborações e ressignificações, como a apontada acima, são características do constitucionalismo luso-brasileiro do período estudado.

Há também casos em que apesar do conceito de pacto social não apresentar um significado sinônimo ao de constituição, ele evidencia uma forte relação com esta, como no trecho a seguir:

Os Povos desta Cidade, e Provincia, que taõ briosamente acclamãrão a Constituição no dia 6 de Abril; que taõ Constitucionalmente tem sustentado indelével o seu primeiro pacto social, mesmo a despeito &c.... Estes Povos generosos não precisaõ conciliador – para adoptarem, manterem, e concordemente obedecerem ao Governo que A SOBERANIA NACIONAL lhes decreta; e lhes manda aceitar o MONARCHA mais amado, e respeitado de todos quantos tem regido Nações (O CONCILIADOR, 1821, 2).

Outro conceito importante que podemos destacar nesta citação é o de “Soberania”, ou soberania nacional. Pois, como aponta Koselleck, a partir de fins do século XVIII, quem passa a ser soberano é o Estado e não mais o rei. A sociedade civil, composta pela união dos cidadãos/súditos – por meio do pacto social - transfere o poder político para o Estado (KOSELLECK, 1992, 139). Neste trecho é possível notar a presença de outros conceitos que muitas vezes circundam o de pacto social, como povo (ou Povo), governo e nação. Além do conceito de pacto social, o uso destes conceitos também nos interessa, mas foge ao escopo deste trabalho. Em nossos próximos escritos eles serão abordados com maior atenção.

Como pudemos perceber nos exemplos, os conceitos carregam cargas semânticas para além do contexto em que são utilizados. Estas cargas podem representar permanências estruturais, além das apreendidas empiricamente, pois “um conceito não é somente o indicador dos conteúdos compreendidos por ele, é também seu fator” (KOSELLECK, 2006, 109). O conceito possibilita horizontes e ao mesmo tempo pode limitar experiências.

O objetivo deste trabalho foi compreender o conceito de “pacto social”, ou “contrato social”, e sua aplicabilidade no processo de construção da nação brasileira. Na construção do Império Brasileiro um “novo pacto social” foi evocado, para substituir o antigo contrato do Império Luso, do qual a América Portuguesa participava até a ruptura com Portugal. Aqui buscamos analisar a apropriação do conceito pelos letrados em periódicos e folhetos. No contexto estudado, o conceito de pacto social é absorvido pelo arcabouço liberal/constitucional, chegando em alguns momentos a se confundir como pudemos perceber nas citações que mostram constituição e pacto social como sinônimos. Muitos atores políticos, buscando um argumento nacional ou patriótico de autoridade e legitimidade, evocavam o conceito de pacto social, dele apropriando-se de diferentes maneiras. O termo pacto ou contrato social abordado por vários filósofos, como Hobbes, Locke e Rousseau, foi utilizado diversas vezes em publicações durante o período

fundacional do Império do Brasil, sendo assim reelaborado e adaptado à realidade brasileira.

### **Bibliografia:**

BARROS, José D'Assunção. Rupturas entre presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. *Revista Páginas de Filosofia*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 65-88, 2010.

GONÇALVES, Marcia Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JASMIN, Marcel Gantus; FERES JÚNIOR, João(orgs). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/101.pdf>>. Acesso em: 04 ago 2015

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Linguagens, conceitos e representações: reflexões e comentários sobre *as apropriações portuguesas* do debate gaditano. IN: BERBEL, Márcia Regina; OLIVEIRA, Cecília H. Oliveira. *A experiência constitucional de Cádiz*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *A Pátria Coroada: O Brasil como Corpo Político Autônomo. 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

## **Carlos Pinto Seidl: entre saúde e política. Conflitos frente à Diretoria Geral de Saúde Pública 1912-1918**

**Jorge Valdevino Queiroz  
Mestrando**

Nosso personagem foi médico higienista, escritor e professor e tais características deram a Carlos Pinto Seidl uma posição de respeito e destaque no cenário social e político da Capital Federal, frente às questões de saúde pública nas duas primeiras décadas do século XX. Recompor esta trajetória que trata da história da saúde pública do país, em especial da nossa história social, nos leva ao encontro de instituições e homens que deixaram marcas no tempo presente ao tom de seus discursos e realizações. Nascido em 24 de novembro de 1867, na cidade de Belém, capital da Província do Grão Pará, iniciou sua vida acadêmica e intelectual no curso de humanidades no Seminário de Belém do Pará. Aos 14 anos de idade, em razão de sua aplicação e inteligência, recebeu como prêmio uma bolsa para prosseguir seus estudos na França e ali matriculou-se no Seminário de São Suplício, onde permaneceu de 1882 a 1885, regressando ao Brasil em fevereiro de 1886.

Em 12 de março deste mesmo ano, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em 1888, mesmo não sendo formado, obteve indicação para trabalhar em diversos locais. De acordo com (RIBEIRO, 1985, p. 300-301) “(...) atuou no Hospital da Santa Casa de Misericórdia; no Serviço de Cirurgia do Consultório de Moléstia de Crianças e no Gabinete de Eletroterapia. Importante ressaltar que fez parte da comissão médica do Rio de Janeiro que assistiu a população de Campinas no surto de febre amarela em 1890”. Formou-se em 1891, com a defesa da tese *A etiologia perante o diagnóstico, a terapia e a higiene* e em 1895, tornou-se membro da Academia Nacional de Medicina com a monografia *Do isolamento nosocomial – contribuição para o estudo da profilaxia defensiva no Rio de Janeiro*.

Em 31 de março de 1892 Seidl foi nomeado Diretor do Hospital São Sebastião, instituição criada em 1889, e permaneceu no cargo por 37 anos, até outubro de 1929. Era um hospital que agia na profilaxia e tratamento de doenças endêmicas e epidêmicas como a cólera, o tifo e a peste bubônica. Contudo, a ação precípua desta instituição se concentrava sobre a febre amarela e tuberculose, em razão de serem doenças de fácil disseminação e contágio.



A trajetória de Seidl e sua atuação no campo da medicina social e nos problemas endêmicos da Capital Federal se tornou uma escolha pessoal que marcou sua vida que se entrelaçou com a história das transformações no cenário urbano à medida que a cidade se modernizava e se industrializava. Tornar a cidade salubre e prepará-la para este processo de modernização foi o desafio das elites urbanas, da classe médica e científica, e das instituições envolvidas nestas transformações realizadas. A presença da ciência e da medicina foi decisiva neste contexto de intervenções urbanas, quando os homens de ciência tomam para si esta missão e se engajam em sua execução, respaldados pelo republicanismo que se encontrava em processo de consolidação.

De acordo com Dominichi Sá:

É nos primórdios do processo de modernização e urbanização que tomou a Capital Federal nos primeiros anos do século XX, a ciência foi considerada a principal fiadora dessa renovação da paisagem, graças à atuação dos seus maiores representantes, os engenheiros e os médicos (2006, p. 108).

Neste arcabouço que se seguiu, a ciência e a medicina insere um discurso que se consagra sobre a cidade, propondo transformações na sua paisagem, bem como intensificando ações tencionadas a sanear os seus espaços de circulação e coabitação, com vista a eliminar os fatores insalubres que favoreciam a desordem social. Tais medidas visaram transformar e introduzir novos princípios de higiene para a população, bem como eliminar velhos hábitos que afetavam o seu desenvolvimento físico e moral, o que se constituíam em mudanças que seriam o caminho para se depurar a sociedade em todos os seus estratos para a nova nação civilizada<sup>1</sup> que se pretendia erigir.

“O grande interesse da comunidade acadêmica por esta “regeneração” da capital federal, atraindo não só historiadores, como também sociólogos, geógrafos, arquitetos, urbanistas, antropólogos, cientistas políticos, indica a percepção de que as transformações que então sacudiam o país, a partir do marco político que foi a proclamação da República, podiam ser detectadas através do "desmonte" do cenário onde tudo ocorreu. Ou seja, na geografia transformada da Capital Federal estaria a marca da constituição de uma nova ordem econômica, social e política, de um novo conjunto de sonhos, desejos e aspirações. Era o Brasil tentando entrar no ritmo da história, recriando uma nação para o século que nascia; e a maior evidência dessa reiterada aspiração

---

<sup>1</sup> Norbert Elias sugere que a qualidade comum a informar a descrição das atividades humanas como “civilizadas” se expressa numa autoconsciência orgulhosa: o termo resume aquilo em que uma sociedade se julga superior às outras. Além disso, a ideia de civilização corresponde ao itinerário obrigatório de uma transformação do meio humano, de uma renovação da paisagem do lugar onde se vive e com quem se vive. Ela designa tanto o resultado desta progressão desejada e o movimento mesmo desse processo quanto define o seu sentido de continuidade. Ela não é somente uma visão histórica da sociedade, mas uma interpretação otimista do significado das atividades humanas (ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p.23).

seria transformar a capital "malsã" em cidade "maravilhosa" (MOTTA, 1992, p. 40).

A ciência e a medicina intervinham diretamente sobre o conjunto social, o que lhes garantiu reconhecimento e legitimidade como campos de saberes instituidores de novos conhecimentos e valores. Os discursos em defesa da saúde da população; as ações médicas em prol das melhorias das estruturas urbanas, bem como a avanço da ciência e das pesquisas sobre as diversas endemias que atacavam a população, favoreceram o surgimento de intuições com este fim, bem como uma gama de intelectuais que se engajaram e compuseram uma rede de sociabilidade respaldada pelo discurso científico que estabelecia os parâmetros das intervenções que se tencionava instituírem.

Os intelectuais, independente da sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em "pensar" o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional. Ao atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideraram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais (OLIVEIRA, 1990, p. 187).

O posicionamento médico higienista de Seidl diante das diversas questões sanitárias urbanas enfrentadas, o fez ser reconhecido como *intelectual engajado*<sup>2</sup> por seu envolvimento nas demandas de saúde pública deste período, possibilitando a construção de uma rede de sociabilidade científica e política quando atuava como membro de algumas instituições privadas como a Liga Brasileira Contra a Tuberculose, Hospital da Santa Casa da Misericórdia, Academia Nacional de Medicina e o Sindicato Médico Brasileiro. Esta habilidade de articulação, bem como a sua capacidade médica reconhecida por seus trabalhos e discursos científicos, ou, pelos discursos direcionados as questões sociais, demandou todo um esforço com ações individuais e coletivas que o

---

<sup>2</sup> "(...) a noção de intelectual engajado remete" Uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura, a outra, (...) Mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como autor – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo, a assinatura de um manifesto –, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua "especialização", reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate intelectual da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. SIRINELLI, Jean-François. 'Os intelectuais', In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 203, p. 242-243.

credenciou para ocupar o cargo de diretor da Diretoria Geral de Saúde Pública a partir de 15 de janeiro de 1912, em substituição ao professor Antonio Pacheco Leão.

Seidl permaneceu neste cargo até 1918. A sua indicação fora resultado das suas ações individuais e coletivas que marcara a sua trajetória perante a sociedade.

A reputação e o percurso que o intelectual deixa de si esta intimamente imbricada na teia de relações a qual ele se prende. É um caminho que normalmente conduz e remonta a uma matriz comum de pensamentos, de afinidades, de aspirações, e realizações. É uma construção consciente e voluntária que segue um itinerário que marca sua trajetória e se fixa na sua imagem, e que “pode ocultar dentro de si um outro que o marcou uma geração antes, tornando mais inteligível os percursos dos intelectuais” (Sirinelli, 1996, p. 246-247).

O seu passado conduz o presente e olhar sua trajetória buscando entender sua origem, seja pessoal ou profissional, nos permite compreender os elementos que forjaram o seu percurso, como atuou no seu tempo e como se posicionou dentro do contexto que o cerca.

Sua gestão na Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), ao mesmo tempo em que trouxe o reconhecimento de uma vida dedicada às causas públicas ligadas a saúde da população, trouxe também uma série de contingenciamentos que envolveram suas ações políticas entre 1912 a 1918. Através dos relatórios apresentados no final de cada ano de gestão, podemos perceber que desde seu início há uma série de demandas que são recorrentes, estando apontado sistematicamente às dificuldades e necessidades internas e externas da DGSP, bem como as mudanças e intervenções que se fizeram necessárias diante dos problemas reais enfrentados na cidade.

Estas questões afetaram diretamente a Diretoria Geral de Saúde Pública, e implicaram no dia a dia dos serviços executados administrativamente e operacionalmente apontando da necessidade de investimentos para o melhoramento da estrutura da DGSP.

Esta realidade fora amplamente divulgada pela imprensa ao longo da sua gestão, e era objeto de críticas direcionadas a classe política, pois apontava limitações para execução dos trabalhos da DGSP para os melhoramentos sanitários da Capital Federal. Foram fatores que trouxeram implicações diretas sobre o que Carlos Seidl desejava fazer, sobre o que ele podia fazer e o que o efetivamente o Estado permitia que se fizesse a partir da realidade política e econômica vivenciada.

“O Rio esta cheio de mosquitos. As queixas a respeito são unanimes e a população alarma-se por isto (...). Pode de um momento para outro aqui romper

a epidemia do terrível mal (...). Há quem diga que sim e há quem diga que não; estes hiatos nas condições excelentes que se encontra a nossa capital. O que é certo, entretanto, é que mosquitos têm aumentado de maneira prodigiosa, e o serviço do seu extermínio já não é o que foi. O Congresso cortou grande parte da verba a isto destinada e a profilaxia esta agora deficiente, ou pelo menos diminuída das proporções que em tempos teve. Qual o número de mata mosquitos hoje existentes? Pouco mais da metade do que já tivemos, razão por que o carioca não vê com bons olhos o atual estado de coisas recaindo a possibilidade da volta da febre amarela. É assim que indaga ele a si mesmo, cheio de curiosidade: - será possível o reaparecimento do mal? Para satisfazê-lo resolvemos ouvir um competente sobre o assunto, o Dr. Carlos Seidl diretor da Saúde Pública a quem ontem procuramos a tardinha no seu gabinete de trabalho: O doutor acredita na possibilidade da volta da febre amarela ? Perguntamo-lhe – uma vez tomados os necessários cuidados preventivos e claro que não respondeu-nos o Dr. Carlos Seidl. – Quanto ao serviço de profilaxia ? Esta sendo feito com a devida e indiscutível regularidade. Apenas não é tão extenso quanto já foi, e isso muito simplesmente porque a verba destinada a tal fim foi em grande parte cortada pelo Congresso. (Jornal Correio da Manhã, 7 de março de 1918, p. 3).

Para entender esta dinâmica estabelecida por esta condicionante, que é a Política de Estado na trajetória intelectual de Carlos Seidl, recorremos a Pierre Rosanvallon que apresenta como proposta conceitual, pensar o que é o político enquanto campo de construção do social, afirmando que:

“(...) político não é uma “instância” ou “domínio” entre outro da realidade, mas “é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma”...“o objetivo da história conceitual do político é compreender a formação e a evolução das “racionalidades políticas”, isto é, dos sistemas de representações que comandam a forma pela qual sua época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e visualizam seu futuro”. (ROSAVALLON, 1986, p. 96- 100).

Neste aspecto, o Estado pela sua natureza política, pela sua função administrativa em razão de seus aparatos legais e funcionais, media o campo político com o campo social em razão das necessidades, diversidade e interesses destes sob a ótica dos interesses dos grupos no poder. Neste sentido, como fica Carlos Seidl, enquanto intelectual, visto que o reconhecimento da sua trajetória intelectual fora sedimentado por sua ação médica e científica? Como ele se apropria do político, aqui pensando o “Estado”, e da política, aqui pensando seus discursos e ações, com vistas a instituir uma nova ordem face às necessidades e demandas sociais no campo da saúde pública? Quais foram as implicações diretas ou indiretas ao longo de sua gestão na DGSP, pensando sua rede de sociabilidade passada e a que vai sendo construída, quando analisamos o momento da sua demissão?

Para estas questões BOURDIEU (1989) aponta as contingências do campo político em relação a suas imbricações sobre o intelectual ao exercer o poder. No caso do Carlos Seidl a dinâmica do campo político lhe confere um lugar na política, concomitante

ao do intelectual ao ocupar um lugar neste campo, ressaltando as limitações que lhe são impostas entre o seu saber, o seu fazer, e o seu dizer, e nos dizendo que:

(...) o campo político exerce de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo. Fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura (BOURDIEU, 1989, p. 165).

A imprensa foi o fiel na balança junto à classe política para a demissão de Carlos Seidl em 1918 devido à presença da gripe espanhola, evento epidemiológico que não respeitou fronteiras nem conceitos e princípios de nação civilizada, muito menos distinções entre classes e grupos sociais. Foi um evento que subverteu princípios éticos e morais do cotidiano da vida da população, em especial da Capital Federal. Seus efeitos geraram medo e temor, uma quase desintegração dos princípios da racionalidade que deveriam nortear a vida coletiva das sociedades civilizadas.

Durante os quase três meses de vigência do surto, a imprensa registrou, minuciosamente, tudo o que se referia à doença então desconhecida, desde críticas às autoridades sanitárias e ao governo, passando pelos transtornos vividos pela população, até a indignação provocada pela visão macabra de cadáveres abandonados no meio da rua. Por deter-se na descrição dos fatos diários, revela-se valiosa fonte para acompanhar a evolução e os efeitos de um evento cujas consequências mais notáveis são sentidas exatamente na esfera das relações cotidianas. Tal potencialidade é incrementada pelo consenso perceptível em ambos os periódicos quanto à magnitude e interpretação do episódio, consenso, aliás, que se manifestava também na atenção dispensada aos temas da saúde pública, em geral, apesar de estes periódicos possuírem linhas editoriais politicamente divergentes. (BRITO, 1993, p. 13).

Ao fim deste evento Seidl se viu vencido, lhe tendo sido imposta uma derrota contingenciada muito mais pelas questões políticas que foram conduzidas pela imprensa da época, do que pela sua capacidade profissional.

“(...). Ainda que tivessem adentrado o mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de lutas simbólicas, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiram-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir” (DE LUCA, 2015, p. 158).

**A CIDADE SOB O PESO DE UMA GRANDE CALAMIDADE**

A nullidade da medicina official provada pelos proprios medicos.  
Grande numero de medicos enfermos. Varios clinicos victimados



**OUTROS MORTOS**  
Em consequencia da peste da guerra, falleceram hontem, na Companhia Brahma, mais as seguintes pessoas:  
Olegario Antonio Moreira dos Santos, de 25 annos, morador á rua Nova de 8. Luiz 108; Francisco José Leal, de 45 annos, morador á rua Visconde de Sapucahy 162, e em sua residencia, á rua Fortunato Rodrigues 35, o menor Waldyr, de cinco annos, filho de Alexandre de Oliveira, Augusto Siqueira, parido, com 30 annos, morador á rua S. Roberto n. 30; e a meada Maria Aparecida, de tres mezes, filha de Alfredo Teixeira, morador á rua Nova de 8. Luiz, n. 103.

**NO "PIAUHY"**  
A bordo desse navio, foram constatados varios casos de peste.  
Entre os atacados estão os 1° e 2° pilotos e tres marinheiros.

**NO "OLINDA"**  
A tripulação desse navio, que se acha

Juntou muita gente, em redor do enfermo, tendo um ladrão se aproveitado da occasião para furtar do bolso do acadêmico Nerotidis a quantia de 2278000.  
Depois de soccorrido pela Assistencia Publica, e de dar por falta daquella quantia, procurou o lesado as autoridades do 1° districto, para se queixar.

**MAIS DE DUZENTOS MATA-MOSQUITOS ENFERMOS**  
Na Inspectoria dos Servicos, estão atacados mais de duzentos empregados.  
O dr. João Pedroso, chefe do servico, está providenciando para remover as difficuldades na boa marcha dos trabalhos a seu cargo.

**OS MEDICOS VÃO PARA DEODORO E GAVEA**  
O director de Saude Publica, mandou para Deodoro, onde ha fabricas de tecidos, os Drs. Souza Mendes e Osminio de Medeiros e para Jardim Botânico e Gavea os Drs. Edgard Abrantes e Jorge de Sant'Anna, a fim de prestar soccorros á popula-

Luiz Lopes, fallecido hontem de peste, na rua da Misericórdia

Imagem 01: jornal a razão, de 16 de outubro 1918, p.1.

### Considerações finais

Ao propormos um trabalho com esta abordagem sobre a trajetória do intelectual Carlos Pinto Seidl, demarcando sua presença no campo da saúde pública, buscaremos analisar a sua gestão frente à DGSP, com especial atenção a duas questões no ano de 1918: a primeira ligada aos grupos de pressão que questionaram a sua gestão; a outra refere-se ao papel da imprensa nas matérias noticiadas sobre a gripe espanhola, ao demarcar o surgimento deste mal a incapacidade profissional e administrativa de Carlos Seidl.

### Bibliografia:

- BRITO, Nara Azevedo de: 'La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro', In *História, Ciências, Saúde – Manguinho*. Rio de Janeiro, IV (1): 11-30 mar.-jun. 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: A Questão Nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDoc, 1992.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na primeira república*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1990.
- RIBEIRO, Lourival. *Fundação Atauilho de Paiva: Liga Brasileira Contra a Tuberculose: notas e documentos para a sua história*. Rio de Janeiro: Editora: fundação Atauilho de Paiva. Organizado pela Biblioteca da Academia Nacional Medicina, 1985.

ROSAVALLON, Pierre. Pour une histoire conceptuelle du politique, *Revue de Syntèse*, IV, nº 1-2, jan- julho 1986.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. 'Os intelectuais', In RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*: In: MARTINS, Ana Luiza ... [et. al.], São Paulo: Editora Contexto, 2015.

### **Fontes primárias**

Jornal Correio da Manhã, 07 de março de 1918.

Jornal A Razão, 16 de outubro de 1918.

## **Os espelhos do bem comum: o espelho de príncipes na literatura política portuguesa do século XVI.**

**José Vinicius da Costa Meneses**  
**Mestrando / bolsista CAPES**

Este trabalho tem como objetivo delimitar e problematizar os conceitos e classificações das fontes que serão usadas em minha dissertação de mestrado, os espelhos de príncipe. Serão discutidos sua origem, uso e debate sobre sua designação como um gênero destinado, em um primeiro momento, aos mandatários e, em seguida, aos aristocratas e agentes próximos a esses mandatários. Para isso, serão abordadas as perspectivas de Ana Isabel Buescu e de João Adolfo Hansen, para serem evidenciados o caráter normativo deste gênero e sua posição em contexto do regime retórico da época.

Segundo Nair de Nazaré Castro Soares, os espelhos de príncipe – que surgiram ao longo da Idade Média – estabeleceram um fio de continuidade entre os tratados e diálogos do Renascimento e da Antiguidade Clássica (SOARES, 1994, p. 13). Desde o século IV a.C. até o século XVI apareceram uma ininterrupta série de *specula principum*, sempre dirigidas aos mandatários dos reinos, cidades e impérios, enfatizando sempre uma teorização política que

“debruça-se sobre o ideal do governante, suas responsabilidades e deveres, sobre o bom governo e a melhor forma de constituição, os conselheiros e familiares do príncipe, as normas de uma boa administração, a formação e a educação do príncipe, exemplo vivo de uma comunidade” (SOARES, 1994, p. 13).

Durante a Idade Média, os livros de aconselhamento destinados aos magistrados e mandatários das cidades, segundo Quentin Skinner, nasceram diretamente da direção política dada à *Ars Dictaminis*, depois da combinação desta com a *Ars Arengendi*. Desta união, além do surgimento dos livros de aconselhamentos, surgiram também as crônicas das cidades (SKINNER, 1996, p.52).

Ainda segundo Quentin Skinner, os autores dos espelhos “não se satisfazem mais em manifestar, de forma oblíqua e indireta, suas convicções sobre como devem ser dirigidos os negócios públicos” (SKINNER, 1996, p.55); estes autores não se



contentavam em escrever para alunos que no futuro se tornariam magistrados. Eles dirigiam seus escritos diretamente aos próprios magistrados (SKINNER, 1996, p.55).

Cabe ressaltar a observação e o cuidado de Ana Isabel Buescu, de não pretender estabelecer continuidades artificiais, ainda que existam tais afinidades com textos da Antiguidade (BUESCU, 1997, p.33). A efetiva produção desse tipo de obra como gênero se torna visível a partir do século XIII, na corte capetíngia, o que servia também como propaganda da própria instituição monárquica (BUESCU, 1997, p.34).

Ana Isabel Buescu reitera a importância de três tipos de estratégia de legitimidade do poder monárquico exposto por Roger Chartier, que seriam: a ordem dos discursos, a ordem dos sinais e a ordem das cerimônias. Sendo que, a ordem dos discursos “deve ser vista como «lugar» de advertência e de estabelecimento dos próprios limites do poder, dimensão que também indiscutivelmente integra” (BUESCU, 1997, p. 34).

Segundo Roger Chartier, a tentativa de reiterar a legitimidade – ou até mesmo de contestá-la – dos Estados Modernos na ordem dos discursos esbarra na raridade dos discursos utilizáveis. Esta raridade – que Roger Chartier usa aos moldes do “princípio da rarefação” de Michel Foucault – seria a raridade dos conceitos, dos exemplos e das citações. Com isso, a legitimação dos Estados Modernos se daria

“a partir de um conjunto restrito de referências, porque se define através do regresso voluntário ao corpus dos textos antigos, que fornecem modelos e noções, e, simultaneamente, porque se constrói numa época do livro raro, que é a do livro copiado a mão e, por mais algumas décadas, a dos começos do impresso, o que obriga a trabalhar com poucos textos, lidos e relidos, glosados e interpretados”. (CHARTIER, 2002, p. 226)

Esta raridade apresentada por Roger Chartier seria para Ana Isabel Buescu, uma das três razões para questionar estudos que propõem a perspectiva de observar alguma *originalidade* de doutrinas que veiculam essas obras. As outras duas razões seriam: o próprio *objeto* deste tipo de literatura – a pretensa representação da imagem do príncipe perfeito – na qual “a dimensão normativa que lhe subjaz exige e postula o caráter abstrato dessa imagem ideal, a configuração de um modelo e, conseqüentemente, o caráter atemporal do retrato” e a existência de *modelos* – modelo bíblico, modelo aristotélico-medieval e modelo clássico – que servem de base para a escrita destes espelhos de príncipe (BUESCU, 1997, pp. 36-37).

A perspectiva de análise dos espelhos de príncipes de Ana Isabel Buescu, parte do pressuposto de uma “dimensão normativa de uma ‘pedagogia especular’” que não pretende dar um “sentido originário no que respeita à representação do perfeito monarca, mas sublinhar como ela codifica e sistematiza essa representação e as múltiplas instâncias de que se reveste” (BUESCU, 1997, p. 34). Com um gênero que tem como característica uma estrutura normativa, seria possível observar as “linhas que organizam essa representação e estabelecer o retrato que os poderes e a cultura áulica e política consideravam corresponder à imagem do perfeito soberano” (BUESCU, 1997, p. 34).

Um problema, segundo Ana Isabel Buescu, que poderia suscitar dos espelhos de príncipe pelo fato de serem participantes de uma literatura normativa, seria a diferença norma instituída e a realidade presente. Porém, privilegiando um caráter de exemplaridade – “que configura modelos e práticas de comportamentos considerados idealmente virtuosos” – “o caráter «virtual» dessa representação não retira, portanto, importância e alcance ideológico a um discurso que se pretende ordenador de uma realidade que, nessa medida, acaba por ser o seu objeto central” (BUESCU, 1997, p. 34).

A modalidade do príncipe perfeito, segundo Ana Isabel Buescu, seria uma convergência de modelos clássicos – como Xenofonte, Plutarco e Isócrates – e de uma apropriação medieval das doutrinas aristotélicas, tendo como base a obra de Egídio Romano, *De Regimine Principum*, de 1287 (BUESCU, 1997, p. 35). A partir do século XVI, observou-se uma recorrente sistematização de códigos de conduta e comportamento “que, privilegiando a pedagogia do príncipe e a corte, reenvia para um quadro de «autocontrolo» de pulsões como mecanismo necessário ao *processo de civilização*” (BUESCU, 1997, p. 35).

Outro importante autor, que serve de base para os humanistas, é Cícero. Segundo Nair de Nazaré Castro Soares, “a originalidade de Cícero, que fez dele um precursor político, consiste, no entanto, em adaptar a filosofia preexistente aos ideais que fariam, a seus olhos, a história gloriosa de Roma”, tanto que, “a Idade Média que conheceu e admirou Cícero, e o Renascimento que o elevou a pai do humanismo, são herdeiros diretos da ideologia imperial romana” (SOARES, 1994, p. 32). Cícero “está na base de uma produção imensa, que tem por temática não só a natureza, mas sobretudo o ideal da realeza e o retrato do príncipe perfeito” (SOARES, 1994, p. 32-33).

Ressalta-se também a importância dos sistemas filosóficos que ganharam vulto na época helenística, como o estoicismo, neopitagorismo e o epicurismo. Importante destacar nesse contexto, as obras de Sêneca – proclamado cristão por vários padres da igreja – que foi um dos principais elos da cultura medieval com a cultura antiga e, na sua obra *De clementia*, é que possivelmente dá origem à expressão “espelho de príncipe” (SOARES, 1994, p. 32-33).

Para um levantamento das correntes que deram suporte à ideologia político-filosófico e às correntes de pensamento na origem dos espelhos de príncipe destaca-se o livro “*O príncipe ideal no século XVI e a obra de Dom Jerônimo Osório*”, de Nair de Nazaré Castro Soares. A autora nos proporciona um acesso às referências – tanto antigas como medievais, laicas e religiosas – utilizadas pelos humanistas portugueses em seus espelhos durante o século XVI.

Interessante ressaltar a definição que João Adolfo Hansen faz dos espelhos de príncipes como sendo um gênero didático, na qual o estilo é médio, orientado pela utilidade persuasiva da exposição, que tem como característica principal “apresentar o elenco completo das virtudes cristãs que permitem o bom governo” (HANSEN, 2006, p. 134). Ele também diz que

“o espelho de príncipe, por vezes chamado ‘regimento de príncipes’, ‘aviso de príncipes’ e também ‘suma política’, inclui-se na longa duração retórica do gênero deliberativo, que aconselha quanto ao futuro, e do epidítico ou demonstrativo, que elogia o bem e vitupera o mal”. (HANSEN, 2006, p. 144)

Com essa inclusão, é possível fazer uma análise das partes que constituem os espelhos de príncipe. Destacam-se nesse sentido o prólogo ou exórdio, no qual o autor “expõe as razões de escrever o tratado, alegando as autoridades antigas que o fizeram antes dele e o proveito que será seu conhecimento para a saúde da alma do destinatário real” e a divisão do texto em capítulos, com exposições argumentativas, que pode ser para explicar virtudes, vícios, situações, diversões e práticas do poder – podendo ser expostos também na forma de diálogos (HANSEN, 2006, p. 144). Também é frequente o uso da *distinguo*, uma técnica escolástica que classifica e opõe argumentos de modo sempre mais particularizado.

A produção deste gênero em Portugal encontra no governo de Dom João III a sua maior expressão de atividade. Antes do reinando de Dom João III, tivemos alguns momentos de produção, mas sem continuidades, como o mais antigo, do bispo Álvaro Pais – *Speculum Regum* (1341-44) – e depois deste, somente no ambiente da Corte de Avis.

Segundo João Adolfo Hansen,

“os autores desses textos são letrados, geralmente eclesiásticos e aristocratas nas imediações do poder, como diplomatas, confessores reais, bispos, secretários, mestres de infantas, que costumam dedicá-los a crianças e jovens da casa real, muitas vezes ao rei já homem feito, representando-se a si mesmos como autoridades em um saber do poder”. (HANSEN, 2006, p. 146)

A aparição deste conjunto do gênero de espelho de príncipes no governo joanino reflete dois aspectos: de um lado, “um discurso sobre o príncipe que se inscreve quer na celebração de momentos” que são chaves da monarquia, como o “casamento do soberano, aliança matrimonial com Espanha” ou “em conjunturas de particular importância – educação e estabelecimento de casa própria ao príncipe herdeiro” (BUESCU, 1997, p. 40); o outro aspecto é uma demonstração de como o serviço cortesão letrado “passa pela celebração progressivamente incontornável da imagem do soberano” (BUESCU, 1997, p. 41). Interessante observar o empenho do próprio monarca com a proliferação deste gênero que permite “situá-los num quadro ideológico de afirmação da monarquia”: a edição do *Relox de Príncipes*, de Antônio Guevara, é ordenada por Dom João III quase simultaneamente com a sua primeira edição em castelhano (BUESCU, 1997, p. 41).

Alguns dos espelhos de príncipes dessa época são: *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* (1525) do Frei António de Beja; *as Condições, e Partes, que ha-de ter um Bom Príncipe* (1528) e o *Tratado dos Trabalhos do Rei*, ambos de Lourenço de Cáceres, o *Relox de Príncipes* (1529) de Frei Antonio de Guevara, o *Libro Primero del Espejo dia Princesa Christiana* (1543), o *Libro Primero del Espejo del Príncipe Christiano* (1544), o *Libro Segundo del Espejo del Perfecto Príncipe Christiano* (1545), todos da autoria de Francisco de Monçon, o fragmento *Da [Creação] dos Príncipes* (1545) de António Pinheiro, e finalmente o *Tractado Moral de Lououres & Perigos dalgüs Estados Seculares* (1549) de Sancho de Noronha.

Ainda segundo Ana Isabel Buescu,

entroncando embora num horizonte comum de representação do monarca virtuoso, e obedecendo aos parâmetros de um gênero codificado, este conjunto dos textos normativos quinhentistas torna explícitas modalidades diferenciadas que organizam aquela representação, de forma que diríamos única em alguns casos, na época moderna em Portugal. (BUESCU, 1997, p. 41)

Também existiam outros modelos e fontes que concorriam com os espelhos de príncipes para a construção de um discurso em torno do ofício régio, como os discursos jurídicos, eclesiásticos e pontifícios (BUESCU, 1997, p. 33). A imagem do príncipe perfeito é praticamente dada por toda a produção literária do século XVI: além dos tratados de educação de príncipes, tem-se “as obras de caráter jurídico, a produção dramática e poética, as novelas de cavalaria, as crônicas, os panegíricos, para não falar já das orações em louvor de reis e príncipes, as orações de sapiência [...], mesmo os tratados de retórica” (SOARES, 1994, p. 248).

Segundo Ana Isabel Buescu, “a codificação da imagem ideal do governante construída pelos *specula principis* radica na concepção organicista da sociedade, da qual o rei é a cabeça, e portanto o primeiro protagonista” (BUESCU, 1997, p.33). Com isso só o monarca poderia tornar a república virtuosa, ganhando o quadro de virtudes, uma dimensão política e um alcance ideológico indiscutível (BUESCU, 1997, p.33).

A apresentação do catálogo de virtudes apresentadas pelo gênero dos espelhos de príncipes também se faz presente nos textos portugueses “desde Álvaro Pais, ou mesmo S. Martinho Braga, a Diogo Lopes Rebelo, a Frei Antônio de Beja, D. Jerônimo Osório ou Bartolomeu Felipe, as quatro virtudes cardeais são enaltecidas, a par de muitas outras que lhe são indissociáveis” (SOARES, 1994, p. 27).

Para Quentin Skinner, a principal via em que desde os primeiros livros contribuíram para fixar um padrão, esteve na ênfase de quais virtudes deveriam possuir um bom governante (SKINNER, 1996, p.55). Em livros como “*O olho pastoral*” (1222) – tratado mais antigo de aconselhamento e anônimo escrito em latim, segundo Quentin Skinner – e no “*Do governo das cidades*” – escrito por João de Viterbo, na década de 1240, conheceu maior difusão (SKINNER, 1996, p.54) –, por exemplo, a Justiça aparece como uma invectiva contra os vícios habituais, além dos próprios vícios serem catalogados junto com as virtudes cardeais (SKINNER, 1996, p. 56). Segundo João Adolfo Hansen, o ofício dos reis nos espelhos medievais era fazer justiça: “nos *specula*

medievais, a política nunca se autonomiza da fundamentação religiosa, propondo-se neles que a lei preexiste ao poder como lei natural que reflete a lei eterna de Deus” (HANSEN, 2006, p. 136).

Segundo Quentin Skinner, é recorrente nos humanistas do Norte<sup>1</sup> “a convicção de que a chave do êxito político reside no estímulo às virtudes. Como seus predecessores do Quatrocentos italiano, sua exigência básica não era tanto uma reforma das instituições, mas uma mudança de coração” (SKINNER, 1996, p. 247).

Havia, entre esses humanistas, uma diferenciação entre essas virtudes. Elas poderiam ser cardeais ou principescas. As virtudes cardeais eram aquelas que o rei e outros magistrados deveriam cultivar e que eram dadas pelos moralistas da Antiguidade. Eram a Justiça, Fortaleza, Temperança e Sabedoria. As virtudes principescas eram mais um grupo de virtudes que os escritores de espelhos de príncipe enfatizavam. Eram elas a Liberalidade, Clemência e Fidelidade à palavra dada, além da Devoção (SKINNER, 1996, pp. 247-248).

Além dessa dimensão das virtudes que se direciona para a concepção de um monarca perfeito, observa-se também a atenção dada ao estabelecimento de um modelo pedagógico ideal destinado ao príncipe. Neste sentido, segundo João Adolfo Hansen, a educação se mostra como um dispositivo de exibir a desigualdade,

“ela constitui a infância, *grosso modo*, por meio de uma instrução e formação em que duas classes intelectuais e políticas partilhadas coletivamente, a *discrição* e a *vulgaridade*, distinguem o corpo alto ou sublime do príncipe dos corpos baixos e vulgares das crianças do povo”. (HANSEN, 2006, p. 135)

Nesse caso, o objetivo é inculcar um conjunto de normas e práticas “que o produzem e reproduzem no topo da hierarquia com a dignidade virtuosa de ‘discreto’ ou ‘melhor’” (HANSEN, 2006, p. 136).

---

<sup>1</sup> Segundo Renato Janine, por “Norte da Europa”, Quentin Skinner entende os países além dos Alpes, incluindo Portugal e Espanha.

Em Portugal, esse modelo aparece nas obras de Antônio Pinheiro, *Da [Creação] do Príncipe* (1545) e no *Libro Primero del Espejo del Príncipe Christiano* (1544) de Francisco de Monçon.

Observa-se também que a construção dessa imagem de príncipe perfeito faz com que as pessoas próximas a ele também participem de certa regulação: “se o protagonismo é do príncipe, presentes e sujeitos a uma análoga regulação de condutas estão todos aqueles que, de uma maneira ou outra, lhe estão próximos, regulação que se torna flagrante no que respeita ao cenário da corte” (BUESCU, 1997, p. 43). Algumas dessas obras acabam sendo destinadas também para pessoas próximas do rei, para um público aristocrático.

Esse levantamento feito neste trabalho foi importante para fazer algumas definições que serão utilizadas na futura escrita da dissertação. Tanto as considerações feitas por Ana Isabel Buescu quanto as também feitas por João Adolfo Hansen possibilitam a melhor classificação deste gênero político que é composto pelos espelhos de príncipes. Além disso, essas considerações oferecem suporte para desenvolver a análise das fontes, procurando as estratégias de seus autores em diversos assuntos por estes abordados.

## **Bibliografia:**

### Artigos:

BUESCU, Ana Isabel. Um discurso sobre o príncipe. A «pedagogia especular» em Portugal no século XVI. In: *Penélope - Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: n° 17. 1997. pp. 33 - 50.

Online: [http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope\\_17/17\\_05\\_ABuescu.pdf](http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_17/17_05_ABuescu.pdf). Último acesso: 03/01/2015.

HAHN, Fábio André. Reflexos da perfeição: alguns elementos do gênero espelhos de príncipes na idade moderna. In: *Revista Varia Scientia*. Cascavel: v. 06, n° 12, 2006. pp. 151-157. On

line: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/1519/1238>. Último acesso: 20/01/2015.

HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: *Floema: Caderno de Teoria e História literária*. Bahia: n° 2A, 2006. pp. 133-169. Online:

<http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/viewFile/81/89>. Último acesso: 13/09/2015.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. Espelho de conselheiros: um possível gênero da literatura política ibérica. In: *Floema. Caderno de Teoria e História Literária*. Bahia: n.2. 2005. Online:

[http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/espelho\\_de\\_conselheiros\\_um\\_possivel\\_genero\\_da\\_literatura\\_politica\\_iberica.pdf](http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/espelho_de_conselheiros_um_possivel_genero_da_literatura_politica_iberica.pdf). Último acesso: 13/09/2015.

### Livros:

- BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe: Discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa: Edições Cosmos. 1996.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 1999.
- GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV - Os Estados*. São Paulo: Pioneira. 1981.
- SEHELLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Ed. 34. 2006.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro. *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1994.
- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do estado na restauração*. Volumes I e II. Coimbra: Biblioteca geral da Universidade. 1981.



## **O combate a recessão no Rio de Janeiro, a articulação entre Brizola e Collor.**

**Júlio César Oliveira de Souza**  
**Doutorando / Bolsista CAPES**

A recessão do estado do Rio de Janeiro no início da década de 1990 foi temática recorrente nas discussões realizadas por frações da classe dominante regional. Havia o sentimento de que era necessário resgatar a influência política e econômica no cenário nacional. Ao início de 1991, o Plano Collor II propusera um bruto ajuste fiscal. Numa conjuntura macroeconômica desfavorável, as entidades de classe estabelecem uma relação próxima com o governador eleito Brizola. O objetivo deste artigo é discorrer, de forma sucinta, os desdobramentos dessa aproximação.

### **A aliança entre Brizola e os empresários do Rio de Janeiro**

No início do ano de 1991, foi lançado, de forma oficial, o movimento Frente Rio. Criado por integrantes do Clube de Engenharia<sup>2</sup> e visto como suprapartidário, tinha como objetivo o combate à recessão econômica no estado do Rio de Janeiro. Hildebrando Araújo Góes Filho<sup>3</sup>, presidente do clube à época, afirmara que o movimento tinha condições de se transformar num poderoso instrumento de defesa do estado contra a recessão (*Jornal do Comércio*. 09/01/1991. p. 7). A proposta da Frente Rio vislumbrava unir esforços e mobilizar os segmentos da população que ainda não estavam engajados na luta em defesa do Rio de Janeiro. O plano foi enviado às principais entidades de classe do estado, a saber, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Federação das Pequenas e Médias Empresas Fluminenses (Flupeme) e Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

---

<sup>2</sup>Fundado em 24 de dezembro de 1880, por Conrad Jacob Niemeyer, o Clube de Engenharia é uma instituição que agrega engenheiros e técnicos com o objetivo de oferecer um espaço democrático para a discussão de questões relacionadas ao desenvolvimento nacional e a capacitação técnica dos engenheiros. Ao longo de seus 130 anos, transformou-se em um polo de informação, referência no exercício de pensar o desenvolvimento do Rio de Janeiro e de todo o país, congregando engenheiros e industriais. Fonte: <http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/o-clube-de-engenharia-e-sua-historia/3>. Acessado em 25/03/2014.

<sup>3</sup>Filho de Hildebrando Araújo Góes, que havia sido prefeito da cidade do Rio de Janeiro na década de 1940.

Hildebrando argumentara que o estado estava, historicamente, perdendo sua expressão econômica, social, cultural e política. Acrescentava que a crise, pela qual o país passava, acentuava esse quadro no estado, agravando seu esvaziamento econômico, que se desdobrava na deterioração da qualidade de vida da população. Nessa conjuntura, a Frente Rio poderia criar um consenso entre diversos segmentos da sociedade, desta maneira, adensando capacidade de participação do Rio de Janeiro nos rumos política nacional.

Estavam presentes no lançamento do movimento o presidente do Banco do estado do Rio de Janeiro (BANERJ), Márcio Fortes; a Secretária de Cultura, Aspásia Camargo; o presidente regional do Partido dos Trabalhadores (PT), Jorge Bittar; o reitor da PUC-RJ, padre Laércio Dias Moura; o presidente da Flupeme, Benito Paret; vice-governador eleito, Nilo Batista; dentre outras personalidades da sociedade fluminense. O que caracterizava uma grande adesão, tanto de detentores do capital, seja político ou econômico, quanto de intelectuais.

Nilo Batista achou positiva a união de uma boa parcela da sociedade civil para dizer “não à recessão”. Conclamou-a para que isso fosse realizado na prática, buscando a definição de uma nova espinha dorsal, que atraísse investimentos por meio de um compromisso com a transformação. Acrescentou que o novo governo iria estimular a economia informal lícita e as microempresas, as quais, para ele, eram a base da economia do estado. Já Hildebrando, lembrou que seria possível reaquecer a economia, gerando renda e empregos, se fossem retomados os investimentos nos poços de petróleo no estado. Segundo ele, já estavam sendo desenvolvidos projetos em conjunto com a AD-RIO, que seriam apresentados ao Governador eleito Leonel Brizola.

Ratificando uma posição de defesa da coerência regional estrutural, Paret afirmou:

“Precisamos encontrar caminhos e alternativas para enfrentar a política recessiva. É só observar para constatar que não há ninguém representando o Rio de Janeiro no entendimento nacional. Temos que provar nossa capacidade de organização, e muito me alegra ver todos os setores presentes aqui a esta convocação. Assim, acredito que teremos condições de defender o espaço do nosso estado”. ( HARVEY, 2005, p. 150)

Também presente no evento, Eweton de Carvalho, Secretário Geral da CUT, concordou com Paret ratificando que o movimento Frente Rio era o embrião do entendimento regional e afirmava,

“Nós também estamos cansados de ficar só na retórica, queremos esta frente como o fórum de negociação, um espaço para que possamos discutir e participar efetivamente. Espero que num futuro breve, os trabalhadores possam

atuar lado a lado com as demais entidades”. (*Jornal do Comércio*. 09/01/1991. p. 7)

A análise dos discursos dos envolvidos no evento leva-nos a inferir que a política recessiva do governo incomodava e influenciava o direcionamento das ações de atores políticos e econômicos no Rio de Janeiro. Mas também observamos que não há uma crítica objetiva ao governo Collor. O que existe é a identificação de um problema – a recessão – e a tentativa de estabelecer mecanismos, em âmbito regional, para mitigar seus efeitos. Nesse sentido, a articulação política de grupos de poder no estado não os colocava em uma situação constrangedora com o Presidente da República. Assim, ao passo que o estado criava um consenso regional, dando volume aos seus projetos de desenvolvimento econômico, articulava o estreitamento de relações com o governo central, elemento chave para consecução dos investimentos pretendidos para os mais diversos setores da economia da região.

O projeto de desenvolvimento econômico pretendido pelos empresários do estado teria como aliado Brizola, governador eleito. Antes de sua posse, foi o principal convidado de um evento realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro que contou com a presença de vários empresários, dentre estes, estava Arthur João Donato, presidente da FIRJAN. Brizola foi recebido na portaria pelo vice-presidente da FIRJAN, Guilherme Levy, que fez questão de lembrá-lo das boas relações do empresariado com o governador durante o seu primeiro mandato, entre 1983-1987, e criticou o Governador Moreira Franco: “praticamente abandonou o estado nos últimos dois anos”. Já no auditório da ACRJ, foi aplaudido. Donato teceu-lhe elogios, lembrou da atuação de Brizola para que o estado recebesse royalties pela exploração do petróleo na Bacia de Campos. O presidente da FIRJAN também pediu ao novo governador que assumisse a liderança para agilizar a economia do Rio de Janeiro e entregou-lhe um documento em que o empresariado fazia várias reivindicações que abrangiam o desenvolvimento urbano, saúde, indústria, comércio, transporte, serviços, ciência e tecnologia, entre outros itens. (*Diário do Comércio e Indústria*. 31/01/1991. p. 8)

Durante o evento, Brizola criticou o governo num tom cauteloso,

“Já está na hora de se fazer uma concessão ao governador Brizola, não para modificar o Plano Collor num todo, mas em parte. A Argentina já tomou todas as medidas econômicas que agora estão sendo experimentadas pelo nosso governo federal e o resultado foi pior”.

Acrescentou dando ênfase à necessidade de união entre o governo estadual e os empresários, no entanto, ressaltou que ela deveria ser sem rasteiras e preconceitos. Em seguida listou os pontos de sua administração para os quais desejava a colaboração dos empresários. O primeiro foi a questão da privatização da Light, que em sua concepção deveria ser estadualizada, por ser considerada instrumento de política de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, e ratificava o argumento afirmando, “Uma política energética é indispensável para o desenvolvimento da economia regional”. O segundo ponto foi a recuperação das finanças do BANERJ, já o terceiro discorria sobre o gás natural de Campos, o qual, no seu entendimento, deveria servir ao desenvolvimento econômico fluminense (*Monitor Mercantil*. 31/01/1991. p. 3). A partir da exposição realizada por Brizola, notamos que seus objetivos estavam de acordo com os da 5ª Plenária da Indústria e Comércio, realizada no início de 1990. As questões relativas à estadualização da Light e ao uso do gás natural de Campos denotam a intenção de uma política enérgica contemplada por subsídios em nível regional, o que poderia reduzir os custos da produção industrial. Quanto ao BANERJ, o governador eleito entendia que sua recuperação poderia beneficiar a indústria por meio da liberação de linhas de crédito para investimentos em infraestrutura, necessários para o aumento da competitividade industrial fluminense.

No âmbito político, Brizola buscou entendimento com Collor. Ainda em janeiro de 1991, reuniu-se com o Presidente da República no Palácio do Planalto com o fim de discutir sobre problemas pelos quais o Rio de Janeiro estava passando. Na pauta estavam as questões da estadualização da Light; o saneamento financeiro do BANERJ; o desbloqueio do acesso dos órgãos estaduais às linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); manutenção do status de empresa estatal da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); dentre outros. (*Caderno de Política. O Estado de São Paulo*. 25/01/1991. p. 5)

Em uma primeira análise, entendemos que a perspectiva política do pedetista passava por uma aliança com o governo federal, e tinha como horizonte investimentos da União no estado do Rio de Janeiro. A ajuda financeira ao BANERJ e a obtenção de crédito via BNDES revelam a intenção de injetar o capital em infraestrutura, este seria pago num prazo elástico e traria desdobramentos positivos à indústria regional, como à criação de empregos e a facilitação da escoação da produção, o que aumentaria os níveis de competitividade. Quanto à CSN, podemos inferir que sua continuidade como estatal manteria os custos dos insumos industriais em um patamar vantajoso para indústria

fluminense. Fato que não ocorreria se a empresa fosse para as mãos da iniciativa privada, pois, nesse caso, quem regularia o preço seria o mercado.

Todo esse leque de articulações com a classe empresarial do Rio de Janeiro e com o governo federal demonstra o novo posicionamento governador eleito frente às elites. Com um tom de discurso mais ameno, buscou um entendimento com Collor o que induziu aos empresários a apoiá-lo. Brizola jogou com a recessão econômica ao seu favor.

Seu peso político ficou ainda mais em evidência durante seu encontro com a Ministra Zélia, um mês depois de se encontrar com o Presidente da República. A pauta da reunião abrangia desde problemas financeiros do estado do Rio de Janeiro até a negociação da dívida externa, ora elogiada pelos pedetistas. No entanto, o pano de fundo do encontro tinha o cunho político, a aprovação do Plano Collor II<sup>4</sup>. Temia o governo federal que a bancada do Partido Democrático trabalhista (PDT) no Congresso Nacional vetasse alguns pontos importantes da Medida Provisória que discorria sobre o novo plano econômico. Ainda mais, depois do encontro de Brizola com Mario Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), adversário do plano econômico e crítico do governo.

Os encontros de Brizola com Collor e Zélia surtiram efeito antes de sua posse. O BANERJ foi saneado por um ajuste no mercado financeiro patrocinado pelo governo federal (*O Globo*. 25/02/1991. p. 3). A outra conquista, foi a liberação de recursos para a construção da Linha Vermelha, importante via que ligaria a Avenida Brasil à Rodovia Presidente Dutra, o que facilitaria o fluxo rodoviário entre a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro. Esse trajeto tornaria também mais rápida a chegada à Ilha do Fundão (localização da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e ao Aeroporto do Galeão. Satisfeito com atuação de Brizola, Donato enviou-lhe um telegrama cumprimentando-o,

Registro, desde logo, com satisfação e renovada esperança. O fato da liberação de recursos destinados a projetos prioritários como, por exemplo, a Linha Vermelha, cuja concretização agora felizmente se vislumbra, mercê de vossa decisiva atuação junto a Senhora Ministra da Economia. (*Jornal do Comércio*. 02/03/1991. p. 2)

---

<sup>4</sup> Ao fim do mês de janeiro de 1991, fora implementado o Plano Collor II. Ele representou uma nova tentativa de estabilização econômica, principalmente no que tange ao controle da inflação, que já girava em torno de 1.140,267 % ao ano no mês de seu lançamento. O governo, diante da pressão da sociedade civil (principalmente empresários e sindicatos) temerosa de um novo choque econômico, procurou apresentá-lo como continuidade do Plano Collor I.

Já empossado no cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro. Brizola participou de um jantar em homenagem ao presidente do BANERJ, João Carlos Brandão. Nele estavam presentes membros da elite fluminense, banqueiros, donos de redes de comércio, políticos, além do Secretário Executivo do Ministério da Economia, João Maia. Em clima amistoso, o Leonel Brizola crítico das elites foi substituído por um risonho e brincalhão, aparentava estar decidido a seduzir representantes de tradicionais famílias cariocas. Durante o evento, Donato elogiou o governador: “O novo Brizola está fazendo bem ao Rio”. E ele o respondeu: “Eu sou o velho Brizola”, e assegurou que o PDT iria continuar sendo o mesmo (Caderno de Economia. *O Estado de São Paulo*. 19/04/1991. p. 3). Isso ratifica a mudança de paradigma estratégico do pedetista, o qual contemplara a aproximação com as elites, mas sem se desvincular de sua via ideológica permeada por ideias de esquerda.

Seguindo os pressupostos da política de austeridade fiscal do Plano Collor II, Leonel Brizola, em abril de 1991, assinou um contrato com o Ministério da Economia para a rolagem da dívida mobiliária do estado, a qual se referia a títulos estaduais emitidos pelo governo. A dívida girava em torno de 1,5 bilhão de dólares. O acordo consistia na emissão de títulos do Banco Central, chamados de Letras do Banco Central, junto aos credores do governo estadual. Isso faria com que o prazo da dívida fosse alongado a juros mais baixos, já que as taxas de rentabilidade desse tipo de título eram mais baixas. Em contrapartida, o governo estadual deveria resgatar 16% do estoque da dívida em 1991, 17% nos anos de 1992 e 1993, e 18% em 1994; não emitir novos títulos, exceto os de alongamento de prazo de pagamento; não contrair empréstimos garantidos pelas receitas futuras sem autorização do Banco Central; pagar sua dívida externa junto à União até 1994; e limitar os gastos com funcionalismo até 65% de sua receita. (*Jornal do Brasil*. 20/04/1991. p. 3)

A assinatura do contrato teve como efeitos a reabertura do acesso dos órgãos estaduais às das linhas de financiamento do governo federal e a captação de dinheiro a curto prazo. Esta ocorreria por meio BANERJ, que foi autorizado pelo Banco Central a emitir títulos estaduais no mesmo limite de volume de papéis federais no Fundão<sup>5</sup>. E pela manutenção de títulos do estado do Rio de Janeiro nos fundos das instituições financeiras

---

<sup>5</sup> Fundo de investimento criado por meio da reforma no sistema financeiro durante o Plano Collor II.

federais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (*Jornal do Brasil*. 20/04/1991. p. 3).

### **Conclusão**

A união entre entidades de classe e o governador eleito Leonel Brizola teve desdobramentos positivos para o estado do Rio de Janeiro, ainda que numa conjuntura macroeconômica instável. A aproximação de Brizola com o governo federal, via articulação política, conseguiu capitanear recursos da União. Isso cristalizou a aliança de Brizola com o empresariado fluminense, visto que os interesses delineados na 5ª Plenária da Indústria e Comércio estavam mais próximos de serem materializados. Em síntese, o combate a recessão regional dava o primeiro passo por meio das ações orquestradas entre Brizola e Fernando Collor.

### **Bibliografia:**

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

### **Fontes:**

Diário do Comércio e Indústria  
Jornal do Brasil  
Jornal do Comércio  
Monitor Mercantil  
O Estado de São Paulo  
O Globo

## **As novas perspectivas e apropriações dos arquivos públicos pela historiografia contemporânea.**

**Leandro Coelho de Aguiar**  
Doutorando / Bolsista CAPES

Esse trabalho tem como objetivo apresentar algumas breves considerações acerca das novas possibilidades de apropriações dos Arquivos Públicos pela historiografia contemporânea. Pretende-se chamar atenção acerca das mudanças de perspectivas e apropriações dos Arquivos, partindo de uma concepção de simples “depósito”, compartilhada pela História tradicional, que buscava encontrar a verdade através dos documentos oficiais guardados nesses Arquivos, para uma nova e possível concepções na historiografia atual, que possibilita pensar tais Arquivos enquanto instituição construídas dentro de interações políticas e relações de poder no espaço e no tempo, devendo, para além de simples depósito de prova de uma “verdade”, ser também entendidos como possíveis objetos de estudo da História.

O ofício do historiador vem passando por inúmeros processos, que podem ser entendidos como perda - ou crise - de sua identidade para alguns, ou como um processo contínuo e natural de amadurecimento da área para outros. Fato é que esse processo histórico do próprio fazer historiográfico vem merecendo observações de importantes teóricos da área.

Pizzetti (2003) descreve a historiografia contemporânea como “onívora” – de tudo – já que as escolhas não se limitam, não há mais o entendimento do que pode ou não ser objeto da história, ou seja, a historiografia contemporânea “considera que lhe é pertinente qualquer dimensão significativa para vida do homem” (PIZZETTI, 2003, p. 15).

Cardoso e Vainfas organizaram dois importantes trabalhos na recente historiografia brasileira, *Domínio da História* (1997) e *Novos domínios da História* (2012), e que servem de referência aos estudos de teoria e metodologia da ação do historiador, possibilitando um panorama geral dos estudos e campos de investigação na história até início do século XXI. Especificamente no texto introdutório do livro de 2012, Cardoso possibilita pensar estes diferentes processos do fazer histórico ao buscar definir as modalidades básicas da epistemologia da história moderna.

Para Cardoso, é possível dividir o pensar historiográfico em três modalidades: *reconstrucionista*, *construcionista* e *desconstrucionista*. O autor ainda ressalta, primeiro,



não ser possível afirmar que existam apenas estes três modelos, mas que estas seriam “modalidades básicas ou principais”. Assim como o fato de que não são excludentes, pelo contrário, “agem umas sobre as outras, podem mesclar-se até certo ponto e, em função das trocas e debates, afastam-se do que seria, em cada uma delas, um estado mais ‘puro’” (CARDOSO, 2012, p. 3)

Fato é que essa divisão proposta por Cardoso, serve como um recurso metodológico pertinente ao possibilitar elencar e observar as principais tendências da historiografia, possibilitando assim, uma análise acerca das mudanças dos usos e apropriações das fontes documentais arquivísticas, e do próprio arquivo, enquanto local de guarda desta documentação.

Acerca destes três modelos interpretativos da prática historiográfica - reconstrucionista, construcionista e desconstrucionista -, cabe ressaltar que não podem ser vistos como processos evolutivos da prática historiográfica, onde um iria sobrepondo ao outro até que o anterior deixe de existir, pelo contrário, como bem chamou atenção Vainfas no texto que fecha o *Novos Domínios da História* (2012), é bem possível que estes modelos coexistam dentro do fazer historiográfico, “por vezes de forma harmoniosa e coerente, outras vezes de maneira desconexa”, corroborando com o próprio Cardoso, deixando a entender o caráter híbrido do que comumente chamamos de *nova História*, “a meio caminho do construcionismo e do desconstrucionismo” (VAINFAS, 2012, p. 320).

O objetivo de utilizar o modelo proposto por Cardoso é justamente o de observar alguns dos diferentes processos de criação do fazer histórico, o que, em tese, ajuda a compreender, também, a sua ligação com a concepção de documento e de fonte histórica, o que nos remete ao objetivo deste artigo, observar os arquivos ao longo deste processo do fazer historiográfico, já adiantando, não apenas enquanto local de guarda dos documentos, mas também, enquanto objeto de estudo.

Quando Vainfas chama atenção ao fato de que, nas últimas décadas, tem ocorrido um retorno aos documentos e à pesquisa arquivística onde a ênfase do estudo recai sobre a análise da documentação que ali se encontra (não apenas pela corrente *neo-historicista*, mas também pelos próprios construcionistas através da influência mútua devido a convivência destes diferentes modelos), torna-se importante então realizar um trabalho de reflexão sobre as reais permanências e mudanças desta perspectiva metodológica do fazer historiográfico.

O próprio autor chama atenção acerca dos retornos – que alguns vem como renovação - de alguns campos tradicionais da historiografia. Fato que estes retornos não ficaram segregados ao campo do debate historiográfico, mas também se ampliaram naturalmente para os dilemas metodológicos dos usos dos documentos “tradicionais” e dos arquivos.

Acerca do pensamento dos historiadores do início do século XX sobre o uso e da importância dos documentos para a história, o trecho a seguir, retirado do manual de 1898, *Introduction aux études historiques*, de Langlois e Seignobos, consegue sintetizar bem o pensamento da época.

A História se faz com documentos. Documentos são trações que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis ... [...]. Por falta de documentos, a História de enormes períodos do passado da humanidade ficará sempre desconhecida. Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há História (*apud* SAMARA e TUPY, 2010, p. 16-17).

Este modo de pensar do século XIX e início do XX está centrado em dois paradigmas fundamentais na época: “a História como a ciência da reconstituição do passado e o documento impresso e/ou manuscrito como a fonte fidedigna, inquestionável, das informações obtidas”. Uma visão baseada na perspectiva cientificista que era a base do pensamento positivistas e historicistas (ou do modelo reconstrucionista, descrito por Cardoso), onde “iniciava-se o trabalho pela pesquisa nos arquivos em busca da verdade propriamente dita, que emergiria impoluta dos documentos consultados” (SAMARA e TUPY, 2010, p. 16. Destaque em negrito nosso).

Possivelmente fazendo uma analogia com os laboratórios e pesquisas controladas das ciências da natureza e exatas no século XIX, esta visão de uso dos documentos de arquivo buscava a veracidade dos documentos oficiais como os ofícios, requerimentos, atas, correspondências entre outros que emanavam como documentos oficiais de sua autoridade constituída por alguém ou por um órgão dentro de sua ação. Daí a ênfase na História política, dos fatos e biografias de personagens heroicos.

Neste processo ocorrido ao longo do século XIX, dois pontos tornam-se importante ressaltar. Primeiro o papel dos arquivos, enquanto lugares de guarda das provas das ações burocráticas, principalmente os arquivos do Estado, que tinha certo apelo à pesquisa científica vinculada ao registro escrito. Assim como, a preocupação com a coleta, a autenticidade, a catalogação e a publicação de fontes impressas que apoiavam o trabalho do historiador.

O século XX marcou uma profunda alteração social, principalmente com os avanços tecnológicos e questionamentos dos resultados das duas guerras mundiais. Pizzetti (2003) chama atenção ao fato de que, no pós-guerra, pairou sobre a sociedade a crise do “positivismo comtiano ou spenceriano que seguramente suportava a ideia de uma evolução progressiva da humanidade”, onde a crise destes grandes paradigmas evolucionista provocou o fim da “idade da fé no progresso humano”, dando início “a era do pensamento frágil” (PIZZETTI, 2003, p. 25).

Um período de efervescência social que refletiu no próprio fazer histórico, onde “ninguém se atrevia mais a escrever história universal” (PIZZETTI, 2003, p. 25), dando abertura ao surgimento do que Cardoso chamou de modelo construcionista, tanto nas práticas científicas quanto nas suas práticas metodológicas, principalmente com o aumento da produção de informação e de tipos de documentos, possibilitando assim novos questionamentos dos historiadores.

Diante de novos problemas e objetos, os historiadores tiveram assim que refletir seus próprios domínios, mas agora numa perspectiva multidisciplinar, com áreas afins, como a demografia, economia, antropologia, geografia, sociologia. Esta nova característica do fazer histórico possibilitou a realização de importantes reflexões também acerca do conceito de “documento histórico” e assim o próprio papel dos arquivos.

Duas coisas tornam-se necessário dizer. Primeiro, que o modelo desconstrucionista, como exposto por Cardoso, foi realmente importante dentro de uma perspectiva mais teórica de pensar o fazer historiográfico, mas que, como chamou atenção Vainfas, pouco influenciou nas práticas de pesquisa no fazer histórico. Segundo, seguindo esta compreensão acima mencionada, justifica-se então que o modelo desconstrutivista acaba influenciando pouco nesta análise acerca das novas possibilidades e apropriações dos arquivos pela historiografia. Pois o foco acabou sendo a comparação entre a visão da historiografia tradicional e a nova história social, que se aproxima com o modelo construcionista proposto por Cardoso.

O próprio conceito de história social passou por transformações e mudanças de sentido ao longo das práticas e modelos historiográficos. Eric Hobsbawm apresenta um modelo explicativo do entendimento da expressão história social pela historiografia até fins do século XX, dividindo em três períodos históricos (*apud* CASTRO, 1997).

Entre 1930 e 1940, com foco nos costumes e tradições nacionais e muito ligado ao modelo reconstrucionista rankiano da história política tradicional. Dentro deste

momento começou também a se despontar aquilo que se chamou escola dos Annales que se deslocava para uma “história econômica social”, que, mesmo dando ênfase para seu viés econômico, o social se encontrava presente e servia de oposição à historiografia tradicional.

Entre 1950 e 1960, a história social, fortemente influenciada pelos Annales da primeira geração, já enquanto especialidade se encontrava forte dentro de uma nova postura historiográfica. Dentro de uma concepção estruturalista, ligada à antropologia de Lévi-Strauss, cresceu dentre o fazer historiográfico campos como história econômica, demográfica, e das mentalidades enquanto possibilidade de compreender problemas e questões sociais da época.

Por fim pós 1970, onde a crise do estruturalismo e a expansão do entendimento de que as realidades sociais não são possíveis de serem explicados em modelos preestabelecidos, a história social passou, com forte influência da antropologia cultural, a buscar responder às novas questões com ênfase na construção de identidades e relações sociais, principalmente das “pessoas comuns”, criando assim uma fragmentação de temas e objetos dos estudos históricos.

Uma importante definição de história social é proposta por Hebe Castro (1997), sob a égide de Ernest Labrousse, para quem a história social seria uma especialidade com problemas e métodos próprios, e cujo problema central as reflexões acerca da constituição dos atores históricos coletivos, os comportamentos e relações entre os diversos grupos que formam as estruturas sociais. Todas estas mudanças na forma de pensar o fazer histórico, agora pautado na história social, possibilitaram significativas mudanças e aberturas de temas, objetos e fontes.

Para Falcon (1997) uma importante vertente desta *nouvelle histoire* seria a temática ligada à concepção de poder, ou poderes, os saberes enquanto poderes e as instituições enquanto prática de poderes. Sem sombra de dúvida, Foucault foi um dos maiores expoentes do estudo deste novo objeto, que, podendo se transpor tanto para uma nova história política quanto para a história social, teve sua obra *Microfísica do poder* como sendo um dos marcos do pensar o poder enquanto objeto de estudo, ao pensar as múltiplas possibilidades das relações dos poderes em lugares cotidianos, como família, escola, prisão, hospital, fábrica e, puxando para o objeto deste artigo, as instituições, mais especificamente os arquivos públicos estaduais.

Outra possibilidade nesta nova história seria, como descreveu Ana Canas Delgado Martins (2006), o estudo da história administrativa institucional e mais especificamente a história das práticas e instituições arquivísticas. A autora, que esteve no Brasil em 1997 integrando uma missão técnica de arquivistas e historiadores portugueses com objetivo de “identificar a documentação criada por órgãos da administração central no período colonial, existentes em instituições brasileiras”, centrando naquele primeiro momento na documentação que veio para o Brasil com a Corte portuguesa em 1808 e aqui permaneceu. Tal pesquisa documental foi a base de sua tese em Portugal e que virou livro (MARTINS, 2006. P. XIII - Introdução).

Dentre as várias dificuldades encontradas pela missão portuguesa nos arquivos do Brasil, Martins chama atenção o fato da existência de lacunas “deixada pela ausência de história custodial e arquivística bem como da história administrativa e biográfica dos organismos e dos indivíduos ou famílias, o que não permite a total reconstituição das séries documentais” (MARTINS, 2006, p. XIII - Introdução). A autora cita José Honório Rodrigues, historiador e presidente do Arquivo Nacional do Brasil entre 1958 a 1964, para quem tais “ausências” e limitações são provocadas devido “à profunda indiferença pelos arquivos em ambos os lados do Atlântico” (MARTINS, 2006, p. XIV - Introdução).

### **Considerações finais**

Como foi apresentado inicialmente, este artigo tem como objetivo refletir algumas considerações acerca das novas possibilidades de apropriações dos arquivos, enquanto lugar de guarda dos documentos, pela historiografia contemporânea.

Inicialmente buscou-se observar as mudanças do próprio pensar e fazer historiográfico ao longo da modernidade, em decorrência dos próprios questionamentos da sociedade. Tais mudanças de paradigmas sociais influenciaram não apenas o pensar historiográfico como também suas práticas e metodologias, no estudo em questão, dos usos e apropriações dos arquivos pela historiografia.

Assim sendo, pode ser observado que os arquivos, enquanto lugar de guarda de documentos que corroboram uma ação e que se transformam, aos olhos dos historiadores, possíveis fontes de pesquisa para suas indagações, também se coloca como possível objeto de estudo por este historiador na atual historiografia, deixando o estigma de unicamente um lugar de guarda da verdade, para serem analisados e refletidos enquanto instituição e objeto dentro de um processo de formação social.

Por fim, buscou chamar atenção para duas formas de apropriações dos arquivos enquanto objeto de estudo. Primeiro dentro de uma perspectiva das relações de poderes na construção da própria sociedade. Em segundo lugar do ponto de vista da própria análise crítica e reflexiva, das estruturas e dos documentos guardados pelos mesmos, numa tentativa de explicar possíveis escolhas e ausências dos seus acervos.

Como bem elucidou Ana Canas Delgado Martins, nas considerações finais de seu livro, muito ainda se tem por fazer no que se refere quando o assunto são os arquivos, e, como podemos aqui observar, principalmente enquanto objeto da história.

### **Bibliografia:**

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007, p. 53-65.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 01-20.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.
- CERTEAU, Michel de. Operação histórica. In: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48.
- FALCON, Francisco. História e Poder. Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90.
- MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e Arquivos: d. João VI no Brasil*. Lisboa: Torre do Tombo / Ministério da Cultura (Portugal), 2006.
- PIZZETTI, Silvia. Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico. Algumas reflexões entre passado e futuro. *Revista História Social*, n. 10, 2003, p. 13-34.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e Metodologia de pesquisa*. – 2º ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- VAINFAS, Ronaldo. Avanços em xeque, retornos uteis. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 319-335.

## A cartografia colonial dos séculos XVI e XVII: as representações como forma de dominação territorial.

Luciana de Queiroz Pinto  
Mestranda

“Se uma imagem vale mais do que mil palavras, um mapa pode valer um milhão”<sup>1</sup>. A cartografia colonial dos séculos XVI e XVII tinha dois papéis importantes: o primeiro, delinear o território do Novo Mundo, com partes ainda não desbravadas; segundo, representar os nativos da América, para revelar à Europa o novo continente e sua exótica paisagem, fauna, flora e ‘habitantes’.

“Os povos indígenas não são jamais vistos como sujeitos, mas sempre como parte da paisagem que cumpre dominar. Da perspectiva da descoberta, o Brasil era um corpo vazio feito de rochas, rios, plantas, animais e índios. A palavra *descobrimto* ocupa, pois, o lugar de outro termo, mais forte e mais direto, que não costumamos empregar: *conquista*. As terras que viriam a ser o território do Brasil foram conquistadas aos povos indígenas, sendo primeiro despovoadas e depois repovoadas.”<sup>2</sup>

A produção cartográfica aumentou consideravelmente nos fins da Idade Média e início da Moderna, a partir do Renascimento que atingiu as áreas artística, política, literária, econômica, religiosa e científica. A cartografia foi atingida, principalmente devido ao retorno dos conhecimentos de Ptolomeu<sup>3</sup>, a difusão da imprensa (gravação) e aos grandes avanços marítimos e dos instrumentos náuticos.

Com as Grandes Navegações, a confecção de mapas passou a ser uma atividade estratégica e secreta na Península Ibérica. Muitos desses documentos procuravam passar informações das novas descobertas, mas, também, continham descrições fantasiosas, resultantes de um passado medieval, repleto de um imaginário de monstros e seres grotescos, no qual, ainda estavam se desprendendo.

“[...] Pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas. Isso

---

<sup>1</sup> Traduzido de MONMONIER, Mark. *How to lie with maps*. Chicago/London: The University of Chicago of Press, 1996. p. XI.

<sup>2</sup> FAUSTO, Carlos. Da Inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAES, Adauto. *A Outra Margem do Ocidente*. SP: Cia Das Letras, 1999. P.251

<sup>3</sup> Cláudio Ptolomeu viveu na Grécia do século II, descobriu também o movimento lunar e foi inventor do astrolábio e podendo então, medir as latitudes e longitudes, e verificar as relações dos astros com o sol. Autor de obras raras, cujas principais são: Planisfério, Composição Matemática (ou Almagesto), Óptica, Cartografia e Geografia. Esses trabalhos foram resgatados no Renascimento e auxiliou na elaboração mais precisa dos novos mapas e atlas. Disponível em: < <http://www.ghtc.usp.br/server/Sites-HF/Geraldo/ptolomeu.htm> >. Acesso em: 16 de set. 2015.

criava uma espécie de dualidade do mundo e cremos que, sem levá-la em consideração, não poderia compreender nem a consciência cultural da Idade Média nem a civilização renascentista.”<sup>4</sup>

Encontrar o novo, muitas vezes é encontrar o diferente. A chegada dos europeus na América, é um fato que transformou o mundo, desde sua geografia, estruturas políticas, concepção do outro, valores morais entre outras questões que permearam a Europa a partir do final do século XV. O início da Colonização do Brasil foi um encontro de pessoas e um confronto de culturas.

Podemos observar este choque nas diversas ilustrações e textos de viajantes como Hans Staden, Jean de Lery, jesuítas como Manoel da Nóbrega, Anchieta, entre outros. Estes documentos tinham por finalidade descrever o território, os habitantes desta nova terra, seus hábitos e costumes, ou seja, muitos manuscritos procuraram registrar qual seria a imagem do índio na visão do colonizador sobre o colonizado.

“...lá vive uma tribo de selvagens chamados Carijós [...] Na serra há uma raça de selvagens chamados Guaianás. Eles não tem moradia fixa como os outros selvagens, que moram aquém e além das montanhas, e travam guerras com todas as tribos. Quando pessoas estranhas caem em seu poder, eles a comem. Da mesma forma fazem os outros com eles.”<sup>5</sup>

As primeiras representações dos povos indígenas na cartografia do Novo Mundo, era baseada numa primeira impressão, no confronto da cultura europeia com as nações indígenas. As iconografias seiscentistas e setecentistas, divergem, em alguns momentos sobre a representação dos indígenas. Ora demoníacos, ora com aspectos cristianizados. Nos documentos cartográficos temos inúmeras imagens de índio submisso, trabalhador, cristão, selvagem, canibal etc.

“A cartografia portuguesa do século XVI constitui sem dúvida, o maior acervo de imagens portuguesas dedicadas aos nativos do Brasil. Nas cartas de autoria de Diogo Homem, de 1558 e 1568, dois homens barbados, de cabelos longos e lisos, vestem túnicas de tecido, seguram arcos, flechas e um pedaço de galho. Os nativos encontram-se ao sul do continente americano e foram denominados homens gigantes.”<sup>6</sup>

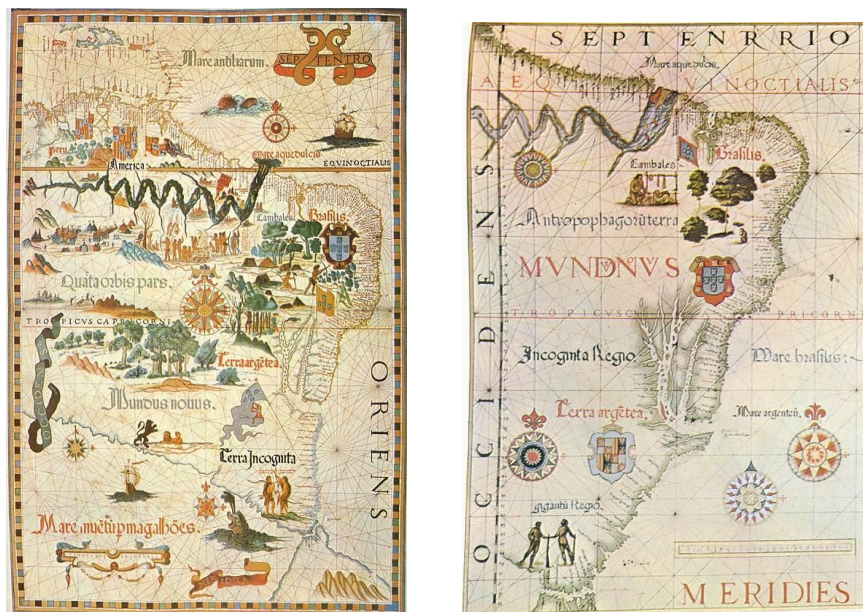
---

<sup>4</sup> Bakhtin, Mikhail Mikhailovitch. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais / Mikhail Bakhtin; tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010. P.4-5

<sup>5</sup> STADEN, Hans. Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes. Ed. Terceiro Nome, 1999. p.90

<sup>6</sup> RAMINELLI, Ronald. Imagens da Colonização: A representação do índio de Caminha a Vieira. RJ, Jorge Zaar Editor, 1996. P.156





**Imagem 1.** Diogo Homem, 1558 – [Mapa da América do Sul]; Imagem 2. Diogo Homem, 1568 - MVNDNVS (Significa Novo Mundo). (Disponível em: [http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/expolp/tela\\_13.htm](http://museologia.mestrados.ulusofona.pt/expolp/tela_13.htm). Acesso em: 04/09/2015)

O mapa de Gastaldi, conhecido como Brasil, de 1556 é um dos mais antigos, cobrindo uma grande parte do Brasil moderno, com o oeste no topo. Ilustra o contexto econômico, pois há vinhetas do corte do Pau-brasil e personagens com roupas europeias. Neste documento, a imagem representada passa a ideia de um nativo que coopera com o conquistador, ou seja, dócil e submisso.



**Imagem 2.** G. Gastaldi, 1556, Brasil. (Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/715>. Acesso em: 04/09/2015)

No século XVII, foram produzidos uma serie de mapas holandeses sobre o Brasil. Interessados na produção açucareira, estabeleceram seu domínio no nordeste brasileiro, de 1630 até 1654. Nesse período, vieram para a colônia muitos artistas, pintores e cartógrafos, a fim de retratar a nova “colônia” holandesa. As obras dos cartógrafos e de outros artistas holandeses são ricas em ilustrações; ao elaborarem um documento, os holandeses procuravam demonstrar cada detalhe da terra, por isso, estes mapas tornam-se raros e importantes, já que neles vemos a perspectiva dos flamengos em relação aos povos indígenas do Brasil.

A principal característica da cartografia holandesa era a primazia pela arte. Do cartógrafo holandês Pieter Van Der (1659-1733), o mapa intitulado “Voyage par mer de Jean de Lery, fait em 1556...” descreve o território e na parte inferior do documento, com vários indígenas sendo enforcados mais ao fundo. Na cartela de título sobre uma tenda com uma mesa dentro e muitos homens com roupas europeias negociando. Nesse sentido, observa-se uma realidade dentro do Brasil colonial, o extermínio de populações inteiras que não se enquadravam no processo explorador. A partir do século XVII, com a efetiva ocupação do território, os confrontos aumentaram, com isso, os europeus passaram a designar, entre os milhares de índios, quais tribos seriam amigas (Tupis) e quais seriam inimigas (Tapuias).



**Imagem 4.** Pieter Van Der (1659-1733), “Voyage par mer de Jean de Lery, fait em 1556...” (Disponível em: <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/14021>. Acesso em: 04/09/2015)

A partir da segunda metade do século XVII, ocorreu a expansão territorial, rumo ao oeste, penetrando no sertão em busca de novas fontes de riqueza, desde então, os desbravadores encontraram povos indígenas que não haviam tido contato com os

européus; muitos dos bandeirantes trabalhavam no aprisionamento dos nativos, outros que penetraram e ocuparam terras que pertenciam às aldeias, o que gerou inúmeras guerras dos indígenas com os colonizadores. Por isso, nos mapas deste período, vemos, em sua maioria, ilustrações de guerras intertribais ou contra europeus. Percebe-se que a colonização efetiva do território, vai alterar as representações, e consequentemente, fica mais evidente o descontentamento do colonizador com os nativos. Essas ilustrações nos mapas revelam o cotidiano da ocupação do interior da colônia portuguesa na América e davam um panorama da perspectiva do conquistador, que entendia o indígena como um obstáculo a exploração do Brasil.

No mapa de Hondius William, de 1635, *Accuratissima Brasiliae Tabula*, a imagem na cartela de título, é alegórica do nativo, com suas indumentárias típicas, já a descrição do território, contém cenas de rituais, com cabeças presas a troncos, provavelmente, reflexo dos combates que aconteciam constantemente entre os indígenas. “O gosto pela guerra é seguramente um dos principais elementos do bárbaro americano.” (RAMINELLI, 1996: 59)<sup>7</sup>



**Imagem 5.** Hondius William, de 1635, *Accuratissima Brasiliae Tabula e L’Amerique Meridionale*. (Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa204g.htm>. Acesso em: 04/09/2015)

<sup>7</sup> Op. Cit. RAMINELLI, p.59

“Mesmo sendo expresso por intermédio de estereótipos, o canibalismo era uma realidade no litoral do Brasil. Por isso, não poderia estar ausente da cartografia, pois alertava os viajantes para os perigos da nova possessão . nas cartas ainda há referências aos costumes indígenas, às suas armas, às atividades extrativistas do pau-brasil, à coerção do colonizador e à cordialidade do gentio, demonstrando que a realidade americana deveria constar dos mapas. O pragmatismo ressaltado por Sergio Buarque de Holanda, mostrou mais uma faceta, pois as particularidades do homem e da natureza americana entraram no renascimento português pelas mãos dos cartógrafos. Dessa forma as imagens do índio auxiliaram os desbravadores do Novo Mundo a cumprir sua missão civilizadora.” (RAMINELLI, 1996,159)

Nos séculos XVI e XVII foram produzidos um número considerável de documentos retratando os indígenas como visão do europeu, isto contribuiu para a formação de um estereótipo. Eram vistos como bárbaros, selvagens e primitivos, ou melhor, as ilustrações feitas nos mapas demonstram a perspectiva etnocêntrica do europeu, julgando sua cultura superior aos ameríndios. Podemos entender que este foi um dos motivos que justificaram o genocídio em massa das populações ameríndias. As representações animais das gentios, como demonstram grande parte dos mapas, ocorria por que o europeu não entendia a função da guerra na sociedade tribal, isto é, sua importância sócio-cultural para a dinâmica de construção identitária destes povos.

O processo de colonização, ao longo de dois séculos, têm-se sociedades indígenas metamorfoseadas e resignificadas. A análise do europeu com o indígena, serviu para justificar a ocupação e conquista dos territórios, por meio da escravização. Neste sentido “...as imagens do índio auxiliaram os desbravadores do Novo Mundo a cumprir sua missão ‘civilizador’” (RAMINELLI, 1996:159).

Não obstante, cabe ressaltar a influência dos interesses político-econômicos nas mudanças ocorridas na vida das populações indígenas. Enfatizamos, o peso do universo cultural para a compreensão da visão do colonizador sobre o colonizado. Acima de tudo, vale lembrar que, as sutilezas das tramas culturais constituem parte dos processos históricos de encontros, guerras e extermínios entre diferentes povos, e que de certo modo, contribuiu para que a coroa portuguesa oprimisse às culturas indígenas.

### **Bibliografia:**

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais / Mikhail Bakhtin; tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

- CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos Velhos Mapas. Ministério das Relações Exteriores. RJ, 1968. Vol.2
- FAUSTO, Carlos. *Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena*. In, Novais, Adauto (Org.) *A outra margem do Ocidente*. MINC – FUNARTE, Cia das Letras, Rio de Janeiro. 1999.
- MONMONIER, Mark. *How to lie with maps*. Chicago/London: The University of Chicago of Press, 1996.
- NOVAIS, Adauto (Org.) *A Descoberta do Homem e do Mundo*. MINC – FUNARTE, Cia das Letras, Rio de Janeiro. 1998.
- OLIVEIRA, Ceurio de. *Curso de Cartografia moderna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.
- PTOLOMEU. Disponível em:< <http://www.ghc.usp.br/server/Sites-HF/Geraldo/ptolomeu.htm>>. Acesso em: 16 de set. 2015.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: A representação do índio de Caminha a Vieira*. RJ, Jorge Zaar Editor, 1996.
- STADEN, Hans. *Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes*. Ed. Terceiro Nome, 1999.

## **Narrativas do Tempo Histórico nos Livros Didáticos.**

**Luiza Rafaela Bezerra Sarraff  
Mestranda / Bolsista Capes**

Circe Bittencourt nos fala que o livro didático é um objeto cultural complexo. Se analisarmos as narrativas destes podemos começar a compreender os motivos de sua complexidade e até mesmo alguns aspectos sociais e culturais de nosso país.

Alain Choppin, assim como Bittencourt, destaca que a própria definição de livro didático é complexa, visto que recebe diferentes denominações e diferentes características mundo a fora. O autor acredita que este é um objeto de difícil definição por ser o entrecruzamento de três gêneros textuais: literatura religiosa, didática e “de lazer”. Essas categorias se interpenetram e transformam o livro em uma “*literatura fronteira*”. Além disso, o livro didático possui quatro funções<sup>1</sup> que combinadas a outros materiais colaboram na formação do aluno.

Neste ínterim, Choppin acredita que os livros didáticos são fontes valiosas para os historiadores

“(…)nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade(...), nos intiga a ali pesquisá-lo. Nisso pode residir o principal contributo da análise histórica: porque ele se esforça em lançar um olhar distanciado, livre de contingências, sem polêmicas, o historiador pode distinguir e colocar em relação as diversas facetas desse objeto extremamente complexo que é o livro escolar.” (CHOPPIN,2002,pp 14)

Seguindo a “dica” dada por Alain Choppin e partindo do pressuposto que o livro didático é um objeto cultural o presente artigo visa analisar as narrativas de tempo histórico de quatro livros aprovados pelo PNLD 2011. Utilizaremos como referencial teórico as ideias de Reinhart Koselleck.

---

<sup>1</sup> As funções designadas por Choppin são: referencial que é o “suporte privilegiado dos conteúdos educativos”; instrumental que coloca em prática métodos e atividades que facilitem o aprendizado; ideológica e cultural que é o “instrumento privilegiado de construção da identidade” e, por fim, documental que organiza um conjunto de documentos que ajudam a desenvolver o espírito crítico dos alunos.

Koselleck desenvolveu uma teoria do tempo histórico que nos ajuda a entender a função social da História e integrá-la ao cotidiano da vida humana.

Koselleck define tempo histórico como sendo “(...)a forma pela qual, em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro.” (KOSELLECK, 2012, p.15). Essa assertiva é interessante por deixar evidente que sua concepção de tempo histórico é diferenciada e articula as três dimensões temporais.

Para desenvolver essa conceitualização precisamos compreender quatro conceitos do autor: experiência, expectativa, eventos e estruturas. Essas são as bases de sua teoria de tempo histórico.

A experiência “(...) é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2012, p. 309) e a expectativa “(...) é o futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o pode ser previsto. Esperança e medo (...), mas também a análise racional (...) a constituem. ” (KOSELLECK, 2012, p. 310). Estes dois conceitos indicam a condição humana universal; sem elas a história não seria possível, pois não há expectativa sem experiência e vice-versa. Elas são a condição de construção do tempo e da história, desta forma “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.” (KOSELLECK, 2012, p. 308)

Para Koselleck, os eventos podem ser caracterizados como uma unidade de sentido que pode ser narrada e que só possui sentido a partir da organização metodológica da cronologia histórica, diferente da cronologia natural. O “sentido” da história só é dado pela sucessão temporal de fatos.

Já as estruturas são “(...)aquelas circunstâncias que não se organizam segundo a estrita sucessão dos eventos passados. Elas implicam maior duração, maior estabilidade, alterando-se em prazos mais longos.” (KOSELLECK, 2012, p. 135). Elas ultrapassam o campo da cronologia, são supraindividuais e intersubjetivas, não se reduzem a grupos ou indivíduos, possuem caráter processual.

Sendo assim

“(…)as sequências estatísticas temporais nutrem-se de eventos concretos e individuais, dotados de um tempo próprio, mas que só adquirem significação por força de uma perspectiva estrutural de longo prazo. Narração e descrição se ajustam de modo que o evento se torna um pressuposto para proposições estruturais.”(KOSELLECK,2012,pp 138)

Para compreendermos como tais categorias se articulam vejamos o seguinte exemplo:

“Consideremos o caso banal do carteiro que chega de manhã e traz a notícia da morte de um parente. Ele nos comunica uma ocorrência singular. Mas o fato de aparecer em determinado horário é um acontecimento recorrente, possibilitado pela administração dos correios, que dispõe de um orçamento anual. O carteiro volta em cada manhã, no mesmo horário, para trazer notícias singulares.”(Koselleck, 2014, p. 21)

Tanto para a pessoa que recebia a carta, quanto para o carteiro existia uma *experiência* que se repetia diariamente. A *expectativa* de ambos estava baseada na *experiência* diária, a princípio, nada de diferente era esperado, contudo a carta que continha a notícia da morte de um parente gerou uma ruptura no *campo de experiência* e no *horizonte de expectativas* da pessoa que recebia a carta. Essa ruptura gerou um *evento* singular na vida desta pessoa e, portanto, alterou suas *experiências* e suas *expectativas*. Importante destacar que o recebimento desta notícia só pode acontecer pela existência de uma *estrutura* de repetição: a ida diária do carteiro a casa da pessoa.

O entendimento desses conceitos nos ajuda a compreender o tempo histórico como uma articulação entre passado, presente e futuro. Além de demonstrar que “(...) o tempo histórico(...) está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações.” (KOSELLECK, 2012, p. 14)

O trabalho de Koselleck é importante pois nos ajuda a possuir uma visão mais complexa e pragmática do tempo histórico. Além de demonstrar a necessidade dos historiadores de buscarem conceitos para compreenderem melhor os eventos passados obterem uma melhor apreensão das dimensões temporais contidas em um determinado processo histórico. Portanto, acreditamos que sua teoria pode ser uma ferramenta muito útil para análise dos livros didáticos.



A escolha pelos livros didáticos do PNLD 2011 se dá pelo fato deste artigo estar inserido em uma pesquisa de espectro mais amplo<sup>2</sup>. Os livros selecionados para análise são os quatro primeiros resenhados pelo guia do livro didático de 2011<sup>3</sup>.

O primeiro livro é “História: Da aurora da humanidade ao sistema feudal europeu” de Leonel Itaussu A. Mello e Luís César Amad Costa. A concepção de História dos autores está colocada na apresentação e vincula a disciplina a questão temporal: “Aprender História é (...) Entender a realidade atual fazendo perguntas ao passado. É perguntar o que os fatos históricos têm que ver com o que acontece hoje com você e com todas as pessoas.” (MELLO, 2009, p. 6).

A narrativa do livro reforça constantemente essa relação entre a História e o tempo. A necessidade do estudo histórico é justificada pelo clássico jargão “entender o passado, para compreender o presente”. A perspectiva de futuro é ignorada. Logo no início do capítulo que se propõe a estudar o tempo histórico existe um trecho que reitera isto

“A História se distingue especificamente das outras ciências por seu objeto de estudo: o passado da humanidade. Esse passado não está morto e enterrado; é algo 'vivo' que constitui a matéria-prima da História. Estudar o passado humano pode nos oferecer pistas para entendermos em parte o que está se passando nos dias de hoje.” (MELLO, 2009, p. 10)

Este livro trabalha com uma construção narrativa que articula fatos e imagens que reiteram a todo momento essa ideia. É interessante observar que esta justificativa se torna peculiar pelo fato dos autores não dedicarem um momento do capítulo para tratarem do tempo histórico. Este não é mencionado. Fala-se em tempo cronológico e destaca-se a questão dos calendários, a divisão secular e a periodização histórica clássica (Pré-História e História).

Esta breve análise demonstra que este livro não preza por explicar aos alunos o que é um tempo histórico e, portanto, as formas de construção e articulação da cronologia

---

<sup>2</sup> Este artigo está inserido em uma pesquisa de mestrado que está vinculada ao atual projeto de pesquisa da Professora Helenice Rocha “Narrativas nos livros didáticos de História: diálogos e tensões” em que a coleções do PNLD 2011 são analisadas.

<sup>3</sup> A escolha do Guia do livro didático como um critério de seleção das obras estudadas neste artigo se faz pelo fato de acreditarmos que este é um importante elemento em nossas pesquisas, visto que ali se encontram os parâmetros oficiais de análise destes instrumentos.

histórica, através da integração entre as dimensões temporais. A narrativa construída preza por uma exposição factual. Isso dificulta o desenvolvimento de um raciocínio crítico e histórico por parte dos alunos.

O segundo livro que analisaremos neste artigo é “História: das cavernas ao terceiro milênio” de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota. Como no livro anterior, as autoras vinculam/justificam a disciplina histórica por seu caráter temporal

“Lembre-se: a história é a ciência dos seres humanos no tempo e no espaço e cabe a ela analisar o passado a partir do presente e analisar o presente à luz do passado. Para ajudá-lo(a) a perceber a dinâmica dos acontecimentos, sempre que possível destacamos a *relação permanente entre o hoje e o ontem*. Esperamos, com isso, tornar o estudo mais interessante e útil para a sua vida cotidiana.”(BRAICK, 2006, p. 7)<sup>4</sup>

O estudo das partes iniciais do livro demonstra que há uma constante reafirmação da conexão entre História-passado- presente. Porém, diferentemente do livro anterior, este possui um aprofundamento bem maior da temática temporal, destacando o tempo como um elemento importante na vida humana e o explicam destacando suas dimensões

“O tempo tem três dimensões: passado, presente e futuro. O passado é o tempo do que já aconteceu, do que passou. O futuro é o tempo do que irá acontecer, portanto é o tempo que não existe ainda. O presente é o momento que estamos vivendo, e nele há vestígios do passado e possibilidades para o futuro” (BRAICK, 2006, p 24)

Esta ideia é aprofundada no item seguinte

“Todos nós fazemos planos para o futuro e lembramos das experiências do passado. Os calendários são instrumentos de medição de tempo que organizam a relação entre passado, presente e futuro. Eles foram criados pelas sociedades humanas para contar o tempo e registrar os acontecimentos mais importantes de sua história. Cada povo tem sua maneira de perceber o tempo e isso faz parte de sua cultura.” (BRAICK, 2006, p 24)

Este trecho é muito interessante por caracterizar o tempo como um elemento sócio-cultural de uma sociedade e destacar a ideia de futuro, articulada ao passado e presente. Acreditamos que esta concepção dialoga com a teoria de Koselleck. É possível perceber o uso de conceitos como experiência e expectativa na narrativa sobre o tempo

---

<sup>4</sup> Grifo nosso

histórico e, portanto, uma perspectiva temporal integrada. Sem sombra de dúvidas, ao vincularem a perspectiva temporal a questão social e cultural, constroem uma narrativa que vai além da simples exposição factual e aproxima o aluno do processo de construção da História.

É curioso observar que esta visão mais complexa do tempo é caracterizada como “tempo cronológico”. O “tempo histórico” é descrito como os diferentes modos de vida e de apreensão temporal das sociedades. Claramente, as ideias de tempo cronológico e histórico se relacionam, mas é importante observar que a concepção de tempo histórico vai além da perspectiva temporal, relacionando também a questão temporal. Acreditamos que isso pode ser um recurso didático para aproximar o cotidiano e as experiências do aluno ao processo do fazer histórico, demonstrando que este também é um agente histórico.

O terceiro livro que analisaremos é “História e vida integrada” de Nelson Piletti, Claudino Piletti e Thiago Tremonte de Lemos. Diferente dos livros anteriores, a apresentação dos autores, demonstra que os autores querem incitar no aluno o desenvolvimento de um raciocínio crítico perante os acontecimentos históricos, tornando-o um agente de sua realidade. Segundo os autores, a compreensão do homem no tempo ajuda aos leitores a desenvolverem uma “(...) formação humana e intelectual e para o desenvolvimento de uma cidadania dotada de senso crítico” (PILETTI, 2007, p 3).

O capítulo que trabalha com as questões introdutórias a História é bastante instigante, pois, igualmente como os livros anteriores a justificativa do estudo da disciplina histórica se dá no âmbito temporal, contudo aqui existe uma perspectiva diferenciada das anteriores

“Estudar História nos permite conhecer alguma das opções feitas pela humanidade para chegarmos ao mundo de hoje. E de certa forma nos ajuda a organizar o presente e tomar atitudes responsáveis, de olho no futuro”(PILETTI, 2007, p. 9)

Este extrato demonstra que os autores entendem a História como algo integrado a vida cotidiana dos seres humanos e reforça a proposição que fazem no início do texto: fazer com que o aluno se compreenda como um sujeito histórico.

O capítulo incentiva o aluno a estudar a disciplina e baseado em suas experiências descobrir/desenvolver seu próprio conceito de História; conecta a História ao dia a dia, através de letras de músicas e imagens; destaca a existência de diferentes tempos no trabalho dos historiadores (tempo cronológico, tempo breve e longas durações) e, por fim, exemplifica com uma situação cotidiana a constante relação dos homens com o passado

“Vale um exemplo para entender melhor essa estreita relação entre presente e passado: no Brasil de hoje, os salários da maioria dos trabalhadores são baixos. Além disso, existem denúncias de trabalho escravo e de exploração de mão de obra infantil, apesar de ambos serem proibidos por lei.

Essa situação mostra que no Brasil, hoje, persistem elementos da antiga sociedade colonial, caracterizada pelo escravismo. *Em resumo: somos herdeiros de histórias já vividas, ao mesmo tempo que deixamos nossas experiências para as gerações futuras.*”<sup>5</sup>(PILETTI, 2007, p 15)

Este trecho é bastante interessante, pois relaciona uma realidade da sociedade brasileira aos eventos do passado que ainda encontram ressonância através de estruturas existentes no presente. O trecho final é magistral, pois torna as experiências diárias do aluno um pedaço da História e da sociedade, demonstrando que essas experiências constituem expectativas para o futuro.

A análise deste livro apresenta um diálogo bastante profundo com a perspectiva de Koselleck. A experiência, a expectativa, os eventos e as estruturas se relacionam a vida do aluno e constroem uma nova forma de apreensão do objeto histórico.

O quarto e último livro é “História em documento” de Joelza Ester Domingues. Diferente dos outros livros, na apresentação a autora delimita inúmeras características com relação a importância e a necessidade de aprender História. Seriam elas: obtenção e produção do conhecimento, desenvolvimento do pensamento crítico e analítico, desenvolvimento de um conhecimento interdisciplinar, entender o passado para refletir sobre as questões contemporâneas, desenvolvimento de outras capacidades cognitivas (interpretação, escrita, etc) e diálogo com o universo ao redor, pois a História está em todos os lugares e em constante mutação.

Apesar de todos estes pontos serem abordados como justificativa da necessidade de aprendizagem histórica, no capítulo que trata da temática do tempo histórico existe

---

<sup>5</sup> Grifo nosso

uma abordagem rasa sobre o que é a História, sua dinâmica e sua temporalidade. A autora constrói uma narrativa repetitiva que explica que a História é o estudo do passado e do presente. A questão da temporalidade é tratada como uma necessidade que os homens possuem de registrar mudanças e continuidades. O tempo histórico é conectado ao tempo cronológico.

A abordagem deste livro preza por exposição factual, diferentemente do que é proposto na apresentação. Assim como o primeiro livro, esta narrativa dificulta a aprendizagem do conhecimento histórico por parte dos alunos e não colabora na construção de um conhecimento que o ajude a compreender melhor o mundo em que vive.

À guisa de conclusão, afirmamos que em nenhum momento quisemos fazer qualquer juízo de valor com relação as obras analisadas, mas sim compreender qual o tipo de narrativa do tempo histórico está sendo construída nos livros didáticos, pois acreditamos que o ensino de História é um elemento chave para que os alunos possam interpretar o mundo em que vivem.

Compreender estas narrativas nos ajuda a entender as diferentes concepções de História e, portanto, de tempo histórico que existem na sociedade. Devemos levar em consideração que o livro didático e seus autores dialogam com as demandas existentes nesta sociedade<sup>6</sup>, portanto, a diversidade de ideias que vimos acima se deve a realidade plural do âmbito escolar no Brasil. Portanto, compreender os livros didáticos também é compreender a realidade social, cultural e escolar do nosso país.

### **Bibliografia:**

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa (USP), São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, 2004.

\_\_\_\_\_. O historiador e o livro didático. Trad. Maria Helena Camara Bastos. História da educação, Pelotas, v. 6, n.11, p.05-24.

---

<sup>6</sup> Para mais informações sobre o processo de autoria ver RALEJO, Adriana Soares. Autoria de livros didáticos: desafios e possibilidades da produção do conhecimento histórico escolar. 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história. Trad. Marcus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio,2014.

\_\_\_\_\_. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio,2006.

Jörn Rüsen e o ensino de história. SCHIMIDT, M.;BARCA,I.;MARTINS,E.(orgs). Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

## **Do Indigenismo ao Indianismo: rupturas e continuidades entre o pensamento de José Carlos Mariátegui e Fausto Reinaga.**

**Rafael Betencourt  
Bolsista: FAPERJ**

A obra do peruano José Carlos Mariátegui se tornou referência em diversos movimentos de esquerda latino americanos ao longo do século XX, e até hoje suas categorias de análise são retomadas para tentar se desvencilhar de fortes heranças coloniais epistemológicas. As ferramentas críticas do seu pensamento o projectaram como um grande teórico da realidade do continente, e apesar de ser considerado um dos primeiros marxistas latino-americanos, seu alinhamento ao pensador alemão foi construído de forma herética e original, Mariátegui utilizou a teoria crítica de Marx para desenvolver um estudo do impacto que a modernidade ocidental teve no mundo andino. Tal caminho o distanciou de um rígido marxismo europeu, ao sublinhar a preponderância da questão racial no continente e apontar o indígena como o grande sujeito revolucionário, assumiu que o marxismo poderia ser adaptável a uma realidade que fosse distinta da europeia. A ideia de um socialismo indo-americano fundamentado em tradições comunitárias incas revela a influência direta do indigenismo, um movimento cultural abrangente que no início do século XX se expandia tendo como força principal as palavras do poeta Manuel Gonzalez Prada.

Fausto Reinaga vive na Bolívia da metade do século XX, seu pensamento se torna parte da ressonância do indigenismo de Mariátegui, o marxismo do pensador peruano se torna sua principal fonte de leitura da realidade andina. Assim como Mariátegui, Reinaga se torna referência de um grande movimento social e político que vai se denominar indianismo, reivindicando o índio enquanto protagonista de uma revolução social. Ao se analisar a obra de Reinaga percebe-se a transição de um pensamento, o comunicador social Carlos Macusaya afirma que apesar de ter sua gênese em um marxismo mariateguiano, ela caminha para a formação de um original indianismo, para sim depois constituir um pensamento chamado de “amaútico”. O pensador aymara desenvolve seu trabalho a partir da formação de um movimento indianista centrado na ideia de “duas Bolívias”, uma de descendência espanhola e outra genuinamente índia. O indianismo se desenvolve então a partir de uma contraposição ao indigenismo, uma reivindicada superação de uma leitura da realidade boliviana via categorias europeias. Na sua fase de divórcio do marxismo seu interesse se direcciona para uma tentativa de expressão das

raízes históricas de opressão e dominação dos povos índios na Bolívia, estabelece através do indianismo e do posterior amautismo, uma tentativa de transcendência de uma racionalidade ocidental moderna.

A colonialidade é uma das questões que une os pensamentos de Reinaga e Mariátegui, principalmente através da realocação da discussão da raça para o centro de qualquer análise sobre a realidade latino americana. A partir da leitura de ambos torna-se evidente que a colonização redefiniu as identidades socio históricas do continente (QUIJANO,1988), reconstruindo a organização social sob paradigmas de hierarquização racial. Nesse sentido, a modernidade na América é percebida como um movimento de constante violência, de imposição tanto da dominação territorial quanto da subjugação epistemológica. Mariátegui e Reinaga representam tentativas de resistência na produção de conhecimento e na reflexão da sociedade latino americana, indigenismo e indianismo nesse aspecto se tornam ao mesmo tempo reacções e resistências – ainda que tenham significações de mundo um pouco distintas – a uma certa colonialidade do saber.

O historiador peruano Alberto Galindo Flores no início da década de 1980 formula uma conceito que estruturaria tal ideia idealizadora que permeia o imaginário peruano. Galindo Flores a definiu como uma utopia andina, uma histórica idealização da cultura andina, presente tanto no debate acerca de uma nacionalidade peruana quanto na tentativa de construção de modelos ideais de sociedade. A elaboração de questionamentos acerca de uma identidade peruana ou uma tentativa de identificação de uma memória colectiva comum, autêntica, que se desvinculasse da experiência colonial, sempre se caracterizou pela presença simbólica e idealizada da cultura andina na sua narrativa. O trabalho de Galindo Flores pontua a originalidade de olhar para além da convencional histografia colonial, de ultrapassar uma visão de conquista ou derrota do povo indígena e tentar identificar de que maneira uma memória comum a diversos sectores da sociedade moldou projectos políticos distintos ao longo da história.

A pergunta sobre o que é ser peruano e o que define o Peru como nação sempre surgiu em épocas de crises socio-políticas na história do país, em tais momentos se torna mais latente a evidência de uma utopia andina expressa no imaginário coletivo que permeou a edificação política das relações sociais históricas. Ela transborda de significado sempre quando aparece a necessidade de se definir a verdadeira nação. Tal marca utópica vai dar direcção a projectos políticos e definir algumas bases de hsitoricos



debates na história peruana. A palavra utopia no grego significa “nenhum lugar” e sua gênese tem como referência a obra homônima de Thomas Morus (MORUS,2009), no entanto, sua ideia também é remetida a Platão e sua concepção de uma República ideal que não existiria em nenhum lugar da Terra. Nesse sentido, a utopia representa as idealizações de quem a formula, que no caso peruano expressa uma idealização coletiva, construída a partir da experiência de uma forte resistência indígena, da existência de um trauma sobre a violenta colonização espanhola e, sobretudo, a partir da crise do modelo crioulo de República. Tal crise vai se evidenciar na passagem do século XIX para o XX, e vai ser a força motriz de um movimento político e estético chamado indigenismo, um marco histórico no debate sobre uma nacionalidade peruana.

Seu socialismo indo-americano identificava nas tradições camponesas indígenas, no chamado “comunismo inca”, a possibilidade de se vivenciar de fato uma nação genuinamente peruana. Mariátegui conjugou a tradição de um indigenismo político com as categorias críticas do marxismo, o evidente anticapitalismo em confluência com um discurso anti-imperialista o fez se tornar uma referência para a esquerda latino americana. O pensamento de Mariátegui foi resultado tanto do debate da esquerda anti-imperialista peruana, principalmente na figura de Haya de La Torre e da atividade do APRA<sup>1</sup>, quanto da ascensão intelectual do indigenismo estético e político. Seu marxismo se configura como apenas um instrumento para se conhecer a realidade latino americana, se torna criativo na medida em que desafia a ortodoxia europeia e estabelece a possibilidade da revolução socialista sob a conduta do campesinato indígena. Como a Socióloga Fernanda Beigel afirma:

El indigenismo de José Carlos Mariátegui expresó las potencialidades de un marxismo abierto a las demandas indígenas y comenzó a tener cada vez más importancia en las mentes de muchos, que rastrearon en la historia del marxismo latinoamericano desde nuevas perspectivas. La búsqueda de aportes originales, que fueron capaces de advertir nuestra especificidad continental desde la matriz de la filosofía de la praxis, ha otorgado a la obra del ensayista peruano un lugar protagónico. (BIEGEL, 2001:37)

---

<sup>1</sup>APRA( Aliança Popular Revolucionária Americana), seu discurso nacionalista e anti-imperialista tinha como principal ícone Haya de La Torre. Mariátegui rompeu com o APRA em 1928 para fundar o partido comunista peruano.

A criatividade de seu marxismo o faz romper com as premissas revolucionárias dos soviéticos e com o anti-imperialismo nacionalista dos apristas<sup>2</sup>, estabelecendo um novo paradigma teórico e prático para a revolução socialista no continente. A universalidade do socialismo e a particularidade das tradições indígenas se fundem na possibilidade da revolução latino americana. Para Mariátegui o marxismo não expressa um conjunto fechado de diretrizes a serem seguidas, seu caráter revolucionário e crítico estaria na sua capacidade criativa e na sua maleabilidade histórica. Em seu texto “Aniversário e balanço”, se torna latente a idéia dessa conjunção entre socialismo e tradições camponesas:

E o socialismo, afinal, está na tradição americana. A mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é a inca. Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis uma missão digna de uma geração nova. (LOWY, 2005:24)

A Derrota para o Chile na Guerra do Pacífico no final do século XIX<sup>3</sup> impulsionou a crise de um Estado crioulo oligárquico que fracassou na elaboração de um projeto nacional que unisse a parte modernizada do país simbolizada na capital Lima e a andina, colonizada e oprimida, simbolizada na cidade de Cuzco. A distinção entre serra e costa caracteriza o desenvolvimento desse Estado oligárquico no pós independência. Neste momento o país assistia a efervescência de revoltas populares tanto nas cidades quanto no campo, evidenciando a insatisfação com o gamonalismo<sup>4</sup>. A estrutura de poder do Estado oligárquico foi estabelecida pelos grandes latifúndios, a questão indígena no país era sobretudo uma questão de terra.

O indigenismo que se expandia no início do século XX, teria no pioneirismo e ativismo do poeta Manuel Gonzalez Prada uma grande referência. O discurso do poeta clamava a urgência do processo revolucionário, a partir de um enfoque antipolítico exaltava a força dos intelectuais na condução de uma revolução. O discurso indigenista é

---

<sup>2</sup> Os apristas eram discordavam do uso do marxismo como instrumento de transformação da realidade peruana, acusavam a atuação de Mariátegui como sendo eurocentrista.

<sup>3</sup> Conflito ocorrido de 1879 a 1883 entre Chile de um lado contra as forças conjuntas de Bolívia e Peru. A razão para a guerra seria um desentendimento entre Chile e Bolívia a respeito de um pedaço de terra rico em recursos minerais no deserto de Atacama.

<sup>4</sup> Nome dado às relações feudais no campo, faz referência a um parasita que atua em plantas chamado gamonal.

absorvido pelos grupos populares revoltosos, principalmente pelos grupos rurais, neles o misticismo assumia papel importante na configuração do embate político. O indígena é então resgatado pelo discurso político no Peru da década de 1920, tal discurso de expressa tanto na produção estética da época quanto na luta política e social que fervilhava em algumas regiões do país. Fernanda Biegel exalta as duas tendências do indigenismo de Mariátegui, política e cultural quando afirma:

Por un lado estaría la dimensión política, relacionada con las organizaciones reivindicativas y las distintas posiciones ideológicas que el peruano planteó frente a la incorporación del indio en la sociedad peruana, sus derechos económicos y políticos. Por el otro aparecería la dimensión cultural, en tanto el indigenismo artístico que impulsó Mariátegui involucraba el interés por lo autóctono, el pasado cultural y la herencia incaica. (BIEGEL, 2001:43)

A obra de Mariátegui servirá como gatilho para reinaga assumir seu processo de indianização. Primeiro através de uma leitura marxista, principalmente nos seus primeiros textos como “*Mitayo y Yanaconas*” de 1941, onde, assim como Mariátegui a questão nacional aparece no centro de seus questionamentos. Indica que a Bolívia carece de um projeto nacional e coloca os mineiros e os índios no centro da exploração social do país. A questão da raça ainda não se sobrepõe sobre a ótica da luta de classes marxista e indica a necessidade de se resgatar um tipo de socialismo pré-americano. Seu trabalho intelectual foi construído do lado de fora do mundo acadêmico, ao longo de sua vida o racismo institucionalizado o fez refletir sobre sua verdadeira identidade india. A professora Fabiola Escarzaga reflete sobre a reverberação da obra de Mariátegui nos primeiros pensamentos de Reinaga:

Aquí se observa una perspectiva de análisis coincidente con la del Amauta. Retoma varias ideas de él: la centralidad del indio en la historia andina y en la sociedad del presente, el papel del mito (que en un sentido simplificado sería el proyecto socialista) como elemento aglutinador de las masas en torno a un proyecto de transformación radical, el planteamiento del problema indígena desde la perspectiva socialista y marxista, la sobrevivencia del ayllu como un factor aprovechable en la construcción del socialismo futuro y la reivindicación del comunismo agrario del inkario como creación de la sociedad, de la comunidad, no del Estado Inka, lo que lleva al autor peruano a proponer la forma de organización colectivista inkaica como modelo de organización social para el futuro. La autoridad de Mariátegui queda de manifiesto en una larga cita de los 7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana 28, ubicada en un lugar central del texto, en el que refuta la quinta tesis que afirma que el Imperio Inka no fue socialista ni comunista. (ESCARZAGA, 2013: 15)

A Revolução de 1952 liderada pelo MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*) contribuiu para Reinaga redefinir seu marxismo e de fato começar a idealizar um caminho indianista. O pensador boliviano atuou ao lado de movimentos índios e começou a questionar um processo institucionalizado de reconhecimento de uma identidade camponesa no lugar de uma índia. Tal processo fez com que Reinaga apontasse o racismo presente no programa político do MNR, e realocou a questão da raça para o centro de sua análise. Sua militância no MNR se tornou problemática, sua tentativa de consolidar o partido na esquerda fez com que surgisse uma certa resistência racista a sua atuação. Sua percepção caminhou na direção de transcender como única problemática o gamonalismo latifundiário, a necessidade de se pensar o índio enquanto ator político de sua libertação começava a inquietá-lo. A reforma agrária de 1953 transforma um pouco a estrutura de poder das posses de terra no país, mas nega o reconhecimento da identidade índia ao atrelar a aquisição de terras a uma necessidade de se organizar sindicalmente. As formas comunitárias índias foram então marginalizadas deste processo.

Será somente em “*El indio y el Cholaje boliviano*” de 1964, que Reinaga irá começar a identificar uma distinção entre indigenismo e um novo movimento indianista. O nacionalismo e o marxismo já havia provado na prática que não dariam conta das demandas dos movimentos índios. Nesse momento a intelectualidade chola é criticada a partir da percepção de um processo de colonização do conhecimento, tais pensadores seriam incapazes de formular uma cultura nacional.

É então que Reinaga segue para enfim expressar uma crítica direta ao indigenismo e assumir a centralidade da questão da raça:

El indigenismo tanto en el Perú como en Bolivia, ha querido y quiere ahora la integración del indio en el cholaje; desindianizar al indio para acholarlo; que la sub-raza chola asimile a la raza india; que el indio se diluya en el cholaje. Ningún indigenista desea la liberación del indio, de la raza india. El indigenismo desde Fray Bartolomé de las Casas hasta Mariátegui y Carlos Medinaceli, solo desean a través de la cristianización antes y la civilización occidental ahora, conquistar, asimilar e incorporar a su propia sociedad al indio. (REINAGA, 1964: 14)

Tanto o pensamento de Mariátegui quanto o de Reinaga foram referência para a constituição de movimentos políticos posteriores. O pensador peruano foi constantemente utilizado pela esquerda do continente para indicar a necessidade de se formular categorias críticas próprias da América Latina para qualquer tipo de organização

social anticapitalista. O indianismo de Reinaga chega ao seu auge na publicação de “*La Revolucion India*” de 1970 e “*Tesis India*” de 1971, e será ícone intelectual para um movimento Katarista que se desenvolver na Bolívia nas décadas de 60, 70 e 80, posteriormente dando força aos levantes indígenas de 2000 até a eleição de Evo Morales em 2006. No livro de 1971 ele afirma:

No soy escritor ni literato mestizo. Yo soy indio. Un indio que piensa; que hace ideas; que crea ideas. Mi ambición es forjar una ideología india; una ideología de mi raza. Era solo; ahora seré millones. Vivo o muerto, lúcida conciencia vital o hecho polvo, seré millones. Y haré pedazos a la infame muralla de “silencio organizado” con que me ha puesto cerco la Bolivia del cholaje... Y llegará el día en que esta Sodomagomórrica sociedad, aulle de dolor y llore sangre por causa de mi palabra...(REINAGA, 2001: 45)

Tanto Mariátegui quanto Reinaga continuam a nutrir ideais de uma real descolonização em movimentos políticos na América Latina, uma descolonização que possa gerar um espaço autônomo de produção de conhecimento, partindo de uma racionalidade local, não europeia, em constante recriação na sua resistência a um projeto de modernidade excludente.

### **Bibliografia:**

- AQUÉZOLO, Manuel. *La Polemica del indigenismo*. Lima: Mosca Azul Editores, 1987.
- ARICÓ, José Comp. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. In: Cuadernos de Pasado y Presente, n. 60, México: Siglo XXI, 1980.
- BIEGEL, Fernanda. *Mariátegui y las antinomias del indigenismo*. In: Utopía y Praxis Latino Americana. N. 13, 2001.
- ESCÁRZAGA, Fabíola. Comunidad indígena y revolución en Bolivia: el pensamiento indianista-katarista de Fausto Reinaga y Felipe Quispe, en Política y Cultura, N° 37. México :Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, 2012.
- GALINDO, Alberto Flores. *In Seach of an Inca*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- \_\_\_\_\_. *La Agonia de Mariátegui*. Lima: Instituto de Apoyo Agrario, 1989.
- LEIBNER, Gerardo. *El mito del socialismo indígena de Mariátegui*. Lima: PUC Fondo Editorial, 1999.
- LÖWY, Michael. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MACUSAYA, Carlos. Desde el Sujeto Racializado: Consideraciones sobre el Pensamiento de Fausto Reinaga. La Paz: Minka, 2014.

- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Estudio Introductorio e Notas de Aníbal Quijano. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2008
- \_\_\_\_\_. *El Problema de Las Razas en América Latina*. In: QUIJANO, Aníbal (org.). *Textos Básicos*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1991e.
- \_\_\_\_\_. *Ideología y política*, Obras Completas, Vol. 13, 18 edición, Lima: Empresa Editora Amauta, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Peruanicemos al Perú*. Obras Completas, vol. 11, Lima: Empresa Editora Amauta, 1988.
- MAZZEO, Miguel. *Invitación al descubrimiento: José Carlos Mariátegui y el socialismo de nuestra América*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2009.
- PARIS, Robert. *La formación ideológica de José Carlos Mariátegui*. In: Cuadernos Pasado y Presente, n.92 México: Siglo XXI, 1981.
- QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Sociedad Política Ediciones, 1988.
- REINAGA, Fausto. *La Revolución India*. La Paz: Ediciones Fundación Amautica Fausto Reinaga, 2001.
- \_\_\_\_\_. *El indio y el cholaje boliviano*. Proceso a Fernando Diez de Medina. La Paz: Ediciones Partido de Indios Aymaras y Kheshuas del Kollasuyu-Bolivia, 1964.

## **Redemocratização e futebol: Copa União de 1987 e sua memória**

**Rafael Gustavo Frazão Fernandes da Silva**  
**Mestrando**

Era 05 de novembro de 2014 e eu me encontrava com dois amigos em um bar em São Gonçalo para assistir ao segundo jogo da semifinal da Copa do Brasil daquele ano entre Atlético-MG contra Flamengo, a ser realizado às 22h em Belo Horizonte, Minas Gerais. O jogo, naturalmente, era cercado de expectativas pelo seu caráter decisivo e pela relevância de um campeonato nacional. No jogo de ida, a equipe carioca obteve uma boa vantagem ao vencer por 2 a 0. O Atlético-MG, que jogava em casa, para se classificar precisava vencer por uma diferença de 3 gols. Esse fato deu um apelo maior ao jogo. Da parte da torcida rubro-negra, a confiança na classificação para final era grande. Da parte da torcida atleticana, a equipe vinha de uma classificação diante das mesmas circunstâncias adversas e acreditava na repetição da campanha.

A partida se inicia com a adrenalina que se esperava, com a equipe mineira tomando a iniciativa do ataque. Enquanto o Flamengo, a pequena amostragem da sua torcida que eu tinha, mantinha-se apreensiva. E assim foi até mais da metade do primeiro tempo. Até que o Flamengo em um contra-ataque marca um gol, aumentando a sua vantagem. Os presentes no bar explodem de alegria e em meio a empolgação, um dos meus amigos se manifesta: “Eles sempre tremem contra a gente!” Certamente ele lembrava dos jogos decisivos entre as duas equipes, especialmente nos anos 80, quando eram duas das equipes mais fortes do Brasil e chegaram a sucessivas decisões.

Não se passou muito tempo e o Atlético-MG logo empatou, voltando ao páreo. Apesar de frear a euforia, a confiança dos presentes não se abalou, talvez crentes no que fora dito antes “Eles sempre tremem contra a gente!” E logo chegou o final do primeiro tempo e aproveitei o momento. Perguntei ao meu amigo, que fizera a exclamação destacada, quais eram os jogos que “eles tremeram” e entre outros, ele citou o que eu supunha, a semifinal da Copa União de 1987. Diante disso, perguntei aos dois o que achavam desse campeonato. Ambos têm menos de 30 anos, portanto, idade insuficiente para se recordarem. E resumiram-no ao debate sobre quem seria o legítimo campeão daquele campeonato, Flamengo ou Sport Clube do Recife, e consideraram o seu time o campeão legítimo. Argui-os ainda sobre as seguidas decisões na justiça em favor do Sport

de Recife, reconhecendo-o como o campeão daquele campeonato. Deram de ombros e reafirmaram ser o Flamengo campeão daquele ano e, portanto, hexacampeão brasileiro.

Essa foi a minha primeira observação acerca da Copa União de 1987. O que chama a atenção até aqui é a construção da memória desse campeonato. Para isso, parti das reflexões de Jan Assman, que define o conceito de memória cultural. Da mesma forma que todo indivíduo, toda sociedade forma imagens de si mesma, que partem da simples conservação de fatos para logo serem inconscientemente trabalhadas e reconstruídas. Tal processo gera uma memória que é mais cultural que neurológica. A memória cultural é o que denota sentido aos outros aspectos da memória externa, quando a reprodução se torna uma constante, os objetos deixam de ser apenas adjetivos e tornam-se símbolos e representações, quando a linguagem ultrapassa a função de transmitir experiências. Nesse momento surge a memória cultural, que lhes atribuiu significado (ASSMAN apud COUTO, 2014. p.377).

Em vista *disso*, pode-se dizer que a memória que instaura a comunidade. Segundo Maurice Halbwaches, mesmo a memória individual é social, pois está associada a várias memórias grupais (família, escola, amigos, cidade, país, etc.);

No máximo são individuais as “impressões” corporais que temos de certos fatos, enquanto a lembrança deles tem origem no pensamento dos grupos dos quais estamos ligados. O passado é uma construção social marcada pela necessidade de sentido e pelos quadros referenciais do presente, que empreende tal tarefa. O passado não existe em si, é criação da cultura. As lembranças de um grupo e sua identidade são determinadas mutuamente. Qualquer grupo só ganha uma identidade, seja ela tribal ou nacional, quando se compreende e se representa enquanto tal. (ASSMAN apud COUTO, 2014)

No dia 17/05/2015, fui ao Bar do Chico's, próximo ao Maracanã e local de concentração de flamenguistas antes dos jogos. O jogo era Flamengo x Sport válido pelo 1º turno do Brasileirão. Vi como uma oportunidade de conversar com os torcedores sobre um assunto que eles estariam dispostos a falar naquele dia. Dessas conversas voltei a me aproximar do interesse inicial que era sobre o contexto político no qual se realizou a Copa União.

Pude conversar com três grupos de torcedores, formados em sua maioria por homens acima de 40 anos, portanto, viveram o período. Além de reforçar o Flamengo como o verdadeiro campeão brasileiro de 1987, todos destacaram o acordo entre os clubes



em não ceder a imposição da CBF do cruzamento dos campeões do Módulo Verde e do Módulo Amarelo para definir o título. Em seus discursos evidenciam-se assim a presença do elemento democrático na estrutura organizacional do Clube dos 13, o que não era possível no período ditatorial com forte intervenção governamental na CBD. Também é notória a visão sobre o campo político naquele contexto: todos grupos associam o futebol ao campo político através de interesses obscuros de bastidores e “maracutaias”.

Tratando-se de uma memória cultural constituída além da neurológica, falta buscar que elementos culturais foram eles. Nesse ponto, o jornalismo esportivo apresenta-se como o difusor dessa cultura esportiva. Como aponta Bourdieu, não podemos ignorar que os esportes são populares no sentido que se reveste este adjetivo sempre que é aplicado aos produtos culturais de produção de massa.

Em suma, o desporto, que nasceu dos jogos realmente populares, quer dizer produzidos pelo povo, regressa ao povo à maneira da folk music, sob a fórmula de espetáculos produzidos para o povo. O desporto-espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa, e a organização de espetáculos desportivos como um ramo entre outros do show bussines, se o valor coletivamente reconhecido à prática dos desportos (sobretudo a partir do momento em que as competições desportivas se tornam uma das medidas de força relativa das nações, e portanto uma parada em jogo política) não contribuisse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, no mesmo lance, as funções do simples consumo passivo (BOURDIEU, 1984. p.192).

Sobre a evolução do esporte, do amadorismo para o profissionalismo, o que destaca a importância do jornalismo esportivo:

Basta pensar por exemplo em tudo o que implica o facto de um desporto como rãguebi [...] se ter tomado, por intermédio da televisão, um espetáculo de massa, difundido muito para além do círculo dos praticantes actuais ou passados, quer dizer junto de um público muito imperfeitamente provido da competência específica necessária para decifrar adequadamente: o “conhecedor” dispõe dos esquemas de percepção e de apreciação que lhe permitem ver o que o profano não vê, aperceber-se de uma necessidade onde o beócio só vê violência e confusão, e por conseguinte, descobrir na prontidão de um gesto, na imprevisível necessidade de uma combinação bem sucedida ou na orquestração quase miraculosa de um movimento de conjunto, de um prazer que não é menos intenso nem menos erudito que aquele que proporciona a um melómano uma execução particularmente bem sucedida de uma obra familiar. [...] Por outras palavras, tudo parece indicar que em matéria de desporto como em matéria de música, a extensão do público para além do círculo dos amadores contribui para reforçar o reino dos puros profissionais. (BOURDIEU, 1984. p.193)

Por fim,

Mais que os encorajamentos que dá ao chauvinismo e ao sexismo, é, sem dúvida alguma, através do corte que estabelece entre os profissionais, virtuosos de uma técnica esotérica e os profanos, reduzidos ao papel de simples consumidores, e que tende a tornar-se uma estrutura profunda da consciência coletiva, que o desporto exerce, sem dúvida, os seus efeitos políticos mais decisivos: não é apenas no domínio do desporto que os homens comuns são reduzidos ao papel de fãs, limites caricaturais de militantes, votados à uma participação imaginária que não é mais do que compensação ilusória do desapossamento em benefício dos entendidos. (BOURDIEU, 1984. p.193)

Diante dessa distinção entre profissionais e amadores, ou especialistas e torcedores, mostra-se oportuno o contato com jornalistas e radialistas esportivos. Para além do seu papel legitimador, a condição de razoável receptáculo das informações fragmentárias do dia a dia urbano fazem do jornal e do rádio um suporte inestimável para uma reconstituição pormenorizada dos grandes acontecimentos sociais, dentre eles os relativos ao próprio esporte.

Seguirá adiante, primeiramente, a transcrição de trechos do programa *No mundo da bola* da Rádio Nacional do Rio de Janeiro AM 1.130KHz, no dia 22 de maio de 2015. O programa promove debates esportivos e está no ar desde 1930. É comandado pelo radialista Ricardo Mazella, com comentários de Pedro Garritano no estúdio e Pedro Campos por telefone direto de Brasília, além do repórter Rafael Monteiro. Fui convidado a participar do programa por seu apresentador, o radialista Ricardo Mazella, para falar sobre a Copa União de 1987. Inicialmente preparado pra uma entrevista solo com o radialista, que participou da cobertura da final do torneio, a minha participação não estava no roteiro.

Ricardo Mazella: - Recebo aqui no estúdio a visita do Rafael Frazão, ele que está fazendo mestrado de História Social na UERJ, que é a Universidade Estadual [sic] do Rio de Janeiro, e o tema do seu mestrado é Copa União de 1987. [...] Lembrando que o Flamengo foi campeão pelo Módulo Verde, Sport pelo Módulo Amarelo e até hoje o Flamengo fala que é campeão... o Sport fala que é campeão ... (intervenção de Paulo Garritano)

Paulo Garritano: - Estou indócil porque hoje é uma boa oportunidade da gente acabar logo com esse assunto, a gente vai esclarecer aqui se o Flamengo é ou não é campeão, enfim... mas é uma oportunidade de colocar uma pedra nisso e pararem de ficar falando

Nessa parte inicial do programa evidencia-se a polêmica no debate já tratado anteriormente. O programa segue com o seu roteiro original, com Mazella estimulando a

participação de ouvintes através de mensagens de áudio no Whatsapp. Por volta do minuto 21 do programa, volta-se ao tema:

Rafael Monteiro: - O Jônatas Ferraz, de Itapuranga-GO, ele está opinando pra saber quem foi campeão em 87, o Sport ou o Flamengo [...]

[Mensagem de áudio do ouvinte]

É o seguinte... o campeão é o Sport. Quem disputou a Libertadores de 88? Onde está o caneco de 87 no Flamengo? Flamengo é hexa? Só tem 5 canecos! Regulamento é regulamento! Quando começou ele sabia o que iria acontecer.

Ricardo Mazella: - [...] Eu concordo com meu amigo aqui Jônatas Ferraz, Itapuranga-GO, esmeraldino com orgulho. Boa noite, Rafael Frazão! Olha a confusão que você está trazendo no programa e está mudando o roteiro aqui!

Rafael Frazão: - Boa noite, Ricardo! Obrigado por abrir aqui o espaço pra esse tema tão polêmico. E aqui já ficou claro o que eu tenho observado na minha pesquisa: nós nunca vamos chegar num consenso sobre quem foi o real campeão de 87. A minha dúvida no começo era sobre o clube do Jônatas, acabou de falar aqui o Mazella pra gente que ele é esmeraldino, mas se perguntar pra um torcedor do Flamengo nenhum dele vai concordar com isso. Então vamos sempre levar essa polêmica aí, e nunca vai chegar um consenso sobre quem foi o campeão de 87.

Ricardo Mazzella: - Campeão do módulo verde o Flamengo, campeão do módulo amarelo o Sport de Recife.

A participação dos ouvintes se direcionam pro meu tema, fugindo ao roteiro original refletindo a relevância do assunto e mais uma vez a sua controvérsia. Por volta do minuto 34 do programa, Mazella me questiona sobre a própria iniciativa dos clubes e sobre a organização do campeonato, saindo um pouco da polêmica do título, além do seu imbróglgio jurídico:

Ricardo Mazella: - Copa União, Rafael Frazão [...] Mas pra chegar nessa Copa União, você acha que foi válido, não foi válido, os clubes organizaram uma boa competição?

Rafael Frazão: - Foi uma tentativa muito válida, foi uma tentativa rica dos clubes brasileiros que se organizaram no Clube dos 13 e tentaram ter sua autonomia, tentaram uma maior participação dos clubes brasileiros como se pode observar hoje alguns clubes tentando, novamente, essa nova iniciativa.

Ricardo Mazella: - Foi o que eu falei pra você na entrevista pra você, o todo não valeu sobre o individual. Exatamente isso, porque a iniciativa do Clube dos 13 foi muito legal, mas depois o Atlético olhou pra sua barriga, o Flamengo, o Fluminense... e o interesse comum não fica acima dos interesses clubísticos. Eu acho que foi um dos problemas.

Rafael Monteiro: - Mazella, o Nilton de Barreiras-Ba, está comentando sobre a questão de 87 que sempre gera muita polêmica, vamos escutar um pouquinho o Nilton:

[Mensagem de áudio do ouvinte]

Nilton: - Sobre 87, eu perguntei pra um vascaíno, pro corinthiano, palmeirense, pro são-paulino, fluminense [torcedor do Fluminense] e eles falaram que se fossem eles também seriam campeão [sic], porque que o Flamengo não é? Problema da CBF que não soube organizar as coisas, viu? Então... não tem mais papo, Flamengo é campeão e acabou!

[...]

Ricardo Mazzella: - Pra você quem foi o campeão em 87, Pedro Pontes?

Pedro Pontes: - Eu posso responder de uma maneira diferente?

Ricardo Mazzella: - Pode, só não pode se alongar

Pedro Pontes: - Nenhum time depois desse de 87, teve um time como esse, que era: Jorginho, Leandro, Edinho e Leonardo; Aílton, Andrade, Zico e Zinho; Bebeto e Renato Gaúcho. Se teve algum time melhor que esse depois de 87, aí o Sport será campeão. [Posteriormente o comentarista lembra do goleiro Zé Carlos, esquecido a princípio]

Paulo Garritano: - E outro detalhe: existe claro o regulamento, existe o argumento de que o clube assinaram e aceitaram essa proposta da CBF... Agora, existe o bom senso, né meu amigo? O bom senso pode está acima disso tudo e é claro que a justiça também deve agir com bom senso e o Rafael vai explicar que continua na justiça. Explica aí, Rafael.

Rafael Frazão: - O Flamengo entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal recentemente pedindo uma nova análise dessa decisão da justiça favorável ao Sport que o declarou como único campeão de 87.

Esse trecho do programa é sintomático. Nele surgem os principais argumentos usados regularmente por especialistas e torcedores a favor do Flamengo: o acordo entre os clubes do Módulo Verde a revelia do regulamento, a anomalia do regulamento que previa o cruzamento de módulos e a legitimação do Flamengo como a equipe hegemônica no futebol brasileiro da década de 1980 ao apontar pra sua escalação, com 10 jogadores com participação em Copa do Mundo pela seleção brasileira.

Ao final do programa, por volta do minuto 46, é possível notar mais uma vez o destaque dado pelos torcedores ao tema. Além disso, a opinião comum fica exposta, levando Mazella a apresentar um novo argumento em favor do Sport.

Rafael Monteiro: - Dimas Canteiro de Bela Vista, diz: Mengão campeão de 87! Hexacampeão sempre! [...]

[...]

Ricardo Mazella: - Você que fez a pesquisa, das várias participações, o pessoal participou... como foi... 80/20... como é que foi?

Rafael Monteiro: - Foi 80 a 20 Flamengo campeão de 87.

Ricardo Mazella corrige o repórter Rafael Monteiro, alertando que era o resultado de uma pesquisa do programa sobre a Libertadores da América]

[...]

Ricardo Mazella: - Pedro Pontes flamengo, Paulo Garritano flamengo, Rafael Monteiro flamengo, entro no estúdio o Amauri [operador de áudio] que é flamengo, o nosso convidado Rafael Frazão flamengo... Só ia dar Flamengo! Eu e Barrucha [presente no estúdio] somos tricolores [...] Eu sou a favor da legalidade, tinha que ter o cruzamento!

Pedro Pontes: - Você lembra de algum jogador do Sport campeão em 87?

Garritano: - Ele estava se segurando o programa inteiro. Eu estava duvidando que ele fosse terminar o programa sem falar esse tipo de coisa, entendeu? Falar essa barbaridade [sobre o argumento da legalidade]

As palavras de Ricardo Mazella se diferem das ditas fora do ar. Com os microfones desligados, ao ser questionado por Garritano, mostra-se ciente da importância da palavra de um especialista para o torcedor e confessa que considera o Flamengo campeão de 87, porém, como torcedor rival, nunca falará sobre isso no ar.

A Copa União de 1987 não encerrará seu debate mesmo após uma decisão definitiva dos tribunais. Nesse trabalho, buscamos como objetivo central apontar o contexto político como principal vetor para a tomada de iniciativa dos clubes de organizar o torneio, para isso criando o Clube dos 13, uma entidade autônoma, fato inédito no futebol brasileiro. Embora não seja o elemento principal de debate para os torcedores – os principais interessados no futebol – é possível notar a correlação entre os campos esportivo e político. Embora os clubes clamassem pelo “fim do autoritarismo no futebol brasileiro” esse discurso se perdeu pelo tempo e, principalmente, pela falta de uma ruptura definitiva dos grandes clubes, já que em 1988 a organização do torneio voltou as mãos da CBF. A pretensa modernização futebolística manteve as estruturas de poder da CBF e de federações e foi levada a cabo sem desarticular o poder dos velhos ou novos dirigentes que ainda comandavam suas agremiações à moda antiga.

#### **Fontes:**

<http://radios.ebc.com.br/no-mundo-da-bola/edicao/2015-05/no-mundo-da-bola-comenta-chances-dos-times-brasileiros-na>> Acesso em: 30/06/2015.

#### **Bibliografia:**

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

- COUTO, Euclides de Freitas. Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978). Niterói: Editora da UFF, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, V. 2." (1989).

## **O Rio de Janeiro para além da cidade: memória, identidade e política fluminense.**

**Rafael Navarro Costa**  
**Doutorando**

Pensar a história do Estado do Rio de Janeiro no período republicano é, necessariamente, pensar as transformações políticas, sociais e econômicas pelas quais passavam o país. A velha província perde grande parte do prestígio que desfrutara no Império desde os anos entrópicos<sup>1</sup> e o caminho para sua recuperação passava por uma reorganização político-administrativa e por estratégias que buscassem reafirmar essas medidas e, sobretudo, reconstruir uma imagem positiva do estado.

Nesse sentido, propomos pensar dois períodos que colocam em evidência tais estratégias, constituindo, assim, importantes marcos no processo de construção de narrativas identitárias. As décadas de 1940 e 1950 correspondem ao primeiro período, marcando um processo de resgate da Idade de Ouro<sup>2</sup> e da valorização dos elementos agraristas que levaram o Rio de Janeiro a ocupar lugar de destaque no período imperial, associados a uma modernização administrativa e espacial promovida nos governos de Amaral Peixoto. O segundo período vincula-se às duas décadas posteriores (1960 e 1970), onde o debate e a institucionalização da fusão com o Estado da Guanabara constituem elemento marcante. Neste momento, o processo de reafirmação da identidade fluminense desenvolvido nas décadas de 1940 e 1950 se vê ameaçado frente aos elementos “importados” da antiga capital federal.

Um dos objetos de nossa investigação é a memória construída pelo grupo político dominante até a década de 1960 – o grupo amaralista. Amaral Peixoto foi nomeado interventor no Rio de Janeiro em 1937 e foi um dos poucos interventores que ocuparam este posto durante todo o período do Estado Novo, sendo um dos articuladores do

---

<sup>1</sup> De acordo com Renato Lessa, os primeiros anos republicanos foram marcados por uma associação entre um estado de anarquia e elevado grau de incerteza. Essa entropia chega ao fim com o governo Campos Sales (1898-1902) e a institucionalização dos mecanismos de governo, a perda de força política dos militares e o estabelecimento de alianças políticas. LESSA, Renato. **A invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>2</sup> O período imperial foi caracterizado no Estado do Rio de Janeiro pela proeminência econômica, social e política e cenário nacional. Todavia, com a proclamação da República e a ascensão das oligarquias mineira e paulista ao poder, os demais estados ficaram alijados do poder no tocante ao executivo federal. Dessa forma, passaram a ficar conhecidos como estados de segunda grandeza. No caso do Rio de Janeiro, a crise econômica pela qual passava o estado aprofundou ainda mais essa distância para o poder e destaque no cenário político nacional. FERREIRA, Marieta de Moraes. **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1989.

processo de democratização política do país em 1945, tornando-se uma das principais lideranças do PSD.<sup>3</sup> A partir da construção das memórias e das identidades forjadas durante o período amaralista, podemos caracterizar as mudanças, afirmações e a recuperação das características que conformaram a sociedade e a política fluminense entre as décadas de 1940 e 1980.

Jaques Le Goff, em meados da década de 1970 e início da de 1980, já associava memória e história. Partindo do historicismo e pensando o espaço e a narração como elementos indissociáveis para a produção histórica, Le Goff (1988) defende que história e memória caminham próximas e que não possuem uma relação direta com o passado. A memória não pode ser associada a mero resgate ou sobrevivência, até porque sua construção pode ser alterada pelo emergir de outras memórias marginalizadas pela memória oficial ou hegemônica.

Todo esse processo de construção e reconstrução foi classificado por Joel Candäu (2012) em três diferentes estágios: a protomemória, a memória de evocação e a metamemória. Cada um desses estágios tem diferentes características e, principalmente, diferentes usos.

A protomemória, considerado pelo autor como o primeiro estágio, possui uma relação de aproximação com o conceito de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu. Esse estágio é o momento em que é possível enquadrar os saberes e experiências compartilhados por um grupo ou uma sociedade. Dessa forma, podemos aproximá-la do que Bourdieu considera como princípios geradores e organizadores de práticas e representações.

A memória de evocação, ou a memória propriamente dita, é essencialmente uma recordação. Essa é a memória que advém das experiências, crenças, saberes e até mesmo a memória do não vivido, mas que é incorporada através de extensões artificiais da memória. É também nesse estágio que o esquecimento passa a ser também um elemento constitutivo da memória.

A metamemória, terceiro estágio, deve ser considerada como a representação que cada indivíduo faz de suas lembranças, a forma como se afilia ao seu passado. De acordo

---

<sup>3</sup> Agamenom Magalhães, Benedito Valadares (interventores de Pernambuco e Minas Gerais, respectivamente) e o Ministro Marcondes Filho foram, ao lado de Amaral Peixoto, os condutores das negociações e trâmites políticos do processo de democratização ao fim do Estado Novo. COSTA, Rafael Navarro. **Tecendo as redes da política**: articulações e projetos na construção do amaralismo. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.



com Candau, ela é uma memória reivindicada, ostensiva. É a partir desse estágio que a memória passa a ser um importante elemento de construção identitária e de diferenciação perante o outro.

Associado a memória, utilizamos o conceito de identidade. De acordo com Ecléa Bosi (1979), memória, identidade e projeto são categorias que se relacionam. A memória, apesar de construída no presente, nos leva a algum lugar do passado e auxilia na construção de uma identidade (política, social ou cultural) e também na construção de um projeto.

O conceito de identidade ganhou destaque com o processo de ressignificação do sujeito. A partir do século XIX, o papel dos indivíduos é reduzido a instrumentos da razão e os estudos acerca dos indivíduos passam a ser considerados também como uma possibilidade de reconhecer neles características de grupos. Neste caso, nos apropriamos também do conceito de identificação que, de acordo com Hall (2000),

é construído a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal.

A exteriorização da memória, que permite a transmissão memorial e que foi potencializada com a tradição escrita, tem papel de destaque na transformação dos lugares de memória em um recurso importante para a construção identitária. Memória e identidade são construções que podem ser negociadas e renegociadas em qualquer momento. O conceito de identidade, assim como a memória, se utiliza do princípio da multiplicidade, uma vez que compartilhamos da definição de identidade de Hall, que defende a existência de identidades múltiplas e não a existência de uma identidade única e fixa. Neste processo, memória e identidade tem suas construções ligadas às disputas políticas, sociais e culturais.

Conforme apresentamos anteriormente, a década de 1940 marca a retomada de uma memória positiva do estado do Rio de Janeiro e durante as primeiras décadas republicanas o estado do Rio foi alvo do que Pollak (1992) afirma ser uma batalha pela memória. Eram vários grupos políticos que buscavam o poder e disputavam também a apropriação da memória construída em território fluminense.

A construção dessa memória capaz de resgatar o orgulho identitário e de pertencimento a um grupo foi realizada em conjunto com a construção de uma memória atribuída a um grupo político. Dessa forma, não podemos esquecer de que esta construção, feita a partir da dicotomia lembrar/esquecer, deve passar pelo crivo da crítica

e de que as identidades são construídas dentro dos discursos e produzidas em locais históricos e instituições específicas. Além disso, a construção das identidades é também um ato de poder.

A construção da identidade fluminense neste período está ligada a ação do grupo político amaralista. Além de resgatar costumes, tradições e buscar o soerguimento das atividades rurais, Amaral Peixoto e seu grupo tentavam passar a ideia de que o Rio de Janeiro se modernizava através de suas novas e imponentes construções. A memória coletiva relativa a Idade de Ouro da Velha Província fez com que se buscasse essa identidade. Para isso, Amaral Peixoto organizou um discurso de guardião e defensor dessas tradições, sempre valorizadas na produção do conhecimento historiográfico. Essas narrativas historiográficas ajudaram no processo de construção da identidade fluminense e, certamente, serviram de inspiração para a construção da memória do governo Amaral Peixoto.

Durante o período amaralista, o líder político fluminense desenvolveu ações que buscavam, além de construir a memória política de seu governo e de seu grupo, formar também a identidade e autoestima do povo fluminense. Entre essas ações podemos destacar as Missões Culturais, as Escolas Típicas Rurais e a criação da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, hoje parte da Universidade Federal Fluminense. A modernização do território fluminense, com as construções erguidas no período amaralista influenciou também no processo de identidade fluminense, atribuindo um ar modernista ao estado.

Os relatórios das Missões Culturais desenvolvidas durante a interventoria são também importantes fontes de análise. As missões culturais tiveram como inspiração as missões culturais mexicanas, mas diferiam quanto às suas práticas. Nas missões mexicanas, por exemplo, um dos focos era o de formar novos professores e assim ampliar o número potencial de habitantes alfabetizados e com maior grau de escolaridade. Nas missões fluminenses, apesar de também analisarem dados como número de escolas, professores e alunos e as estruturas da escola – fato comum com a missão mexicana -, não havia a preocupação em formar professores. Havia sim uma preocupação com a transmissão de informações relativas à saúde, sobre o desenvolvimento do estado e também do país, costumes e tradições fluminenses, civismo e levar ao conhecimento do executivo estadual as necessidades das localidades.

Outra importante ação do governo Amaral Peixoto foi a criação das Escolas Típicas Rurais. Entendendo que a recuperação da economia, do destaque político e também da autoestima do povo fluminense passava pela reabilitação da atividade agrícola, o interventor optou por implementar um programa escolar que pretendia associar a educação primária com a formação profissional para a lavoura.

As Missões Culturais e as Escolas Típicas Rurais atuaram diretamente naquela que foi a identidade fluminense construída durante o Império e que perdeu destaque na Primeira República devido as constantes brigas políticas e a crise econômica enfrentada: o agrarismo.

Complementar a essas ações, mas não menos importante, temos a criação da Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1945. Em um tempo em que o Estado começou a incorporar as questões sociais urbanas como uma demanda que não mais poderia ser negligenciada, Amaral Peixoto não deixou de acompanhar essa prática. Tendo a valorização do campo e o agrarismo como bandeira da identidade fluminense, o governo estadual não deixou de fora as questões sociais da zona rural, antecipando-se ao plano nacional. Os relatórios das Missões Culturais associados aos documentos oficiais, oriundos das Escolas Típicas Rurais, eram os norteadores das políticas que deveriam ser implementadas no Rio de Janeiro. A Escola de Serviço Social tinha por finalidade implementar as práticas identificadas pelos integrantes das missões e professores das escolas agrárias.

O material de propaganda do governo Amaral Peixoto é relevante para demonstrar como o político construiu sua imagem perante a população do estado do Rio de Janeiro, assegurando seu lugar na memória coletiva fluminense. Entre estas publicações, encontramos o livro publicado por Heitor Gurgel, que havia sido secretário de Amaral na interventoria em 1950 (ano das eleições para o governo do Estado), no qual ressalta a importância do período em que o Comandante – forma como era chamado por seus aliados em referência ao posto ocupado por ele na Marinha - esteve à frente da interventoria fluminense, destacando as realizações mais importantes do interventor.

Após vivenciar um momento político conturbado com a derrota do PSD nas eleições estaduais de 1958<sup>4</sup>, Amaral Peixoto continuava a ter papel de destaque. Prova

---

<sup>4</sup> Nas eleições de 1958, em um contexto onde o deslocamento de pessoas da área rural para a urbana crescia em todo o país, e no Rio de Janeiro não era diferente, o Amaralismo sofreu sua primeira grande derrota: sagrou-se governador um antigo aliado seu, Roberto da Silveira, candidato pelo PTB, derrotou Miguel

disso é que após a instauração da ditadura militar no Brasil, em 1964, e com sua filiação ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido oposicionista, o Comandante permanecia como referência para consultas a nomes que seriam designados ao governo do Rio de Janeiro.

A década de 1960 trazia consigo novas configurações político-administrativas para a cidade e o estado do Rio de Janeiro com a inauguração de Brasília e a transferência da capital para o Centro-Oeste brasileiro. Após muitas discussões, a antiga capital transformou-se em Estado da Guanabara. Todavia, a criação do estado da Guanabara não encerra por completo a discussão sobre a fusão entre a cidade do Rio e o estado Rio de Janeiro, o tema permaneceria em foco no jogo político.

Em 1974, apesar dos inúmeros embates e posições contrárias, o governo federal decidiu pela fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Duas visões sobre a fusão ganharam força: a primeira a enxergava como uma ofensiva política da ARENA ao domínio do MDB nos estados, apesar da relação amistosa dos líderes políticos deste partido (Chagas Freitas e Amaral Peixoto) com o governo federal e a segunda privilegiava uma análise técnica que tinha como intenção criar um estado forte do ponto de vista político e econômico, capaz de rivalizar com a força que vinha de São Paulo. Apesar das contestações dos principais líderes políticos dos estados, em 15 de março de 1975 foi publicado o decreto que concretizava a fusão.

No momento pós-fusão, o grande desafio que se colocava frente aos políticos do antigo estado do Rio de Janeiro era como conciliar a nova realidade com a identidade construída ainda no século XIX e reforçada nas últimas três décadas. A cidade do Rio de Janeiro, agora capital do Estado do Rio de Janeiro, se sobrepôs aos principais municípios fluminenses na política. Da mesma forma, a pujança carioca fez com que vários dos municípios fluminenses tivessem uma crise identitária entre suas tradições e as importadas da antiga capital federal. Além disto, a população fluminense se via como parte de um estado construído por interesses políticos e atraídos – sobretudo os municípios da região metropolitana – pela opulência carioca.

---

Couto Filho, candidato pelo PSD. Em um contexto onde o deslocamento de pessoas da área rural para a urbana crescia em todo o país e com a crescente industrialização do território fluminense as organizações de trabalhadores e sindicatos traziam mais votos para o PTB, que tinha maior diálogo com as classes urbanas do que o PSD, de base rural.

Os atores políticos do antigo estado do Rio de Janeiro passariam a buscar, dentro da nova configuração que se apresentava, uma posição de destaque no cenário político e o estado voltaria a procurar sua identidade. A partir de meados da década de 1970 e na década de 1980, buscou-se uma reconstrução identitária devido a mudança da configuração espacial e da convivência dentro de uma mesma estrutura administrativa com a antiga capital federal. Os traços políticos e da identidade do povo e dos municípios fluminenses advindos do período da fusão causaram impactos em diversos âmbitos. Do amálgama entre a “desenvolvida e opulenta” cidade do Rio de Janeiro e o “provinciano” estado do Rio de Janeiro resulta uma identidade inacabada e confusa deste último.

### **Bibliografia:**

- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: T.A Queiroz, 1971.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- COSTA, Rafael Navarro. *Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na velha província*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. 5ª edição. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- LESSA, Renato. *A invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: (10) dez 1993. P 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-5.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

## A culinária da comunidade Cafundá Astrogilda como patrimônio Cultural

Rafaela Paula da Silva<sup>1</sup>  
PPGHS - UERJ

### Introdução:

O patrimônio cultural é uma narrativa sobre o passado, por meio de monumentos, objetos e/ou práticas sociais específicas, a que uma sociedade, grupo, instituição, classe confere importância. Inserido num determinado sistema cultural e conseqüentemente envolto e afetado com alguma plasticidade pelas relações e referenciais que o cercam. Uma construção em constante atualização e ressignificação. Disto, concluímos que esta categoria se refere uma forma de mediação material e/ou discursiva entre as pessoas e o passado,

Assim, esses objetos que acreditamos pertencer ao patrimônio de uma coletividade, e, hoje, até mesmo da humanidade, estabelecem nexos de pertencimento, metaforizam relações imaginadas, que parecem adquirir materialidade a partir da presença desse conjunto de monumentos. O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com o seu transcurso. Em outras palavras, refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. É através desse trabalho de produzir sentido para a passagem do tempo que as sociedades humanas constroem suas noções de passado, presente e futuro, como formas históricas e sociais de dar sentido para o transcurso do tempo. (GUIMARÃES, 2012, p. 99)

A importância dada a continuidade e a preservação do patrimônio cultural se fortalece nas estratégias discursivas, justamente em contraposição a eminência da perda. Então, valores que em tese estão se destruindo, são protegidos e inseridos dentro de um discurso que os ressignifica.

“...a perda não é algo exterior, mas parte das próprias estratégias discursivas de apropriação de uma cultura nacional. E tão somente na medida em que existe um patrimônio objetificado e apropriado em nome da nação, ou de qualquer categoria sócio-política, que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre. A apropriação de uma cultura traz, assim, como consequência, ao mesmo tempo que pressupõe, a possibilidade mesma de sua perda.” (GONÇALVES, 1996, p. 89)

Junto a limitação de alguma exclusividade. Surge a preocupação de como desenvolver isto de forma adequada. Como não precipitar o esfacelamento de algum aspecto importante para memória do grupo. Pela manutenção de condições que permitam a manutenção. Por isso as instâncias para reflexão o reconhecimento legislativo da

---

<sup>1</sup> Aluna do Mestrado de História Social (PPGHS - UERJ), linha de pesquisa Território, Identidade e Representações. Bolsista da CAPES.

importância do patrimônio imaterial como elemento formativo da cultura e a manutenção das condições objetivas de manutenção das comunidades tradicionais.

A patrimonialização se deu antes e com frequência em nosso país voltada apenas para a materialidade das classes dominantes, econômica e/ou politicamente. Construções religiosas, oficiais ou de elite. Forma-se então a invisibilização de uma série de outros grupos que não se encontram representados neste tipo de edifício. O olhar da arquitetura historicamente privilegiou grandes construções em detrimento de uma representatividade social mais ampla.

Certamente a consideração dessa especificidade é importante para compreendermos os rumos e as diretrizes assumidas pela questão patrimonial em nosso país. Longe de ser uma natureza, sua vinculação ao campo da arquitetura deriva de uma história peculiar da constituição desse campo entre nós e, por isso, não parece ser estranho um relativo distanciamento do universo de interrogações propriamente historiográficas. (GUIMARÃES, 2012, p. 97-98)

Conforme exposto por Gilberto Velho em seu texto, “Patrimônio Negociação e Conflito”, em que trata do tombamento do terreiro “Casa Branca”. O maior foco de conflito no caso exposto era justamente a inadequação dos critérios aplicados comumente para determinar a importância patrimonial, critérios arquitetônicos. A saída encontrada pelo antropólogo foi incluir nesta análise as práticas sociais e religiosas. Ao mesmo tempo, reconhece em seu texto que isso foi possível porque havia um forte movimento social em Salvador que integrava intelectuais, artistas, lideranças religiosas. (VELHO, 2007, p. 249-251)

O patrimônio cultural a partir do decreto 3.551 de 2000 propicia que novos grupos obtenham reconstituam seu passado. Com apoio de especialistas e do Estado imagens do passado podem ser refeitas, gerando novas possibilidades de identitárias e de representação e para a criação cultural. O bem patrimonializado se torna uma ferramenta para compor uma estratégia política de resistência. E pode como no exemplo citado por Martha Abreu extrapolar os limites do grupo para alcançar uma representatividade mais ampla. (ABREU, 2007, p. 356-357)

### **A Comunidade Cafundá Astrogilda**

A Comunidade Cafundá Astrogilda se localiza no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) criado por meio de um decreto de lei em 1974 pelo então, estado da Guanabara.

A primeira medida legal voltada para a conservação da região foi a transformação de várias áreas do maciço em Florestas Protetoras da União, a

partir de 1941. Segundo Costa (2002, p. 54), em abril de 1963 foi instituído o Decreto n. 1.634 que promoveu a utilização integrada do maciço da Pedra Branca, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras que integravam a região. Em 18 de junho de 1972, foi criado através da Portaria “P” SPG n. 20 um grupo de trabalho para propor as medidas necessárias à criação do Parque. Em 1973, uma nova portaria substituiu o grupo de trabalho por outro e concluiu um relatório indicando as medidas necessárias para a criação do Parque. No ano seguinte, foi criado então o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), através da Lei Estadual nº 2.377, de 28 de junho de 1974. (FERNANDEZ, 2009, p.139-140)

Conforme apontado por Fernandez em sua pesquisa a presença humana é anterior a criação do PEPB. Já no Programa de Trabalho para o plano de manejo do PEPB (1979) poucos anos depois da lei, a ocupação de agricultores é apontada, como uma situação que não resistiria ao avanço urbano. O mesmo documento aponta que o principal produto local era a banana e remajar ou remover estes produtores era um aspecto para debate e discussão. Relatos expressos mais adiantes pela pesquisadora apontam para desocupações e destruição de bananais na década de 1960 durante a ditadura. Sem que se possa comprovar se de fato os moradores foram indenizados. (FERNANDEZ, 2009, p. 143-145)

“O Parque da Pedra Branca é um parque que foi criado errado na sua origem, ele foi fruto de um decreto de 1974 que disse que é parque todas as terras do maciço acima da cota altimétrica de 100 metros. Bom, isto é muito simples de fazer, só que já na sua criação, áreas importantes do ponto de vista ambiental ficaram fora do parque e, *outras áreas, à época já invadidas, inclusive com comunidades de baixa renda, ficaram dentro*. De lá pra cá, tendo em vista que o órgão sempre teve deficiências muito graves de estrutura principalmente de recursos humanos, o problema só vem se agravando. (...) Apenas a partir de um amplo entendimento é que vamos conseguir fazer com que este parque deixe de ser a abstração, até certo ponto que é, com centenas e centenas de casas dentro dele, repito, já de muitos e muitos anos, e o problema só vem se agravando e o que pode, eventualmente, até indicar uma necessidade de redelimitação do Parque. Mas isso é um assunto que deve ser tratado com muita cautela e de forma muito estudada. (Presidente do IEF em entrevista à rádio CBN em 27 nov. 2007 apud FERNANDEZ, 2009, p.155)

Deste modo, notamos que a criação do parque foi algo institucional que não lidou diretamente com a ocupação local. Por mais que em determinados momentos choques com a população local tenham sido evidenciados. A Comunidade Cafundá Astrogilda é um núcleo familiar que buscou a certificação como comunidade renascente de quilombo e foi certificada pela Fundação Palmares em 16 de agosto de 2014. Durante uma comemoração pública realizada no PEPB.

Sua origem é vinculada pelos membros ao escravo Manuel Mesquita. O contexto que daria base a história da formação desta comunidade seria os ciclos de cultivo dentro da área do parque no século XIX, primeiro cana-de-açúcar e depois café, que trouxeram



casas senhoriais, escravos e toda uma ampla estrutura de moradia e produção. Apenas com o fim da escravidão e o declínio no comércio cafeeiro a ocupação do território se tornaria mais esparsa e voltada para a agricultura comercial em pequena escala. (FERNANDEZ, 2009, p.214) Os moradores se referem a compra e doação de pequenos lotes como o princípio da comunidade, não só desta, mas de outros núcleos de família extensa que ocupam o território.

### **Comida, memória e lugar**

Roberto da Matta inicia seu texto Sobre comidas e mulheres, relacionando com base em Lévi-Strauss processo de preparação da comida a processos de mudanças sociais importantes. Segundo o autor uma refeição preparada propicia a integração. (MATTA, 2012, p.1) A comida se situa dentro de um sistema cultural mais amplo em que executa e se envolve em determinadas funções, que não são apenas práticas. mas também retóricas, gerando significados e constantes reavaliações. É um sistema histórico e social dentro do qual os contatos entre elementos distintos engendram novas práticas e interpretações que podem ser encaixadas nesta narrativa anterior. (SAHLINS, 2003, p.7)

Quando entrevistei Maria Isabel nora da matriarca Astrogilda da Rosa Mesquita no dia 16 de agosto de 2014, dia da certificação da Comunidade Cafundá Astrogilda e perguntei a respeito do passado da comunidade sua respostas foi:

O lugar ter que vir de uma comunidade, importante, importante por causa da partilha, partilhar uma festa. Não se vive muito isso, acho que trazer de volta seria bom. Antigamente, eu me lembro, mês de junho [...] as pessoas se reuniam, um criava um porco, aquele criava outra coisa, tinha uma festa de Santo Antônio ali se reuniam todo mundo, pobre ou rico era indiferente. Tinha uma festa na casa de D. Mocinha todo mundo ia para lá, era uma propriedade grande agora já foi dividida. Ia com os archotes sabe aquela lanterna de bambu, aqui se chamava archote não sei como é outro nome, como uma tocha com querosene no fundo, chegava lá apagava, na volta acendia e vinha. Todo mundo andava, quer dizer era divertido e acabou tudo isso, digo sempre que Vargem Grande está agonizando. [...]

São coisas que vem desde lá das pessoas que viveram essa cultura, foi se acabando, se acabando porque todo mundo foi indo embora, os mais velhos foram morrendo levando isso com eles, e assim foi. Eu passei isso para os dois filhos, muitas pessoas foram embora, as tias deles mesmo, todo mundo indo embora, tem gente em Nilópolis, em todos os lugares. Todo mundo foi indo embora e a cultura foi ficando para trás...Eu não sei como eles tiveram essa preocupação de passar para os filhos[...] Como minha sogra contava para gente, sentava na beira do fogão para contar toda a história da família. (Maria Isabel, agos. 2014.)

Em sua fala alguns elementos importantes aparecem: primeiro a importância do lugar que une os moradores dentro de uma dinâmica de interação comunitária, segundo

como o afastamento espacial gerou um distanciamento cultural dos que foram embora em relação ao grupo, terceiro a relação entre a comida, a família e a comunidade.

A comida aparece nas comemorações públicas da comunidade relacionada a formatação deste patrimônio quilombola. Na festa do dia 16 de agosto de 2014, por exemplo, a organização das barracas e dos objetos de exposição, foi planejada de modo que comida fosse privilegiada, na distribuição e venda de doces. Até mesmo na exposição de objetos frutas foram adicionadas. E no momento em que as paneladas<sup>2</sup> foram arranjadas o eixo da comemoração se deslocou para acompanhá-las.

A cultura local pode preservar seu capital simbólico, por meio da recriação de seus modos de vida e dessa forma travar em uma extensão delimitada processos mais amplos em redes tecnológicas favorecem uma lógica capitalista associada a aceleração do tempo, esfacelamento das interações sociais e continua substituição de linguagens e produtos. Quando há desterritorializado o indivíduo se obriga a produzir novos padrões culturais, lidando com essas formas de tempo e tecnologias distribuídas de forma muito desigual. Nesse sentido a memória social pode e muitas vezes serve, para pautar e formatar identidades relações sociais plurais. Existe nisso sempre uma dimensão política, relacionada ao esfacelamento da mobilização social, a produção intelectual e uma sutil camuflagem dos interesses envolvidos entre as instituições e diferentes extratos sociais. (MORAES, 2011, p. 89-92)

### **Discurso, memória e história oral**

Pierre Bourdieu usa o termo *ilusão retórica* ao se referir ao “...relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção...” (BOURDIEU, 2006, p. 185). Nesse sentido a narração da vida não existe previamente formulada, é algo construído de maneira conjunta, por meio do contato entre o entrevistador e o entrevistado. E, se por um lado o entrevistado se preocupa em contar as coisas da melhor maneira possível dando sentido e significado a sua trajetória, o entrevistador tende a receber e aceitar essa construção pela própria maneira como se dá a entrevista. Uma situação artificial em que dois seres interagem mediados por uma máquina de escrever, um gravador, um bloco de anotações, um arsenal teórico e metodológico. (PORTELLI, 2010, p.20)

---

<sup>2</sup> Como os moradores chamam as grandes panelas em que se preparam e servem cozidos que não precisam de ingredientes adicionais para serem servidos.

No texto *História Oral como gênero* Alessandro Portelli demonstra que a História Oral assim como um relato completo não existe naturalmente. Porque as coisas no cotidiano são contadas de forma fragmentada, quando surge a ocasião em pedaços, episódios, por vezes repetidos, que apesar disso, não se encontram contextualizados dentro de uma lógica biográfica. Trata-se, portanto de um discurso dialógico em que, a própria presença física do entrevistador e a forma como ele apresenta a si mesmo e sua pesquisa interferem ativamente no resultado. (PORTELLI, 2001, p. 10-11)

A memória social é segundo Moraes é material para a produção do discurso, dos símbolos e das relações. Se pode tomar, reafirmar ou recriar identidades e culturas ameaçadas, seja pela existência de outras ou por condições desfavoráveis, como reação a novas dificuldades. (MORAES, 2011, p.98)

Assim “A entrevista, implicitamente, realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos da experiência do relator a respeito dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente.” (PORTELLI, 2001, p. 12) Nesse processo, segundo ele, também o esforço de narrar é expresso pela linguagem ou “linguística socializada” que incluirá elementos da comunicação social, formas que locutor conhece o sentido e tenta aplicar em sua performance visando, por exemplo, o efeito dramático ou a empatia.

Em seu texto Portelli discute principalmente a especificidade da História Oral como gênero discursivo que entrelaça o oral e o escrito para comunicarem-se mutuamente a respeito do passado. Em que, se evidencia a consciência da historicidade do indivíduo e seu papel na história da sociedade, isso talvez inclusive faça com que a História Oral alcance sua proposta de maneira mais intensa quando lida com pessoas comuns e não necessariamente personalidades da vida pública. (PORTELLI, 2001, p. 13-14)

### **Considerações Finais**

Entre o discurso, a memória e a história oral existem também o tempo e o lugar que tornam possíveis a formatação da memória, o conhecimento e a formação do patrimônio. Tanto a experiência do tempo como a do lugar são subjetivas. Tuan encerra a obra Espaço e Lugar questionando quais as possibilidades de promover comunidades tradicionais que não possuem “símbolos visuais proeminentes”? E quais as vantagens e desvantagens deste processo? (TUAN, 1983, p. 224) Neste caso o autor está

principalmente apontando para uma reflexão que permeia os últimos capítulos do livro, os limites do conhecimento científico aplicado a prática e os limites de seu diagnóstico.

Talvez isso inclua refletir sobre os efeitos de singularizar práticas sociais, que tornam o espaço sem símbolos visuais proeminentes, lugar de manifestações tradicionais, representativas. “Os lugares podem se fazer visíveis através de inúmeros meios”. (TUAN, 1983, p. 197) disputas locais, alguma relação com a arte, edificações, belezas naturais, mas sobretudo pelas “dramatizações” que permitem apreender a identidade do lugar.

### **Bibliografia:**

- ABREU, Martha. *Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional*. In: ABREU, Martha; SOIHET, R.; GONJITO, R. (org.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 351-370.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAFÉFIL- PENSANDO BEM A ARTE E A CULTURA, 2012, Juiz de Fora. MATTA, Roberto da. *Sobre comidas e mulheres*. Texto VII. 7 p. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pensandobem/files/2012/02/CAF%C3%89FIL-2012-Texto-VII.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2015.
- FERNANDEZ, Annelise C. F. *Do sertão carioca ao parque estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2009, 373 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. In: *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- \_\_\_\_\_. “O patrimônio como categoria de pensamento”. Regina Abreu e Mario Chagas (orgs.). In: *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. pp. 21-29.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz S. *História, Memória e Patrimônio*. In: CHUVA, Márcia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 34, Brasília, 2012.
- MORAES, Nilson A. *Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentido*. In: GONDAR, J.; DOBEBEI, V (org.). *O que é Memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2011. p. 89-104.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como gênero*. Traduzido por: Maria T. J. Ribeiro. *Projeto História – história e oralidade*, São Paulo, n. 22, p. 9-37, 2001.
- TUAN, Yi-fu. *Capítulo 14 – Epílogo*. In: *Espaço e lugar: A perspectiva da Experiência*. Traduzido por: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. p. 220-224.
- \_\_\_\_\_. *Capítulo 10 – A criação do Lugar*. In: *Espaço e lugar: A perspectiva da Experiência*. Traduzido por: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983. p. 220-224.

## **A utilização de jogos eletrônicos no ensino de história: consciência histórica analisada a partir de Assassin's Creed**

**Ramon Infante Rocha**  
PPGHS - UERJ

Nesse artigo proponho uma reflexão inicial acerca do jogo Assassin's Creed, produto mercadológico sendo apropriada pelo ensino de história. E quais são as leituras de um grupo de alunos sobre o jogo, relacionando-as com as suas vidas. Essa pesquisa ainda está em fase de conclusão, portanto ainda há questões a serem respondidas.

### **O jogo e o conhecimento**

O jogo foi por bastante tempo considerado um produto para divertimento e no campo do ensino da história é pouco explorado enquanto problematizador do conhecimento, porém o jogo tem um potencial criativo enorme e pode contribuir em inúmeras situações para que o conhecimento seja desafiado e aperfeiçoado.

Fortuna ao fazer uma breve revisão das palavras jogo e brincadeira, mostra que etimológica e historicamente essas palavras fazem uma associação com o caráter de ornamento e alegria. O que, ainda segundo a autora, levaria essas palavras a terem uma depreciação do status social, uma vez que estariam ligados a inconseqüência, a imprudência e o prazer.

Ainda em seu raciocínio, Fortuna mostra algumas expressões utilizadas no nosso cotidiano que também propiciam a depreciação dessas palavras, como “jogo de interesses” e “só de brincadeira”.

A partir dessa análise pode-se chegar à conclusão que o jogo se torna um entrave para o conhecimento, em senso comum, mas o jogo é muito mais do que isso. Tomamos como base a concepção, utilizada por diversos autores, de que o jogo é uma atividade fundamental na vida do ser humano.

Uma das primeiras experiências interativas com o mundo que a criança desenvolve é através da brincadeira, é a partir dela que o mundo vai ganhando sons, imagens, letras e formas. O jogo também se faz presente para desenvolver a inteligência, a criatividade, o simbolismo, a emoção e a imaginação.

O jogo pode ser utilizado de duas formas possíveis quando se fala em ensinar através do jogo. Uma possibilidade é de ele ser a ferramenta leve até o conhecimento. E a outra, ao qual tentarei me deter melhor ao longo desse artigo, é o jogo como uma enquanto problematizador e estimulador de reflexão.

Em relação a segunda forma de utilizar o jogo é pensar que nos jogos que não tem por objetivo ensinar algo, como os jogos de vídeo game, entendendo que eles são um produto mercadológico, e que por sua vez traz uma série de concepções ideológicas por detrás que devem ser analisadas.

Para ilustrar essa situação, estava lecionando uma aula sobre Grécia Antiga no sexto ano, e o objetivo era falar um pouco sobre mitologia grega. Sabemos que sobre essa temática existem diversos outros meios, para além da sala de aula do aluno se informar. Em determinado mito grego, um aluno pediu a palavra para falar sobre uma personagem: kratos. E demonstrou ter informações sobre o jogo God of War, que em livre tradução seria Deus da Guerra. Com isso, precisei trazer para minha aula outros tipos de fontes, outras formas de conhecimento para poder debater com os alunos e desconstruir algumas partes do jogo.

### **A análise do jogo Assassin's Creed**

Rüsen abre o olhar para a produção de conhecimento histórico produzido fora da escola, em alguns casos por não historiadores, que buscam voltar ao passado com os mais variados objetivos possíveis. Essa cultura histórica, como define (SCHMIDT, 2012, p. 96) “é uma categoria de análise que permite compreender a produção e usos da história no espaço público na sociedade atual”.

Dentro de este olhar se insere o jogo criado pela empresa francesa UBISOFT. A franquia de jogos chamada Assassin's Creed, ou em livre tradução para o português Credo dos Assassinos, busca trazer uma nova realidade para o jogador, uma imersão em uma história, jogar em primeira pessoa.

A franquia Assassin's Creed possui uma série de jogos ambientados em diferentes temporalidades, desde a Idade Média, na Terceira Cruzada, até a Revolução Industrial, com os sindicatos de trabalhadores.

Os primeiros jogos do Assassin's Creed se passam na Idade Média, mais especificamente durante a 3ª Cruzada. Em seguida a empresa lança outros jogos relativos a Idade Moderna com o fundo de cena do Renascimento, a Revolução Americana, Guerra dos Sete Anos. E também a UBISOFT produziu jogos que estão na temporalidade da História Contemporânea, como o da Revolução Francesa.

Em consonância com Silva, no sentido de perceber que o jogo analisado durante essa pesquisa é um produto cultural, percebe-se um projeto ideológico relativo a História, no sentido de apresentar representações sobre os períodos da história, tempos, modos de vida, as relações.

No caso específico do Assassin's Creed o modelo de História apresentado é o quadripartite francês. Este modelo se encaixa aos moldes do currículo educacional brasileiro, que copia o modelo curricular francês. Para Porto, a adoção do modelo quadripartite francês, que divide a História em História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea, é uma herança para o currículo nacional brasileiro em História. Assim, todos os marcos utilizados no jogo Assassin's Creed são ligados a essa divisão da História.

Percebe-se com isso que existe um modelo ideológico sobre a História nesses jogos, uma história que se passa no hemisfério norte, de modelo francês onde existe um herói/heroína, da Ordem dos Assassinos, que busca romper o poder da Ordem dos Templários.

Ao se assemelhar na questão do modelo de divisão da História, o jogo e a sala de aula se esbarram e por vezes se confrontam. E nesse momento é que o conhecimento é construído, quando há esse choque de informações problematizadas.

No próximo tópico abordaremos a questão da pesquisa empírica acerca da consciência histórica e as análises que alguns alunos fizeram sobre o jogo Assassin's Creed.

### **A pesquisa empírica e algumas reflexões acerca do jogo Assassin's Creed.**

Para essa pesquisa empírica observei um colégio em Niterói, em um bairro periférico da cidade, mas que devido algumas particularidades da escola tem um corpo discente proveniente de classes médias da região de Niterói e São Gonçalo.

Metodologicamente busquei abrir diversas formas de trabalho: primeiro fui até as salas de aula e apresentei o trabalho que eu buscava fazer, o que já empolgou os alunos visivelmente. O segundo passo foi montar um questionário introdutório para identificar os alunos que jogavam jogos eletrônicos e conhece-los um pouco melhor. Esse questionário foi realizado com todos os 131 alunos das 5 turmas de 7º e 8º anos que a escola possui. Após a identificação dos alunos que jogavam especificamente Assassin's Creed comecei uma rodada de entrevistas com esses 33 alunos que confirmaram que jogavam o jogo analisado nessa pesquisa. A partir dessa entrevista, selecionei as três com mais reflexões para analisar. Para fins de entendimento chamarei os alunos analisados de aluno 01, aluno 02 e aluno 03.

Houve um caso interessante de ser relatado, foi de um menino que respondeu que jogava o Assassin's Creed e que quando foi para a entrevista comigo, fomos começando a conversar e quando entramos na parte da análise do jogo percebi que ele nunca o havia jogado. Indagado se efetivamente ele conhecia o jogo, ele respondeu que nunca havia jogado, mas que ele achou que fosse uma grande brincadeira, por que uma pesquisa acadêmica sobre história não poderia estudar algo que fosse do agrado dos adolescentes. Explique para ele que era sério, que estava analisando como o jogo pode problematizar o conhecimento histórico, ele ficou espantado, pediu desculpas e se retirou.

A partir desse episódio, comecei a indagar aos próximos alunos se eles acham que seria interessante que o professor trouxesse um jogo para a sala de aula, e que esse jogo pudesse ser jogado. Os alunos analisados até então disseram que achavam difícil disso ocorrer porque seria uma desordem coletiva ou, só daria certo se o professor ficasse brigando com os alunos o tempo todo.

Penso que para uma futura reflexão seria interessante avaliar como os alunos, não só dessa escola, mas de uma forma geral, veem essa distinção, entre o sério e a brincadeira em sala de aula.



Essa determinada escola tem como foco aprovação em concursos: militares e civis. Isso dá aos alunos uma característica diferenciada de outros alunos de escolas regulares. Dessa forma, inclusive o currículo das disciplinas, e em especial o de história, é alterado para adequar-se aos editais de concurso. Posto isso, é importante salientar que esses alunos, durante os estudos de história, são apresentados aos conteúdos de forma tradicional e, por vezes a reflexão social fica para segundo. Um exemplo disso é em relação ao Regime civil-militar brasileiro (1964-1985). Um dos professores de história relatou que devido às turmas serem formadas para concurso, os alunos que são preparados para concursos militares veem o regime civil-militar sob três eixos, política, sociedade e economia; os abusos, torturas e os direitos humanos são deixados de lado.

Nesse momento procurarei mostrar como que o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos se dá nessas diversas relações com a sociedade: através do jogo *Assassin's Creed* relacionando com os conhecimentos do conteúdo ensinado em sala de aula na disciplina histórica e seus conhecimentos de mundo e de vida.

Rüsen define consciência histórica como: "...operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência de evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo."<sup>1</sup>

Segundo a tipologia da consciência histórica, definida pelo autor, existem quatro diferentes modelos: tradicional, exemplar, crítico e genética. Essa tipologia ideal, para o autor, é uma questão de organização, mas a ideia da consciência histórica é bastante complexa. Destaco que, para o autor, a consciência histórica não é fixa, ela é transitória, dependendo da situação. Uma mesma pessoa pode apresentar diferentes níveis de consciência e transitar por mais de uma consciência histórica em relação ao mesmo tema.

O autor analisa alguns quesitos que levam o levam a enquadrar em um dos quatro tipos de consciência histórica, são eles: experiência do tempo, formas de significação histórica, orientação da vida exterior, orientação da vida interior, relação com valores morais e relação com o raciocínio moral.

---

<sup>1</sup> RÜSEN, Jörn. Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende Martins – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 57.

Com o desenvolvimento da pesquisa pude observar em relação as perguntas e falas dos estudantes, muitos ainda se encontram principalmente no estágio da consciência tradicional, com poucas exceções na consciência exemplar e na consciência histórica crítica.

As análises abaixo estão divididas tal como Rüsen as categoriza. Ainda não foi possível fazer uma análise de todas as categorias estabelecidas pelo autor até o presente momento, mas isso, como já foi salientado na introdução desse trabalho, terá prosseguimento em uma próxima etapa.

### Experiência do tempo

Em relação às experiências do tempo, ficou bastante claro que dois dos três estudantes pesquisados se enquadram no tipo tradicional de consciência histórica, uma vez que se deixam orientar pela repetição de um modelo cultural previamente determinado.

Foi pedido para que os participantes da pesquisa fizessem um exercício que comparasse o sistema de valores que existiam nas Ordens dos Assassinos e a dos Templários, ambas relacionadas com o nosso sistema de valores. E, nesse exercício não foi apresentada nenhuma argumentação que levasse a conclusão para outro tipo de consciência.

Eles argumentaram que dentre esses diversos episódios do Assassin's Creed, e nosso sistema de condutas são bem próximos.

### Formas de significação histórica

Para analisar as formas de significação histórica, busquei compreender se os três estudantes relacionavam o comportamento dos personagens com o comportamento de hoje em dia, buscando uma relação passado/presente. O que me permitiu checar como eles percebem os modelos culturais atuais.

O estudante 02 chegou a conclusão de que os comportamentos existentes em alguns personagens de Assassin's Creed, como matar, assaltar e fazer o mal para pessoas. E ele mostrou que isso alguns desses comportamentos não são tão condenáveis, dependendo da situação. Como por exemplo, para ajudar a família em alguma situação. Essa relativização, em minha análise, traz à tona uma possível consciência histórica crítica.

Já os estudantes 01 e 03 apresentaram argumentos de que era inviável um tipo de comportamento como os descritos acima, sendo que ambos deixaram claro que alguns valores não têm temporalidade, que eles permanecem ao longo da existência humana, claramente constitui consciência histórica exemplar.

Essa questão impõe uma reflexão acerca da violência, cultura do medo e como isso atinge a escola.

Para Silveira a cultura do medo altera o território, o tecido urbano e também o comportamento individual, visto que essa cultura do medo interfere na vida cotidiana da população, que passa a viver com medo, sem saber o que acontece fora de casa e dentro dela também. A principal característica da cultura do medo é o sentimento de insegurança, provocado por percepções distorcidas do real, direcionadas por setores midiáticos, principalmente, cujos interesses é o controle social e a obtenção de lucro.

#### Orientação da vida exterior

Nesse quesito, os três estudantes tiveram respostas bem aproximadas. Afirmando que ninguém, independente de classe social, posição econômica ou participação política, todos devem respeitar a ordem social vigente. Porém entendem a posição dos “rebeldes”, segundo o estudante 01, da Ordem dos Assassinos, ao se rebelarem contra a sociedade comandada pelos Templários.

Apesar de levarem a cabo essa conclusão do entendimento da insurgência da Ordem dos Assassinos, não creio que se pode dizer que eles possuem, para esse quesito, uma consciência histórica crítica, uma vez que todos eles afirmaram que é preciso respeitar a ordem social vigente. Levando-me a crer que adotam uma postura relacionada a tipologia tradicional.

#### Relação com os valores morais

Quando perguntados acerca da relação entre a Ordem dos Templários e a Ordem dos Assassinos, se havia uma dualidade, uma luta do bem contra o mal. As respostas dos alunos demonstravam que eles pouco viam esse maniqueísmo e, ainda além, os três estudantes chegaram a relativizar essa concepção alegando que mesmo que a Ordem dos Assassinos seja a visão do bem, eles têm comportamentos considerados errados, como matar pessoas. O estudante 03 completou dizendo que os Templários não eram malvados, eles tinham por objetivo a paz, porém usavam um método errado.

Com isso é claro que, em relação aos valores morais, os três estudantes apresentam consciência histórica exemplar. Haja vista que, apesar de não haver nesse caso o bem e o mal, existe certo e um errado, e esse valor moral serve para todos, sem distinção.

### **Considerações finais:**

Percebendo o jogo com problematizador do conhecimento, o professor se sente desafiado pelo aprendizado que o jogo oportuniza para o aluno e, com isso o professor precisa estar atento para o modelo que esse produto comercial apresenta para poder complexificar esse jogo enquanto produto de uma indústria mercadológica.

Esses jogos têm por objetivo imergir o jogador nessa narrativa, e isso produz aos alunos um sentido de presença, os alunos/jogadores se sentem parte dessa história, participantes desses acontecimentos.

Com essa complexidade de conhecimentos oportunizada também pelo jogo pode-se observar a orientação do tempo, que é tão cara as análises do Rüsen e com isso procurar perceber em qual estágio de desenvolvimento relativa a consciência histórica se encontram aqueles alunos.

### **Bibliografia:**

- FORTUNA, Tânia. Brincar é aprender. In: GIACOMONI, Marcello; PEREIRA, Nilton. (orgs). Jogos e ensino de história. Porto Alegre, 2013. Evangraf. p. 63-98
- PORTO, Ana Luiza Araújo. Entre Práticas e Saberes Históricos: Um diálogo entre o ensino de História Contemporânea e as teorias curriculares pós-críticas. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.
- RÜSEN, Jörn. Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende Martins – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica. Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 1, jan./jun. 2012. p. 91-104
- SILVA, Cristiani Bereta da. Jogos digitais e outras metanarrativas históricas na elaboração do conhecimento histórico por adolescentes. Revista Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 925-946
- SILVEIRA, Felipe Lazzari da. A cultura do medo e a sua contribuição para a proliferação da criminalidade. 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria, 2013. p. 295 – 309.

## **Honra, virtude, recolhimento e clausura na Goa setecentista: uma breve análise do cisma no Convento de Santa Mônica.**

**Rozely Menezes Vagas Oliveira**  
**Doutoranda / bolsa FAPERJ**

### **Introdução:**

Ao fundar o Convento de Santa Mônica de Goa, o então arcebispo, D. Fr. Aleixo de Menezes, fechava sua tríade de assistência à mulher de origem portuguesa no Oriente português de princípios do século XVII. O convento deveria ser visto como território sagrado, formador de dedicadas e virtuosas esposas de Cristo, verdadeiros modelos de perfeição. Contudo, nem sempre as freiras agostinianas foram vistas de tal maneira por seus contemporâneos. Pelo menos em dois momentos da existência da instituição ocorreram conflitos com os poderes locais.

O primeiro se estabeleceu entre o convento e a Câmara nos primeiros anos de funcionamento da instituição religiosa, que perdurou de forma mais direta até o convento receber o título régio, em 1636. A segunda divergência ocorreu na primeira metade dos setecentos, com o arcebispo D. Fr. Inácio de Santa Teresa e é sobre este segundo conflito que o presente trabalho se debruçará, a fim de entender a importância da quebra da clausura que ocorreu durante o mesmo.

### **Honra, virtude e recolhimento: a importância da clausura.**

Observância aos votos e a espiritualidade da religiosa são essenciais para a compreensão da vida conventual. Ao entrar para a vida monástica, uma mulher deveria fazer sua profissão de fé, enquanto também faria seus votos solenes de pobreza, castidade, obediência e clausura. O voto da obediência significa a renúncia da própria vontade de uma pessoa para se tornar completamente submissa ao comando do prelado ou da priora do convento. A freira deveria ter uma obediência cega aos seus superiores, tendo o sim de Nossa Senhora como maior exemplo de obediência. A paciência e a humildade seriam as virtudes que caminhariam lado a lado com este voto.

Já a clausura, voto feito majoritariamente pelas ordens femininas, tinha o significado de abdicar de toda a vida levada fora do convento e prometer a passar o resto da vida dentro dos muros do convento sem nenhuma comunicação com o mundo externo.

Nem sempre seguida, a clausura se tornou um voto formal a partir do Concílio de Trento, sendo nos decretos sobre as religiosas a palavra-chave para a preservação da moral cristã. Portanto, no capítulo V foi decretado que:

manda a todos os Bispos: que procurem com diligência restituir a Clausura das Religiosas onde ela estiver violada, e cuidem muito em a conservar, onde estiver inviolada, em todos os Mosteiros [...] obrigando os desobedientes, e adversários com Censuras Eclesiásticas, e outras penas, desprezada qualquer apelação; e invocando também para isto, se for necessário, o braço secular. (IGREJA CATÓLICA, 1781, pp. 367 e 369)

O capítulo continuou proibindo, explicitamente, às religiosas de deixarem o mosteiro por qualquer motivo após a profissão de fé, que não fosse uma causa legítima aprovada pelo bispo. Também foi extinta a visita de qualquer pessoa nos claustros sob pena de excomunhão – fosse parente próximo, nobre, homem ou mulher –, a não ser que o bispo autorizasse e esse, por sua vez, só poderia autorizar em casos extremos. Para entender o novo fervor que a Igreja tentou dar – e por vezes conseguiu nas novas ordens – à clausura é preciso também compreender o conceito de “recolhimento” que surge no contexto de renovação espiritual. A propósito, há um conjunto de termos que se interligam quando se trata de clausura feminina: o próprio termo de clausura e mais os de recolhimento, honra e virtude. Esse quarteto se interliga na formação do ideal feminino traçado e difundido pela Igreja pós-tridentina.

O conceito de recolhimento, como defendeu Nancy van Deusen, possuiu três significâncias, “um conceito teológico, uma virtude e uma prática institucional” que “foram redefinidos e reconstituídos de acordo como eles se moveram de um momento e local histórico para outro” (DEUSEN, 2001, pp. 1-2; tradução própria). Ou seja, iniciado com uma significação, o conceito com o tempo foi agregando outros significados e apropriações de acordo com a realidade da sociedade em que era aplicado. O conceito teológico foi criado, no século XVI, pelo franciscano Fr. Francisco de Osuna, com seu *Terceiro abecedário espiritual* (DEUSEN, 2001, p. 17). Nesta obra, que se tornou base para a espiritualidade mística do século de ouro espanhol, o franciscano defendia uma vida totalmente afastada do mundo, o esvaziar-se de tudo para permitir que somente Deus pudesse agir na vida do recolhido, tornando-se necessária uma contemplação espiritual mais profunda, uma interiorização do indivíduo.

Entretanto, frei Osuna não direcionou seus escritos somente para o clero, ele também intencionava alcançar os leigos e, ao fazer isso uniu o conceito teológico recém-

construído a uma noção moral e institucional. Segundo Deusen, foi com o segundo livro do frei, *Norte dos estados*, publicado em 1531, que pôde-se notar seu primeiro intento em utilizar o conceito de recolhimento como uma virtude moral e normativa para as mulheres (DEUSEN, 2001, p. 20). Sendo assim, o recolhimento passou a significar também um meio de tirar a mulher da visibilidade para que não atraísse olhares lascivos nem a levasse ao pecado.

Com isso, as instituições de recolhimento criadas serviam para educar, para preparar a mulher para o casamento, para protegê-la na ausência do representante masculino da família, para corrigi-la em caso de subversão ou para que seguisse a vida religiosa, com ou sem votos solenes (DEUSEN, 2001, pp. 8-9). As autoridades religiosas e civis, se apropriando do conceito criado por Osuna, produziam com essas instituições uma ordem social e definiam o que era anômalo e o que era aceito.

Os conceitos de honra e virtude, por sua vez, possuíam significados bastante diferentes nas suas origens. Honra vem do latim *honor*, que deu origem a honorário e honorífico, enquanto, virtude vem do latim *vir*, que significa ‘homem forte’, viril. Com o tempo os dois termos foram vinculados a partir das reflexões de filósofos gregos e romanos. Leila Algranti indicou que com os santos padres do princípio do cristianismo, os dois conceitos adquiriram um vínculo mais conferido à prática social do que pela lógica de cada um (ALGRANTI, 1993, p. 111).

A honra se tornou a recompensa pública do homem virtuoso. Uma representação do social, já que o virtuoso comportava-se com moderação e bons atos, reprimindo seus impulsos e agindo com a razão diante dos outros. A honra seria um efeito da virtude. Apesar dos diferentes significados no contexto masculino e de sua ligação de “causa e efeito”, honra e virtude adquiriram uma conotação de igualdade para o universo feminino. O ideal de mulher virtuosa permaneceu durante séculos como a casta, a pura ou a fiel ao marido, ou seja, uma mulher honrada. Ambos os conceitos adquiriram um valor estritamente moral vinculado à preservação da castidade ou da fidelidade (ALGRANTI, 1993, p. 112).

Manter a honra era preservar a boa opinião pública e definir sua posição na sociedade. Daí a clausura e o recolhimento serem tão intimamente ligados aos valores de honra e virtude, pois somente afastando a mulher dos perigos do mundo suas virtudes poderiam ser mantidas. Uma mulher honrada não deveria ficar exposta, mas sim recolhida

no interior de seu lar, de um recolhimento ou de um convento. O problema se configurava quando essas mulheres passavam a desviarem do ideal que havia sido imposto a elas, quando quebravam os votos de modo que escandalizassem a sociedade e desonrassem as suas famílias ou a Igreja.

### **O conflito das Mônicas de Goa e a quebra da clausura**

Conforme relatou Leopoldo da Rocha, houve três momentos em que as freiras agostinianas tiveram que quebrar seus votos de clausura. O primeiro ocorreu em 1636, na ocasião do incêndio que, praticamente, destruiu todo o convento e elas tiveram que se refugiar no mosteiro dos agostinianos. O último, em 1739, se deu na invasão dos Maratas à Goa, quando elas se viram obrigadas a fugir para o Mormugão (ROCHA, 1992, p. 116). Ambos sucedidos em situações críticas e de risco à vida das religiosas. Contudo, a quebra do voto que ocorreu em 1732 teve uma característica diferente. Essa, em especial, feita por livre vontade, foi originada por um conflito entre o arcebispo de Goa e algumas freiras, que seriam vistas como desobedientes.

D. Fr. Inácio de Santa Teresa, arcebispo de Goa entre 1721 e 1740, por si já era um indivíduo de temperamento difícil. Tanto o seu período em Goa como seu bispado em Algarve foram repletos de conflitos com as missões, as ordens religiosas, enfim, os eclesiásticos, em geral. Fr. Inácio atuou em Goa objetivando reformar a arquidiocese, combater o relaxamento do clero e sua falta de instrução. Porém, suas atitudes de enfrentamento com as ordens que lá atuavam, desencadeou não só conflitos com as autoridades religiosas – exemplo foi sua relação com o bispo de Malaca, Fr. Manuel de Santo Antônio – como também o colocou no banco dos réus nos Tribunais do Santo Ofício de Goa e de Lisboa, em 1725, por jansenismo. Somente após 12 anos de processo, foi absolvido pelo Papa Clamente XII, o qual declarou que suas ideias estavam de acordo com o ditado pela Igreja e que não deveriam ser censuradas. Para Ana Maria Alves, esses conflitos foram causados pelo desrespeito à jurisdição episcopal e pela desobediência a algumas das suas determinações. Já em relação ao poder civil o problema se deu ao fato dos conselheiros e, inclusive, do vice-rei, se posicionarem a favor das ordens e contra o arcebispo. Enfim, um jogo de poderes que, por vezes, favorecia um grupo enquanto prejudicava o outro e vice-versa. (ALVES, 2012, pp. 128-129).



Foi nesse contexto, no qual se encontrava já em conflito com os jesuítas, franciscanos e o bispo de Malaca, que Frei Inácio entrou em dissonância com as mônicas ao nomear seus confessores, colocando clérigos seculares e excluindo os agostinianos, em 1723 (ALVES, 2012, p. 176). Essa ação fez com que algumas freiras recorressem várias vezes ao rei, cuja decisão foi que deveria ser removida a dita ordem por ferir o estatuto da instituição, o qual determinava que os confessores fossem sempre agostinianos. Outro ponto de discórdia foi a nomeação dos procuradores. As freiras estavam habituadas a escolherem procuradores agostinhos, ao arcebispo cabia, simplesmente, aprová-los. Com o novo prelado, foram nomeados cónegos da Sé que para as freiras não desempenharam um bom serviço (ALVES, 2012, p. 177).

Nos anos 1729 e 1730, em visitas episcopais realizadas no convento, o arcebispo disse ter encontrado muitas atitudes consideradas impróprias para esposas de Cristo, como larga comunicação com seus irmãos de ordem – fosse por cartas, acenos públicos ou por ações furtivas. Na primeira visita agiu de forma branda, não punindo ninguém. Entretanto, na segunda, como os desvios persistiam e devido à gravidade do escândalo, penalizou-as mandando prender nas celas as três religiosas consideradas as mais devassas e castigando outras duas de forma mais amena. Quanto à abadessa, o prelado decidiu suspendê-la de seu cargo por um tempo, por causa de seu consentimento com as atitudes das demais.

Essa ação foi criando um abismo entres as religiosas, onde de um lado se posicionaram as que lhe eram obedientes e, do outro, as dissidentes. As freiras sentenciadas aliaram-se ao bispo de Malaca na luta contra o arcebispo e iniciaram uma perseguição dentro do claustro às religiosas obedientes que seguiam as diretrizes do arcebispado. De acordo com o estudo de Leopoldo da Rocha, em 1734, as desobedientes eram 51, enquanto as outras não chegavam a 29, num total de 92 freiras (ROCHA, 1979, p. 255).

O convívio dentro do convento tornou-se complicado, algumas freiras foram se queixar aos governadores que não conseguiam confessar e comungar, enquanto as dissidentes criavam problemas com as freiras obedientes. O conflito foi tomando tamanha proporção que ambos os lados acusavam-se mutuamente, primeiramente ao vice-rei e, posteriormente, ao rei. Nas correspondências ao vice-rei D. João de Saldanha da Gama, as freiras dissidentes – representadas pela priora Sor. Madalena de Santo Agostinho –

reclamavam de Fr. Inácio ter causado a desunião da comunidade e informavam que sabiam do conflito entre este e o bispo de Malaca. Nas cartas enviadas ao rei, culpavam o arcebispo de comportamento imoral, entrada no convento em demasia que era proibido pelas constituições, práticas indecorosas e uma relação suspeita com a subpriora, Sor. Inácia da Anunciação, representante das obedientes. Enquanto isso, o arcebispo aumentava a rigidez de suas ações ao eleger uma nova priora (MENDES, 2012, p. 103).

A eleição da Madre Brites do Sacramento resultou no abandono do claustro pela facção contrária ao arcebispo, em maio de 1732. Este ato foi uma ofensa direta, pois significava uma ruptura com o voto da clausura e uma ameaça à honra e virtude do convento, o que causou enorme escândalo. Durante o período em que as desobedientes estiveram abrigadas na fortaleza de Goa, tanto elas quanto o arcebispo usaram as armas que possuíam para minuar o poder do outro e trazer a maior quantidade de adeptos para sua causa. A priora dissidente continuou a difamar o prelado e a sua relação com Sor. Inácia, justificando a atitude extrema de deixar o convento. O bispo de Malaca, em apoio às desobedientes, excomungou a dita freira e duas companheiras dela. O vice-rei, mesmo antes de deixar o poder, estimulou o grupo a persistirem no seu posicionamento contrário ao arcebispo (MENDES, 2012, p. 101).

Mesmo com seu incentivo, a saída de cena de Saldanha da Gama trouxe ao prelado uma nova posição na querela. Fr. Inácio passou a fazer parte do triunvirato que governou Goa até a vinda do próximo governador. Posição essa que o arcebispo aproveitou para reafirmar seu poder sobre as mônicas, dando continuidade ao embate até outubro quando chegou o novo vice-rei. D. Pedro de Mascarenhas ao assumir o cargo se estabeleceu como o moderador do conflito, iniciando uma nova fase. Embora com atitudes dúbias, que ora recaíam a favor das freiras ora a favor do arcebispo, o novo vice-rei conseguiu que as freiras desobedientes pelo menos voltassem para o claustro.

O retorno se deu em novembro do mesmo ano, após o prelado ter aceitado as condições impostas pelas rebeldes. Dentre essas exigências estavam: a entrega do governo do convento a dois inquisidores; a manutenção de todas as freiras nos cargos que ocupavam anteriormente; a volta de todas as criadas; e sem imposição de castigos às rebeldes (MENDES, 2012, p. 105). As pretensões funcionaram como chantagem, pois elas se comprometiam a voltar ao claustro assim que lhe fossem concedido o solicitado. Essas condições demonstram como essas mulheres tinham autoconhecimento do poder

que podiam exercer, provavelmente consequência de sua origem fidalga. Demonstra também como elas defendiam seus interesses, sabendo usar as estratégias que possuíam para alcançar seus objetivos.

É possível observar o uso deliberado da relativa autonomia que tinham, ao constatar que após terem retornado à clausura as desavenças entre os grupos de freiras persistiram. As dissidentes continuaram com seu posicionamento hostil em relação ao arcebispo e as freiras obedientes. Persistiram em não aceitar a nova priora eleita, afinal Sor. Madalena continuava a ser vista como priora. Em consequência, foram tomando conta, paulatinamente, dos locais do convento, como as oficinas e portarias. As obedientes reclamavam que o grupo não tinha sofrido nenhum castigo, que estava dominando o convento e tornando as suas vidas num tormento, pois sofriam muitas represálias dentro do claustro.

Aos poucos o arcebispo – talvez cansado das pressões que vinham de todos os lados – foi concedendo poderes às freiras desobedientes. Inclusive, em uma pastoral de 1737, se comprometia em fazer nova eleição para priora se as freiras cumprissem seus votos de obediência e silêncio (MENDES, 2012, p. 111). Esse clima de tensão e embate chegou ao fim, quando, em princípios de 1738, é possível observar mais uma vez o papel decisivo do vice-rei. Sob sua grande influência, Sor. Madalena acabou por assentir em obedecer ao arcebispo por definitivo e se comprometeu em não mais atormentar as outras irmãs (ALVES, 2012, p. 194).

### **Considerações finais**

De todo esse episódio pode-se concluir que as mônicas tinham ciência de seu relativo poder e se utilizaram dele para tentar obter o que queriam. Elas tinham o apoio dos jesuítas e dos agostinhos que, para as animarem na rebeldia, informavam-lhes que tinham o apoio do reino. O bispo de Malaca também as defendeu, objetivando unir mais uma força para minar a jurisdição do arcebispo. E, quando viu-se necessário, recorreram à outra instituição religiosa, a Inquisição de Goa – em cujo lugar corria um processo contra o prelado – para que esta lhes favorecesse, defendendo suas constituições. Essa consciência da riqueza e da elite às quais pertenciam fundamentaram um forte suporte na defesa do que acreditavam serem seus direitos, comprovando assim que elas não eram

meros modelos de perfeição como ditava a Igreja. Mas sim que elas podiam e sabiam como agir nas disputas por privilégios que caracterizavam a sociedade do Antigo Regime.

Entretanto, o período de um pouco mais de seis meses que estiveram fora da clausura também trouxeram desgaste para a imagem de santidade das freiras. Embora as refugiadas tenham utilizado o argumento de estarem se defendendo da tirania do arcebispo, elas ficaram expostas também aos mexericos e rumores do que estivera acontecendo enquanto permaneceram na fortaleza de Goa. Além de serem excomungadas por frei Inácio e ficarem proibidas de confessar e comungar, foram narrados por madre Brites casos de amor entre algumas freiras e homens civis durante o tempo em que estiveram na fortaleza e que estas ainda tentavam entrar em contato com eles após terem voltado para o convento (ALVES, 2012, p. 187). Tendo em vista que as elites locais coloniais foram motivadas pela debilidade moral do mundo (que a Igreja divulgava em seus escritos e sermões do clero) a planejar e criar locais estruturados que redefiniam e aplicavam a prática do recolhimento nas políticas educacionais femininas, nos casamentos e na fundação de conventos, a preocupação residia em que a comunidade terminasse perdendo o crédito e que fossem vistas como relaxadas.

### **Fontes e Bibliografia:**

- ALGRANTI, Leila. *Honradas e devotas: mulheres na Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.
- ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. “O Reyno de Deos e a sua Justiça”: Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751). Tese de Doutorado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- DEUSEN, Nancy E. van. *Between the Sacred and the Wordly: The Institutional and Cultural Practice of Recogimento in Colonial Lima*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- IGREJA CATÓLICA. *Concílio de Trento, 1545-1563. O Sacrosanto e ecumenico Concilio de Trento em Latim e Portuguez. 2 Tomos*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1781.
- LAVRIN, Asunción. *Brides of Christ: conventual life in Colonial Mexico*. Stanford: Stanford University Press, 2008.
- LAVRIN, Asunción. *Espiritualidad en el claustro novohispano del siglo XVII*. In: *Colonial Latin American Review*. Vol. 4, nº 2, 1995.
- MENDES, José Maria. *Inácio de Santa Teresa: construindo a biografia de um arcebispo*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2012.
- ROCHA, Leopoldo da. “Uma página inédita do Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa (1730-1734) e achegas para a história do padre nativo”. In: *Sep. de Mare Liberum*, nº 17, 1979.

ROCHA, Leopoldo da. "What the chronicler missed about Santa Monica of Goa: the untold story of a rebellion (1730-1734)". In: *Indian Church History Review*, n° 26/2, 1992.

## **Hermes da Fonseca e o Movimento Operário: a “questão social” na Primeira República.**

**Sayonara Faria Sisquim  
Mestranda**

“(…) só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a noção e tem como instrumento e símbolo o Estado. (...) Entretanto, se o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se entende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora encolhe o campo político.” (RÈMOND, 1996, p.442).

O presente artigo tem por objetivo o estudo das relações entre o Estado e o movimento operário na Primeira República, através da análise das relações de poder entre o Estado, representado pela figura do então Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, e o movimento operário, em particular os representantes da corrente do sindicalismo reformista, por seu apoio à campanha de Hermes da Fonseca em 1910.

(VISCARDI, 2001, p.45) defende que o Estado republicano, em sua primeira etapa, era muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista.

Nesse sentido, chamamos a atenção para a historiografia atual sobre a nova reflexão: a problematização do discurso predominante do consenso entre as oligarquias. Um novo olhar sobre o período da Primeira República, o reinterpreta como palco de discordância e disputas entre as oligarquias e também, destaca a existência dos movimentos dos trabalhadores, que, através do movimento sindical mobilizaram inúmeras greves e manifestações coletivas, evidenciando a complexa relação de poder entre o Estado e a organização operária no período.

Era uma época em que as questões sociais eram entendidas pelo Estado, na maioria das vezes, como “caso de polícia.” (MESTRINER, 2001, p.16) destaca que na Primeira República, proteger-se era uma questão do próprio indivíduo, sendo os direitos do trabalhador quase inexistentes. As primeiras formas de organização operária surgiram desse vácuo do Estado, na organização dos trabalhadores, a partir da segunda metade do século XIX, em sociedades beneficentes de ajuda mútua, as conhecidas mutuais.

No início do movimento operário os trabalhadores urbanos livres mais qualificados - geralmente exercendo ofícios artesanais- passaram a se organizar em sociedades beneficentes de ajuda mútua. (VISCARDI, 2007, p.24) defende que as sociedades de socorros mútuos funcionavam como organizações cooperativas, marcadas pelos laços horizontais de solidariedade. Nessas sociedades, os operários se auxiliavam em caso de doença, de incapacitação para o trabalho por causa de acidentes, além de custear despesas em caso de desemprego e de funeral, etc. O mutualismo funcionava como locus de agregação de identidades e interesses compartilhados, reforçando os laços de solidariedade horizontais e edificando espaços de sociabilidade e lazer para os seus integrantes.

Entender a importância das mutuais como lugar privilegiado na formação das identidades de classe e interesse coletivo dos trabalhadores no primeiro momento do movimento operário no Brasil é de relevante importância para entendermos a formação dos sindicatos de ofício (ou associações por ofício) e suas ideias.

Entretanto, se em um primeiro momento as mutuais eram espaço de sociabilidade e de lazer, em um segundo momento, as mutuais passaram a se enquadrar às novas demandas com relação à industrialização do país, formando as associações operárias voltadas para a mobilização na busca por direitos: o sindicato operário.

Essas novas organizações sociais – os sindicatos - nasceram com as qualificações mais diferentes: grêmios, liga, associação, centro, sociedade, união e sindicato. (BATALHA, 2000, p.15) Com frequência, na denominação havia a qualificação “de resistência”, para enfatizar sua diferença com relação às sociedades mutualistas consideradas “beneficentes”.

Basicamente, podemos identificar três tipos de sindicatos ou “associações de resistência” no início do século XX no Brasil republicano: os sindicatos de indústria ou ramo de atividade, as associações pluriprofissionais e as associações por ofício, sendo essa última, a que mais interessa, pois, segundo Batalha:

Os sindicatos por ofício constituíram a base da organização operária na Primeira República, sendo o tipo de organização predominante e tendendo a ser a forma priorizada pelo movimento operário, pelo menos até a segunda metade dos anos de 1910 ( BATALHA, 2000, P.17).

Do ponto de vista social e político do processo de industrialização no Brasil e no mundo, o operário se encontrou, desde o início numa posição antagônica<sup>1</sup> ao Estado, pois o entendia como representante da classe burguesa, proprietária dos meios de produção necessários à realização do seu trabalho.

Diante do posicionamento antagônico, e através da mobilização sindical, os operários passaram a enfrentar questões relacionadas ao direito trabalhista tais como: a jornada de oito horas, melhores condições de trabalho, os baixos salários, a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, as horas-extras, além de condições dignas de moradia, dentre outras.

Com relação às ideologias no campo da luta sindical<sup>2</sup>, no início do século XX, houve basicamente duas concepções da prática sindical: o sindicalismo de ação direta e o sindicalismo reformista, pois segundo Konder:

Apareceram, então, dois pólos distintos: um constituído pela social democracia, que estava organizada em torno da Segunda Internacional, inspirada nas posições de Marx, Engels, Kautski, Lassalle, Bebel etc.; o outro, composto pelo sindicalismo libertário, baseava-se no legado dos socialistas utópicos, mas se apoiava sobretudo nas concepções de Baknin, de Piotr Kropotkin e de Errico Malatesta. (KONDER. 1995,p.34)

O sindicalismo de ação direta ou revolucionário em sua origem francesa tinha nítida influência anarquista, pois considerava a greve o único instrumento para a realização da revolução social.

Já o sindicalismo reformista - ou sindicalismo amarelo ou pelego numa denominação depreciativa - era formado por diversas vertentes do socialismo, tais como: os positivistas, republicanos sociais e sindicalistas pragmáticos. Diferente do socialismo de ação, para os reformistas a greve era o último recurso, defendiam a consolidação dos ganhos dos do movimento operário através da lei. Além disso, diferente do sindicalismo

---

<sup>1</sup> DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 165-167. Sobre o antagonismo entre o Estado e o Movimento Operário podemos citar Gramsci e o que ele intitula de textura de hegemonia. Segundo o autor ao pensarmos a divisão da sociedade em classes antagônicas, é importante destacar que aqueles que ocupam o poder, mais do que a possibilidade de efetivação da opressão física, valem-se, ainda, de mecanismos de dominação ideológica. Para o autor, os intelectuais têm importância significativa no papel de organizadores da sociedade, o que ele intitula como *textura de hegemonia*.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. p. 45. Em sua abordagem sobre o campo político, considera a luta política correspondente a um debate de ideias e ideais que culminam no confronto por poder e privilégio.



revolucionário, não condenava a participação política dos seus representantes. (BATALHA, 2000, p. 39).

No Brasil da Primeira República, a ação do sindicalismo reformista foi muito relevante e mais presente na cidade do Rio de Janeiro, - apesar de estar presente também em outros estados - com uma atuação forte sindical, com destaque, para a UOP (União dos Operários Estivadores), fundada uma semana após a “Greve Geral” de 1903 e para a ARC (Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros).

O sindicalismo reformista, que defendia a ação de mediação entre trabalhadores e empregadores e o Estado, em 1910 serviu como base de apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República, que no mesmo ano subiu ao poder como o primeiro presidente militar eleito no Brasil por voto popular. (BORGES, 2011 p.52).

O apoio do sindicalismo socialista à eleição De Hermes da Fonseca em 1910 trouxe novidade às relações entre Estado e movimento operário, (BATALHA, 2000, p. 44.). Hermes da Fonseca foi o primeiro candidato à presidência a mencionar em sua plataforma a existência de um problema operário a ser resolvido e a se referir a vida difícil dos pobres, atitude que destoava da prática política da Primeira República.

Abaixo vemos o discurso de posse do então Presidente eleito Hermes da Fonseca enviado ao Congresso Nacional em 1911.

“ [...]No intuito de dar remédio ao mal que assim aflige essa digna classe, resolvi, servindo-me da lei que votastes no ano passado, mandar construir, nos terrenos da Estação Deodoro, uma vila operária, cuja primeira pedra teve a satisfação de lançar no 1º dia deste mês.[...]”<sup>3</sup>

A campanha para eleição de Hermes da Fonseca é considerada um marco para a política no Brasil, (CARONE, 1988, p.87). Distinta do modelo de política predominante até então, isto é, restrita a acordos fechados entre chefes de máquinas políticas, contou com a participação de amplos setores da sociedade brasileira, e pela primeira vez em campanhas presidenciais, com participação popular foi relevante, (BORGES, 2011, p.90).

---

<sup>3</sup> BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Mensagem de posse do Presidente Eleito Hermes da Fonseca. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/hermes-fonseca/mensagens-presidenciais>> acesso em 10/12/2014.

O jornal *Correio da Manhã*<sup>4</sup> em sua edição de número 3.149 de 1º de março de 1910, na coluna de primeira página com o título: “A’s Urnas”, assinada por Gil Vidal, codinome do Jornalista Leão Veloso, revela a importância do momento político na campanha para a presidência naquele contexto histórico:

“Exerce hoje o povo brasileiro a maior de suas funções políticas – a eleição de seu primeiro magistrado. E, em vinte anos de regimen republicano, pôde-se dizer que, pela primeira vez, o povo a exerce. Até agora as eleições presidenciais, resolvidas aqui, no centro, pelos próceres da politiquice, eram homologadas pelos Estados, onde votação não havia e tudo se reduzia ao trabalho do bico de pena. Hoje, porém, o caso é outro. O eleitorado move-se e comparece aos comícios. E si o serviço de compreensão não o privar de votar conforme a sua consciência, ou o trabalho da fraude não lhe alterar ou falsificar o voto, teremos a 15 de novembro, assumindo o supremo governo da Republica, o eleito do povo e não o preferido dos politicantes.”<sup>5</sup>

Este foi um momento muito importante para a participação popular na Primeira República em um contexto de acirrada disputa entre os candidatos à presidência Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa. As ruas foram tomadas por caravanas, comícios e mobilizações em praças públicas. A imprensa, como no exemplo na citação acima, teve um papel inovador e de destaque na disputa entre os hermistas e os civilistas, servindo como ferramenta de campanha de ambos os candidatos.

O jornal *Correio da Manhã*, um jornal diário, que dizia ter como princípio a defesa do povo e a isenção de opinião, fazia uma clara oposição à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, ao qual o próprio jornal intitulava representante da espada. Já os jornais operários, por questões ideológicas, na sua maioria também não apoiavam a candidatura do Marechal, o próprio jornal “A Voz do Trabalhador” jornal da COB<sup>6</sup>,

---

<sup>4</sup> *Correio da Manhã*: Ano IX. Edição nº 3.149 de 01 de março de 1910. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>5</sup> Podemos entender como representante do povo o candidato opositor à candidatura de Hermes da Fonseca, Rui Barbosa, e o preferido dos politicantes, Hermes da Fonseca, pois o Jornal *Correio da Amanhã* se em um primeiro instante apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca, em um segundo momento, muda de posição e passa a combater violentamente à candidatura militar de Hermes da Fonseca e, com sua eleição e posse, passa a exercer forte oposição ao seu governo e aos que o representam.

<sup>6</sup> A COB foi a primeira organização operária nacional. Representou um avanço para o movimento operário no país, especialmente através de seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, publicado quinzenalmente, noticiou as lutas do proletariado de várias partes do Brasil e do mundo e conseguiu pela primeira vez coordenar e promover a troca de informações no interior do movimento. Configurou-se assim como o primeiro grande esforço de criação de uma identidade comum entre os trabalhadores do Brasil. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFEDERA%C3%87%C3%83O%20OPER%C3%81RIA%20BRASILEIRA%20\(COB\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFEDERA%C3%87%C3%83O%20OPER%C3%81RIA%20BRASILEIRA%20(COB).pdf). Acesso em: 14/09/2015.

intitulado como porta voz do trabalhador e do operariado militante, na edição de 15 de novembro de 1909 chamava a atenção para a farsa eleitoral, qualificando as classes de operários que apoiavam a candidatura de Hermes da Fonseca como “operários inconscientes”

Os “operários inconscientes” em questão seriam os alinhados ideologicamente ao sindicalismo reformista, que constituía a base das principais associações operárias do Rio de Janeiro, tais com: União dos Operários Estivadores, Liga dos Artistas Alfaiates, Congresso União dos Operários em Pedreiras, a União dos Cocheiros e Carroceiros, Os trabalhadores das Indústrias têxteis dentre outras associações de trabalhadores, que formaram a base de apoio à Candidatura de Hermes da Fonseca, contrariando assim, a corrente anarco-sindicalista que representava a maioria das associações de operários que compunham a COB, pois, segundo Batalha:

A eleição do marechal Hermes da Fonseca, em 1910, trouxe algumas novidades ao quadro político tradicional e às relações entre Estado e Movimento operário, Apesar de depender pouco ou nada do voto do operário, em função do sistema eleitoral da Primeira República, (...) o governo havia adotado uma série de políticas contraditórias que ora sinalizava em direção ao operariado, ora mantinha a política tradicional de indiferença ou repressão que marcara os governos anteriores. Entre os exemplos do primeiro tipo de política estiveram a criação do Escritório de Propaganda dos Sindicatos e Cooperativas (...) e o programa de construção das vilas proletárias Marechal Hermes e Orsina da Fonseca (bairros planejados no subúrbio carioca)(BATALHA. 2000, p.44/45).

De acordo com a citação de Batalha o apoio à eleição da Hermes da Fonseca pelos operários da corrente sindicalista reformista, não foi de grande relevância para a vitória do mesmo.

Em sua edição do dia 1º de março de 1910, jornal *Correio da Manhã* tinha dado como certa a vitória de Ruy Barbosa, qualificando o candidato Hermes da Fonseca de “inelegível”. Entretanto, dias depois, os resultados das urnas evidenciavam uma vitória significativa de Hermes da Fonseca sobre Ruy Barbosa, como demonstram os números exibidos pelo *Jornal do Brasil*<sup>7</sup> na edição de número 072 de 13 de março de 1910; Hermes da Fonseca: 442,610. Ruy Barbosa: 192,625.

---

<sup>7</sup> *Jornal do Brasil* – ano XX. Edição nº 72 de 13 de março de 1910. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Com relação ao apoio do sindicalismo reformista e o número de eleitores que deram uma larga vitória a Hermes da Fonseca, a pergunta é pertinente, qual seria então a contribuição dos operários que elegeram Hermes da Fonseca, já que o sindicalismo reformista estaria presente não só no Rio de Janeiro, mas também em outros Estados do Brasil?

Independente da resposta, uma questão é importante: o apoio do movimento operário à candidatura de Hermes da Fonseca para Presidente abre um instigante horizonte para a relação entre o movimento operário e o Estado no Brasil.

### Fontes:

#### Periódicos:

Jornal *Correio da Manhã* - Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil - Rio de Janeiro.

Mensagens Presidenciais:

Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da sétima legislatura – 1911.

### Bibliografia:

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

——— *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In: *O tempo do liberalismo excludente*, 6ª ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. – (O Brasil Republicano; v. 1).

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Uma Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)* 2000. 224 f. Dissertação de Mestrado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

CARONE, Edgard A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930). 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

CERQUEIRA, G.F.A. *“questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antônio. In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 165-167.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do liberalismo excludente*, 6ª ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. – (O Brasil Republicano; v. 1).

KONDER, Leandro. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1995.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RÈMOND, René. Do político. In: RÈMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VISCARDI, Cláudia M. R. A experiência mutualista e a formação da classe operária no Brasil in: *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_ O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

## **O cotidiano popular como campo de organização e lutas políticas dos movimentos sociais populares em defesa das relações democráticas no Brasil no contexto dos anos das décadas de 1970-80.**

**Sérgio Oliveira da Silva**  
**Mestrando**

História e Política: laços permanentes, assim a professora Vavy Pacheco Borges (1991) intitula seu artigo onde apresenta uma objetiva e sucinta exposição da trajetória do debate envolvendo a tradição historiográfica sobre história política ou história do político.

Lendo o artigo, nele fica claro que a discussão conceitual do que se entende por história política está longe de estar feita e é bastante atual e necessária, fato que se confirma e se evidencia no título dado ao artigo, pois dele podemos inferir que a história tem na política uma explicação para o seu dinamismo, principalmente se a tomarmos na concepção que nos é apresentada pelo professor Pierre Rosanvallon (2010):

(...) o político não é uma "instância" ou "domínio" entre outros da realidade, mas "é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma. (...) o objetivo da história conceitual do político é compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a forma pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e visualizam seu futuro.

Assim, compreender a importância do conceito de político para o estudo dos mais diversos campos das atividades e relações humanas tem sido de grande interesse para um conjunto cada vez maior de pesquisadores, principalmente para aqueles que buscam estudá-lo dentro de uma categoria histórica profundamente ampla, dinâmica e marcada por diferentes experiências e manifestações coletivas: “a vida cotidiana” (HELLER:2004):

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização

do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.

Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais.

Portanto, a vida cotidiana nos abre a possibilidade de um estudo dialógico interdisciplinar no conjunto das ciências humanas, podendo nos permitir um olhar investigativo mais amplo e, conseqüentemente, gerador de uma gama maior de elementos informativos favoráveis a uma melhor compreensão das lutas políticas que as frações populares travaram nas principais cidades dos diferentes centros urbanos do Brasil, no período histórico do contexto da ditadura estabelecida no Brasil com o golpe de 31 de março de 1964.

Lutas que podem ser reveladoras de ações de resistência a uma lógica de urbanização, que segundo Léfèbvre (1991), busca estabelecer uma forma de cotidiano que interessa a mundialização do capital.

O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo.(...) Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido - SBCCD, assim como a sua moldura, a modernidade.(...) mas se o círculo não consegue fechar-se...é porque alguma coisa de irreduzível se opõe.

Neste sentido, podemos atribuir aos movimentos sociais populares ocorridos no Brasil no decorrer dos anos das décadas de 1970-80 e as lutas políticas que fizeram, nas principais cidades do país, por equipamentos urbanos, o sentido de forças políticas vivas na sociedade que lutam por democracia e justiça social.

O processo de agravamento das questões sociais vão se agudizar em grande parte dos municípios das principais regiões metropolitanas do Brasil com o avanço da política

de urbanização, no período dos anos 1970-80, implementada pelos governantes locais em sintonia com o projeto desenvolvimentista dos governos ditadores constituídos a partir da ditadura que se estabeleceu no Brasil com o Golpe burguês-militar de março de 1964.

O Estado Ditador ao combater e reprimir inúmeras reivindicações e movimentos dos setores mais progressistas da sociedade, que clamavam por democracia e justiça social, aprofundou as relações do Estado com o capital e seus interesses, numa clara demonstração de força e autoritarismo das frações burguesas e militares que articularam o golpe em sintonia com os interesses da economia capitalista no continente americano.

O Estado Ditador como aliado dos interesses do capital incrementou um conjunto de políticas sociais urbanas ligadas à habitação e ao acesso a terra nitidamente segregatórias e associadas a política favorável à crescente concentração de renda junto aos setores que representam os interesses do capital financeiro no país, pois essas políticas foram responsáveis pelo processo de remoção forçada de favelas e expulsão de população pobre dos centros metropolitanos, fatores que se destacam na conjuntura dos anos 70 e 80 como principais responsáveis pelo relevante processo de favelização e aparecimento de loteamentos irregulares nos municípios e bairros periféricos das principais regiões metropolitanas que são instituídas nas diferentes regiões do país.

Portanto, temos nos anos 70 e 80, com o novo incremento urbano, a construção de vários conjuntos residências, o estabelecimento de loteamentos irregulares que vão se desenvolver em morros, áreas aterradas e um crescente processo de favelização nos territórios periféricos das principais cidades e capitais do Brasil. Territórios periféricos que vão ser ocupados e se transformaram em espaços desprovidos de inúmeras políticas sociais, como por exemplo, abastecimento regular de água, política de saneamento, transporte público regular e de qualidade, iluminação pública, serviços públicos de saúde e educação etc.

Neste sentido, se constituiu no Brasil no decorrer das referidas décadas um processo de urbanização de territórios formatado por uma lógica opressora estabelecida



pelos interesses do capital financeiro, fator que gerou periferias com uma realidade socioespacial que apresentava uma população gigantesca, sem serviços de infraestrutura. Uma população em sua grande maioria constituída de trabalhadores de nível salarial baixo ou envolvidos com atividades da economia informal, carentes dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos. Uma população que tinha que lutar para viver.

Assim, podemos entender que as lutas diárias feitas pelas frações populares são expressões de resistência e, ao mesmo tempo, podem ser interpretadas como uma expressão de uma consciência de classe que, forjada a partir de uma relação de pertencimento a uma mesma realidade, enfrenta as estratégias de uma racionalidade política opressora, violenta, exploradora que se faz presente no cotidiano dos populares. Portanto, os movimentos sociais feitos pelas frações populares em defesa dos equipamentos urbanos como forma de alcançarem uma condição de vida melhor, são expressões de atores políticos que lutam e anseiam por relações democráticas e justiça social, isto é, são forças vivas que se constituem e se dinamizam na esfera da cotidianidade como elementos que não aceitam que a política seja apropriada por um determinado grupo ou partido político, como destaca Doimo(1995):

Desde cedo o movimento popular reprovou a "atitude de aproveitadores" que procuram "interferir" ou "manobrar o povo", ocupando o espaço que " o movimento popular conquistou". Nada de político querendo "ser dono" de um "Movimento que foi começado pelo povo trabalhador...!"(...) recusava-se ao "atrelamento ao Estado, partidos e instituições" (...) estes movimentos queria ser "autônomo" e "conduzido pelas próprias pessoas envolvidas". Repudiar a "cooptação", "diminuir a dependência popular em relação ao Estado", evitar o "populismo", o "eleitoralismo" e o "assistencialismo", impedindo a "instrumentalização do movimento", eis alguns dos clamores que partiam de movimentos espalhados por Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Belo Horizonte, Fortaleza, João Pessoa e assim por diante.

Recusar a institucionalidade política em nome do "popular" significa, neste caso, afirmar a capacidade concreta de se contrapor à tradição política autoritária: o clientelismo do período coronelista, a manipulação das massas do período populista, o assistencialismo do período nacional-desenvolvimentista e a subordinação do povo-nação pelo regime militar. Significa estabelecer um amplo diálogo crítico com um passado que, no limite, subsumiu a sociedade civil no interior do sistema político do Estado.

Se organizando em movimentos sociais em luta pelos equipamentos urbanos, as frações populares dos bairros e municípios periféricos das principais regiões

metropolitanas do Brasil, contrariando o pensamento hegemônico na ciência política contemporânea, que tem "descrito as democracias como resultado da aplicação do saber dos especialistas em relação às decisões de natureza política pela gestão da totalidade da existência social" (Chauí:1988), se fizeram presentes no cotidiano da sociedade brasileira dos anos das décadas de 1970-80, pensando e formulando políticas a partir de um outro espaço político - o cotidiano popular.

Os debates e as proposições políticas que se desenvolveram nos bairros onde os frações populares desenvolveram suas ações organizativas - associações de moradores, clubes de mães, centros comunitários etc -, para confrontar as políticas das frações de classe hegemônicas em defesa de justiça e igualdade social, não podem ser interpretadas ou compreendidas como "um movimento de rebeldes incapazes de definir seus objetivos políticos" (THOMPSON:1998), pois as mesmas, pelo seu "perfil reivindicativo-integrativo, traduzido pela linguagem dos direitos, requer o lado provedor do Estado" (DOIMO:1995) e, em alguns casos, ocupam o espaço da estrutura política objetivando fazer furos na mesma, num claro sentido de ação contra-hegemônica<sup>1</sup>.

A perspectiva das construções políticas oriundas desses movimentos, passam, portanto, segundo o nosso entendimento, a compor a vida cotidiana das principais cidades do Brasil e nelas abrem espaços para novas construções hegemônicas, pois a identidade do cotidiano popular, mesmo sendo marcado pela heterogeneidade, apresenta uma vontade de participação política em defesa de mudanças e transformações sociais.

Esse traço da identidade política do cotidiano popular, que numa perspectiva histórica pode avançar no sentido de se constituir novos consensos e, conseqüentemente, uma nova hegemonia, o que em algumas formulações políticas aparece como algo que se constitui um perigo à democracia<sup>2</sup>, podemos traduzir como uma força política em defesa da radicalização da democracia pelo viés popular.

---

<sup>1</sup> O filósofo marxista italiano Antonio Gramsci ao tratar do conceito de hegemonia na obra *Cadernos do Cárceres*, v. 3, p. 85, exorta os setores subalternos (o conjunto das classes dominadas) a multiplicarem seus próprios aparelhos privados de hegemonia, de modo a defender-se e contrapor-se à extensão crescente da dominação de classe que, nutrida dentro e fora do Estado, tende a impor-se como "natureza da cultura".

<sup>2</sup> Em seu livro de entrevistas recentemente publicado, Fernando Henrique Cardoso afirma: "Quem busca consenso é regime autoritário. Democracia, não. Democracia é o reconhecimento da legitimidade do conflito, a busca da negociação e a procura de acordo, sempre provisório, em função da correlação de

Essa referência a hipótese de radicalização da democracia no campo político do cotidiano popular, assim acreditamos, estabeleceu boas e significativas contribuições para a história política do Brasil contemporâneo, pois os debates e proposições políticas desenvolvidas no universo do cotidiano popular não podem ser traduzidos como meros espetáculos ou puras manifestações de rebeldias - principalmente se levarmos em conta a crise de representatividade política que as instituições partidárias, as organizações sindicais e as instituições do Estado viviam nas décadas de 70 e 80 - , pois os mesmos tem em seus fundamentos novas perspectivas econômicas e sociais, isto é, almejam um trabalho político que avance no sentido de uma cultura política "com o formato adequado a hegemonia dos desejos das frações sociais dos populares, elemento que estabeleceria uma nova configuração do poder local e do Estado.

### **Bibliografia:**

- BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política: laços permanentes*. In: Revista Brasileira de História: Política e Cultura. Vol. 11, Nº 23/24. São Paulo: ANPUH, 1991.
- CARDOSO, F. H. *Democracia para Mudar*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, Marilena et al. *A questão da Democracia*. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1980.
- CHAUÍ, Marilena. *Prefácio*. In: SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram Cena*. São: Paz e Terra, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra Corrente - Ensaios Sobre Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. São Paulo: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1979.
- GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

---

forças” (F. H. Cardoso, *Democracia para Mudar*, Rio de Janeiro, 1978, p. 22). A negação do valor do consenso é consequência necessária da negação da hegemonia, como nos mostra Gramsci ao trabalhar esse conceito. Para o pensamento liberal, democracia é sinônimo de pluralismo - de “reconhecimento da legitimidade do conflito” - enquanto a busca do consenso (ou da hegemonia) seria sinônimo de totalitarismo. Não é casual, portanto, que F. H. Cardoso também afirme o seguinte ( *op. cit.*, p. 35): “O democratismo radical do Rousseau inspirou historicamente momentos políticos que poderiam ser qualificados como de ‘democracias totalitárias’ ”. Estamos diante de um bom exemplo da diferença entre liberalismo e democracia, entre afirmação abstrata do pluralismo (reconhecimento empírico de uma situação de fato) e afirmação concreta da articulação pluralismo-hegemonia (concepção dinâmico-dialética do movimento social).

- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais e lutas por moradia. São Paulo: Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- \_\_\_\_\_. Reivindicações populares urbanas. São Paulo: Cortez, 1982.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. São Paulo: Graal, 1978.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (eds.). A Invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: um estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSAWM, Eric. *Da História Social à História da Sociedade*. In: HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LÉFÈBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFORT, C. A invenção Democrática. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MENDONÇA, Sonia Regina de.; FONTES, Virgínia. *História e teoria política*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri. Movimento pela Emancipação do Proletariado. In: FERREIRA, M. M.; FORTES, A. (Org.). *Muitos Caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- MOISÉS, José A. Cidadania e participação: ensaio sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular na nova constituição. São Paulo: Marco Zero/CEDEC, 1990.
- RÉMOND, René. *Do político*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RÉMOND, René. *Do político*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre "Classes Populares" No Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth. *A Aventura Antropológica - Teoria e Prática*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.) Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

## **UDN e PSD: a construção da cultura política em Nova Friburgo (1945-1964).**

**Sonja Ribeiro Longo**  
**Mestranda**

O presente trabalho estuda as relações políticas em Nova Friburgo, através do enfoque na análise dos discursos dos partidos políticos UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrata). A partir dos debates contidos nos principais periódicos do município, espera-se compreender melhor a teia de relações de poder estabelecidas entre classe dominante e classe subalterna. O recorte temporal escolhido foram os anos entre 1945 e 1964. Datas que representam, respectivamente, o surgimento dos partidos e o fim da experiência democrática, com o advento ao golpe civil-militar. Entretanto, é importante ressaltar que segundo a hipótese deste trabalho, as condições que permitiram o surgimento da dicotomia PSD versus UDN surgiram em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Esta data corresponderia ao início do acirramento das disputas da elite friburguense em torno da hegemonia política. Obviamente, é ingênuo considerar a ausência de oposição antes desse período. Contudo, a partir de 1930, essas disputas, até então latentes, se intensificariam e revelariam em torno da figura de Getúlio Vargas.

A escolha por focar a trajetória desses dois partidos, se deve a alguns elementos-chave: O PSD e a UDN representaram os dois principais grupos políticos em Nova Friburgo, arregimentando a maior parte do número de eleitores, e, conseqüentemente, número de mandatos. Durante o período estudado, não houve sequer um prefeito eleito que não fosse filiado a uns dos partidos supracitados. O que destaca o poder eleitoral desses dois grupos; Além disso, esses dois partidos oferecem grande material de estudo, à medida que as disputas entre UDN e PSD, não se revelam somente através dos números das urnas. Ambos os partidos, veicularam suas disputas ideológicas através de dois periódicos, que foram durante décadas o palco da disputa pelo poder político em Nova Friburgo. O primeiro, o periódico “A Paz”, tinha como dono Galdino do Vale Filho, importante político friburguense, que foi destituído do poder por ocasião da “Revolução de 30”. Galdino, que mais tarde se tornaria uma das principais lideranças udenistas, era dono de uma retórica contundente, e utilizou as páginas do periódico para desferir duras críticas a Getúlio Vargas e aos seus representantes regionais. Já o segundo periódico, o “A Voz da Serra”, surgiu como contraposição ao “A Paz” e na defesa da figura do

interventor Dante Laginestra. Em 1945, quando surgem os partidos políticos, o primeiro periódico se alinha a UDN e o segundo ao PSD.

Analisar tais publicações torna-se imperativo não somente para compreender o pensamento das elites políticas da época, como para traçar o perfil dos leitores dos jornais, e por conseguinte, dos eleitores de cada partido. Através desses registros escritos, pode-se investigar as relações de poder entre esses dois grupos e as negociações mútuas entre estes. Nesse ponto, esta pesquisa alinha-se com a visão de Carlo Ginzburg, no que se refere à ideia de “circularidade cultural”. O autor afirma que, na Europa pré-industrial, existiu um relacionamento circular entre a classe dominante e a classe subalterna, ou seja, havia uma influência recíproca entre as duas. Assim, a análise dos discursos contidos nos periódicos (que numa visão historiográfica tradicional, seriam mera expressão do pensamento e modo de vida da elite friburguense) permitem também esboçar o perfil da classe popular e seu papel na prática política estatal e nas relações de poder, libertando-a da alcunha de componente passivo.

A UDN local, surge em Nova Friburgo em 1945, ao final do Estado Novo. E assim como em esfera nacional, o partido arregimentou os indivíduos que haviam feito oposição ao Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas. No município, o partido tinha em sua composição, setores do empresariado, além de advogados e engenheiros, a elite friburguense. A respeito da experiência udenista em Nova Friburgo, é importante salientar que esta foi marcada por algumas contradições, porém, teve como elemento constante e norteador o antigetulismo. As análises do periódico “A Paz” permitiram observar radicais mudanças no discurso udenista conforme o passar dos anos e seus respectivos contextos político-sociais. Ora em 1942, a linha editorial do jornal “A Paz” defende as “forças democráticas” e a adesão do Brasil ao grupo dos Aliados, durante a Segunda Guerra Mundial. Ora em 4 de abril, 3 dias após o Golpe civil-militar, o dito jornal critica arduamente as tentativas de resistência ao golpe. Neste ponto, a atuação da UDN municipal em nada se dissocia das características da cúpula nacional. Ao estudar o partido em caráter nacional, Maria Victoria de Mesquita Benevides atenta para esta aparente ambiguidade e indica um ponto conciliador:

“A *unanimidade na divergência*, afirmada por alguns udenistas históricos, talvez não fosse, apenas, um rasgo de involuntária ironia. Ela refletiria a soma de avanços e recuos na temática liberal, a singular atração/repulsão pelo poder, o confronto entre a constante elitista e a tentação populista. Não seriam estas as características da “feição udenista” na arena partidária?” (BENEVIDES, 1985, p. 12)

Ao fim do Estado Novo, o projeto de Getúlio de Vargas de abarcar em um único partido os seus interventores estatais e a massa trabalhadora resultou em fracasso, pois os interventores (como componentes da elite) se opuseram aos interesses trabalhistas.

“Os interventores estaduais, representando o que havia de mais significativo em termos de novas elites políticas, reuniram-se para implementar o seu partido. Com isso, estavam vetando definitivamente a ideia de um grande partido político de massas (...)”(GOMES, 2005, p. 282)

Assim, do legado varguista surgiram dois partidos: o PSD, de discurso claramente elitista e o PTB, que abrigava em seu seio o espólio trabalhista e as grandes massas. Ocorre, porém, em Nova Friburgo, um fenômeno interessante: se em esfera nacional, o PTB era reconhecido como o representante do legado trabalhista de Vargas, em Nova Friburgo o partido não terá, ou não conseguirá “vender” para os eleitores, o mesmo perfil. Em alguns momentos o partido fará, até, alianças com a UDN, cujo antigetulismo era característica. Por outro lado, o PSD, que embora não contrariasse totalmente o prospecto nacional, tendo em sua composição integrantes da elite e o antigo interventor Dante Laginestra, adotou uma política mais afeita aos discursos trabalhistas.

Ricardo da Gama Costa, em sua dissertação de Mestrado intitulada *Visões do paraíso capitalista: Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República*, destaca a rivalidade entre PSD e UDN a partir das respectivas nomenclaturas - “liberais” e “populistas”. Neste ponto, esse projeto diverge do defendido na dissertação, ao entender que, a experiência pessedista em Nova Friburgo não pode ser classificada pelo termo “populista”. É incorrer no reducionismo classificar a equação: Estado mais política de melhorias sociais, igual a “populismo”. Pois este conceito abarca consigo a ideia de uma classe trabalhadora manipulada, desprovida de papel atuante nas relações de poder, em outras palavras, um mero joguete nas mãos de um Estado. Segundo Jorge Ferreira, são características da noção de populismo: “culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade”. Vale citar ainda, as palavras de José Murilo de Carvalho:

“O maniqueísmo inviabiliza mesmo qualquer noção de cidadania, pois ou se aceita o Estado como um mal necessário, à maneira agostiniana, ou se o nega totalmente, à moda anarquista. Na prática, ele acaba por revelar uma atitude paternalista em relação ao povo (...). Acaba por bestializar o povo”. (CARVALHO, 1989, p. 10-11)

No período estudado, os dois partidos se alternaram no poder executivo municipal, além de terem expressivo número de vereadores eleitos, o que nos permite evidenciar o lugar de destaque exercido por esses partidos na política friburguense, assim como



justificar, as disputas entre ambos. Como dito anteriormente, a dicotomia política entre a elite friburguense datava de um período mais remoto, anterior à constituição dos partidos. Com a Revolução de 30, o grupo liderado pelo prefeito Galdino do Vale Filho foi destituído do poder e a partir de então, a elite política na cidade se dividiu entre os “contra” e o “pró-Vargas”. Galdino havia sido responsável, durante as décadas de 10 e 20, pela implantação de fábricas de capital europeu na cidade e foi um dos principais difusores do mito que buscava identificar o município como a “Suíça Brasileira”, pensamento que vigora até hoje em diversos segmentos da sociedade friburguense, embora tenha sido desmitificado por João Raimundo de Araújo em sua tese de doutorado. Essa ênfase em identificar Nova Friburgo como a “Suíça Brasileira” foi uma preocupação não só de Galdino, como dos demais políticos udenistas que, durante seus mandatos, demonstraram grande atenção pelo tema da “colonização suíça”(1818-1831), sendo esta, alvo de inúmeras propagandas e eventos festivos. A predileção por esse fato histórico em detrimento de outros tão ou mais significativos na história da região, alude ao caráter elitista do partido que através do recorrente discurso da “Suíça Brasileira” forjava a europeização da cidade e dos seus habitantes. Esse resgate da “história” e “memória” friburguense, promovido pelo partido, possuía claro caráter seletivo. A presença escrava em Nova Friburgo, por exemplo, era renegada e obliterada da “história oficial” que o partido difundia, em função do preconceito arraigado no cerne de seu discurso<sup>1</sup>. Como relata Maria Victoria Benevides:

“O ideário liberal udenista significava também, uma clara estratégia de volta ao passado. (...) A volta ao passado era também a recusa em aceitar as mudanças sociais e políticas e daí para o elitismo da exclusão popular é um passo” (BENEVIDES, 1985, p. 19)

Em 1945, por ocasião da candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência, o jornal “A Voz da Serra”, adotou o seguinte mote: “marmiteiros x grã-finos”, aludindo ao caráter elitista da UDN.

Até 1947, o município foi governado pelo interventor José Eugênio Muller. Já em 1947, César Guinle foi eleito prefeito, fruto de uma aliança entre UDN e PTB. Guinle era empresário e grande proprietário de terras. Em seu mandato (1947-1950), foram reformadas diversas estradas e a Companhia Telefônica foi modernizada. Guinle foi

---

responsável ainda pelas negociações com a Fundação Getúlio Vargas para que esta financiasse parte da criação do “Colégio Nova Friburgo”.

Em 1951, com a eleição de Eugênio Muller a prefeitura, identificaremos um período de domínio pessedista na política local, no qual os políticos do partido se mantiveram ininterruptamente no cargo máximo do município. Aos mandatos de Eugênio Muller, se seguirão os dos também pessedistas, Feliciano Costa e Amâncio Mário Azevedo. Esses mandatos tiveram como características medidas bastante populares, que fariam com que os políticos pessedistas gozassem de grande prestígio entre a população mais carente. O médico e prefeito, Amâncio Azevedo, por exemplo, ficou conhecido como o “prefeito dos calçamentos”. Na contramão da política udenista, que priorizava embelezar os cartões-postais da cidade, em detrimento das áreas mais pobres, o mandato de Amâncio ficou conhecido pelo investimento no calçamento e saneamento das favelas.

Em sua dissertação de Mestrado, intitulada *Visões do paraíso capitalista: Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República*, Ricardo da Gama Costa destaca a rivalidade entre PSD e UDN a partir das respectivas nomenclaturas - “liberais” e “populistas”. Neste ponto, esse projeto diverge do defendido na dissertação, ao entender que, a experiência pessedista em Nova Friburgo não pode ser classificada pelo termo “populista”. Entendemos que o apoio da população a estes mandatos, não pode ser explicada pela ótica do conceito de populismo, pois o apoio das classes subalternas não era fruto de manipulações das classes dominantes. A população aderiu a tais governos, pois identificou interesses comuns com estes. Sobre essa questão, vale reproduzir a afirmação de Ângela de Castro Gomes:

“A adesão dos trabalhadores, e não meramente sua submissão ou manipulação, sancionou um pacto pelo qual Estado e classe trabalhadora se reconheciam como termos interessados na consecução de um novo sistema de ordem não mais autoritária”. (GOMES, 2005, p.301)

Já em 1962, no intento de retornar ao poder, a UDN apostaria na figura de Vanor Tassara Moreira. Vanor, famoso médico da cidade, figura carismática entre as camadas populares, muito se distanciava dos demais políticos do partido, comprometidos mais com o setor empresarial da cidade. Rompendo a tradição da UDN, e perdendo o apoio do próprio partido, Vanor manteve diálogo com os trabalhadores, e adotou diversas medidas populares entre estes. Entre elas se encontram: a recusa ao aumento das passagens proposto pela autarquia de transporte coletivo, ameaçando encampar a empresa e o apoio ao movimentos dos ferroviários. Não demoraria muito para que o prefeito se visse isolado,

sem apoio político e sendo alvo de campanha difamatória por parte dos três maiores jornais da cidade.

Como uma de suas últimas medidas, por ocasião do Golpe Civil-militar que depôs o presidente João Goulart, Vanor chegou até a ceder um jipe da prefeitura para os trabalhadores que se manifestavam contra o golpe. O prefeito acabaria sendo uma das vítimas da “onda” anticomunista que se alastrava pelo país. Conforme indica Rodrigo Patto Sá Motta:

“Durante a vigência do governo de João Goulart, entre setembro de 1961 e março de 1964, teve lugar uma das maiores ondas anticomunistas ocorridas no Brasil, cujos desdobramentos levaram ao golpe militar”. (MOTTA, 2002, p.131)

Dias depois do golpe, o mandato de Vanor chegaria ao fim sob a acusação de que este era defensor de “causas comunistas” e de que tinha oferecido resistência ao regime militar, sendo, inclusive, alvo de um inquérito. Por esta razão, o então prefeito se viu forçado a renunciar.

Começaria assim, o mandato do prefeito que durante mais tempo ficou a frente do município, Heródoto Bento de Mello. Em seu mandato seriam retomadas questões antigas e caras ao projeto udenista em Nova Friburgo, como a construção de um Plano Diretor, apontada como necessária em antiga edição do jornal “A Paz”, pois por todos os bairros “*iam se disseminando as habitações irregularmente, sem qualquer plano, constituindo favelas na encosta dos morros, sórdidos agrupamentos à margem dos córregos*”.

Desse modo chegou ao fim a disputa entre UDN e PSD, que dividira as elites e classes populares do município, durante o período estudado. Os partidos foram extintos, no entanto, as marcas dessa tensão política resistiram aos anos.

### **Bibliografia:**

- ARAÚJO, João Raimundo de. MAYER, Jorge Miguel (orgs.). Teia serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- ARAÚJO, João Raimundo de. Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1964). PPGH – UFF, 2003. (Tese de Doutorado).
- BARROS, José D’assunção. *História, região e espacialidade*. In: Revista de História Regional. 10 (1): Verão, 2005.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambiguidades do Liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLE, Héctor. Os Métodos da História. São Paulo, Graal, 2002.

- \_\_\_\_\_.e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História. Rio de Janeiro, Campus.
- \_\_\_\_\_. Novos domínio da História. Rio de Janeiro:Elsevier, 2012.
- CARVALHO, José Murilo. “Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi”. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CORRÊA, Maria Janaína Botelho.*Histórias e Memória de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.
- FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. In: Jorge Ferreira (org). O populismo e sua história. Debate e crítica.Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular .1º Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas*. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. SP, Companhia de Bolso, 2006.
- \_\_\_\_\_. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2005.
- MARRETTO, Rodrigo Marins. A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- REVEL, Jacques. “*Micro-análise e construção do social*”. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe trabalhadora inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

# Concepção racial, cultura histórica e responsabilidade autoral na escrita escolar de Basílio de Magalhães<sup>1</sup>.

Thiago de Souza Junior  
Mestrando / Bolsista Capes

## Introdução

Mineiro de São João del-Rei, Basílio de Magalhães (1874-1957) foi, como a maior parte dos intelectuais de seu tempo, um polígrafo. Formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, mas, foi nas atividades jornalísticas que iniciou sua trajetória profissional. Quando ainda em Minas Gerais, foi, entre outras coisas, revisor, paginador e tipógrafo do jornal *Pátria Mineira*, órgão dirigido e fundado por Sebastião Sette. Militante do republicanismo, ocupou a cátedra de História do Brasil (1901-1914) no Ginásio de Campinas, instituição mantida pelo governo de São Paulo, onde teve assento Coelho Netto (catedrático de Literatura) e Raul Soares (catedrático de Português). No Rio de Janeiro, compôs o quadro dos docentes de algumas das principais instituições de ensino da então Capital Federal: o Instituto de Educação, na Escola Nacional de Belas Artes e o Colégio Pedro II.

Além dessas e de outras atividades, Basílio de Magalhães foi membro de diversos institutos históricos e geográficos do país, mas foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que o consagrou no cenário intelectual nacional, especialmente, graças ao seu vínculo com o Secretário Perpétuo do Instituto, Max Fleiüss<sup>2</sup>. Com quem manteve uma relação que ultrapassou os vínculos institucionais e alcançou o dos afetos.

Embora não seja novidade, não podemos desprezar que apesar de todos os problemas que assolara o IHGB, após a queda do Império, ele não perdera o prestígio de ser um lugar fundamental à sociabilidade intelectual e política na República. Era lugar de encontro e consagração de importantes nomes da intelectualidade nacional e de produção, reconhecimento e divulgação dos estudos da pátria. Com o novo regime, os homens de

---

<sup>1</sup> O presente texto é um ensaio de nossas apreensões sobre a literatura escolar do autor, produzida entre 1939-1945, que é objeto da pesquisa em desenvolvimento no âmbito do curso de mestrado. Portanto, não apresentaremos, aqui, uma análise de um ou mais livros didáticos específicos.

<sup>2</sup> Foi eleito sócio-correspondente do Instituto, em 1914, e, em 1917, tornou-se sócio-efetivo. Basílio de Magalhães teve, ainda, uma importante atuação no mundo político e intelectual republicano e autor de destaque no mercado editorial do período com uma expressiva produção para o público escolar e especializada.

letras ali congregados, ou não, se envolveram cada vez mais na construção da nação “moderna” e com ela desenvolvia-se “uma” cultura histórica que mobilizava valores, crenças, tradições etc. Com isso, os intelectuais produziram elementos afetivos e efetivos fundamentais e estratégicos à construção da identidade nacional.

Aqui, recorremos à ideia de *intelectual* como categoria de análise, tal como propõe Jean-François Sirinelli (2003). Uma noção que, segundo ele, tem contornos fluidos e, portanto, não deve ter uma definição estrita e rígida para designar um grupo de sujeitos engajados e portadores de uma “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive”, mas, uma acepção “ampla e sociocultural [que englobe] os criadores e os ‘mediadores’ culturais” (2003, p. 242-3).

Sirinelli aprofunda a noção de intelectuais ao torná-la indissociável ao meio e aos pares. Com isso, o autor articula essa categoria às noções de geração e sociabilidade que corresponde, respectivamente, mais a um acontecimento fundador do que pelo fator etário e ao lugar (revistas, salões etc.) onde se estruturam os vínculos entre os intelectuais a partir de afinidades ideológicas, afetivas etc. Deste modo, “trabalhar com o meio intelectual é, em grande parte, mapear um espaço social”, assim, a noção de sociabilidade assume um duplo sentido: o organizacional, correspondente a propriamente um espaço geográfico (instituições, por exemplo); e o simbólico, que constitui o campo da afetividade entre os pares (GOMES, 1996, p. 41-2).<sup>3</sup>

Não podemos ignorar a complexa trama da influência que o meio exerce sobre o intelectual, o que permite sua interação com os espaços de sociabilidades e ampliação do contato com seus pares – condições e estratégias necessárias aos intelectuais<sup>4</sup>. É nesse aspecto, que prática relacional extrapola os limites do privado e, no caso dos intelectuais, aponta a necessidade de vínculos estratégicos. Vínculos que não escapam a nenhum intelectual. Neste aspecto, Basílio de Magalhães, em sua trajetória, firmou vínculos fundamentais que o permitiram ser considerado um intelectual em seu tempo.

Entre gerações e sociabilidades, a produção e discussão historiográfica são permeadas de um sentido evidenciado em sua contemporaneidade. Ou seja, a escrita da História é oriunda de um questionamento e ou acontecimento do presente manifestado

---

<sup>3</sup> Sobre a moderna ideia de sociabilidade ver também: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

<sup>4</sup> Segundo Gomes, o intelectual para compor suas obras “precisa estar envolvido em círculo de sociabilidade que, ao mesmo tempo situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo”. Cf: GOMES, 2005. p. 13.

numa intrínseca relação com o passado e o futuro pretendido (o horizonte de expectativa). Portanto, a articulação dos intelectuais com o espaço, o tempo e seus pares é uma demarcação inevitável. Naturalmente, as mobilizações dos intelectuais empenhados na produção historiográfica são, de certo modo, rotuladas a partir do lugar de onde fala, ou dos lugares de onde falam – no plural – atendendo a uma questão em um determinado contexto.

Sobre essa demanda que surge – não ao acaso, mas a partir de um processo histórico – em uma dada sociedade (espaço) e num determinado contexto (tempo) é que mobilizamos a ideia de cultura histórica trabalhada por Jörn Rüsen (1994) para compreender a articulação entre as necessidades do Estado – isto é, a execução de seu projeto de construção da identidade nacional e de coesão da nação – e a escrita da história de Basílio de Magalhães. Segundo Rüsen, a cultura histórica enquanto categoria de análise que se coloca para além do campo e dos cânones historiográfico nos permite observar as apropriações – percepção, interpretação, orientação – que são feitas das experiências ocorridas no passado estabelecendo sentido às ocorrências do presente e às perspectivas de futuro.

Considerando, portanto, que a cultura histórica “expressa uma nova maneira de pensar e compreender seu passado” (Marcos, 2009, p. 1), mobilizamos essa categoria para compreender e, na medida do possível, articular as ideias de Basílio de Magalhães às apropriações e finalidades criadas pela elite intelectual ligada ao Governo Vargas para a educação. Entre a multiplicidade de apropriações do passado, recorreremos a essa categoria para, especificamente, a releitura que a ideia de raça teve nesse momento e a representação disso na escrita escolar.

A categoria deve, por conseguinte, ser entendida como um complexo sistema de representações que são partilhados por um determinado grupo numa determinada sociedade que, além de se realizar de maneiras variadas, adapta-se às diferentes circunstâncias históricas estabelecendo um processo dinâmico de diálogo e negociação com o passado (Marcos, 2009, p. 3). E mais, dentro dessa mesma acepção, é necessário considerarmos a existência de múltiplas culturas históricas que concorrem para um lugar de destaque (de domínio) na explicação do passado histórico e no uso de seus argumentos para justificar, sobretudo, projetos políticos num dado tempo e lugar.

### **Livro didático e cultura histórica**

Os vínculos com as instituições sociais (a família, a religião, a escola, o Exército etc.) são importantes meios para a construção do sentimento de pertença do indivíduo em um grupo, uma região (pátria) e uma nação, nessa ordem. A integração do indivíduo à identidade nacional é um processo que tem o espaço escolar como lugar privilegiado. Nele, o currículo aponta os principais elementos constituidores da identidade da nação a serem assimilados por seus membros – um passado comum e que os unem, a língua etc. Por conseguinte, o ensino da História, sobretudo nas primeiras décadas do estabelecimento da República, auxiliou de diversas maneiras para a consolidação do papel do Estado no direcionamento e organização política do país.

Os livros didáticos, que exercem um papel fundamental na produção, transmissão e recepção do conhecimento e das formas simbólicas do poder<sup>5</sup>, mantiveram uma intrínseca relação entre a educação e as demandas sociais, apresentando-se como um produto que atendia tanto às conclusões que seus autores tiravam do encadeamento do processo histórico, mas, sobretudo aos interesses institucionais (do Estado) elencados para o predomínio de seu projeto de governabilidade que recorria, fundamentalmente, aos elementos culturais para realização de tal. Tendendo, entre outras pretensões, à coesão nacional firmada num passado comum, o que exigia a superação de certas ocorrências, entre elas a escravidão.

Não por menos, desde o estabelecimento do Governo Vargas (1930) a questão educacional passou a ser vista como problema de segurança nacional e a solução foi a centralização do sistema educacional<sup>6</sup>. No Estado Novo (1937), destacamos a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), pelo Decreto-Lei nº 1.006/1938, como uma das ações de controle sobre o ensino e sobre o que seria ensinado. Um de seus objetivos foi o de estabelecer condições para produção, importação e utilização do livro didático. Seriam reprovados os livros:

---

<sup>5</sup> Considerando a multiplicidade que o uso do livro didático pode assumir, Alain Choppin identifica quatro funções: a *referencial*, comportando o conteúdo curricular estabelecido; a *instrumental*, privilegiando as atividades didáticas; a *ideológica e cultural*, que difunde a língua, os valores etc. definidos pela elite; e, a *documental*, que ao apresentar narrativas (escritas e icônicas) pretende, com a confrontação destas, desenvolver o espírito críticos dos alunos (2004, p. 552-3).

<sup>6</sup> A Reforma Francisco Campos (1931) que, dentre outras medidas, deu organicidade e padronização ao ensino secundário a nível nacional (Ver: Reznik, 1992), essa centralização integra um projeto maior de romper com a estrutura federativa (descentralização) da Primeira República (ver: MONTEIRO, H. M. *O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009 (Cap. 7).



- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;

(Decreto-Lei nº 1.006/38, Art. 20).

O papel desempenhado pela Comissão foi muito mais de controle político-ideológico que didático. A educação relacionava-se, por conseguinte, ao projeto de governabilidade do Estado que se empenhava para o fortalecimento da nação legitimando, pela unidade moral e política, o Estado Novo. Em sua política cultural, o Estado valorizou a pluralidade que compunha a identidade brasileira. No trecho do artigo mencionado a raça e o regionalismo são tratados como elementos diversos, mas que não carece de classificações. Ao que nos parece, sobretudo no que se refere ao aspecto racial e cultural, essa prescrição é consonante ao debate que tomou o cenário brasileiro na década de 1930. A propósito, o fim da escravidão e suas conseqüências marcaram fortemente o debate intelectual de diversas maneiras. E, nesse contexto, a importação de teorias raciológicas influenciou significativamente o pensamento social brasileiro.

A percepção do outro (do negro) por motivações étnicas, ao longo da segunda metade do século XIX até os anos 1920-30, foi tomado pelo viés da exclusão e inferioridade. A ideia de branqueamento foi amplamente assimilada pela elite intelectual, entretanto, a via pela qual se daria não foi consensual. Também criticada por muitos homens de ciências e das letras, a miscigenação foi vista como um mal necessário até, pelo menos, a década de 1930, quando o debate estruturou-se não mais no branqueamento, mas na mestiçagem enquanto elemento formador da identidade nacional.

Aqui – e ao que de fato nos interessa –, podemos destacar e perceber a complexa relação que a categoria cultura histórica manteve com a construção de uma cultura política durante o Estado Novo e com campo historiográfico nas décadas de 30 e 40. Nessas relações, os intelectuais, produtores de bens simbólicos e ligados ou não ao Estado, eram importantes agentes na tarefa de valorizar o passado privilegiando e mobilizando os elementos e valores formadores da identidade.

A cultura histórica, vale lembrar, não se limita à operação científica praticada pelos historiadores. Mais que isso, ela se constitui a partir de uma interseção dos cânones (métodos) historiográficos e de leituras que os diferentes agentes sociais fazem e divulgam o passado. Do ponto de vista da produção intelectual, ganharam força, nos anos

30 e 40, os estudos voltados para a valorização da diversidade e singularidades do país (FRANZINI, 2011). Obviamente, essa empreitada não era nova<sup>7</sup>, porém, ela ocorre num tempo em que o passado histórico ocupava lugar privilegiado e estratégico na constituição e justificativa da política cultural do Estado. Os intelectuais eram, assim, igualmente beneficiados pelas “oportunidades [tanto] de tipo financeiro como de prestígio sociocultural” (GOMES, 2006, p. 47).

Dos diferentes fatores sociopolíticos que ambientaram, particularmente, essas duas décadas, a historiografia didática apresenta uma produção e venda mercadológica jamais vista no país – fato que decorre, sobretudo, da organização do ensino secundário a partir de 1931. O material é, sem dúvida, um importante instrumento de construção e mobilização dos argumentos históricos que traz fortes intervenções na formação da identidade nacional. No que diz respeito à concepção racial, elemento caro à identidade nacional, o programa de ensino de 1942 enfatiza a “construção/consolidação de uma etnia genuinamente brasileira” (REZNIK, 1992, p. 123).

Como temos salientado, o debate sobre o aspecto racial que constitui o povo brasileiro foi um investimento desde o século XIX e não ficou isento de conflitos. No entanto, é dos anos 30 a maior evidência dos estudos etnográficos e, no repúdio à escravidão, e sociológicos que a presença do elemento negro é visto como importante fator para a construção do Brasil. Desse período, em que é grande o número de publicações da produção didática, Basílio de Magalhães tem um número significativo de edições escolares. Até então, tinha pouco contribuído para esse gênero, dedicava-se, principalmente, aos estudos do folclore.

Teoricamente, o programa curricular estabelecido pela Reforma Capanema, de 1942, trazia a importância da integração dos elementos negros, indígenas e o brancos como caracterização da unidade racial no Brasil. Obviamente, cada autor de livros didáticos apontaria neles suas impressões sem, fundamentalmente, contrapor o fluxo que se encaminhava na construção da identidade da nação. A apropriação do passado histórico por esses intelectuais estão, em sua operacionalidade, segundo Jörn Rüsen, carregada de significados para o presente. Buscando, deste modo, a formação de uma consciência

---

<sup>7</sup> Talvez a convocação do *Primeiro Congresso de História Nacional*, em 1914, pelo IHGB seja a primeira maior expressão de valorização das especificidades nacionais e integração dos estudos regionais. Na ocasião, Basílio de Magalhães era sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e apresentou a tese *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII*.

histórica que reforce a existência de **uma** raça brasileira formada por várias etnias, portanto, não é uma raça pura.

### **Considerações Finais**

A positivação e definição de uma raça brasileira ganhou destaque nos anos 1930 com a tese do convívio harmônico entre os três elementos no Brasil, posteriormente, identificada como democracia racial. Nesse contexto, a ambição pelo branqueamento do povo que constitui a nação dá lugar ao elemento mestiço. O refinamento do debate intelectual sobre a raça tem como pano de fundo o Estado com suas políticas e ideologias, e a influência de um sobre o outro cria um campo de análise perigoso e, ao mesmo tempo, instigante a nós observadores. Na medida em que buscamos compreender a essa tal influência, o julgamento sobre a responsabilidade autoral surge como um hiato entre o problema que nos mobilizou e o resultado que pretendemos alcançar (mesmo que preliminarmente).

Conforme Jean-François Sirinelli, “o intelectual não é infalível [...] algumas vezes pecou” (2003, p. 259), atribuir, portanto, somente a ele a responsabilidade sobre sua interpretação do passado – em nosso caso, no livro didático – é desconsiderar, dentre outras coisas: as diversas formas de cultura históricas e interpretações do passado que se queria divulgar no contexto de produção; e suas diferentes filiações aos lugares de sociabilidade. Com isso, consideramos que o passado representado na escrita escolar é também uma escolha que integra a agenda desses diferentes lugares que o autor está relacionado (o contexto, as instituições etc.).

Na busca por diferentes elementos que dão forma à identidade nacional, não se evoca qualquer passado. E esse critério não pode ser perdido de vista. É evidente que o cidadão republicano não desconhecia o passado escravagista do Brasil, bem como os que ocupavam as cadeiras escolares nos anos 30 e 40 também seriam conhecedores desse passado. No entanto, seria paradoxal e desafiadora a escrita da história escolar que evidenciasse as lutas e formas diversas de resistência dos escravizados, pois, além de alimentar (entende-se: legitimar) a memória trágica, contrariava os objetivos de unidade nacional. Tal como, por exemplo, evidenciava CNLD. É imprescindível demarcarmos que a História, como forma de não esquecimento, narra a partir de um momento, ou seja, de um presente.

O presente em que a narrativa escolar feita por Basílio de Magalhães fora escrita é o do Estado Novo, assim, para além de sua finalidade pedagógica, o didático teve uma finalidade política – a difusão do discurso cívico e nacionalista. Neste sentido, a positivação social do negro enfatizou sua importância no mundo do trabalho. Portanto, a narrativa escolar conforma o presente através do passado, assim, a positivação do negro ganhou substancialidade no debate gerado em torno da democracia racial.

A questão racial é abordada, deste modo, como uma tentativa de amenizar as contradições sociais existentes entre os elementos étnicos existentes no Brasil. Deste modo, a mestiçagem, vista como um problema para o desenvolvimento e modernização do país, tem o valor social invertido e transforma-se, sobretudo a partir da década de 1930, em um recurso argumentativo à nacionalidade e democratização da sociedade.<sup>8</sup> Outrora condenada por conceber um resultado inferiorizado e degenerado, o produto da mestiçagem passou a ser entendido, biologicamente, em melhoramento e, culturalmente, assimilado pelas políticas varguista (em seu propósito de uma política centralizadora e o reconhecimento de uma cultura diversa, porém, coesa) e pela intelectualidade disposta a reinterpretar os elementos que dão forma à identidade do Brasil.

Apesar de inúmeros outros movimentos e expressões intelectuais em defesa de uma releitura crítica do passado escravagista no Brasil e do lugar delegado ao elemento negro pós-abolição, a narrativa escolar aprovada pela CNLD intencionou as proposições da política estadonovista que, em última análise, valorizou a igualdade entre as raças procurando evidenciar uma pretensa relação racial harmônica. Apropriando-se das múltiplas temporalidades da História, a historiografia escolar ao enfatizar as contribuições das três raças na formação do Brasil, não rompeu com os ditames classificatórios, apresentando, portanto, o elemento negro como a principal força produtiva e produto da civilização ocidental. Por fim, temos defendido que a escrita escolar de Basílio de Magalhães não apresentou uma narrativa com conclusões diferentes daquilo que vinha sendo defendido por alguns intelectuais na literatura escolar: o elemento mestiço como representante da raça brasileira. Portanto, uma narrativa escolar conservadora atenda aos discursos favoráveis ao projeto de unidade e identidade nacional.

---

<sup>8</sup> Essa nova leitura da ideologia da mestiçagem é apresentada, sobretudo, na importante obra do sociólogo Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933). Ali, o autor apresenta o estudo das relações raciais no Brasil e da contribuição positiva no cruzamento das raças, dada sem conflito, para a cultura.

## Bibliografia:

- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.
- BITTENCOURT, C. F. “Identidades e ensino de história no Brasil”. In: CARRETERO, M. et. al. (Orgs). Ensino de História e Memória Coletiva. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 33-52.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 1006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.
- CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHOPPIN, Alain. “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: v.30, n.3, set./dez., 2004. p. 549-566.
- FRANZINI, Fábio. “A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira”. In: NEVES, L. et. al. (Orgs.). Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 261-275.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). História e Historiadores. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha, et. al. (Orgs.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 43-61.
- \_\_\_\_\_. Em família: a correspondência de Oliveira Vianna a Gilberto Freyre. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
- MARCOS, Fernando Sánchez. “Cultura Histórica”. 2009 Disponível em: <[http://culturahistorica.es/sanchez\\_marcos/cultura\\_historica.pdf](http://culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf)>. Acesso em: 16 de abr. 2015.
- REZNIK, Luís. Tecendo o Amanhã: a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945. Dissertação de Mestrado. UFF, 1992.
- RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Versão em espanhol do texto original em alemão. En Historische Faszination. Geschichtskultur heute, editado por K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen. Keulen: Weimar y Wenen, Böhlau, 1994, 3-26. Tradução de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: <<http://www.culturahistorica.es/ruesencastellano.html>>. Acessado em: 16 de abr. 2015.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

## **Dentro dos muros da Prisão: presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no Instituto Penal Cândido Mendes.**

**Vanessa Oliveira Benedito  
Mestranda**

O presente trabalho tem como proposta expor as principais questões que procuro discutir na pesquisa na qual venho me dedicando no mestrado, que é sobre o convívio entre presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional que estiveram no Instituto Penal Cândido Mendes, localizado na Ilha Grande, entre 1969-1976. Busco refletir sobre como se deu essa convivência e a percepção que cada um dos grupos tinha do outro, ou seja, como a convivência com presos comuns era encarada pelos presos políticos e também como essa relação era vista pelos presos comuns, procuro ainda destacar os significados dessa interação diante do governo.

A decisão do envio dos presos políticos para a Ilha Grande se deu após a fuga de nove presos realizada na Penitenciária Lemos Brito no complexo penitenciário Frei Caneca, onde havia presos políticos em sua maioria sindicalistas, sargentos e marinheiros acusados de insubordinação. A fuga ocorreu no dia 26 de maio de 1969 e envolveu seis presos políticos que faziam parte da organização Movimento de Ação Revolucionária-MAR e três presos comuns.

Considerando esses presos uma ameaça, pois acreditavam que poderiam voltar para buscar mais presos e com medo de que os presos políticos que não haviam participado da fuga “politizassem” os presos comuns, no dia 29 de maio de 1969 a Superintendência do Sistema Penitenciário começou a fazer a transferência dos presos políticos que se encontravam em presídios do Rio de Janeiro para a Ilha Grande. O local foi escolhido pela sua posição geográfica que dificultava a ocorrência de fugas. (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 29/05/1969, p. 5)

De forma que o ano ia avançando as ações de luta armada se intensificaram. Nesta conjuntura, no dia 29 de setembro de 1969 foi reformulada a Lei de Segurança Nacional, entre os seus artigos estava o 27, que previa que todos os tipos de roubos a bancos e instituições financeiras independente da motivação seriam considerados crimes contra a segurança nacional e seriam julgados pelo tribunal militar. Juridicamente, a ditadura passava a tratar como presos políticos grande número de presos comuns. E ao mesmo

tempo tentava recusar o status dos presos políticos, equiparando-os (SÜSSEKIND, 2014, p. 214).

O governo militar tentava ao máximo desqualificar o status de presos políticos, pois negava a existência de presos políticos no Brasil, estes eram colocados como bandidos, desordeiros pelo governo diante na sociedade, isto era uma forma de legitimar o governo.

Segundo Eric Hobsbawm (1976, p.10), legalmente qualquer um que pratique roubos, não importando se o produto destes servir para obtenção de benefícios próprios ou para fins ideológicos, é um bandido. Assim, o Direito não diferencia assaltos de expropriações ou ladrões comuns de guerrilheiros.

Para Cátia Faria (2005, p.12), embora essa definição seja considerada muito vaga ou até mesmo simplista por historiadores e sociólogos, ela foi utilizada pelo governo ditatorial brasileiro para colocar sob o mesmo fórum legal, a Justiça Militar, aqueles cujos crimes estivessem previstos na nova Lei de Segurança Nacional, não importando se a ação fosse expropriatória ou para lucro pessoal. Não diferenciando crimes políticos de crimes comuns, os militares não admitiam haver luta armada no Brasil, ou seja, procurando legitimar-se, o governo negava a existência de presos políticos e resistência interna a ditadura.

Então, neste contexto passaram também a ser enviados para o Instituto Penal Cândido Mendes presos comuns acusados de assalto a banco sem nenhuma motivação política enquadrados na Lei de Segurança Nacional, mais conhecidos como os “Leis de Segurança<sup>1</sup>”, onde são colocados na mesma galeria destinada aos presos políticos, estes passam a ter uma convivência intensa e complexa.

Para o desenvolvimento da pesquisa uma das fontes principais utilizadas é a fonte oral, pois além da escassez de documentos alguns dos objetivos pretendidos só podem ser alcançados através dos depoimentos dos atores envolvidos na problemática analisada.

---

<sup>1</sup> É importante observar que ao longo do texto, quando utilizar a expressão “presos de lei de segurança”, estarei me referindo aos presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional, pois foi assim que eles passaram a ser reconhecidos.

Dessa forma, julgo interessante fazer algumas observações sobre a fonte oral, mostrando algumas das defesas em relação ao uso desse tipo de fonte.

De acordo com Filipe Joutard (1998), esse método se desenvolveu mais amplamente a partir do advento do gravador ainda nos anos de 1950 nos Estados Unidos e logo se difundiu pela Europa.

Todavia, até hoje ainda há resistência por parte de alguns historiadores ao seu uso. Como mostra Sônia Maria de Freitas, um dos pontos mais polêmicos ao uso das fontes orais diz respeito a sua credibilidade. Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas, pois, compõem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. Porém, para a autora a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. Na verdade, o que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem o seu significado. (FREITAS, 1992, apud THOMPSON, 1992, p. 18)

Paul Thompson em seu livro *A voz do passado: história oral* (1992), afirma que a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação.

Para o autor, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador, uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os objetos de estudos em sujeitos contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON, 1992, p.137)

Para Filipe Joutard (1998, p.33-34), mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o “indescritível, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas muito insignificantes, ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. Segundo o autor, é através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se



penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional.

Porém, Joutard coloca que para que a pesquisa oral desempenhe plenamente seu papel, precisa reconhecer seus limites e, até, fazer deles uma força. Para o autor, a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, haja ou não arquivos escritos, mas deve-se, em contrapartida, reconhecer seus limites e aquilo que seus detratores chamam de suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e mito. Estes mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses (JOUTARD, 1998, p. 34).

Joutard (1998, p.34), defende que as omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que veiculam, são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificam exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidências de que agimos muito mais em função dessas representações do real do que do próprio real.

No entanto, Verena Alberti (1990) chama a atenção para uma questão importante quando se fala em história oral. Como aponta a autora, o uso da fonte oral só é possível quando se trata de um tema contemporâneo, ocorrido em um passado não muito remoto, isso é, que a memórias dos homens alcancem para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores ou como testemunhas.

A história oral está intimamente relacionada à memória, ela centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido.

Segundo Ulpiano T. Bezerra de Menezes (1992, p.10), no senso comum a memória é vista como um mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento. A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente.

Entretanto, para o autor a memória não é redutível a um pacote de recordações, já revisto e acabado, ela é um processo permanente de construção e reconstrução, um trabalho, que está sempre em processo de resignificação (MENESES, 1992. p.10).

Como mostra Menezes (1992, p.11), também é comum se pensar a memória enraizada no passado, mas, para ele a elaboração da memória se dá no presente e para

responder os anseios do presente. É do presente, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar, a memória se efetiva no contexto social.

Um importante aspecto observado por Michael Pollak (1992, p.4), relativo à memória que deve está claro para aqueles que trabalham com a memória, é que esta é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado.

Sendo assim, quando digo que trabalho com o relato de ex- presos, tenho que ter em vista as ponderações feitas pelos autores aqui explorados, pois a fonte oral é uma ferramenta enriquecedora no trabalho historiográfico, podem trazer a tona questões antes nunca atingidas e discutidas. No entanto, esse trabalho deve consistir em uma análise crítica dos relatos, pois esses são memórias de indivíduos inseridos em um determinado contexto social, e como já dito, memórias são reconstruções do passado e não relatos fieis.

Mais do que saber a realidade dos fatos, é importante saber o porquê das omissões e distorções, pois este tem um significado. Além disso, os indivíduos podem sentir de maneira diferente os eventos dependendo da posição que ocupam na sociedade.

Logo, os relatos dos ex- presos devem ser vistos como reconstruções do passado vividos por esses atores, e não o retrato fiel do passado. Em meio a esses relatos, encontram-se indivíduos que passaram por experiências diferentes ao longo da vida e que influenciam nessa reconstrução.

### **Convívio entre presos comuns e presos políticos**

No Instituto Penal Cândido Mendes, presos comuns e presos políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional formaram um “coletivo”, onde eles discutiam estratégias de resistência e de melhoria de suas condições carcerárias, como melhoria nas condições de higiene e alimentação na prisão. Havia regras de convivência, não eram permitidos jogos de azar, estupros ou o uso de tóxicos na galeria.

Entretanto, essa interação só foi possível enquanto o número de presos políticos foi superior ao dos “Lei de Segurança”, porque alguns destes só se submeteram por estarem em minoria (FARIA, 2005).

Entre 1971 e 1972, os marinheiros que não haviam participado da fuga na Penitenciária Lemos Brito começaram a ser libertados, pois não foram incluídos na Lei de Segurança Nacional e por isso suas penas eram menores, houve também a diminuição do volume de presos políticos levados para a Ilha Grande, alguns estavam nos quartéis ou na Fortaleza de Santa Cruz, outros saíram através dos sequestros e muitos foram mortos ou “desaparecidos” pela repressão. Além disso, teve um aumento no número de presos de “Lei de Segurança”. Com isso, os presos políticos se sentiram ameaçados. Essa situação atrelada à luta dos presos políticos pelo seu reconhecimento pelo Estado fez com que estes solicitassem sua separação dos presos de Lei de Segurança, pois para eles só obteriam melhores condições de tratamento se conseguissem se afirmar enquanto presos políticos perante o Estado, e isso só seria possível se estivessem separados dos presos comuns (FARIA, 2005, p.97).

Grande parte dos presos políticos que se encontravam no Instituto Cândido Mendes no início dos anos 70, eram jovens da classe média e média alta, este fator unido ao desejo deles de se isolarem, era visto pelos presos comuns enquadrados na Lei de Segurança como elitismo.

Willian da Silva Lima preso comum enquadrado na Lei de Segurança Nacional, que esteve na Ilha Grande nos anos 70, afirma que:

Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Neste contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. O desejo de isolamento indicava, entre eles, a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distensão (LIMA, 2001, p.57).

Willian da Silva Lima que já havia convivido com presos políticos logo após o golpe em outros presídios, afirma “os presos políticos dos anos 60, que eram em sua maioria sindicalistas, marinheiros eram o povo, tinham a voz do povo, já os dos anos 70 não falavam a mesma linguagem, eram outro tipo de pessoas, da classe média”(LIMA, 2012).

André Borges também ex- preso, tem uma opinião um tanto diferente de Willian, apesar dele também afirmar que os presos políticos da geração de 70 eram em sua maioria

oriundos da classe média, como em suas palavras: “o movimento armado era na sua essência um movimento da classe média, principalmente da classe média estudantil, eram as pessoas mais esclarecidas que tinham oportunidade de ler e participar dos movimentos políticos”(BORGES, 2014). Não percebo nele uma visão clara dessa postura de isolamento dos presos políticos em relação aos presos comuns enquadrados na Lei de Segurança como característica de elitismo como defendido por Willian Lima. Ele afirma que os presos políticos e os presos comuns trabalhavam juntos por busca de melhorias nas condições do cumprimento de suas penas.

Isso se dê talvez por sua situação no cárcere, isto é, ele tem sua primeira experiência na prisão em 1958 como preso comum, acusado de praticar pequenos furtos. No entanto, a partir dos anos 60 passa a conviver com presos políticos na Penitenciária Lemos Brito e inicia sua politização, ele participa da fuga realizada na Lemos Brito em 1969 e um tempo depois volta a ser preso já incluso na Lei de Segurança Nacional. Por ter participado de algumas expropriações com cunho político passa então a ser reconhecido por muitos funcionários do sistema penitenciário e por alguns presos políticos enquanto preso político.

Falando particularmente de sua relação com os outros presos políticos, visto que ele se autointitula como preso político André diz:

Os presos políticos queriam que eu saísse da galeria de presos comuns onde fui colocado assim que cheguei à Ilha e fosse para a galeria de presos políticos, se eu estava enquadrado como preso político tinha que te tratamento de preso político igual, porque eles também me consideravam preso político e tal, o coletivo me considerava preso político, e exigia que eu estivesse junto com eles par evitar que continuassem me espancando e me matasse e tal , e começaram as auditorias e as visitas e tal começaram a pressão, aí os caras viram que deviam me trocar de galeria , aí um dia o guarda disse André é o seguinte arruma seus bagulhos que você vai pra galeria dos preso políticos (BORGES, 2014).

A pesquisadora Elizabeth Sússekind (2014, p.294) faz um apontamento interessante em relação à situação de André Borges. Segundo ela, André tinha um status complicado, estava sempre fora do lugar. De preso comum passara a político, embora mantivesse a maior parte das características de preso comum. Por outro lado, os presos comuns se impacientavam com a frequência dele junto aos políticos. Estes, por sua vez, tampouco o aceitavam bem, já que não era exatamente um preso com formação e militância política.

Neste aspecto como se observa, apesar de André Borges se considerar enquanto preso político havia certa resistência dos presos políticos na convivência com ele.

A relação entre presos comuns e presos políticos durante o tempo em que estiveram no Instituto Penal Cândido Mendes se tornou cada vez mais difícil. O estopim para que os presos políticos se separassem dos presos comuns ocorreu em 1972, quando Ricardo Duram um preso comum enquadrado na Lei de Segurança, aproveitando que seu grupo havia se tornado majoritário roubou o relógio de um preso político. Os presos políticos viram nesse incidente a possibilidade de conseguir a separação, e realmente conseguiram. Logo depois, a administração do presídio mandou construir um muro dividindo a galeria. (FARIA, 2005, p.97)

A parte da galeria destinada aos “Lei de Segurança” ficou conhecida como fundão, estes ficavam isolados tanto dos presos políticos quanto da massa de presos comuns (LIMA, 2001, p.55).

Enfim, como se observa presos políticos e presos comuns enquadrados na Lei de Segurança Nacional no primeiro momento estabeleceram uma relação mais estreita e depois houve um processo de afastamento promovido pelos presos políticos, isto, pois, estes queriam que seus direitos enquanto presos políticos fossem reconhecidos pelo Estado e acreditavam que isso só seria possível se estivessem separados dos presos comuns, o que de certa forma causou certo desconforto por parte dos presos comuns que já tinham experiência de contato com presos políticos de outras épocas. Esta é uma questão ainda pouco discutida, que pretendo aprofundar durante a realização da pesquisa.

### **Fontes:**

#### Entrevistas

Borges, André [maio-2014]. Entrevistador: Vanessa Oliveira Benedito. Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, William da Silva [março- 2012]. Entrevistador: Gelsom Rozentino de Almeida. Rio de Janeiro, 2012.

#### Periódico:

Correio da Manhã, 26/09/1969, disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>  
Acesso em 10/04/2014.

### **Bibliografia:**

ALBERTI.V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1990.

- FARIA, Cátia. *Revolucionários, Bandidos e Marginais*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2005.
- FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio in: THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.18.
- HOSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31-45.
- LIMA, William de Souza. *400 contra 1: a história do Comando Vermelho*. 2ª. ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1992, p. 9-24.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol.5, n.10, 1992, p.200-212.
- SÜSSEKIND, Elizabeth. *Estratégias de Sobrevivência e de Convivência nas Prisões do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro. FGV, 2014, p.380.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. São Paulo: Loyola, 1998.

# **O projeto de desenvolvimento do regime militar nos estados da Guanabara e Rio de Janeiro: A intervenção governamental na constituição da Região Metropolitana do Grande Rio e Ponte Rio-Niterói.**

**Vinícius Martins Pereira**  
**Mestrado / bolsista Faperj**

## **Introdução**

A ditadura militar brasileira é sem dúvida objeto de inúmeras pesquisas e publicações. Dentre elas, sobressaem as que centram seu caráter repressivo, expondo as razões, o aparato e os métodos utilizados no período para fazer calar qualquer voz opositora. Como é comum em qualquer tipo de governo, o regime militar apresentou suas ações para o desenvolvimento de obras públicas com a proposta de direcionar o país no caminho do progresso.

Os militares buscaram o rodízio dos presidentes e tentaram construir um arcabouço legal com atos institucionais que ‘ocultassem’ sua ilegitimidade. (FICO, 1997, p. 95) O que mais chama atenção neste período da política brasileira, é o modo como se deu o esforço do governo federal em prol de “legitimar o ilegítimo” (SKIDMORE, 2000, p. 225), com a construção de obras faraônicas, como a ponte Rio-Niterói.

E a partir desse carácter que o regime militar impões de maneira arbitrária outros projetos como a construção das regiões metropolitanas em algumas áreas do país, tais como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belém, Fortaleza e Guanabara-Rio. Porém, no caso da região fluminense havia não somente interesses políticos com também econômicos, que fizeram com que regime agisse prontamente para manter sob o seu controle os estados do RJ e GB, onde o partido da oposição (MDB) se mantinha resistente.

Assim, neste texto procuramos indicar determinadas intenções do governo para o desenvolvimento capitalista da região, compreendendo o seu sentido e também apontando características determinantes da política dos estados.

## **A soma dos heterogêneos: O projeto do Grande Rio e seus efeitos para fusão**

A constituição da Região Metropolitana do Grande Rio foi instituída pela Lei Complementar nº 20 de 1º de julho de 1974, que também unificou os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Esta lei manteve os mesmos mecanismos de gestão

apresentados na Lei Complementar nº 14 de junho de 1973, aplicando-se o disposto nos Artigos 5º e 6º a saber:

Art. 5º – Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região:

I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II – uso do solo metropolitano;

III – outros serviços incluídos na área de competência do conselho deliberativo por lei federal.

Art. 6º – Os municípios da região metropolitana, que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos federais e estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos.<sup>1</sup>

Figura 1



**Fonte:** Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj).

As Regiões Metropolitanas sempre estiveram vinculadas aos objetivos de centralização e controle do território, portanto marcas do autoritarismo. Este formato pouco pluralista contrariava frontalmente o clima do final dos anos 80 e a agenda da redemocratização. (SOUZA, 2004, p. 71).

E a partir de uma estratégia centralista dos governos Costa e Silva e Médici com a perspectiva de integrar o planejamento e desenvolvimento econômico e social do país, que se dá início ao projeto de criação das regiões metropolitanas dirigidas a nove capitais

<sup>1</sup> Artigos referentes ao projeto de Lei nº 14, no que diz respeito a criação das regiões metropolitanas no país. O desenvolvimento das áreas metropolitanas no país estava condicionado a estes critérios.



brasileiras, que junto a outros projetos do governo daria início ao “milagre econômico.” (MENDONÇA, 1985, p. 45)

O desenvolvimento das regiões metropolitanas está relacionado a ideia de espaço “como um meio, um instrumento, uma mediação, e que este é um instrumento político controlável, do Estado, de uma classe dominante, ou dos tecnocratas, mas também direcionada a reprodução da força pelo consumo.” (LEFEBVRE, 2008, p. 46) Assim, as regiões metropolitanas instituídas pelo governo seriam integradas a uma política urbana nacional.

A própria viabilização do projeto das regiões metropolitanas no país, exigiu do governo federal a estruturação de um grande planejamento. Foi então que o governo fixou um modelo econômico no padrão produtivista. Segundo este padrão, “um país subdesenvolvido precisava criar as melhores condições possíveis para os investimentos, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a “arrancada” do desenvolvimento econômico.” (ALVES, 1987, p. 146) Foi a partir de um desejo de centralização das forças políticas da GB e RJ, que o governo decretou a Lei Complementar nº 14 de 8 de junho de 1973, a criação das regiões metropolitanas no Brasil.

No caso da RM do Grande Rio, a iniciativa do governo federal se inseria numa estratégia geopolítica do presidente Médici de descentralizar as atividades industriais alocadas na região metropolitana do estado de São Paulo e transformar o novo estado no segundo polo econômico do país.

O projeto de desenvolvimento do Grande Rio viabilizaria para o futuro novo estado do Rio quatorze municípios, que juntos formariam a segunda maior economia do país, perdendo apenas para região do ABC paulista em São Paulo. Porém, havia riscos no desenvolvimento região metropolitana, por tentar unificar a economia de dois estados tão distintos. De antemão o governo federal estava assumindo um risco, pois com a união da economia dos estados, “a dívida conjunta entre a GB e o RJ com a União atingiria um total de cerca de Cr\$ 3 bilhões e 700 milhões.”<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Durante os anos 70, o projeto da fusão se tornou objeto de estudos do governo federal, na busca por uma fórmula de natureza jurídica especial para a estabelecimento da Região Metropolitana do Grande Rio, até então a única excluída entre as oitos criadas no projeto de lei enviado ao Poder Legislativo pelo presidente Médici.

Outro grande impasse em vista da implantação do Grande Rio era o repasse do ICM (Imposto de Circulação de Mercadoria). Para os técnicos da Secretaria Estadual de Planejamento, a Guanabara temia as consequências da instituição do Grande Rio, pois ao unir a economias das duas áreas o próximo passo seria à fusão entre os estados, o que acarretaria graves prejuízos para o governo da Guanabara, “tendo uma redução de 72,77% da receita orçamentária. A consequência seria o fato de que a Guanabara, após a fusão, seria transformada em município, ao qual caberia apenas 20% do total do ICM recolhido em sua área.”<sup>3</sup>

Mesmo diante dos problemas administrativo e econômico entre os estados, o governo não deixou de apoiar a ideia de construir a RM que proporcionaria à fusão entre o Rio e a Guanabara. Em um de seus discursos o presidente Médici se pronunciou a respeito, dizendo que o novo estado do Rio e seu governo “terá o respaldo do Governo Federal para a realização das grandes obras indispensáveis (...)”<sup>4</sup>

Se comparada as outras regiões metropolitanas que estavam em desenvolvimento país a fora, a do Grande Rio foi a única que teve sua aprovação por diversas vezes adiada, em decorrência dos problemas de se unir duas áreas de estados diferentes. Tal proposta para criação da RM do Grande Rio, acabou gerando debates acalorados entre os políticos cariocas e fluminenses. Assim como o debate a respeito da fusão e suas consequências para a GB e o RJ, a questão da RM foi colocada em pauta entre os parlamentares. Políticos da oposição e de apoio ao governo federal, tinham opiniões muito diferentes a respeito do Grande Rio, tendo por vezes ocorrido debates sobre seus possíveis impactos na economia e política da região.

Entre os defensores da criação da RM, havia o vice-governador da Guanabara, o sr. Erasmo Martins Pedro (MDB-GB). Para o vice-governador a criação da Região Metropolitana, seria a curto prazo a melhor solução para ambas as regiões, pois integraria o complexo econômico formado pelos dois estados, já que “o assunto fusão realmente apresenta tantas implicações de ordem social, econômica, financeira, política e histórica,

---

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> O presidente Médici em vários momentos referendou a criação da Região Metropolitana do Grande Rio como passo importante para o avanço da economia da região, tendo como principal alvo a criação de novos polos industriais.

que qualquer manifestação sem o exame de profundidade poderia ser leviana. Pessoalmente, julgo válida a experiência das Regiões Metropolitanas.”<sup>5</sup>

Por outro lado, parlamentares como senador Nelson Carneiro (MDB-GB), achava que antes de tomar qualquer atitude que viesse a prejudicar a administração e a economia dos estados, era necessário estudar mais o projeto de Lei nº 14 que proporcionaria a criação da área metropolitana do Grande Rio. Segundo o parlamentar “ao seu ver, seria uma medida mais econômica, embora reconheça que a constituição de uma região abrangendo dois estados seja bastante complexa.”<sup>6</sup>

Embora neste momento fosse inconcebível para alguns parlamentares e a população do Rio e da Guanabara prever a Região Metropolitana e sua função na economia dos estados, a demora na tramitação do projeto de Lei Complementar nº 14 no Congresso Nacional, se demonstrou um ano após como indício efetivo de que a fusão estava por vir.

Seria impossível que o governo federal simplesmente esquecesse o grande Rio quando partiu para a criação de áreas metropolitanas. Faltava o mecanismo legal que eliminasse o problema, que era a constituição de área metropolitana compreendia municípios e cidades de dois estados tão diferentes. Qualquer mudança implicaria uma interferência direta na autonomia dos estados, garantida pela Constituição de 1946. No entanto, a partir da Constituição de 1967, onde passou a ser de exclusiva competência da União a criação de estados e territórios no país, garantiu ao governo federal o poder de agir legitimamente para a criação do Grande Rio e posteriormente o novo estado do Rio.

Logo, somente com a posse do presidente Ernesto Geisel, e a consequente aprovação no Congresso do projeto de lei da fusão entre a GB e RJ, é que se estabeleceu de fato a criação da área metropolitana. Porém, é preciso que fique claro, que a constituição do novo estado do Rio, apenas foi possível em decorrência da área metropolitana.

---

<sup>5</sup> Erasmo dizia que o esvaziamento econômico da Guanabara era decorrência da falta de dinamismo dos ex-governantes para estimular a construção de polos industriais em bairros como Santa Cruz, Bangu, etc.

<sup>6</sup> A decisão do governo, de incluir o Rio e a Guanabara entre as regiões metropolitanas, solucionaria muitos dos problemas enfrentados por cidades da Baixada Fluminense seriam resolvidos.

### **Ponte Rio-Niterói: o primeiro pilar da fusão entre a Guanabara e o Rio**

A história do planejamento econômico no Brasil ganhou novos arredores a partir da tomada do poder pelos militares em 1964. Ainda que a política de industrialização brasileira adotada nas décadas anteriores não tinha sido literalmente modificada, a capacidade técnica acumulada durante esse período favoreceu para o aprofundamento do planejamento do governo que ganhou nova força, tendo a seu favor a preeminência incondicional do Poder Executivo, especialmente na década de setenta.

Foi durante o governo do presidente Castelo Branco que se deu início ao projeto de reestruturação da economia nacional. Castelo Branco qualificava o momento do país como “orgia inflacionária”, se referindo à política econômica do antigo governo (João Goulart), vindo este a assumir “a tarefa gigantesca de reconstruir economicamente o país”. Tendo em vista a correção dos problemas advindos da administração do governo Goulart, Castelo Branco desenvolveu o Programa de Ação Econômica do Governo, que tinha com objetivo de estabilizar a economia visando a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico do país. E foi durante esse processo de desenvolvimento econômico que se deu início a formação do elo entre os estados do Rio e da Guanabara, com a construção da ponte Rio-Niterói.

Em 23 de agosto de 1968, quando o decreto foi assinado pelo Presidente Costa e Silva com apoio do Ministro dos Transportes Mário Andreazza, que foi possível pensar a construção da ponte Rio-Niterói. A partir desse momento a ponte Presidente Costa e Silva, conhecida popularmente como ponte Rio-Niterói, que ligaria os municípios do Rio de Janeiro aos de Niterói, se tornava uma realidade.

Para a construção da ponte o governo federal estabeleceu o consórcio financeiro com o banco inglês M. Rotschild & Sons. Assegurado o financiamento da obra, o governo foi em busca de empresas nacionais e estrangeiras que pudessem oferecer o suporte necessário para a construção da ponte Rio-Niterói. Assim, a o governo federal e sua equipe de planejamento liderada pelo Ministro dos Transportes Mário Andreazza escolheram no início das obras “o Consórcio Construtor Rio-Niterói, formado pelas empresas Construtora Ferraz Cavalcanti, Construtora Brasileira de Estradas, Servix de Engenharia e Empresa de Melhoramentos e Construção.” (RAUTENBERG, 2011, p. 348)

Iniciada em janeiro de 1969, a ponte Rio-Niterói surgiu como uma alternativa para os problemas econômicos nos dois estados. Seu desenvolvimento mais tarde seria

atrelado a criação da Região Metropolitana, que juntos seriam responsáveis para fortalecer a ideia de unir o Rio e a Guanabara, tendo a seu favor o equilíbrio político-econômico.

Figura 2



**Fonte:** Montagem do vão lateral da Ponte Rio-Niterói, mai. 1973. Foto: Rubens Seixas/Acervo O Globo.

Durante os primeiros meses da obra montou-se uma verdadeira cidade na baixada calorenta da Ponta do Caju, no Rio. “Onde havia apenas terrenos baldios surgiram fábricas de concreto, unidades de proteção de vigas, imensos depósitos de maquinarias e centros de processamento de dados. A ponte preparava-se para invadir o mar.”<sup>7</sup>

Mesmo com a posse de Emílio Garrastazu Médici em outubro de 1969, o andamento da ponte Rio-Niterói se manteve, porém a construção sofreria atraso. “Durante os últimos seis meses, teria se desenvolvido uma luta silenciosa e repleta de termos técnicos e documentada com plantas e equações sofisticadas envolvendo o consórcio construtor, a firma projetista – o escritório Antônio Alves Noronha Filho – e o DNER. Essa batalha movimentada evolui, segundo a revista, em pouco tempo, dos entendimentos ríspidos para os ofícios incisivos, até que no dia 1º de dezembro, o consórcio construtor perdeu parte da obra por decisão do conselho administrativo do DNER.” (RAUTENBERG, 2011, p. 293)

---

<sup>7</sup> A matéria publica pela Veja, dava a entender sobre as irregularidades na relação entre o governo e o consórcio construtor, através das afirmações da inexistência de qualquer notificação ou de multa contratual, o que reforçava indiretamente o pedido de uma CPI pela oposição.

Assim, em fevereiro de 1971, tendo Consórcio Construtor Rio-Niterói descumprido o prazo para entrega de 30% da obra, fez com que o governo federal e o Ministro dos Transportes Mário Andreazza rescindissem o contrato, tendo transferido a licitação para o Consórcio Construtor Guanabara, formado pelas empresas Camargo Correa, Rabello S.A e Mendes Júnior que ficaram responsáveis pela finalização das obras.

No entanto, os problemas provenientes da rescisão do contrato com o Consórcio Construtor Rio-Niterói responsável pela construção ponte, acabou gerando certa desconfiança sobre a condução da obra de responsabilidade do Ministro dos Transportes Mário Andreazza. Foi então, que diante dessa situação, o líder da oposição, o deputado Oscar Pedroso Horta (MDB-GB) solicitou a abertura de uma CPI para averiguar possíveis problemas orçamentários na construção da ponte Rio-Niterói. Para Horta “a oposição cumpria o imperioso dever, no exercício de sua função fiscalizadora, de averiguar o que ocorre no tocante à construção da aludida ponte. Assim, uma Comissão Parlamentar de Inquérito solucionaria a dificuldade com que nos defrontamos.”<sup>8</sup>

Contudo, para Abertura da CPI, era necessária a participação dos parlamentares da Arena, já que o número regimental exigido era de 103 deputados, onde o MDB tinha somente 87. Porém, o líder da Arena, o deputado Geraldo Freire (Arena-GB) deixou claro que nem ele ou qualquer parlamentar da Arena iria apoiar a abertura da CPI. Para Freire, a Comissão Parlamentar de Inquérito funcionaria apenas como instrumento de impacto a favor da oposição, que estava mais “interessada em promover escândalos do que conhecer a verdade.”<sup>9</sup>

Diante da impossibilidade da abertura da CPI, o deputado Lizáneas Maciel (MDB-GB), de quem partiu a ideia de constituição de uma comissão parlamentar de Inquérito sobre a construção da ponte Rio-Niterói, manifestou descrença quanto à possibilidade de

---

<sup>8</sup> A matéria publica pelo Globo, fazia referência o início da construção da ponte Rio-Niterói, que demonstra o primeiro passo de interligar os dois estados.

<sup>9</sup> O líder governista do partido do governo falou sobre as razões que levaram a bancada da Arena a não apoiar a criação da CI. O parlamentar frisava que o aqodamento dos opositoristas aparentava que o MDB advogava interesses de firmas construtoras, e que tal proposta não representava o desejo da maioria.

levar adiante a iniciativa. A seu ver, o Governo deveria ser o primeiro a se interessar pelo esclarecimento dos fatos, para provar que “nada há de inconfessável”<sup>10</sup>.

### **Considerações Preliminares**

Assim, este trabalho cumpri de maneira breve, a função de analisar a inserção da área metropolitana do Grande Rio e Ponte Rio-Niterói sob o contexto da fusão entre os estados do Rio e da Guanabara, onde se fez presente com a intervenção do regime militar.

Na primeira parte, nos atemos a questão da área metropolitana do Grande Rio, tendo em vista que o seu projeto de desenvolvimento se demonstrou como precursor da fusão entre o Rio e a Guanabara. Procuramos esclarecer as propostas econômicas aludidas pelo governo federal para ambos os estados, tendo por ver vezes surgido o desagrado da oposição (MDB) sobre os possíveis impactos do projeto nos dos estados da União, o que levou ao adiamento do Grande Rio, quando aprovada a Lei Complementar nº 14, que se refere a criação das áreas metropolitanas e seus respectivos estados.

Já na segunda parte, nos debruçamos sobre uma das obras faraônicas do regime militar, a ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como ponte Rio-Niterói. A ponte Rio-Niterói possuía um caráter diferenciado em relação às outras obras (Transamazônica e a hidrelétrica de Itaipu) de mesmo período, por se tratar de uma obra que além de criar um elo econômico entre os estados do Rio e da Guanabara, seria após a sua conclusão, responsável confirmação da fusão.

Cabe aqui ressaltar, que a decisão do governo federal no que diz aos projetos da RM do Grande Rio e ponte Rio-Niterói, se inserem em fatores mais amplos, que se caracterizam por uma tendência forte ao centralismo, o crescimento econômico e ao mesmo tempo a indiferença com política tradicional dos estados, o que facilitou a tomada de decisão pelo regime militar.

Assim concluímos que, findada em março de 1974, a construção da ponte Rio-Niterói, seguida pela criação da RM do Grande Rio, sobre aprovação da Lei Complementar nº 20, que assegurava à fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da

---

<sup>10</sup> Diante da intervenção do Governo Federal, o deputado Lizáneas Maciel descartava a possibilidade da abertura de um CPI, que poderia revelar os erros do projeto, o que demonstraria sua total inutilidade para o desenvolvimento da economia do RJ e GB.

Guanabara, foi que o governo federal conseguiu concluir o plano de integração político-econômico entre os estados, ao ponto que, as críticas sobre os projetos e propriamente à fusão entre o RJ e a GB começaram perder forças, já que era nítido naquele momento de que não havia mais nada a ser fazer.

**Fonte:**

Jornal do Brasil 1974

O Globo 1970-1974

Revista Veja. Ponte vista do panorama. (Seção Brasil). Edição 126 - 03/02/1971.

Leis, Decretos, etc. Lei Complementar nº20, de 1º/7/74. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios e a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara. Diretrizes para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1975.

**Bibliografia:**

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Ed. Vozes, 4ª edição, 1987.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RAUTENBERG, Edina. *A REVISTA VEJA E AS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (1968-1978)*. 2011. 422 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Rondon, 2011.

SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. Trad. Raul Fiker. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, Celina. *Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político*. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 59, 137-158, 2003.



## **Casos de curandeirismo na 3ª Visitação Inquisitorial (1763-1769): o sincretismo religioso – mágico na região do Grão-Pará.**

**Virginia Goudinho de Souza Silva  
Mestranda / bolsista Capes**

Esta comunicação tem o intuito de analisar três casos de curandeirismo denunciados da visita Inquisitorial do Santo Ofício ao Brasil na região do Grão-Pará, entre 1763 e 1769. Abordaremos os casos da índia Sabina, acusada de feitiçaria por curar indivíduos atingidos por supostos feitiços, da mulher branca Ludovina e do índio Domingos de Souza.

Além de perseguirem os cristãos-novos – judeus convertidos ao cristianismo, mas que continuavam praticando sua religião -, o Santo Ofício Ibérico foi responsável pela perseguição de outros hereges, considerados culpados de crimes contra a moral e a Igreja Católica como, os feiticeiros, sodomitas, bígamos, luteranos, etc. O crime de feitiçaria era um dos perseguidos pelo Santo Ofício, desde a sua instituição, no entanto, só veria a ser regularizada como heresia no Regimento de 1640 (Livro III, capítulo XIV):

“se alguma pessoa fizer feitiçarias, sortilégios, ou adivinhações usando de cousas, e superstições heréticas, incorrerá nas penas de excomunhão, confiscação de bens, e em todas as mais, que me direitos estão postas no crime de heresia e contra ela procederão os Inquisidores na mesma forma, que procedem contra os hereges, e apostatas de nossa S. Fé” (SIQUEIRA, 2007, p. 855)

O Santo Ofício e toda a documentação que esta instituição nos legou permite que se possam enxergar os variados aspectos e características que constituíam as relações sociais que marcavam os locais onde se estabelecia. Ao longo do século XVIII, o Tribunal do Santo Ofício sofreu profundas transformações. Até interpretações dos delitos perseguidos mudaram, e os mais radicais foram aqueles relacionados à feitiçaria que agora perdiam seu teor mágico e eram comparadas ao charlatanismo.

José Lapa fez algumas considerações sobre os objetivos da visitação ao Grão-Pará, como: a) atemorizar e controlar a prosperidade dos cristãos-novos; b) promover o revigoramento da fé; c) combater o relaxamento moral que era percebido na sociedade paraense e d) repreender o clero. (LAPA, 1978, p. 27-29)

Outros autores também sugeriram razões para esta Visitação, como Ronald Raminelli, apontando que o Santo Ofício, destituído de poder e de sua autonomia, através da política regalista do período pombalino, atuou no contexto de secularização do governo das aldeias em favor dos ideais ilustrados, denotando claramente a submissão da Igreja

aos interesses da Coroa Portuguesa.(DOMINGUES,2005,p.7) O objetivo inquisitorial era como afirma Ronaldo Vainfas, depurar toda e qualquer mentalidade popular através da demonização dos sincretismos religiosos, na cassação das ofensas morais às famílias e aos temíveis desejos heréticos.(VAINFAS, 1989, p. 248)

O Grão-Pará do século XVIII recebeu a IIIª Visitação do Santo Ofício no período que se prolongou de 1763 a 1769, sob o poder do Visitador Giraldo José de Abranches. Esta foi a mais longa de todas as Visitações à colônia brasileira de que se tem conhecimento, e deve ser compreendida no âmbito do seu contexto, das reformas pombalinas e para os planos de desenvolvimento que o Marquês tinha para esta região, ainda pouca explorada.

Na Visitação à região do Grão-Pará, percebemos uma diminuição da perseguição aos cristãos-novos em relação a períodos anteriores, e o aumento da perseguição aos praticantes da feitiçaria. Os curandeiros paraenses empregavam um amplo arsenal de rezas e procedimentos rituais sincréticos, que incluíam desde práticas indígenas até os exorcismos da Igreja. As práticas mágicas e as feitiçarias encontradas na colônia brasileira e denunciadas (ou confessadas) ao Santo Ofício eram frutos das interações culturais que criavam um novo espaço na colônia, elementos vindos de diferentes regiões e culturas eram aqui reinventados e reinterpretados, num espaço caracterizado essencialmente pelo hibridismo cultural.

Das práticas mágicas processadas pela Inquisição na Visitação ao Grão-Pará, as de cunho curativo foram as que se manifestaram, em termos quantitativos, com maior proeminência. Um indício da importância social dos curandeiros reside na enorme quantidade de pessoas denunciadas e que confessaram a este tipo de prática, mencionadas como pacientes ou testemunhas. Para melhor esclarecer o papel dos curandeiros na sociedade paraense, e suas atuações no cotidiano da colônia irei apresentar três casos de réus processos por este delito.

Para iniciar a análise destes processos será importante apresentar primeiramente o conceito de curandeirismo e curandeiro, tal como estabelecido por Timothy Walker (WALKER, 2004, p.223-237). Segundo Walker, curandeiros são indivíduos que confiaram seus poderes de curar em “ritos supersticiosos, caseiros e misturas para efeito de curar moléstia.” (Ibid, p. 228) Inicialmente o termo curandeiro e curandeirismo carregavam um sentido fortemente pejorativo, sendo referido como algo relacionado ao charlatanismo, ou de um médico que se utiliza do sobrenatural para basear suas curas.

Muito se discutiu a razão de ter existido no Brasil tantos indivíduos que se dedicaram às práticas de cura. A autora Márcia Ribeiro defende a hipótese de que isto ocorria devido à falta de médicos, principalmente em locais mais isolados. Os médicos eram insuficientes para atender toda a demanda de pacientes que os procuravam. O acesso aos profissionais habilitados era um privilégio, pois estes ficavam concentrados principalmente nas cidades e nas vilas mais populosas, essa situação ocorreu durante grande parte do período colonial.

Os quintais das casas passaram a ser um espaço privilegiado para a transmissão do conhecimento curandeiro. Havia uma lógica no uso destas plantas, a “afinidade de uma planta com um efeito era resultado de um princípio de semelhança morfológica e nominal” (CARNEIRO, 11994, p.73), denominada de “teoria das assinaturas”, que segundo Keith Thomas, seria a “crença de que toda planta tinha um uso humano e que sua cor, forma e textura seriam destinadas a dar alguma indicação externa desse uso.”(THOMAS, 1988, p.100)

Ervas com efeito afrodisíaco ou alucinógeno, tão comuns nos tratamentos empíricos, recebiam, paulatinamente, restrições para comercialização, o que Henrique Carneiro chamou de “medicalização do pecado”(Ibid, p.41) – ou, talvez, uma cristianização das drogas, pela ortodoxia escolástica dos saberes botânico e médico portugueses.

Importante salientar que o desenvolvimento destas práticas de curas populares, foram, sem dúvida, provenientes de uma intensa interação cultural. A passagem de tradições e crenças culturais foram muito presentes no cotidiano luso-brasileiro, e como tal, é cabível afirmar que essas práticas se desenvolveram atrás das trocas de conhecimentos entre os escravos, indígenas, religiosos e demais indivíduos, com adaptações e mudanças, provenientes com o tempo.

Os indivíduos que realizavam as práticas de cura podiam ser divididos em dois grupos: os que exerciam as curas profissionalmente e aqueles que se utilizavam eventualmente destas práticas. A interação desses praticantes junto a uma classe social mais alta também demonstra a influência destes na sociedade.

Uma das curandeiras, que se tornou vítima das acusações inquisitoriais, foi a índia Sabina, uma ex-cativa, que foi denunciada duas vezes em 1763 e uma terceira vez em 1767. Sabina circulava por todas as camadas sociais, tratando tanto indivíduos de

posse, como lavradores, sapateiros e militares, aceitando como clientes aqueles que requisitassem seus serviços.

O primeiro denunciante foi Manuel Souza Novais, que procurou seus serviços devido a alta mortalidade de seus escravos, que segundo ele, eram resultados de “malefícios e feitiçarias que se faziam, pela razão de se encontrarem pelas arvores de cacau uns embrulhos de cousas desconhecidas”. (LAPA, 1978, p. 165). O denunciante afirmava que a ré era famosa por “descobrir e desfazer feitiços”. (Ibid, p. 165).

A segunda denúncia foi feita por Domingos Rodrigues, que disse ter ouvido que a ré “tinha virtude para descobrir, e curar os males ocultos” (Ibid., p.172) usando “defumadouro, esfregando depois com as mãos por todo o corpo dele [...] bichos vivos como lagartinhos, [...] e que pedindo agua benta metendo nela a mão fora com os dedos da boca do doente, e tinha e dela extrair hum lagarto.” (LAPA, 1978, p. 172) Mesmo assim, sua mulher não havia melhorado, e Sabina aconselhou que ele buscasse "os exorcismos da Igreja". Nesta mesma denúncia, o denunciante relatou que a ré havia sido chamada até a casa do então governador João de Abreu Castelo Branco, e que na sala onde o doente se encontrava, fez um buraco na parede de onde tirou um embrulho onde encontrou vários ossinhos e outras coisas mais que não lembrava. Para curá-lo, os procedimentos que a índia teria utilizado incluíram desta vez, um cachimbo, com o qual fez o defumadouro para extrair bichos vivos. O denunciante afirmou que ele e o governador “ficaram suspeitando mal da dita índia por verem que ela adivinhava o oculto.” (LAPA, 1978, p. 173) E quando perguntado há quanto tempo a conhece respondeu que: “haverá quinze anos e a tem por hum fina bruxa e feiticeira porquanto não tem virtudes para descobrir as cousas ocultas.” (Ibid., p.172) Antes da publicação do Edital da fé, a ré era vista como mulher de virtudes, uma mulher abençoada, mas passou depois uma feiticeira com grandes conhecimentos.

Na última denúncia, a índia passou a incorporar às suas práticas mais elementos religiosos, sem abandonar as habituais, tornando assim suas curas, mais “aceitáveis” aos olhos de seus clientes, inclusive do denunciante deste caso, que declara estar insatisfeito por ter sido obrigado a denunciá-la.

O denunciante Raymundo José de Bitencourt, por se encontrar muito doente, chamou-a. Neste procedimento, a índia Sabina utilizou-se de um cachimbo, e saindo da boca dela o fumo, lançou algumas palavras incompreensíveis e outras como: Espírito Santo, Virgem Maria e Filho. O denunciante admitiu ainda ter chamado outra vez pela

índia, desta vez, para sua mulher, para a qual a ré preparou uma bebida que fez com que tivesse vômitos e lançasse fora, entre outras coisas, “cinco ou seis caracóis ou cascavéis”. (Ibid., p.268)

Tanto Domingos Rodrigues e Manoel Novais, acreditavam nas curas que fazia a índia, entretanto, depois de terem visto o Edital da Fé, relataram que tudo isso não poderia ser obra de Deus, senão do Diabo. Na primeira denúncia temos um procedimento caracteristicamente indígena, como o uso de ervas, e já na segunda e terceira, houve a incorporação de elementos católicos, como o exorcismo e a água benta. (GODOI, 2014, p. 245) Este caso é exemplo de uma religiosidade colonial que misturava características tanto pagãs como católicas, que até hoje marca a sociedade brasileira.

Domingos de Souza tinha estatuto social de índio, era casado com a índia Bernardina, estava a serviço da fazenda de Manoel Portal de Carvalho, na fazenda Utinga. E foi justamente o Sr. Manoel P. de Carvalho, alferes de 26 anos, que se apresentou na Mesa Inquisitorial para denunciar o índio por rituais de curandeirismo em 30 de julho de 1764.

Contou que há cerca de um mês e alguns dias que chegara aos seus ouvidos a notícia de que na sua fazenda havia alguém realizando operações suspeitas contra a religião católica, e logo descobriu se tratar do índio Domingos. Conta que tinha várias testemunhas das tais operações e que o índio já vinha realizando estas curas por anos, por meios insólitos e suspeitos.

O denunciante relata que numa noite, o índio fora na casa de uma pessoa doente coberto de penas de aves e começou a tocar “hum cabacinho que pela Lingua Se chama Maraca, metido em hum paõ com algumas pedrinhas dentro com que fas Sonido.” (LAPA, 1978, p. 223). E enquanto toca a dita maraca, sua mulher e uma outra que os acompanhava, falavam algumas palavras e cantavam (Ibid, p. 223). Depois, as luzes se apagaram e ouviram uma voz desconhecida, ao qual o índio fazia perguntas para descobrir a moléstia que atacava o doente. O denunciante disse não saber os resultados da cura, e ainda que ouviu dizer que Domingos já tinha feito curas também na enferma Antonia, mulata casada com o índio Alexandre, da mesma fazenda. Quando perguntado sua opinião acerca do denunciado disse: “sua crença não faz boa nem má opinião ainda que elo que elles obraõ desconfia de que sejaõ verdadeiros Catholicos porque também não são bons os seus procedimentos...” (Ibid, p.224).

O índio Domingos de Souza, assim como outros índios e alguns negros, realizavam rituais indígenas de possessão, “operação de feitiçaria invocando o demônio, fingindo que fazem descer espíritos (...) descobrindo as encobertas, pretendendo, por este meio, curar e sarar enfermos.” (SOUZA, 2009, p. 358-359). Ludovina Ferreira era uma mulher branca que assimilara a magia curativa dos indígenas, promovendo curas, inclusive, ao lado do índio Antonino. As práticas de curas mágicas muitas vezes eram transmitidas por meio das relações sociais ou familiares que existiam entre os praticantes desta arte.

Ludovina Ferreira era viúva, de 60 anos de idade, moradora de Belém do Pará, foi acusada de feitiçaria. Assim como Sabina, podemos atestar que era uma curandeira “profissional”, sendo constante na atuação de curas por práticas mágicas. Foi denunciada mais de uma vez, entre elas pela mulata Inês Maria no dia 14/10/1763, onde contou que em 1743, estando na casa de Mariana Barreto, que sofria com hemorragias, foi chamada a dita Ludovina. Logo ao entrar, apalpou o ventre e não tem a denunciante lembrança do que aconteceu depois, pois saía do quarto. Mas logo soubera que a dita Ludovina teria usado uma “maraca ou chocalho de hum cabacinho pequeno atravessado com huma flexa que lhe Servia de cabo” (LAPA, 1978, p. 159), e começara a cantar numa língua desconhecida, que costumam usar os pagés ou "mestres de feitiçaria", contou a denunciante. Ludovina concluiu que a causa da enfermidade era feitiçaria. Retornou a casa da enferma outra noite, desta vez em companhia de dois índios, e um deles a denunciante reconheceu como o índio Antonino, que foi da casa de Jeronimo Roberto, oficial oleiro.

Ludovina junto com dos dois homens, levou a enferma até um quarto escuro da casa, onde cantaram e começaram a tocar as maracas. Logo começaram a ouvir estrondos pela casa, e ao mesmo tempo “os tais índios ou alguns demônios” (LAPA, 1978, p. 160) começaram a fazer barulhos. E logo se ouviu uma voz com a que conversava respeito da cura para a enferma. Segundo a denunciante, este ritual se repetiu por diversas noites, até que uma noite o índio Antonino teria caído “sem sentido como morto” (LAPA, 1978, p. 160). Ludovina, no dia seguinte, o acordou utilizando um ritual que envolveu fumaça e o tocar do chocalho, batendo com ele no corpo do índio, até levantar-se. A denunciante afirmou que nunca esqueceu as vozes das entidades que Ludovina consultava em seus rituais, e que fez a denuncia por entende ser sua obrigação, depois de ler o monitório e o edito da fé.

A segunda denúncia contra Ludovina partiu de Constança Maciel (LAPA, 1978, p. 175), viúva do cabo de canoas Manoel Tomás, em 22 de outubro de 1763. Relatou fatos que presenciou por volta do ano de 1730. Estando na casa da amiga Mariana de Mesquita, que se encontrava doente, foi mandado vir Ludovina Ferreira, que acompanhada do índio Antonino, fez cura semelhante ao caso já relatado. Desta vez, contudo, os acontecimentos se desenrolaram de maneira diferente: Ludovina, avisada pelos pajés ou demônios, detectara os feitiços, causa dos padecimentos da enferma, e procedera à sua anulação. Também nesta ocasião o índio Antonino se estatelara como morto - ou como em transe, pernoitando no local do tratamento, sendo de lá retirado por Ludovina. (PASCHE, 1995, p.137) A denunciante concluiu, após presenciar estes atos, que Ludovina e o índio Antonino teriam trato com o demônio, em razão dos rituais que realizavam. Nos autos da Visitação, Ludovina foi acusada de mais quatro curas, além do crime de curandeirismo, era transgressora das normas sociais da colônia por ser mulher branca mantendo um relacionamento amoroso com um índio. Um dos seus outros denunciantes foi Inácio Coelho Brandão, filho de Mariana de Mesquita, no dia 28/04/764 também por realizar curas mágicas que o denunciante teria presenciado. E também por Valéria Barreta, cativa de D. Mariana Barreta, mulher enferma do primeiro processo apresentado, em 3 de janeiro de 1764.

A apresentação destes três casos de réus perseguidos e condenados pelo Tribunal do Santo Ofício visou demonstrar e exemplificar a magnitude da diversidade e da circularidade de saberes e conhecimentos na colônia brasileira. A circulação cultural de ideias e saberes foi marca da relação entre colônia e metrópole, desde o início da colonização.

As várias formas de práticas mágicas existentes na colônia permitiam tornar menos ásperas e ameaçadoras a realidade daquela sociedade. Eram importantes elementos das relações sociais que aqui se formavam ao mesmo tempo em que velavam pela afetividade dos colonos, uniam e desuniam, causavam e curavam feridas amorosas, sempre permitindo a criação de uma nova perspectiva de vida. Nos discursos vistos nas denúncias e confissões podemos perceber a tensão entre a naturalização e a demonização das práticas cotidianas de cura, onde em um momento uma prática curativa é atribuída como uma virtude, atribuída a vontade de Deus, mas que em seguida passa a ser atribuída a “arte diabólica.” Esse é o efeito do Edital de Fé documento que, pregado nas portas das

igrejas, podia influenciar as mentes dos colonos. Aqui podemos perceber o temor e o poder que o Santo Ofício empregava sob a população colonial.

Os rituais indígenas, que ao mesmo tempo ganhavam, sob o imaginário europeu, um caráter demoníaco e transformava seus praticantes em feiticeiros ou pessoas com familiaridades com o demônio, e eram também vistos como práticas de cura e salvação das mais temíveis enfermidades. As tradições mágicas que um dia tinham sido comuns na tradição popular europeia ganham aqui na colônia novos contornos e novas interpretações. (SOUZA, 2009)

A mentalidade extremamente religiosa e supersticiosa dessa sociedade confiava que o corpo humano estava sujeito as intervenções supernaturais, que eram por eles entendidos como as feitiçarias, a invocação de espíritos malignos, a prática de sortilégios e etc., a sociedade do período colonial estava contaminada por este imaginário. A fé nos poderes sobrenaturais ajudava a explicar o surgimento das doenças e justificava vias terapêuticas que associavam medicamentos naturais e simbólicos. Essas e outras percepções acompanhavam o pensamento dos curadores de diferentes origens étnicas que chegavam ao Brasil e se espalhavam pela colônia dizendo-se capazes de curar pela experiência, pela prática e pelo dom recebido. (RIBEIRO, 1997)

Na região do Grão-Pará a importância destes praticantes de curas mágicas naquela sociedade demonstrou o quão a mentalidade religiosa deste povo estava impregnada pelo magismo e pela crença no sobrenatural. A magia permitia a quebra de barreiras e o fim das limitações impostas pela distância da metrópole e das regiões que compunham a colônia. A composição social paraense também foi elemento diferenciador na utilização destas práticas mágicas, pois notamos fortemente a presença indígena, que mesclados às práticas provenientes das tradições europeias e africanas, fornecem a distinção das práticas curativas nesta região.

O intenso fluxo cultural que vigorou na colônia desde o seu descobrimento, contou com a influência dos povos indígenas que apresentaram aos jesuítas as ervas medicinais empregadas em seus rituais de cura. E do mesmo modo, os negros africanos, provenientes de diversas etnias, também deram sua contribuição através dos conhecimentos que traziam sobre espécies da flora medicinal. Pode-se afirmar que o conhecimento sobre os remédios naturais e plantas medicinais eficazes contra diferentes tipos de doenças, pode ser visto como um eixo entre as práticas curativas reproduzidas no Brasil e a renovação da medicina praticada em Portugal.



**Fontes**

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT)

*Inquisição de Lisboa – Processos*

Processo 212.

Processo 12893

Processo 13325.

Fontes impressas:

Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão Pará (1763-1769), *Texto Inédito e apresentação de José Roberto do Amaral Lapa*, Petrópolis, Vozes, 1978.

**Bibliografia:**

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália* (século XV-XIX). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CALAINHO, Daniella Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. SP: Ed. Garamond, 2008.

\_\_\_\_\_. *Agentes da Fé: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil*. Bauru/S.P.: Edusc: 2006.

CARNEIRO, Henrique. *Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia*. São Paulo: Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_. *Filtros, mezinhas e triacas: as drogas do mundo moderno*. São Paulo: Ed. Xamã, 1994.

DOMINGUES, Evandro. *Para o remédio das almas: a visitação do Santo Ofício à colônia no período pombalino*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Ed. A Esfera dos Livros, 2013.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo*. Rio de Janeiro: ed. José Olímpio, 1993

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência nos Trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo, SP: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ciência e Império: o intercâmbio da técnica e o saber científico entre Índia e a América Portuguesa*. In: *A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. SP: Companhia da Letras, 1986.

THOMAS, Keith. *O Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Teses e dissertações

CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de. *Inquisição, magia e sociedade: Belém (1763-1769)*. Dissertação de mestrado em História, Rio de Janeiro: UFF, 1995.

MATOS, Yllan. *A Última Inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará Pombalino (1763-1769)*. Dissertação de mestrado em História, Niterói: UFF, 2009.

Artigos em revistas científicas

GODOI, Gileade. Um sabá nos trópicos: inquisição, memória e produção de sentido. *Letras, Santa Maria*, v. 24, n. 48, p. 227-245, jan./jun. 2014.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Vade retro, sataná! Vade retro satan!. *Revista de História Biblioteca Nacional*, pág. 149 – 153 abr. 2006.

SIQUEIRA, Sônia. O poder da Inquisição e a Inquisição como poder. *Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História*, 2007.

WALKER, Timothy. *The role and practies of the curandeiro and saludador in early modern portuguese society*”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (supplement 1): 223-237, 2004.

## **Moda feminina na revista *Fon-Fon*: relações de poder, gênero e alteridade.**

**Vívian Marcello Ferreira**  
**Mestranda / bolsista CAPES.**

Neste trabalho refletiremos sobre a sociedade carioca no início do século XX, que se moderniza e constrói novos padrões de beleza com referência europeia. Para isto, parto de uma relação dialética entre sociedade e revista. Utilizamos a revista *Fon-Fon* como fonte e objeto por considerá-la formadora e reprodutora de opiniões e comportamentos da sociedade carioca no período proposto. A *Fon-Fon* era um periódico semanal carioca, que circulou de 13 de abril de 1907 até 29 de dezembro de 1945, aos sábados e custava 400 réis. Ela é uma janela de reflexão para a análise das mudanças e permanências nas relações sociais e das hierarquias presentes na sociedade carioca. Segundo Tânia Regina de Luca, as revistas são importantes construtoras de discurso do seu tempo: “Resumindo os eventos da semana, comentando as mazelas da política oficial e retratando a vida cotidiana da cidade, as revistas construía um discurso sobre seu tempo, projetando simultaneamente um ideal de sociedade” (LUCA, 2013, p.83). Com o passar do tempo a revista foi se consolidando e ganhando destaque com o público feminino da classe dominante. É o que afirma Semiranis Nahes: “Assim, podemos, talvez, considerar a *Fon-Fon* como uma revista de elitismo cultural, com grande preocupação com a literatura e as artes, dando grande ênfase ao estilo de sua linguagem, um lugar particular e de destaque no âmbito da imprensa feminina brasileira” (NAHES, 2007, p. 125 e 126).

A *Fon-Fon* era responsável por informar aos leitores tudo sobre a última moda em Paris, além de registrar o cotidiano da sociedade carioca em notas e charges. O grupo que fundou a revista era integrado pelos intelectuais simbolistas: Lima Campos, Gonzaga Duque e Mário Pederneiras. O objetivo do grupo literário era ampliar seu público leitor. Para isso, criaram várias colunas que uniam literatura, humor, variedades e utilidade pública, mas uma parte importante do seu público era o feminino. Assim, o grupo produzia muito para este público tendo como base o modelo de mulher burguesa que a classe dominante queria divulgar. Logo, uma revista para um maior público leitor feminino, escrita por homens, então, a modernidade carioca tinha gênero e era masculino.

A cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no início do século XX, teve novos valores que ganhavam força, sendo um pólo irradiador de cultura para as outras cidades do país. O projeto de modernização do Rio de Janeiro começa no governo de

Rodrigues Alves, com o discurso de reforma do porto para entrada de imigrantes, capital e comércio europeu. O engenheiro Pereira Passos, então prefeito, assumiu a tarefa de urbanizar a cidade nos parâmetros franceses, juntamente com Oswaldo Cruz, responsável por liderar a erradicação das epidemias que assolavam a cidade, como a varíola, a peste bubônica e a febre amarela. A partir daí inicia-se a construção de uma ideia de modernismo ou modernidade no Distrito Federal. As ideias de progresso e evolução estavam ligadas às categorias explicativas do desenvolvimento das sociedades. O progresso era visto como resultado da evolução natural do mundo e das sociedades em particular. Estas transformações modificaram a sociedade profundamente, alterando suas perspectivas de futuro, pois a “modernidade é como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSSELECK, 2006, p. 314). Neste contexto, a revista *Fon-Fon* recebe este título, pois “proclama, como marca de progresso, um ruído novo para a cidade, o das buzinas dos automóveis da capital que se industrializava vertiginosamente” (NAHES, 2007, p. 100).

Porém, é possível notar que a revista apesar de transmitir o ideal de modernidade e de se autonear moderna, possui publicações produtoras de uma visão tradicional, patriarcal e com uma forte cultura religiosa cristã, principalmente no olhar direcionado à mulher. A moda feminina no Rio de Janeiro neste período era uma maneira de viver, agir e pensar baseada na ostentação da riqueza e do progresso individual burguês servindo como mecanismo de definição social. O poder simbólico na definição de uma moda é importantíssimo para compreender a noção de *distinção*, estabelecendo assim, “um sistema de filtragem que determine aqueles que devem ou não ascender na hierarquia cultural” (ORTIZ, 1983, p. 23). Renato Ortiz, ao analisar Pierre Bourdieu, nos faz pensar que, na divisão entre classes dominante e dominada, temos uma classe dominante que deseja “(...) conservar sua posição, secretar uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação (...)” (ORTIZ, 1983, p. 22 e 23).

Não visamos refletir somente sobre a importância da moda, mas sim, notar que através do estudo do vestuário é possível perceber algumas normas sociais de conduta, códigos hierárquicos e o papel social da mulher na construção de uma ordem burguesa no Brasil. Defendemos que a *Fon-Fon* definia papéis de gênero determinados e que procurava difundir-los no momento em que as mulheres estavam ocupando os espaços públicos e atuando profissionalmente. A revista era consumida por homens e mulheres da

classe dominante, mas seu discurso trazia muitos aspectos que objetivavam moldar o comportamento feminino. Assim, nosso foco de análise é a mulher da classe dominante carioca, público alvo da *Fon-Fon*. Havia um modelo burguês de mulher a ser seguido independente da classe social, e a moda era uma forma de representação de poder e dominação que a mulher da classe dominante se apropriava para mostrar sua imagem de moderna e civilizada, como destaca Margareth Rago:

“Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual” (RAGO, 2014, P. 88).

A revista buscava mostrar junto ao público feminino, o modelo burguês ideal de mulher, com comportamentos tradicionais associados ao privado, ao lar e aos cuidados com a família. Assim, refletimos acerca dos comportamentos e papéis sociais exigidos das mulheres pelo discurso de modernidade e o quanto este representa em termos de dominação de gênero e exclusão social. A imprensa feminina e artigos sobre moda e comportamento empenhavam-se em instalar na cidade um cosmopolitismo que mostrava cada detalhe da vida cotidiana. A classe dominante carioca estava se adaptando a urbanização da cidade e ocupava as áreas mais nobres e centrais acompanhando com atenção cada notícia nova que vinha da Europa. As colunas que falavam sobre moda e comportamento e revistas dedicadas a esses assuntos, por se relacionarem diretamente com os momentos de lazer, raramente encontravam barreiras para a propagação de conceitos e preconceitos. A partir daí, pensamos quais seriam esses preconceitos transmitidos pela revista e como estes são construídos ou reproduzidos na mesma?

É possível notar que nessa época a classe dominante republicana carioca estava em busca de uma identidade, assim as mesmas consumiam tudo o que se propagava sobre aparência e distinção. Percebemos também que as informações sobre moda no começo do século XX possuem sentido e significado diferenciados das que conhecemos neste início de século XXI. Isto porque, o que vemos nos atuais editoriais de moda muitas vezes são modelos difíceis de serem utilizados no dia-a-dia. Naquele período, havia a preocupação com a transmissão de algo que pudesse ser copiado e utilizado nas ruas rapidamente. Nos jornais e revistas, imagens e textos eram utilizados para uma informação mais clara e objetiva no uso de cada modelo de roupa a ser usado, além das

ocasiões, condições e do clima. Como complemento às revistas de moda, existiam as colunas sociais que criticavam o que era visto nas ruas.

A *Revista Fon-Fon*, publicava muitas colunas que misturavam moda, comportamento e política, sempre com teor humorístico. Articuladas à vida cotidiana, elas divulgavam os acontecimentos e estimulavam os desejos de consumo, principalmente das leitoras. Estas tinham que ser exemplo da classe dominante. A mulher casada, além das tarefas domésticas, deveria se destacar nos eventos sociais com sua beleza e principalmente pela riqueza observada na roupa. Afinal, sua aparência deveria ser um reflexo do sucesso financeiro do marido:



Figura 1: *Fon-Fon*, 13 de janeiro de 1910.

Segundo a revista *Fon-Fon*, as características fundamentais de uma mulher seria ter uma pele bronzeada pelo sol (o que significava uma mudança trazida pela modernidade, pois o padrão de cor de pele no século XIX era bem branca parecida com a europeia), ser magra, alta, bonita, ter feições delicadas, ser mãe, esposa, dona de casa, ter cabelos bonitos e saber tocar algum instrumento. Esta seria a mulher ideal para desfilar nos “salões cariocas e petropolitanos”, que daria orgulho ao seu marido, a sociedade moderna carioca e a revista. A importância do sentimento de reconhecimento das leitoras, nas fotografias, artigos e charges destinados ao “universo feminino” era de grande

importância para a *Fon-Fon* e para as mulheres da classe dominante. Pois, o reconhecimento estava pautado no âmbito social com prestígio, e o sucesso estava relacionado com a vida privada, pública, afetiva e familiar, ostentada nas revistas, jornais e eventos sociais, valorizando a distinção e aspirando à honra. Os valores sociais, o reconhecimento, o sentimento de pertencimento e a alteridade são elementos essenciais para se compreender a sociedade carioca do início do século XX, que envolve o moderno e o tradicional. Segundo Todorov, o reconhecimento pode ser feito através da apropriação do vestuário:

“(...) as roupas exercem um papel particular, pois são literalmente o campo de encontro entre o olhar dos outros e minha vontade, fazendo com que me situe em relação aos mesmos. Aquele que, em compensação, não pode mais exercer controle sobre suas roupas (devido, por exemplo, à pobreza), sente-se paralisado diante dos outros, privando de sua dignidade. O ser humano compõe-se de três partes, alma, corpo e roupas” (TODOROV, 1996, p. 90).

A moda do início do século XX seguia a mesma lógica iniciada um século antes, ou seja, pautada na diferença entre as roupas de homens e mulheres. Consequência da divisão de tarefas e de possibilidades destinadas a cada gênero. Porém, as roupas não deixavam de refletir cada uma a sua maneira, as mudanças de sensibilidade, estilo de vida e de comportamento que acompanharam a modernização da cidade. Como a cidade, a mulher assumia ares cosmopolitas contrastando com o patriarcalismo presente neste período. As mudanças no comportamento feminino nas primeiras décadas do século XX incomodaram muito os conservadores, pois era recente a aparição de mulheres jovens das camadas médias e altas nas ruas da cidade. Claro que essa “liberdade” teria seu preço, sendo apresentados a elas códigos de conduta e bons costumes muitas vezes expostos na imprensa:

“(...) que a senhora soubesse conservar um ar modesto e uma atitude séria, que a todos imponha o devido respeito. E mais: que a mulher sensata, principalmente se fosse casada, evitasse sair à rua com um homem que não seja seu pai, irmão ou marido.” (MALUF, Maria e MOTT, Maria Lúcia, 1998, p. 368 e 369).

Para conter as mulheres brasileiras, foram elaborados rígidos papéis sociais de representações de comportamento feminino ideal, limitando a sua existência, para encaixá-la no papel de dona de casa. A imprensa era controlada por homens que monopolizavam os cargos mais altos, e tinham como principal objetivo aconselhar as leitoras sobre o serviço doméstico, moda, literatura e comportamento, as poucas mulheres que apareciam em artigos na revista ratificavam essas mesmas ideias, como afirma Leriche de Castro Garzoni:

“A participação feminina na grande imprensa que tendia a direcionar a escrita e a leitura das mulheres para temas relacionados ao universo doméstico, reiterava a dicotomia entre esfera pública associada ao masculino e esfera privada ao feminino.” (GARZONI, 2012, P. 25).

Segundo a *Fon-Fon*, para as mulheres serem civilizadas, deveriam pautar seus comportamentos em padrões de conduta estabelecidos pela lógica da divisão sexista de papéis sociais, que a modernidade não mudou. Para a revista, os comportamentos femininos muito modernos, desestabilizariam a ordem e a base familiar da sociedade. Assim, era preciso modernizar os comportamentos femininos, mas sem perder o controle sobre eles. A conduta moderna é bem vinda, mas ao mesmo tempo temida, por isso a necessidade de controle e vigilância sobre a mulher. Quanto mais a mulher saía da esfera privada, mais exigências morais e comportamentais eram impostas sobre ela, como afirma Margareth Rago: “A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais... Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros a anátema do pecado” (RAGO, 2014, p. 88 e 89).

Quando o assunto é relacionado à autonomia feminina, a revista com frequência trabalha com charges de ironia, a fim de inferiorizar e impedir qualquer tipo de emancipação da mulher. Assim, é recorrente a referência ao feminismo, da maneira que os autores da revista denominavam, quando relacionado às condutas, modos e modas femininas muito modernizadas e fora do papel de divisão sexista que eles enfatizavam. Percebemos que há um “confronto permanente” com a questão feminina e a *Fon-Fon* utiliza de estratégias antifeministas para ridicularizar o feminismo. Notamos isto na seguinte charge:



Figura 2: *Fon-Fon*, 5 de abril de 1913.



Na representação da charge, é possível notar que a mulher estava ocupando a rua, mas que seria incapaz de exercer voz na política, pois não entenderia nada sobre o assunto. Para a *Fon-Fon*, a mulher na rua deveria somente ostentar sua beleza e um belo vestido, pois ela utilizava bastante o recurso do vestuário feminino da classe dominante. Eram os artigos e principalmente as fotografias feitas nas avenidas da cidade que davam a estas mulheres o reconhecimento merecido.

“Com a transformação estupenda por que passou a nossa bella capital os domínios da Moda e da Elegancia que se limitavam apenas á velha rua do Ouvidor, dilataram-se notavelmente alcançando hoje as ruas que ainda há pouco tempo o *smartismo* não palmilharia sem pejo. Assim, a Moda, o bom gosto, o *chic*, já não são apenas privilegio da rua do Ouvidor, o largo de S. Francisco, a Avenida, a rua da Assembléia já ostentam estabelecimentos de modas dignos das grandes capitaes”(“Chronica da moda”. *Fon-Fon*. Anno IV, n. 23, 11de junho de 1910).

Já fazia parte da cultura urbana carioca as mulheres irem às compras. Isso legitimava a permanência das mulheres nos espaços públicos, principalmente na zona central da cidade, onde se desenvolveu um grande comércio elegante. A Rua do Ouvidor e logo depois a Avenida Central eram os lugares mais frequentados por essas damas da classe dominante. O mais importante neste período da modernidade era parecer moderno, tanto nas atitudes tomadas em público quanto na composição da própria aparência, afinal, ambas representavam diferenças sociais. Mas, somente o luxo não garantia a distinção, a atualização com a moda era fundamental, e para isto, a revista *Fon-Fon* exercia bem o seu papel. O vestuário era uma forma de reconhecimento importante para o modelo burguês de mulher moderna, pois a partir dele se tornava visível a diferença entre as classes sociais e principalmente a questão do comportamento e da conduta aos quais estava submetida na vida pública.

A moda por ter se expandido para um maior número de pessoas, carregava indícios a partir dos quais um observador mais atento conseguiria distinguir classes ou categorias em meio à multidão que passou a ocupar as ruas das cidades transformadas pelo processo de industrialização. Assim, podemos destacar nas “representações sociais” de Roger Chartier, visualizadas nas imagens fotográficas, charges e nos artigos da revista, os interesses da classe dominante: “O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas” (CHARTIER, 1990, p.17).

O aumento da densidade urbana e a ocupação intensiva de espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro tornaram inevitável o convívio entre as classes. Com isto, a valorização dos itens de vestuários que pudessem ostentar as distinções de classes, importante desde o período colonial ganhava destaque como fator classificador na multidão. O vestuário auxiliava, portanto, na hierarquização entre dominantes e dominados. Todos os detalhes eram explorados por uma classe dominante urbana em ascensão que buscava com rapidez construir novos padrões de classificação e qualificação de forma a diferenciar-se das demais camadas da sociedade. Ao tomarmos por objeto as representações do feminino na *belle époque* carioca, visualizadas nas imagens fotográficas e artigos da revista *Fon-Fon*, podemos compreender o lugar social e os interesses de determinados grupos da população carioca do início do século XX.

#### **Fonte:**

As documentações utilizadas neste artigo estão disponibilizadas pela Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital Brasil, onde é possível acessar o periódico que é a *Revista Fon-Fon*, no período de 1910 a 1920 com suas edições digitalizadas.

#### **Bibliografia:**

- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GARZONI, Leric de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária* (Rio de Janeiro, início do século XX). Campinas, SP, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LUCA, Tânia Regina de e MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- NAHES Semiranis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.
- ORTIZ, Renato. Introdução. *A procura de uma sociologia da prática*. In: ORTIZ, Renato (Org). *Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo. Editora: Paz e Terra, 2014.
- TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papyrus, 1996.